



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório é formado por professores, alunos e parceiros convidados. O Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura.

Expediente –21ª Carta de Conjuntura (março de 2022)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profª. Drª. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Ms. Silton Marcell Romboli

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Orlando A. Bonfatti

Pró-Reitor de Inovação em Ensino: Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Equipe de Coordenação do Observatório:

Prof. Drª. Camila Faustinoni Cabello
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia
 Prof. Esp. Ricardo Trefiglio

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Drª Camila Faustinoni Cabello.
 Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva
 Prof. Dr. Enio Moro Júnior
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira
 Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas
 Prof. Dr. Milton Carlos Farina
 Prof. Dr. Roberto Vital Anav
 Prof. Dr. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa
 Profª. Me. Alessandra Santos Rosa
 Prof. Me. Daniel Vaz
 Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena
 Prof. Me. Luiz Felipe Xavier
 Profª. Me. Marta Angela Marcondes
 Profª. Me. Rosana Marçon da C. Andrade
 Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva
 Profª Me. Sandra Collado

Pesquisadores participantes desta edição (membros integrantes e convidados do Conjuscs):

Adhemar S. Mineiro
Alexandro Rudolfo de Souza Guirão
Ana Paula Zanetti Neves
Anderson Gedeon Buzar Reis
Antonio Aparecido de Carvalho
Ari Ricardo de Almeida
Aristogiton Moura
Aroaldo Oliveira da Silva
Beatriz Alves Sousa
Bruno Moretti
Camila Silva Belo
Carlos Afonso
Carlos Afonso
Carlos Ocké-Reis
Claudio Pereira Noronha
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Daniel Carmo
Daniela Ferreira Flores Longato
Edgar Nóbrega
Eric Klingenhoff Berno
Erika Rohrbacher
Fábio Costa de Souza
Felipe Galves Ferrari
Felipe Venâncio Silva
Francisco R. Funcia
Gabriela Gonçalves Nobre
Henrique Paduan Alvares
Inez Galardinovic
Jefferson José da Conceição
José Ricardo Ramalho
Junior Orosco
Kalesa Elias de Araújo Souza
Klaus Haacke Suppion
Lúcio Silva
Luis Felipe Xavier
Manfredo Garmatter Barretto
Maraisa Nogueira Araújo
Marcel Ferraz Camilo
Marcelo dos Santos
Marco Antonio Spada
Maria do Carmo Romeiro
Maurício Luiz Gonçalves Martiniano
Mauro Miaguti
Mirella Nunes
Oswaldo Malatesta Neto
Patricia Brecht Innarelli
Paula Cristina Araújo
Paulo Sergio Cereda
Raphael Reynier Roale Martins
Raquel da Silva Pereira
Ricardo Trefiglio
Rita Serrano
Roberto Vital Anav
Rodrigo Salles P. Santos
Rosana Marçon da Costa Andrade
Rosana Matheus
Selma Lúcia Lira Beltrão
Sidnéia Sassi
Simona Adriana Banacu de Melo
Tatiana de Medeiros Hildebrand Meirelles
Vanessa Montagna
Vívian Machado
Wellington Messias Damasceno

Graduandos da USCS e de outras instituições participantes desta edição

Catarina Kolmogoroff Almeida
Carolina Siquelli Cavalcanti
Clara Verrone da Silva
Gabriela Tobias Gonçalves Pereira
Marianna Vieira dos Anjos
Priscilla de Queiroz Ursini

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta on-line:

Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim
Prof. Me. Roberto Araújo Silva

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas na Carta de Conjuntura. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs.
E-mail para contato: jefferson.conceicao@online.uscs.edu.br

Para ter acesso a esta 21ª carta on-line, digite: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/conjuscs/index>

Para acessar todas as Cartas de 1 a 21, digite: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

SUMÁRIO

I – INTERNACIONAL

- 1 O ÚLTIMO TREM PARA KIEV: CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA ATUAL GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA p.10

Roberto Vital Anav

- 2 A VIAGEM DO PRESIDENTE À RUSSIA p.19

Adhemar S. Mineiro

II – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- 3 APROXIMAÇÃO ENTRE EMPRESAS E UNIVERSIDADES NO GRANDE ABC PAULISTA p.23

Maria do Carmo Romeiro
Jefferson José da Conceição
Ricardo Trefiglio

- 4 PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E BENEFÍCIOS p.28

Anderson Gedeon Buzar Reis
Simona Adriana Banacu de Melo
Felipe Venâncio Silva
Maurício Luiz Gonçalves Martiniano
Raphael Reynier Roale Martins

- 5 MOTOR HÍBRIDO-ETANOL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ADENSAMENTO PRODUTIVO NO BRASIL p.36

Wellington Messias Damasceno

- 6 UMA NOVA ALTERNATIVA NA MATRIZ ECONÔMICA PARA O GRANDE ABC PAULISTA: O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, APL TIC ABC, A PARTIR DAS 10.405 EMPRESAS DE TECNOLOGIA EXISTENTES NA REGIÃO p.41

Fábio Costa de Souza
Paulo Sergio Cereda

- 7 ABC VALLEY: RETOMADA E OPORTUNIDADES p.52

Henrique Paduan Alvares
Ana Paula Zanetti Neves

- 8 CRIAÇÃO DE UM DISTRITO DE INOVAÇÃO NO GRANDE ABC p.56
PODE SER O MARCO DE UMA NOVA ERA

Mauro Miaguti
Daniel Carmo

III – ECONOMIA, FINANÇAS E LEGISLAÇÃO

- 9 CONCESSÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO SUPERARAM R\$ 500 p.60
BILHÕES EM 2021

Lúcio Silva

- 10 O EXUBERANTE DESEMPENHO DO SETOR DE CRÉDITO EM p.64
2021 E O QUE ESPERAR EM 2022

Lúcio Silva

- 11 A ALÍQUOTA TRIBUTÁRIA EFETIVA PAGA PELOS BANCOS EM p.68
FUNÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Vívian Machado

- 12 INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE PENSÃO p.79
ALIMENTÍCIA

Rosana Marçon da Costa Andrade
Paula Cristina Araújo

- 13 IMPACTOS DA GUERRA NO MERCADO FINANCEIRO p.84

Eric Klingenhoff Berno

- 14 LIBERDADE ECONÔMICA, CAUSALIDADE E DEMOCRACIA p.86

Felipe Galves Ferrari
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo

IV – CULTURA, ESPORTE E TURISMO

- 15 NOTAS SOBRE OUTRA ABORDAGEM PARA CULTURA NO p.91
BRASIL

Manfredo Garmatter Barretto

- 16 A CRIAÇÃO DAS SAFs E A POSSIBILIDADE DO BEM GERIR O p.95
FUTEBOL

Marcel Ferraz Camilo
Edgar Nóbrega

- 17 REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO, DESAFIOS E TENDÊNCIAS DO SETOR DE SERVIÇOS E TURISMO EM TEMPOS FINAIS DE PANDEMIA p.103

Erika Rohrbacher

- 18 DESTINO TURÍSTICO RESILIENTE E CRIATIVO PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL APÓS A PANDEMIA DE COVID-19 p.111

Daniela Ferreira Flores Longato
Raquel da Silva Pereira

V - GESTÃO, GOVERNANÇA E RELAÇÕES SOCIAIS

- 19 PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE CULTURA DE INTEGRIDADE EMPRESARIAL p.123

Alexandro Rudolfo de Souza Guirão
Carlos Afonso

- 20 ELEIÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM E CONCEITOS p.137

Rita Serrano

- 21 A EMBRAPA E O DESMONTE DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO 2016 – 2021 p.147

Selma Lúcia Lira Beltrão

- 22 O CAPITAL ÉTICO E O TRABALHO DESPROTEGIDO NO BRASIL: UMA COMBINAÇÃO IMPROVÁVEL p.153

José Ricardo Ramalho
Rodrigo Salles P. Santos

- 23 PROBLEMA, ANTIPROBLEMA E PAISAGEM SOCIAL: CONCEITOS PARA EXPLICAR O MUNDO E A POLÍTICA ATUAL p.158

Aristogiton Moura

- 24 LICENÇA PARENTAL - O QUE PODEMOS APRENDER DO MODELO SUECO? p.162

Mirella Nunes

- 25 CONDIÇÕES DE TRABALHO FEMININO NA “SOCIEDADE DO DESEMPENHO” p.165

Claudio Pereira Noronha
Inez Galardinovic

- 26 O EMPREGO APOIADO: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES p.169

Antonio Aparecido de Carvalho
 Marco Antonio Spada
 Beatriz Alves Sousa
 Gabriela Gonçalves Nobre

VI – POLÍTICAS REGIONAIS, URBANAS E MEIO AMBIENTE

- 27 PESQUISA DE INTENÇÃO DE COMPRAS E SEUS RESULTADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC p.176

Marcelo dos Santos
 Klaus Haacke Suppion
 Ari Ricardo de Almeida
 Patricia Brecht Innarelli

- 28 RESUMO DO NOVO CAGED GRANDE ABC p.181

Oswaldo Malatesta Neto

- 29 RETOMADA ECONÔMICA DO ABC p.186

Aroaldo Oliveira da Silva

- 30 FORTALECER UMA ESTRATÉGIA QUE APOSTA NA VOCAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL: ELEMENTOS PARA CONSTRUIR UMA AGENDA SUSTENTÁVEL p.189

Edgar Nóbrega
 Junior Orosco

- 31 QUALIFICAR AS OSCs PARA QUE POSSAMOS AMPLIAR A FORÇA DA GESTÃO PÚBLICA p.194

Maraisa Nogueira Araújo
 Kalesa Elias de Araújo Souza

- 32 “TANTA CASA SEM GENTE...TANTA GENTE SEM CASA” p.201

Luis Felipe Xavier

VII- SAÚDE

- 33 MATRICIAMENTO E VULNERABILIDADE INFANTIL EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO GRANDE ABC: UM RELATO DE CASO** p.212

**Camila Silva Belo
Carolina Siquelli Cavalcanti
Catarina Kolmogoroff Almeida
Clara Verrone Da Silva
Gabriela Tobias Gonçalves Pereira
Marianna Vieira Dos Anjos
Priscilla De Queiroz Ursini
Rosana Matheus
Tatiana de Medeiros Hildebrand Meirelles
Vanessa Montagna**

- 34 ROTULAGEM NUTRICIONAL: INFORMAÇÃO PARA O CONSUMIDOR, DESAFIO PARA A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS** p.220

Sidnéia Sassi

- 35 QUE OUTRA TRAGÉDIA PRECISAREMOS PARA O GOVERNO DEIXAR DE SEQUESTRAR RECURSOS DO SUS? SÓ EM 2022, R\$ 11,6 BI!** p.225

**Bruno Moretti
Carlos Ocké-Reis
Francisco R. Funcia**

I – INTERNACIONAL

Nota Técnica

1. O ÚLTIMO TREM PARA KIEV: CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA ATUAL GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

Roberto Vital Anav¹

Resumo Executivo

A Ucrânia é a matriz da Rússia e tem todo o direito à existência soberana. A OTAN busca expandir o raio de influência dos EUA na Europa e no mundo e procura atrair a Ucrânia para isolar a Rússia e a China (a “Nova Rota da Seda”). A Rússia possui argumentos válidos em negociações diplomáticas, mas nenhuma razão para a invasão ilegal. Seus argumentos mais recentes negam a legitimidade da Ucrânia como nação e mostram um enfoque imperial de reedição do Império Czarista. Dois povos colhidos em uma armadilha trágica da OTAN e da Rússia, com impactos econômicos e sociais para o mundo: tal é a síntese desta guerra absurda.

Palavras-chave: Guerra; Rússia X Ucrânia; OTAN; Armas; Petróleo e gás; História.

O mundo está focado na guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em si mesma e em suas consequências econômicas de curto e médio prazos para cada país e a economia global. Este artigo busca trazer algumas informações e reflexões a respeito.

I. Ucrânia: da Idade Média ao III Milênio (breves notas históricas)

Na série “Vikings” da Netflix, na última temporada, o viking Ivar Sem Ossos, destronado por seus irmãos em Kattegatt (Noruega), foge pela Rota da Seda e alcança Kiev, capital do império criado por um ramo dos vikings - os Rus.

Esse episódio combina história e ficção e serve de abertura para a primeira reconstituição histórica: a Rússia imperial nasceu na Ucrânia, que, por sua vez, situava-se na Rota da Seda medieval, ligação terrestre entre a China e a Europa. Posteriormente, a invasão mongol mudou a configuração territorial. Após os mongóis, a Ucrânia pertenceu à Lituânia e à Polônia e acabou integrada em grande parte ao Império Czarista russo nos séculos XVIII e XIX. Dominando várias etnias, esse Império ficou conhecido como “prisão de povos”.

Com a Revolução de Outubro (1917), o governo bolchevique aplicou a política de libertação das diversas nacionalidades oprimidas pelo czarismo, propondo a formação de uma união de repúblicas socialistas soviéticas, livres para se separarem se assim preferissem. Quatro antigas províncias – Finlândia, Lituânia, Letônia e Estônia (F/Li/Le/E) – negociaram sua separação pacífica, tornando-se países independentes. Outras onze províncias aceitaram unir-se à Rússia soviética e formaram com ela a URSS. Entre elas, a Ucrânia.

A partir do domínio efetivo de Stálin, a autonomia das repúblicas tornou-se letra morta, o que motivou protesto conhecido de Lênin contra o retorno do “*patife chauvinista grão-russo*”², em

¹ **Roberto Vital Anav.** Economista (FEA-USP), mestre em Urbanismo (FAU-USP), doutor em Planejamento e Gestão do Território (UFABC) e pós-doutorando em História Econômica (USP-FFLCH). Docente concursado de História Econômica Geral na USCS.

² Essa crítica de Lênin reveste impressionante atualidade, justificando plenamente a aversão pública de Putin ao fundador da União Soviética. Um extrato do texto encontra-se no Anexo e o texto completo, nas Referências.

ditado às suas secretárias no seu leito de morte. Estas e outras críticas do fundador e idealizador da união de repúblicas livres – como a proposta de destituir Stalin da Secretaria Geral do partido governante, na qual acumulara excessivo poder – foram ignoradas, em um contexto de burocratização crescente do regime soviético, cristalizando um regime totalitário. A centralização da União em Moscou aprofundou-se, a autonomia das repúblicas perdeu-se e as três repúblicas bálticas independentes (Li/Le/E) foram anexadas à URSS durante e após a II Guerra Mundial.

Chamada de “celeiro da URSS” por sua forte produção agrícola, baseada na “terra negra” de grande fertilidade, a Ucrânia tornou-se grande produtora de trigo, cereais, frutas, vinhos e açúcar de beterraba. Suas atrações turísticas também eram notáveis, com destaque às praias no Mar Negro e o famoso porto de Odessa; durante 60 anos, incluíram o balneário de Yalta, local do encontro histórico dos “três grandes” aliados contra a Alemanha Nazista, em 1944 - Stálin, Roosevelt e Churchill -, que dividiram ali o mundo em “áreas de influência”. Yalta fica na península da Criméia, à época pertencente à Rússia, cedida em 1954 à Ucrânia pelo sucessor de Stálin, Nikita Krushev, e anexada novamente à Rússia na crise de 2014.

A Ucrânia também desenvolveu forte base industrial no período soviético. O maior destaque acabou tornando-se o símbolo da maior catástrofe nuclear da Europa (1987): o complexo de Chernobyl.

Entretanto, a adesão e permanência da Ucrânia na ex-URSS não foram simples. Durante a guerra civil de 1918-1921 entre brancos (ex-generais czaristas com exércitos mercenários, somados a cinco exércitos europeus invasores) e o Exército Vermelho, formado às pressas pelos bolcheviques, a Ucrânia foi palco de uma terceira força: o exército camponês liderado pelo anarquista Makhno, que combatia os outros dois. A vitória do Exército Vermelho e o restabelecimento do poder soviético em todo o território pareceram sepultar essa história, mas ela ressurgiu de outras formas.

Nos anos 1932-1933, uma grande fome percorreu a URSS, durante a coletivização da agricultura, somada a problemas climáticos. A Ucrânia foi particularmente castigada pelas requisições forçadas de alimentos e sofreu grande mortandade de camponeses. Os ucranianos referem-se a isso como Holodomor, ou Fome-Terror ou ainda Grande Fome. Durante a II Guerra, uma década mais tarde, parcelas da população ucraniana juntaram-se aos invasores alemães para lutar contra as forças armadas soviéticas. Por fim, em 1991, a Ucrânia e as demais 14 repúblicas decidiram extinguir a União Soviética e tornaram-se independentes.

Em 2014, protestos populares levaram à queda de um governo ucraniano amigável à Rússia. Entre os manifestantes, viam-se numerosos jovens exibindo suásticas. Desde então, cresceu a presença de grupos neonazistas, como o Batalhão Azov, cujo símbolo é o sol negro, tradição esotérica apropriada pelos nazistas nos anos 1930. Seu peso eleitoral é diminuto no país, mas eles atuam aberta e livremente. Há fortes acusações de agressão violenta às populações russas na região de Donetsk, onde formaram-se duas repúblicas autônomas reconhecidas pela Rússia. Nestes oito anos, a Ucrânia aproximou-se da União Europeia (UE) e dos EUA, recebendo inclusive a promessa de ser admitida na união militar entre ambos, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

II. A OTAN: das origens “defensivas” ao expansionismo atual

Uma digressão se faz necessária. A OTAN, fundada em 1949, era o instrumento da Guerra Fria na Europa. Aliança militar entre a maioria dos países capitalistas europeus e os EUA - um dos grandes vitoriosos daquele conflito, primeiro detentor da tecnologia nuclear e único país a utilizá-la em guerra -, ela se confrontava ao bloco socialista europeu-oriental, liderado pela União Soviética. Esta foi a outra grande potência vitoriosa da guerra, tendo logo depois

dominado a tecnologia nuclear. Naquele mundo bipolar, a OTAN contrapunha-se ao Pacto de Varsóvia, aliança militar do bloco socialista europeu com a URSS.

Após a dissolução da URSS e a reunificação da Alemanha, com a reimplantação do capitalismo em todo o antigo bloco socialista, era de se esperar a dissolução paralela da OTAN, cuja razão oficial de existência deixou de existir. Entretanto, ela foi mantida, reforçada e expandida para o Leste europeu. Intervenções sangrentas, como na ex-Iugoslávia, foram patrocinadas por essa organização da antiga Guerra Fria. Aliás, cabe desmentir uma afirmação muito repetida nas semanas recentes: a intervenção da Rússia na Ucrânia não foi o maior conflito bélico na Europa desde o final da II Guerra, como insistem alguns observadores qualificados. A República Federal da Iugoslávia sofreu 78 (setenta e oito!) bombardeios em 1999, realizados pela OTAN no quadro da guerra iniciada na Bósnia. Não havia mandato da ONU ou de qualquer organismo (a UE ainda não existia). A OTAN também avalizou os bombardeios no Afeganistão, muito distante do Atlântico Norte, realizados de fato pelos Estados Unidos com o apoio de seus aliados europeus. Já para retirar-se daquele país – humilhação recente, da qual buscam agora compensar-se elevando a voz e as ações contra a Rússia -, os EUA dispensaram a opinião da OTAN.

Parece claro, portanto, que essa aliança, em lugar de ser extinta, tornou-se instrumento estadunidense para atrelar a UE à sua política internacional, por meio do domínio militar, impedindo assim maior autonomia do bloco europeu. Esse propósito, ademais, permite manter amplo mercado para a indústria armamentista dos EUA, segmento estratégico em termos econômicos, geopolíticos e tecnológicos.

O setor energético dos EUA também tem muito a ganhar com o presente conflito. A exploração do xisto betuminoso dá ao país a liderança mundial na produção de gás natural, para o qual precisa de mercados. A anulação do gasoduto Nord Stream2 pela Alemanha – com o qual a Rússia passaria de 55% a 80% de fornecimento do gás consumido na maior economia europeia – mostra os grandes interesses envolvidos no conflito, muitos deles ignorados ou omitidos pela grande mídia.

Não há qualquer realismo em considerar a ação dos EUA e da OTAN como motivadas pelo desejo de preservar a autonomia e a democracia na Ucrânia, cuja adesão é sabidamente uma ameaça à segurança da Rússia – afirmação não apenas repetida há meses por Putin, mas feita há anos pelo próprio Joe Biden quando senador dos EUA. A “nova rota da seda” em construção pela China – o verdadeiro adversário combatido pelos EUA, ameaçados a médio prazo em seu domínio – passa pela Ucrânia, o que torna ainda mais estratégico torná-la um membro adestrado dessa aliança, com a qual o controle militar estadunidense sobre a Europa atenua a ameaça de esta tornar-se mais uma potência desafiadora. Nem Biden, nem a OTAN defendem a autodeterminação dos povos – que o digam os palestinos, curdos, catalães e norte-irlandeses. Nenhum destes povos encontrou apoio e solidariedade, mas sim hostilidade e apoio político e militar aos seus opressores, por parte dos EUA e da aliança sob seu controle. E, seguramente, no Iraque, Líbia, Síria e Afeganistão há parcelas expressivas da sociedade que não os veem como libertadores, muito pelo contrário.

III. O lado russo: razões diplomáticas, invasão ilegal e maus argumentos

Por sua vez, a Rússia ampliou as justificativas para sua intervenção claramente ilegal. Iniciou pela segurança das populações russófonas das regiões autônomas e pela segurança da própria Rússia contra a ameaça de instalação de mísseis na Ucrânia, com a adesão desta à OTAN. A neutralidade da Ucrânia (a exemplo da Áustria e da Finlândia após a II Guerra Mundial) é indispensável à segurança russa, depois da agressiva expansão da aliança até a vizinhança da Federação Russa. Esses argumentos são plausíveis e válidos em ambientes de negociação diplomática. Todavia, não justificam uma intervenção militar desta magnitude,

sem fatos provocadores. Guerra é matança, destruição, sofrimento humano, refugiados. São muito poucas as razões que a justificam e este, certamente, não é o caso.

As justificativas russas ampliaram-se na véspera e durante a intervenção. Acrescentaram-se dois argumentos: a desnazificação do país e a própria legitimidade da existência da Ucrânia. No primeiro caso, os fatos confirmam a existência de milícias neonazistas, algumas delas incorporadas agora ao aparato militar do país – seria o mesmo que incorporar as milícias dos morros cariocas ao efetivo da Polícia Militar. Já foi mencionado o pequeno peso eleitoral dos grupos identificados com o nacionalismo extremo e o neonazismo, o que impede identificar o conjunto do povo ucraniano com eles.

Ademais, o próprio Putin segue um conselheiro ultranacionalista, proponente da recriação da “Novorossyia” ou nova Rússia, Aleksandr Dugin. Trata-se de toda a costa do Mar Negro (incluindo a Crimeia, as regiões russófonas secessionistas e outras), tomada pelos czares no séc. XVIII em guerra contra o Império Turco. Essa mesma expressão foi citada em pronunciamentos recentes de Putin. Portanto, encontram-se emuladores do nazifascismo de um lado e de um ultranacionalismo inspirado no domínio czarista de outro. O “Rasputin de Putin”, como Dugin já foi chamado, proclama-se defensor do “eurasianismo”.

Já o questionamento histórico da Ucrânia é muito grave. Putin acusou retrospectivamente Lênin de ter sido desleal com a Rússia ao permitir o desmembramento da Ucrânia e sua constituição como república. Ora, esse foi um dos aspectos mais avançados do novo regime soviético para dismantlar a “prisão de povos”. E uma demonstração da degeneração totalitária daquele regime foi exatamente o rápido retrocesso na autonomia das repúblicas unidas voluntariamente à Rússia, justificando o protesto quase póstumo do primeiro governante soviético (veja-se o Anexo).

Questionar o direito à existência de um país que foi o verdadeiro berço da Rússia, que dela se diferenciou ao longo de séculos de dominação sucessiva de outras potências sobre seu território, que lutou contra tentativas de “russificar” sua população (como fizeram alguns czares russos) e que, em sua diversidade, constitui um povo com autoconsciência nacional, é muito grave. Representa, não uma permanência de traços da antiga União Soviética (que, ao menos de maneira formal, preservou as repúblicas originais), mas o ressurgimento do propósito imperial de certo “neoczarismo”. Para afirmar a segurança russa contra os evidentes propósitos dos EUA de isolá-la da Europa, usando a OTAN como instrumento e a Ucrânia como títere, o governo Putin não concebe nada melhor que uma versão high-tech do czarismo, substituindo a “prisão de povos” por governos manipuláveis. É quase uma guerra de marionetistas pelo controle do fantoche.

Cercado de oligarcas beneficiários do dismantelamento do regime soviético, das privatizações selvagens e de parcelas expressivas da receita de exportações, magnatas que vitalizam o mercado financeiro europeu com suas aplicações milionárias, Putin traz do passado soviético tão-somente uma visão autoritária, de “chauvinista grão-russo” como acusava Lênin referindo-se à burocracia estatal-partidária que monopolizou o poder - uma das razões do desprezo do presidente russo por ele. Assumindo-se anticomunista e pró-capitalismo, Putin nada tem de progressista, como alguns segmentos da esquerda no Brasil e no mundo buscam enxergar. Como afirma o escritor Roberto Romano: *“Putin começa a guerra atacando exatamente Lênin e estes princípios. Seu móvel ideológico é a antiga grande Rússia Imperial e o chauvinismo russo, do qual Lênin era inimigo. Na Jabuticaba brasileira de hoje, leninistas abraçam Putin e não Lênin.”*

IV. Quem merece apoio?

Curiosamente, esquerda e direita, no Brasil e no mundo, estão divididas sobre a guerra. Trump, seus aliados internos e externos (como o atual presidente do Brasil) tendem a

favorecer Putin, ou são reticentes na crítica. Biden, a mídia ocidental, os grupos políticos tradicionais e uma parcela da esquerda, tendem a descarregar toda a responsabilidade em Putin, demonizá-lo como tirano, louco e sedento de poder. Outra parcela da esquerda enxerga em Putin um adversário do imperialismo norte-americano, o que o inclui no ditado “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”.

Na verdade, os únicos que merecem apoio são os dois povos colhidos em terrível armadilha criada por impérios rivais. A luta do povo ucraniano pela independência de seu país, contra a invasão, e a luta do povo russo contra a guerra, que já tem um saldo de 14 mil presos, são merecedoras do apoio de todo democrata.

Nem a OTAN, nem Putin, têm qualquer gota de razão. Deve-se exigir a retirada de ambos - desde já, o fim da invasão militar russa. E negociações sérias entre a Rússia e a OTAN, diretamente. Como disse o renomado intelectual português, Boaventura de Souza Santos:

“As negociações de paz em curso são um equívoco. Não faz sentido serem entre a Rússia e a Ucrânia. Deviam ser entre a Rússia e EUA/OTAN/União Europeia. A crise dos mísseis de 1962 foi resolvida entre a URSS e os EUA. Alguém se lembrou de chamar Fidel Castro para as negociações? É cruel ilusão pensar que haverá paz duradoura na Europa sem cedências do lado ocidental. A Ucrânia, cuja independência todos queremos, não deve entrar para a OTAN. A OTAN foi até agora necessária à Finlândia, à Suécia, à Suíça ou à Áustria para se sentirem seguras e se desenvolverem? De fato, a OTAN devia ter sido desmantelada logo que acabou o Pacto de Varsóvia. Só assim a União Europeia poderia ter criado uma política e uma força militar de defesa que respondesse aos seus interesses, e não aos interesses dos EUA. Que ameaça havia para a segurança da Europa que justificasse as intervenções da OTAN na Sérvia, em 1999, no Afeganistão, em 2001, no Iraque, em 2004, na Líbia, em 2011? Depois de tudo isto, será possível continuar a considerar a OTAN uma organização defensiva?”

V. Impactos para o mundo e o Brasil

Para encerrar, cabe abordar as prováveis consequências econômicas e geopolíticas. Os embargos recíprocos, até agora, levaram a projeções preocupantes sobre aumento de preços de insumos como trigo, petróleo e gás, que afetarão muitos países. No caso brasileiro, dado o desmantelamento das refinarias de petróleo e do setor petroquímico e a política de alinhamento internacional de preços dos derivados, o impacto inflacionário será muito intenso. Já se iniciaram conversações com o Canadá para substituir fertilizantes russos, fator essencial em um país que regrediu à condição de primário-exportador, com destaque ao agronegócio intensivo em insumos químicos e mecânicos.

Adicionalmente, pode-se prever mudanças – algumas já em curso – nas rotas de fornecimento de alguns desses importantes insumos. Os EUA possivelmente conseguirão deslocar parcialmente a Rússia em favor do seu próprio gás natural, como fornecedores da Europa – mas é bem provável que o transporte marítimo de longa distância encareça a energia europeia, com impacto em inúmeras cadeias produtivas mundiais.

A chamada “transição energética” pode ser acelerada com essa alta nos preços do petróleo e gás, beneficiando países e empresas que se adiantarem em alternativas energéticas e equipamentos otimizadores e distribuidores destas. Por outro lado, pode ocorrer um efeito “lock-in” nas empresas dos setores de óleo e gás com seus segmentos a jusante (petroquímica e ramificações), presas a uma lucratividade que tende a prolongar-se por certo tempo com a alta de preços e a postergar o investimento em alternativas energéticas. Os efeitos sócio-ambientais podem-se induzir com facilidade, retardando ainda mais a Agenda 2030.

A produção de trigo – e secundariamente de milho – também poderão sofrer deslocamentos territoriais, caso a Europa decida reduzir sua dependência desse fornecimento por parte da Rússia. Os impactos logísticos e de preços sobre os países consumidores, como o Brasil, serão significativos, talvez com alguma indução para a produção do último cereal, enquanto o primeiro não é viável em maior escala no país.

O único fator estável previsível no tocante à localização e lucratividade de atividades econômicas é a permanência do predomínio absoluto dos EUA na produção de armamentos, fonte crucial de inovação tecnológica irradiada, empregos qualificados e mercado para fornecedores domésticos (sob o protecionismo explícito nas regras de segurança nacional, que destinam boa parte das tecnologias sensíveis e componentes avançados à oferta doméstica). Além do mais, este é o remédio keynesiano permanente contra as crises de insuficiência de demanda, papel percebido claramente desde a II Guerra Mundial, explorado ao máximo durante a Guerra Fria e, agora, no seu prolongamento por meio da ampliação da OTAN. Ou, seguindo outra vertente teórica – o marxismo segundo Rosa Luxemburgo -, o complexo industrial-militar constitui verdadeiro pulmão artificial do capitalismo-líder, aliviando a restrição dos mercados inevitável nesse sistema. E, ainda, constitui fator geopolítico crucial da preservação de uma hegemonia cada vez mais ameaçada.

QUADROS-RESUMO

I – Argumentos de cada país na guerra

Rússia	Ucrânia
Proteção às regiões russófonas do Donbass agredidas por milícias neonazistas	Não havia razões, a Ucrânia possui população diversificada
Ação preventiva contra instalação de mísseis na Ucrânia pela OTAN	A Ucrânia é independente e adere à organização que preferir
Desnazificação da Ucrânia	O governo ucraniano não é nazista (presidente é judeu) e perdeu milhões de soldados na II Guerra
Ucrânia foi criação artificial de Lênin em prejuízo da Rússia	A Ucrânia tem história e identidade próprias

Elaboração do autor

II- Consequências econômicas

Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo ⁽¹⁾
Alta de preços de Petróleo e gás, trigo, milho	Pesquisa de fontes renováveis de energia; <i>lock-in</i> de petroleiras e petroquímicas enquanto alta persistir	Possíveis novas fontes renováveis; impactos ambientais do prolongamento do uso de fósseis (custo social e econômico)
Inflação	Alta de juros, recessão	Imprevisibilidade: saídas da recessão, redução da distância e aumento da competição entre China e EUA
Maior venda de armamentos e lucratividade dos fabricantes	Manutenção da supremacia militar dos EUA na União Europeia	Corrida armamentista China-EUA-Rússia; instabilidade mundial (crises diplomáticas, guerras localizadas)
Ampliação da venda de GNL ⁽²⁾ dos EUA à Europa	Encarecimento da energia e de diversas cadeias produtivas energo-intensivas	Relocalização de cadeias produtivas parciais e/ou totais; mudanças geoeconômicas
Bloqueios financeiros induzem a criar canais alternativos de aplicação	Novas rotas, instituições e alianças financeiras (ex.: Rússia-China, moedas alternativas)	Maiores desafios para o controle monetário (Bancos Centrais); instabilidade financeira; possível enfraquecimento do dólar

(1) Curto prazo: 12 meses; Médio prazo: quinquênio; Longo prazo: década

(2) Gás Natural Liquefeito

ANEXO

Lênin X Putin

Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização”

(extratos) – os asteriscos (*) remetem a explicações ao final do anexo

“Chamamos nosso um aparelho que nos é de fato totalmente estranho (*), um mecanismo burguês e tzarista, que nos era absolutamente impossível transformar em 5 anos, já que não contávamos com a ajuda de outros países e nossas preocupações eram a guerra e a luta contra a fome.

Nessas condições, é completamente natural que a “liberdade de sair da União” (**) que nos serve como justificativa apareça como um simples pedaço de papel, incapaz de proteger os outros povos contra a invasão da Rússia autêntica, do chauvinista “grão russo” (***), desse patife e opressor em que se transformou o burocrata russo típico”.

“Mas aí existe a questão sobre (...) se nós tomamos, com o cuidado suficiente, medidas para realmente defender as outras nacionalidades do leão-de-chácara [derzhimorda] genuinamente russo. Julgo que não tomamos essas medidas, embora pudéssemos e devêssemos tomá-las.”

“O que importa para o proletário? Ao proletário não é apenas importante, mas também vitalmente necessário, garantir o máximo de confiança por parte dos povos subjugados na luta proletária de classes. O que é preciso para tanto? Para tanto é necessária não somente a igualdade formal, mas também compensar de uma forma ou outra, em suas declarações e concessões relacionadas às outras nacionalidades, a desconfiança, a suspeita e os ressentimentos infligidos no passado histórico por quem governava o povo da “grande potência”.

“(…)o dano que a ausência de aparelhos para cada nacionalidade unidos ao aparelho russo pode causar a nosso Estado é infinitamente, incomensuravelmente menor do que o dano que causará não somente a nós, mas também a toda a Comintern (****), a centenas de milhões de habitantes da Ásia que esperamos atuarem no futuro imediato como vanguarda histórica depois de nós. Seria um oportunismo imperdoável se desfizéssemos, às vésperas desse protagonismo do Oriente e no início de seu despertar, nossa autoridade nessa região cometendo a menor grosseria ou injustiça para com os próprios não russos. Uma coisa é a necessidade de coligarmo-nos contra os imperialistas do Ocidente, que defendem o mundo capitalista (...). Outra coisa é quando nós mesmos recaímos, ainda que em detalhes mínimos, na abordagem imperialista para com as nacionalidades oprimidas, assim quebrando completamente toda nossa franqueza de princípios, toda nossa defesa ideológica do combate ao imperialismo. E o dia de amanhã na história mundial será

exatamente o dia em que os povos oprimidos pelo imperialismo finalmente começarão a despertar e em que começará a longa e penosa luta decisiva por sua libertação.”

**Refere-se ao aparelho administrativo do Estado russo, a administração pública e seu pessoal burocrático, profissionalizado.*

***Artigo da Constituição soviética, defendida por Lênin e aprovada contra a oposição de Stálin (defensor de maior centralização da Rússia sobre os demais povos em uma Federação Socialista Soviética)*

****Sentimento de superioridade nacional dos russos “autênticos” contra os povos dominados pelo Império Czarista*

*****Internacional Comunista ou Terceira Internacional, fundada em Moscou em março de 1919, reunindo os Partidos Comunistas de diversos países.*

Referências Bibliográficas

ANAV, R.V. O retorno de Karl Marx – a redescoberta de Marx no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disp. em: O retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI - Publicações Perseu Abramo | Publicações Perseu Abramo (fpabramo.org.br) .

LÊNIN, N. Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização”. São Paulo: Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 21 - Primeiro Semestre de 2017.

POMAR, V. Síntese histórica do conflito Rússia X Ucrânia e a Guerra Atual. Vídeo disp. em: Síntese histórica do conflito Rússia X Ucrânia e a Guerra Atual - YouTube

ROMANO, R. Lênin estava errado? Site Jornalistas Livres. Disp. em: Lênin estava errado? | Jornalistas Livres

SANTOS, Boaventura de S. Para uma autocrítica da Europa. Blog da Boitempo. Disp. em: Para uma autocrítica da Europa – Blog da Boitempo .

SELEÇÃO DE ARTIGOS RELEVANTES NA IMPRENSA ON-LINE

Guerra pode impactar mais a economia do que a pandemia, alerta CEO da Volkswagen - FT: Guerra pode impactar mais a economia do que a pandemia, alerta CEO da Volkswagen | Empresas | Valor Econômico (globo.com)

Petróleo, milho, trigo, gás: saiba mais sobre as economias de Rússia e Ucrânia - Petróleo, milho, trigo, gás: saiba mais sobre as economias de Rússia e Ucrânia | CNN Brasil

Economia russa é surpreendentemente pequena; entenda sua importância para o mundo – Economia russa é surpreendentemente pequena; entenda sua importância para o mundo | CNN Brasil

Biden anuncia envio de US\$ 800 milhões em equipamentos militares para a Ucrânia, incluindo drones - Biden anuncia envio de US\$ 800 milhões em equipamentos militares para a Ucrânia, incluindo drones (msn.com)

Como nasceu a Ucrânia - e quais seus vínculos históricos com a Rússia - Como nasceu a Ucrânia - e quais seus vínculos históricos com a Rússia - BBC News Brasil

As falsas declarações de Putin sobre a história da Ucrânia - As falsas declarações de Putin sobre a história da Ucrânia – DW – 24/02/2022

Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para invasão da Ucrânia - Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para invasão da Ucrânia - BBC News Brasil

Putin acusa Lênin de ter 'explodido' a Rússia - G1 - Putin acusa Lênin de ter 'explodido' a Rússia - notícias em Mundo (globo.com)

Putin diz que a Ucrânia é uma "criação" de Lenin e um "regime de fantoche" dos EUA - Putin diz que a Ucrânia é uma "criação" de Lenin e um "regime de fantoche" dos EUA (tsf.pt)

Por que houve tanta fome em diferentes períodos da URSS? Por que houve tanta fome em diferentes períodos da URSS? - Russia Beyond BR (rbth.com)

Chefe da diplomacia da UE diz que foi um erro ter prometido à Ucrânia vaga na Otan - <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/03/11/chefe-da-diplomacia-da-ue-diz-que-foi-um-erro-ter-prometido-a-ucrania-vaga-na-otan.ghtml>

O que é o 'Mundo Russo' que Putin quer unificar - O que é o 'Mundo Russo' que Putin quer unificar - BBC News Brasil

3 fatores que explicam por que Ucrânia é tão importante para Rússia - 3 fatores que explicam por que Ucrânia é tão importante para Rússia - BBC News Brasil

Quem são os oligarcas russos com negócios no Brasil? Quem são os oligarcas russos com negócios no Brasil? (msn.com)

Nota Técnica

2. A VIAGEM DO PRESIDENTE À RUSSIA³

Adhemar S. Mineiro⁴

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é refletir sobre a recente viagem do Presidente da República do Brasil à Rússia, em meio a uma escalada de tensões daquele país com a Ucrânia que ameaça provocar disrupções importantes dos pontos de vista geopolítico, diplomático, militar e econômico.

Palavras-chave: Rússia; Ucrânia; OTAN; Conflito.

O grande evento na mídia dos EUA e da Europa desde o final do ano passado é a possibilidade de um “aquecimento” do conflito entre Rússia e Ucrânia, com uma eventual invasão da Ucrânia por tropas russas.

Vale observar que a discussão de mérito das motivações do conflito não é muito simples. O próprio nome Ucrânia deriva da palavra eslava para fronteira, localizando assim não uma identidade nacional propriamente dita, mas uma região que seria a fronteira entre Rússia e Polônia, ou dos impérios russo e polônês antes existentes e que resultaram nestes países. Na origem, não havia separação entre o que hoje resultou em Rússia, Belarus (Bielorrússia) e Ucrânia, que faziam parte de uma única nação, organizada como uma federação de tribos eslavas. Mesmo hoje, depois da separação de repúblicas que compunham a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e a criação de vários novos países, cerca de 20% da população da Ucrânia é composta por russos étnicos, concentrados no oeste do país.

O conflito se estende e se aprofunda desde que um governo ucraniano mais próximo dos russos foi “apeado” do poder (processo que se deu na segunda metade da primeira década desse século, a partir de 2006, e ficou conhecida como “Revolução Laranja”) e sucessivos governos anti-Rússia se sucederam na Ucrânia. A principal preocupação dos russos desde então é com um crescimento da possibilidade de que a Ucrânia entrasse para a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança militar hegemônica pelos EUA. Os russos temem que, se isso acontecer, mais mísseis dos EUA se alinhem ao longo de suas fronteiras, como aconteceu em outros países originados do desmembramento da antiga União Soviética (como os países bálticos, Letônia, Estônia e Lituânia), ou da antiga área de influência russa na Europa Oriental (como Romênia, Bulgária, República Checa e Polônia), aumentando o poder de fogo dos EUA contra a Rússia.

Assunto bastante complexo, em um momento em que avança rapidamente a conclusão do gasoduto entre a Rússia e a Alemanha pelo Mar do Norte. Nessa altura em que a Alemanha, com o novo governo empossado recentemente (composto por social-democratas, verdes e liberais), busca acelerar a sua transição energética rumo a energias mais limpas, a conclusão e o funcionamento do gasoduto são fundamentais para abastecer a matriz energética alemã. Com a interpretação de que os “tambores da guerra” começavam a tocar, os alemães ficaram em uma posição pouco confortável, uma vez que ameaçaram não comprar gás russo caso a invasão se concretizasse. Em função disso, teriam que rever toda a sua estratégia energética

³ Uma versão mais resumida desse texto foi publicada em www.terapiapolitica.com.br em 18 de fevereiro de 2022, e essa versão também foi replicada em www.economistaspelademocracia.org.br

⁴ **Adhemar Santos Mineiro.** Economista, membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ e assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

– lembrando que a inflexão alemã em relação à antiga União Soviética, iniciada nos anos 1970 por governos social-democratas naquele país, visava exatamente atender as demandas de energia da economia alemã, escapando de interrupções de abastecimento ou escaladas de preços rotineiras pelas instabilidades políticas no Oriente Médio.

Do lado russo, a crise com a Ucrânia em meados da década anterior, já tinha levado a sanções europeias e estadunidenses. Essa crise foi resultante de uma escalada de conflito e tensões permanentes no Leste e Norte da Ucrânia, onde se concentram populações de fala e etnia russas e mais próximas cultural e politicamente dos russos, além da autonomia da Crimeia (área que estava antes sob controle da Ucrânia, aí colocada pelo governo da antiga URSS, já que no passado fazia parte do Império Russo, mas que até hoje sedia a frota russa no Mar Negro).

A crise entre Rússia e Ucrânia teve como consequência também uma aproximação mais orgânica entre Rússia e China, com uma agenda ampla e o estreitamento dos laços energéticos (leia-se, fornecimento de petróleo e gás) entre russos e chineses, com os russos fornecendo à China a energia aquela altura excedente pela redução das compras do lado europeu, em função das sanções. Uma virada que também não era pouca coisa, e que desarmava tensões históricas entre Rússia e China, países que compartilham enorme fronteira comum. A esse respeito, vale ler o texto bem recente “*Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*”⁵. É o comunicado da reunião de chefes de Estado entre o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, e o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, do último dia 4 de fevereiro de 2022. O documento em si mereceria uma nota técnica, mas o fato é que ele recoloca e reforça a visão acordada entre russos e chineses para uma nova ordem internacional multipolar do sistema internacional, apontando uma convergência não apenas conjuntural, mas de prazo longo, entre a visão dos dois importantes países no sistema internacional, em um momento em que um deles, a China, disputa a hegemonia econômica do sistema internacional⁶. A respeito do tema ainda, vale lembrar que a China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, e que China e Rússia participam junto com o Brasil, e também com Índia e África do Sul, no grupo internacional de países conhecido como BRICS, e que com uma série de outros países que incluem o Brasil, participam também do G-20.

Ou seja, EUA, União Europeia, Rússia, OTAN e outros atores não estavam frente a uma crise qualquer, mas a uma conjuntura de crise de grandes proporções e consequências dramáticas para todos os envolvidos, resultando em mudanças geopolíticas estratégicas e que terão efeitos não apenas hoje, mas no futuro, além de uma agenda de definições importantes a serem tomadas por todos os lados.

No meio desse imbróglio de proporções ciclópicas, o Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, tal qual um personagem perdido de um daqueles filmes engraçados de chefes de governo delirantes e desconectados dos acontecimentos em curso, surge em Moscou para uma visita. O Presidente da República anuncia algumas agendas que até poderiam ser importantes (aumento do comércio com os russos, garantia do abastecimento de fertilizantes para o agronegócio brasileiro, dos quais os russos são grandes fornecedores mundiais, estabelecimento de parcerias e fornecimento de tecnologia russa em cibersegurança), mas

⁵ Versão em inglês no sítio web do governo russo, em <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>.

⁶ A respeito, vale também ler o artigo de FIORI, José Luís, “A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China”, de 18 de fevereiro de 2022, em <https://terapiapolitica.com.br/a-crise-da-ucrania-e-o-acordo-entre-russia-e-china/>.

que devem ser problematizadas. Aumento do comércio e garantia de abastecimento de fertilizantes poderiam ser discutidos por ministros de Relações Exteriores, Agricultura ou Economia. Cibersegurança, também por ministros responsáveis pelo tema (isso supondo que existe confiança entre russos e brasileiros neste governo para o fornecimento de tecnologia russa no assunto ao governo brasileiro atual), e ambos os temas não necessitariam da “diplomacia presidencial”.

De fato, ao se aproximar a campanha eleitoral, o Presidente da República do Brasil parece tentar escapar da pecha de isolamento mundial e de “pária”, que lhe ficou marcada desde a última reunião do G-20 e o desempenho com a questão climática. Nem que para isso tenha que cair em uma situação de extrema complicação, e que pode lhe render ainda mais isolamento junto aos governos ocidentais, em função de uma interpretação de aproximação com os russos em um momento desses. Nem que tenha que fazer discursos delirantes para a sua base ao explicar as saudações que teve que fazer aos heróis do Exército Vermelho em Moscou. Mas o Presidente tem uma forma própria de fazer política, está acuado e tenta se movimentar como pode.

Mas que é confuso, é.

II – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Nota Técnica

3. APROXIMAÇÃO ENTRE EMPRESAS E UNIVERSIDADES NO GRANDE ABC PAULISTA

Maria do Carmo Romeiro⁷
 Jefferson José da Conceição⁸
 Ricardo Trefiglio⁹

Resumo Executivo

A nota técnica consiste em breves apontamentos sobre a relação entre a industrialização do Grande ABC e as universidades, destacando o histórico distanciamento entre a indústria e as instituições de ensino superior especialmente no campo da pesquisa e desenvolvimento. Apresentam-se algumas sugestões de políticas públicas e privadas para maior aproximação entre a indústria e as universidades na região.

Palavras-chave: Industrialização; Universidades; Relação indústria-universidades; Grande ABC Paulista.

A inovação e o desenvolvimento tecnológico têm sido considerados por instituições internacionais, estudiosos, empresários, gestores públicos e outros atores sociais como elemento central da competitividade. Ambas guardam relação com o apoio que se dá ao empreendedorismo e à pesquisa básica e aplicada desenvolvidas nas universidades¹⁰.

⁷ **Maria do Carmo Romeiro.** Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da USCS. Graduação em Ciências Econômicas pela USCS; Mestrado em Administração pela USP e Doutorado em Administração pela USP. Professora titular da USCS e Professora do Programa de Pós graduação em Administração da USCS. Experiência na área de Administração, tendo a ênfase de produção bibliográfica em Mercadologia, atuando principalmente nos temas comportamento do consumidor ambientalmente favorável, Microcrédito e Desempenho Organizacional, Análise Multivariada de Dados e Produção Técnica com ênfase em Desenvolvimento de Procedimentos Metodológicos de Pesquisa Aplicada e Elaboração de Diagnósticos Setorial e de Desenvolvimento local/regional. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Profissional de Gestão e Docência Educacional.

⁸ **Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Professor da USCS. Blog: www.blogdojeff.com.br. Membro indicado como Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul – FAUSCS. Foi Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo do Município de São Bernardo do Campo entre 2009 e 2015 e Técnico do Dieese entre 1987 e 2009. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br; e co-organizador do livro "A Era Digital e o Trabalho Bancário". Editora Coopacesso, 2020.

⁹ **Ricardo Trefiglio.** Cursando Mestrado em Administração na USCS. Possui Especialização em Qualidade e Produtividade pela USP (2003) e Graduação em Engenharia Mecânica pelo Instituto Mauá de Tecnologia (2000). Professor há mais de 16 anos. Atualmente é Coordenador de Inovação no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Experiência de mais de 20 anos na indústria automotiva e autopeças.

¹⁰ Para um breve levantamento bibliográfico preliminar sobre a relação entre universidade e inovação, ver as referências bibliográficas em anexo.

É igualmente consensual que a alavancagem da inovação e do desenvolvimento tecnológico depende de como as empresas e as universidades de uma localidade “dialogam” e cooperam entre si, já que são elevados os custos das inovações tanto para as empresas quanto para as universidades. Daí a importância da “inovação aberta”, na qual as universidades, as empresas, as startups, os governos e outros agentes ajudam a promover e compartilhar a inovação.

Os desafios para o país são grandes nesta área. Tomemos, como exemplo, o caso do Grande ABC, na Grande São Paulo. A região foi palco da industrialização fordista entre 1950 e 1990. Aglutinou empresas, elevada produção em massa, empregos.

Com o fim do processo de substituição de importações a partir de 1990, a abertura econômica e o início da reestruturação produtiva, da implementação de mudanças organizacionais e da guerra fiscal, a região perde praticamente metade dos seus postos de trabalho industrial entre 1990 e 1999.

Este quadro dramático sofre certa interrupção e reversão entre 2005 e 2014, impulsionado pelo forte crescimento nacional, que na região representou a expansão da produção e do emprego industrial. Neste período, o emprego na indústria da região salta de 192.724 para 264.827 postos formais (RAIS-CAGED).

O quadro volta a ser crítico de 2015 até o presente momento. O PIB dos sete municípios do Grande ABC, que era de R\$ 164,5 bilhões em 2011 passou a cair constantemente até atingir R\$ 130,0 bilhões em 2019. Com a pandemia, o PIB deve ter caído ainda mais entre 2020 e 2022, já que a indústria (que possui elevada participação na região) foi um dos setores mais afetados pela crise sanitária. Como um dos resultados de todo este processo, o nível de emprego na indústria regional caiu de 363,3 mil empregados em 1989 para 182,2 mil em 2017.

Neste contexto, a retomada da competitividade e do desenvolvimento por meio da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é chave para o sucesso de qualquer política econômica regional no Grande ABC.

Registre-se desde logo que, institucionalmente, a região tem sido bastante inovadora. Foi nesta região o surgimento, por exemplo, das lutas pela redemocratização do Brasil, do “novo sindicalismo”, do Fórum da Cidadania, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e da própria Agência, entre outras iniciativas.

Entretanto, por ter sido o palco da industrialização fordista, a região padece da característica de que a inovação e o desenvolvimento tecnológico se deram de forma verticalizada (a grande empresa ditando “de cima para baixo” as inovações para as demais empresas e organizações da cadeia produtiva). Em outras palavras, muitas vezes as inovações se davam de maneira fechada no interior da própria grande empresa multinacional (as matrizes ditando “de cima para baixo” as mudanças e desenvolvimentos para as subsidiárias). Assim, no Grande ABC, na segunda metade do século XX, a conexão entre as empresas e entre estas e as demais instituições locais (entre as quais, as universidades, as médias e pequenas empresas, os usuários etc) não esteve à altura do porte de nossa industrialização.

A inovação e o desenvolvimento de processos e serviços na gestão pública se deram em escala ainda mais reduzida que a do setor privado. Contudo, nas últimas décadas, premida pelo conjunto intenso de mudanças de funcionamento e exigências da sociedade, a inovação e o desenvolvimento dos processos e serviços públicos também vêm sendo objeto de atenção por parte dos governos, usuários e sociedade em geral.

Figura: Instituições de ensino superior no Grande ABC



Elaboração dos autores.

É preciso que o país promova uma série de iniciativas para “quebrar” estes circuitos verticalizados e fechados da inovação e desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, ganha também relevância a participação da pequena. No Grande ABC, a USCS, por exemplo, constitui neste momento, em parceria com atores privados, um Hub de Inovação, que visa intensificar a aproximação da universidade com o chamado “mercado”, apresentar soluções para as demandas empresariais e ofertar novas possibilidades para as empresas. O Parque Tecnológico de Santo André é outra iniciativa importante em andamento na região. Iniciativas da Agência de Inovação da UFABC e de outras instituições também são bastante relevantes.

Por ser este tema estratégico para a revitalização da economia do Grande ABC, cabe à região, a nosso ver:

- a) Apoiar os espaços de inovação como o Hub da USCS e o Parque Tecnológico de Santo André, por meio da conexão destes espaços com as empresas da região;
- b) Atualizar o inventário de ofertas e demandas tecnológicas realizado há alguns anos pela própria agência;
- c) Estimular o (re) surgimento e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) na região, organizados por cadeia produtiva, com foco, entre outros pontos, na resolução de desafios tecnológicos e estruturais na região por cadeia produtiva;
- d) Divulgar e envolver pesquisadores, universidades e empresas a conhecerem e se cadastrarem no “Portal do Pesquisador”, que busca facilitar a aproximação entre os desafios das empresas e os projetos dos pesquisadores. A divulgação deste portal faz parte da parceria entre a Agência de Desenvolvimento, a Universitas (que detém a propriedade do portal), a USCS e outras universidades locais;
- e) No âmbito do marco regulatório nacional das startups, estruturar um “sandbox” regional, que facilite que soluções promovidas pelas startups ajudem a resolver problemas das gestões públicas;
- f) Realizar uma Feira de Inovação Regional em espaços simbólicos como antigas fábricas;
- g) Constituir canais de comunicação ágeis e modernos, como lives, revistas, blogs para facilitar o diálogo entre empresários e pesquisadores.
- h) Incentivar a Formalização de Conselho de Reitores em prol do Desenvolvimento Regional do GABC.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Melissa S. The complex relations between the academy and industry: Views from the literature. **The journal of higher education**, v. 72, n. 2, p. 226-246, 2001.

AUDY, Jorge Luís Nicolas. Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**, v. 2, p. 265-274, 2006.

BALDINI, Juliana Previatto; BORGONHONI, Priscilla. A relação universidade-empresa no Brasil: surgimento e tipologias. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 29-38, 2008.

BENEDETTI, Mauricio Henrique; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. Uma análise da influência da cooperação Universidade-Empresa sobre a inovação tecnológica. **Gestão & Produção, São Carlos**, v. 18, n. 1, 2011.

BENNER, Mats; SANDSTRÖM, Ulf. Institutionalizing the triple helix: research funding and norms in the academic system. **Research policy**, v. 29, n. 2, p. 291-301, 2000.

BONACCORSI, Andrea; PICCALUGA, Andrea. A theoretical framework for the evaluation of university-industry relationships. **R&D Management**, v. 24, n. 3, p. 229-247, 1994.

BRUNEEL, Johan; D'ESTE, Pablo; SALTER, Ammon. Investigating the factors that diminish the barriers to university-industry collaboration. **Research policy**, v. 39, n. 7, p. 858-868, 2010.

CHESBROUGH, Henry Willian. Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology. Harvard Business Press, 2003.

_____.; VANHAVERBEKE, Wim; WEST, Joel (ed). Open innovation: Researching a new paradigm. Oxford University Press on Demand, 2006.

_____.; Why companies should have open business models. MIT Sloan Review, vol. 48, n.2, 2007, pp, 22-28.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira. São Caetano do Sul: USCS / Didakt, 2019.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Indicadores sobre Interação Universidade-Empresa em Pesquisa em São Paulo. In: MARCOVITCH, Jacques et al. Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais. **São Paulo: Com-Arte**, p. 95-109, 2018.

DAGNINO, Renato. A relação universidade-empresa no Brasil e o " argumento da hélice tripla". **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 2, p. 267-307, 2003.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The endless transition: a 'TripleHelix' of university industry government relations. 2014.

GEISLER, Eliezer; RUBENSTEIN, Albert H. University-industry relations: A review of major issues. **Cooperative research and development: The industry-university-government relationship**, p. 43-62, 1989.

HALLBRANT, Markus; INGVARSSON, Johan. Creating Open Innovation Arenas Towards a Framework for the Hot Pots of Open Innovation. 2012. Disponível em: <<http://publications.lib.chalmers.se/records/fulltext/154956.pdf>>

PLANO estratégico de desenvolvimento USCS 2030. São Caetano do Sul: USCS, 2020.

PERKMANN, Markus et al. Academic engagement and commercialisation: A review of the literature on university-industry relations. **Research policy**, v. 42, n. 2, p. 423-442, 2013.

RAPINI, Márcia Siqueira. Interação universidade-empresa no Brasil: evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 37, n. 1, p. 211-233, 2007.

VILHA, A.M. Relação Universidade-Empresa no Brasil: Reflexões sobre divergências e alinhamentos na formação de arranjos voltados à inovação. In: ZIMERMAN (org.). Pesquisa na Universidade e o setor produtivo. 1 ed. Santo André, 2013., v.1. p.

YOUTIE, Jan; SHAPIRA, Philip. Building an innovation hub: A case study of the transformation of university roles in regional technological and economic development. **Research policy**, v. 37, n. 8, p. 1188-1204, 2008.

Nota Técnica

4. PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E BENEFÍCIOS

Anderson Gedeon Buzar Reis¹¹

Simona Adriana Banacu de Melo¹²

Felipe Venâncio Silva¹³

Maurício Luiz Gonçalves Martiniano¹⁴

Raphael Reynier Roale Martins¹⁵

Resumo Executivo

Os parques científicos e tecnológicos estão cada vez mais se multiplicando pelos países como ambientes que promovem a inovação, compartilham conhecimento, transferem tecnologia e auxiliam no desenvolvimento econômico e social. Desta forma, esta nota técnica contribui em entender o conceito, características e benefícios desses ambientes de inovação na sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: *Parques científicos e tecnológicos; Ambientes de inovação; Desenvolvimento.*

1. Introdução

O poder político e a geração de riqueza na fase inicial do desenvolvimento da humanidade estabeleceram estrita relação nas pessoas que detinham terras, na produção primária e em atividades comerciais. Posteriormente com as revoluções industriais ocorridas nos séculos XVIII e XIX, a atividade industrial assume o protagonismo como fator de poder e riqueza.

¹¹ **Anderson Gedeon Buzar Reis.** Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão. Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Mestre em Administração pela FUCAPE Business School. Especialista em Controladoria pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal do Maranhão.

¹² **Simona Adriana Banacu de Melo.** Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Mestre em Administração pelo Centro Universitário FMU. Tecnóloga em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário FMU.

¹³ **Felipe Venâncio Silva.** Mestrando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Especialização em Gestão Pública pela Universidade Nove de Julho (2014). Graduado em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Santo André (2012). Graduado em Tecnologia Ambiental Industrial pela Faculdade SENAI (2008)

¹⁴ **Maurício Luiz Gonçalves Martiniano.** Mestrando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Graduado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2010).

¹⁵ **Raphael Reynier Roale Martins.** Mestrando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2021). Graduado em Administração pela Universidade Católica de Brasília (2012).

Ao longo do século XX, com o advento da revolução da tecnociência, a sociedade começa a ser pautada no conhecimento das pessoas, determinando a denominada, sociedade do conhecimento (AUDY; PIQUÉ, 2016).

Nessa sociedade do conhecimento, a inovação é reconhecida como um impulsionador fundamental para o crescimento econômico, visto que, ela está atuando em todos os segmentos econômicos, e impactando não apenas na oferta de novos produtos e serviços, mas principalmente em novos modelos de negócios (GONZÁLEZ-PERNÍA; PARRILLI; PEÑA-LEGAZKUE, 2015; AUDY, 2017). Assim, a indústria foi por muito tempo um local no qual esperava-se que a inovação ocorresse, reservando a outras partes institucionais apenas um papel de contribuição limitada (ETZKOWITZ; ZHOU, 2018). Segundo os autores, nesta perspectiva o governo atuava somente quando se identificava a necessidade de corrigir falhas no mercado.

Entretanto, a inovação se faz presente também em estruturas que envolvem universidades, aglomeração de empresas, e outras instituições intensivas em conhecimento. Organismos estes, que estão gerando e utilizando conhecimento intensivo e originaram novos arranjos organizacionais, com destaque para o surgimento de parques científicos e tecnológicos (VÁSQUEZ-URRIAGO; BARGE-GIL; MODREGO RICO, 2016; STERUSKA; SIMKOVA; PITNER, 2019).

Influenciado pelo êxito de *clusters* industriais espontâneos como *Silicon Valley*, originado da universidade de *Stanford* e *Route 128*, no qual se identifica como elemento aglutinador a universidade de *Harvard*, ambos nos Estados Unidos, emana a abordagem de parques científicos e tecnológicos. Estas instituições, se caracterizam pelo estabelecimento de empresas de tecnologia, que potencializam e estimulam o crescimento tecnológico e econômico regional (YANG; LEE, 2021).

Nessa perspectiva, construir um ambiente de inovação é proporcionar uma mudança cultural, no qual o crescimento econômico consiste em idealizar um ecossistema de inovação, que permitirá a uma região ser estrategicamente ágil por um longo período e que possibilitará transformar uma ideia em um negócio, envolto em um contexto destinado a suportar o seu crescimento (HAINES, 2016).

No Brasil, os parques científicos e tecnológicos foram reconhecidos em 1984, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do governo brasileiro, informações recentes da plataforma InovaData-BR indicam que existem 55 parques em operação no país, que hospedam 1.878 empresas, empregando cerca de 45.000 trabalhadores (RIBEIRO *et al.*, 2021).

A literatura de parques científicos e tecnológicos, que aborda o propósito de compreender o percurso da discussão teórica e a perspectiva empírica utilizada nos estudos desenvolvidos, enfatiza os processos determinantes da implantação e do desenvolvimento de parques científicos e tecnológicos (GUADIX *et al.*, 2016; RUIZ *et al.*, 2017).

Com o propósito de compreender a performance dos parques científicos e tecnológicos Ribeiro *et al.* (2021), desenvolveram estudo sobre um modelo de avaliação e desempenho de parques científicos e tecnológicos em economias emergentes. A intenção dos autores é que o modelo proposto seja empregado como uma ferramenta para gerenciar e medir desempenho dos parques, mitigando os desafios de avaliar o retorno dos investimentos realizados nesses ambientes de inovação.

Considerando o contexto estabelecido, o objetivo desta nota técnica foi realizar um breve histórico dos parques científicos e tecnológicos, bem como discutir o seu conceito, missão,

características e benefícios associados a essas áreas de inovação. O desenvolvimento desta nota técnica pretende contribuir para o avanço do entendimento dessas áreas de inovação, que proporcionam o desenvolvimento de empreendimentos inovadores que conduzem ao desenvolvimento tecnológico (CORROCHER; LAMPERTI; MAVILIA, 2019).

A nota técnica está organizada em seções a partir da introdução, que é a primeira. Na segunda seção apresenta-se um breve histórico com os principais conceitos, missão, funções, características e benefícios dos parques científicos e tecnológicos. Por fim apresenta-se as considerações finais.

2. Parques científicos e tecnológicos

Os primeiros parques científicos e tecnológicos surgiram no vale do Silício no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1960 na Califórnia, na Universidade de *Stanford*, através do parque de pesquisa *Stanford Research Park* e na *Route 128*, em *Boston*, onde se localizam o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Harvard University*. Menciona-se também o *Research Triangle Park* da Carolina do Norte, que foi criado nos anos de 1960 como uma das estratégias para se conter a crise econômica que se abateu sobre o referido estado americano anos antes (RIBEIRO; SPOLIDORO, 2006; BARREIRO; RAMALHO, 2016).

Esse formato de organização tecnológica espalhou-se pelo mundo chegando na Europa e Japão nos anos de 1970 e 1980, na Ásia e Pacífico nos anos de 1980 e, no restante do mundo a partir dos anos de 1990. A expansão desse modelo de organização marcou a inovação tecnológica como diferencial competitivo para a sociedade industrial (RIBEIRO; SPOLIDORO, 2006; BARREIRO; RAMALHO, 2016). Atualmente, os maiores parques científicos e tecnológicos estão situados na China, Índia e Coréia do Sul onde recebem forte apoio de seus respectivos governos como forma de estimular o crescimento econômico destes países (AUDY; PIQUÉ, 2016).

No Brasil, o órgão pioneiro na implantação dos parques científicos e tecnológicos foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo Programa de Implantação de Parques de Tecnologia nos anos de 1980 (BARREIRO; RAMALHO, 2016). Informação relevante é a de que o Brasil foi o país pioneiro na América Latina na implantação dos parques científicos e tecnológicos e, atualmente, é o país com o maior número destas organizações em operação. Com exceção do México, os outros países da América Latina ainda são pouco desenvolvidos nesta área (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Para um melhor entendimento da origem dos parques científicos e tecnológicos, Audy e Piqué (2016) destacam o modelo da Hélice Tríplice, apresentado por Etzkowitz e Leydesdorff (1995), onde a inovação é promovida através da articulação entre a indústria, o governo e a universidade. As dinâmicas próprias das hélices mais as relações entre estas são capazes de desenvolver ambientes híbridos de evolução constante caracterizados pela economia baseada no conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF; 1995; AUDY; PIQUÉ, 2016).

Os parques científicos e tecnológicos surgiram como organizações propícias para o desenvolvimento tecnológico, fazendo a ligação entre universidades e as empresas, além de promoverem modelos de redes através da aproximação física das empresas residentes. Os parques também se encarregam de parte da gestão dessas empresas atuando como incubadoras a fim de estimularem seu desenvolvimento através da promoção da cooperação e da transferência tecnológica entre universidade e empresas (ZIYAE; TAJPOUR, 2016; KHANMIRZAE; JAFARI; AKHAVAN, 2018; GONZÁLEZ-MASIP; MARTÍN-DE-CASTRO; HERNÁNDEZ, 2019).

Existem diversos conceitos relacionados aos parques científicos e tecnológicos, Vedovello, Judice e Maculan (2006), explicam a diversidade e flexibilização de conceitos pela

multiplicidade de atores que buscam serem abrigados nesses órgãos como, por exemplo: atores políticos, institutos de pesquisa, universidades, investidores, empresas entre outros.

De acordo com a *International Association of Science Parks* (IASP), expressões como “parque tecnológico”, “parque científico”, “tecnopólo” e “parque de pesquisa” possuem conceitos abrangentes de significado mútuo. A expressão “parques científicos e tecnológicos” abrange todas as expressões anteriores (IASP, 2021).

O levantamento realizado por Bigliardi *et al.* (2006) mostra que, apesar das várias definições existentes de parques científicos e tecnológicos, as “declarações de missão” apresentam atributos em comum:

- a) estimular a criação de *spin-offs* acadêmicas;
- b) atualizar e substituir tecnologias utilizadas pelas empresas;
- c) oferecer a função de gestão às empresas situadas dentro do parque;
- d) oferecer formação em ciência e tecnologia;
- e) estimular a geração de *startups* sem a utilização de estruturas universitárias, mas com a utilização de incubadoras, caso seja necessário;
- f) efetuar transferência tecnológica visando o fortalecimento de empresas;
- g) efetuar treinamentos visando o desenvolvimento e gestão de tecnologias inovadoras;
- h) promover formas de interação e;
- i) promover formas de contato entre o arranjo de pesquisa industrial e acadêmica (WESTHEAD; STOREY, 1994; LEUNG; WU, 1995; VEDOVELLO, 1997; WESTHEAD, 1997; WESTHEAD; BATSTONE, 1999; BIGLIARDI *et al.*, 2006).

Nessa perspectiva, serão apresentadas definições de parques científicos e tecnológicos e de variações desta nomenclatura, elaboradas tanto por organizações quanto por autores. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) conceitua os parques tecnológicos como ecossistemas com grande potencial para o desenvolvimento social e econômico por serem ambientes favoráveis para o relacionamento da comunidade científica com empresas e instituições tanto públicas quanto privadas (MCTI, 2014).

A definição apresentada pela IASP (2021) diz que os parques científicos são organizações administradas por técnicos cuja finalidade é melhorar sua comunidade através da promoção da inovação e da concorrência das empresas afiliadas e das organizações baseadas no conhecimento.

Os autores Collarino e Torkomian (2015), apresentam os parques tecnológicos como uma área de desenvolvimento econômico e tecnológico dentro de um espaço físico, administrado por especialistas e que possuem setores dedicados a geração e transferência de conhecimentos à pesquisa e desenvolvimento, às relações entre empresas e entre empresas e universidades. Audy e Piqué (2016), classificam os parques científicos e tecnológicos como um modelo capaz de produzir riqueza através da união do conhecimento científico e tecnológico concebido nas universidades.

Embora não exista uma definição única de parques científicos e tecnológicos, três características são fundamentais: presença de ao menos uma universidade ou instituição tecnológica para que as empresas possam manter algum vínculo formal; transferência de

conhecimento; agrupamento de empresas de alta tecnologia e centros de serviços especializados (HENRIQUES; SOBREIRO; KIMURA, 2018).

Sobre os fatores essenciais para que haja sucesso na implantação dos parques, Steiner, Cassim e Robazzi (2008), afirmam que é preciso haver engajamento das universidades, dos institutos de pesquisa, do setor empresarial, além do governo municipal, estadual e federal. É preciso também que haja um entendimento de que o parque tem o objetivo de atuar em ações de desenvolvimento local e regional, além disso, o parque precisa ser direcionado ao setor em que desempenhará melhor suas funções.

Diversas são as funções que os parques científicos e tecnológicos possuem relacionadas aos seus atores e à região nas quais estão situadas. Conforme Barreiro e Ramalho (2016), os parques possuem a função de desenvolver a economia através da inovação tecnológica, geração de produtos com maior valor agregado e maior conexão industrial, estimulando assim, o aumento da competitividade regional.

Corroborando a afirmação anterior, medições realizadas nas últimas décadas, confirmam o fato de que os parques tecnológicos são mecanismos eficazes no estímulo a regiões com dificuldades econômicas através da grande variedade de tecnologias desenvolvidas para as mais diversas áreas. Um parque exitoso provoca transformações na região em que se localiza, atraindo investimentos e exigindo da administração pública melhorias urbanas em seu entorno (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Seguindo o mesmo raciocínio, Silva, Schimiguel e Fernandes (2019), destacam que a missão dos parques tecnológicos deve ser maior do que apenas o empreendedorismo e a inovação, deve também considerar aspectos sociais, econômicos e ambientais a fim de interagir com o seu ambiente externo. As atividades do parque devem estar relacionadas com a região na qual ele se localiza para que haja sintonia com as necessidades da comunidade local.

Dentre as características presentes nos parques, Collarino e Torkomian (2015), enumeram a presença de incubadora de empresas e laboratórios de pesquisa que podem ser do próprio parque, de instituições afiliadas, organizações sem fins lucrativos ou de empresas, além disso, os parques geralmente se localizam próximos ou dentro de universidades e costumam abrigar empresas de bases tecnológicas e *spin-offs*.

Outros elementos presentes nos parques são as áreas de uso compartilhado funcionais e abertas que estimulam um comportamento diferenciado das pessoas. Além disso, é comum possuírem: locais para socialização, *networking* internacionais, acesso a investidores e a capital de risco, tecnologias sustentáveis, utilização de laboratórios de P&D de uso comum, acesso a centros de pesquisa e universidades, orientação com relação a propriedade intelectual e empresas inovadoras (AUDY; PIQUÉ, 2016).

Assim a literatura apresenta vários benefícios associados aos parques científicos e tecnológicos, nos quais destacam-se:

- a) a colaboração com a vantagem competitiva empresarial e regional alcançada através do impacto na inovação, emprego, empreendedorismo e desempenho;
- b) acesso a recursos, conhecimento, equipamento, talentos obtidos através do contato com universidades propiciado pelos parques;
- c) comercialização da pesquisa proveniente das universidades;

d) acesso das empresas a escritórios, auxílio administrativo, salas de reuniões, *networking* com empresas, universidades e governo, acesso à internet de alta velocidade entre outros benefícios estruturais e;

e) redução de desemprego, melhora do nível de competitividade das empresas e consequente melhora da região em que o parque está instalado (KHANMIRZAEI; JAFARI; AKHAVAN, 2018; MCCARTHY *et al.*, 2018; STERUSKA; SIMKOVA; PITNER, 2019; GONZÁLEZ-MASIP; MARTÍN-DE CASTRO; HERNÁNDEZ, 2019).

Considerações finais

Os conceitos, missão, características e benefícios identificados pela literatura especializada e discutidos nesta nota técnica sobre parques científicos e tecnológicos permite enfatizar a importância desses ambientes de inovação para a sociedade do conhecimento. Ressalta-se, entretanto, que o processo de implantação e desenvolvimento de um parque pode variar de uma localidade para outra, pois não existe uma “receita de bolo” aplicada a esse ambiente.

Desta forma, o parque científico e tecnológico permite sim, com base na literatura exposta ser um ambiente aglutinador de gestores, professores, alunos, empresas, instituições privadas e públicas e sociedade civil para coabitarem um espaço de colaboração, inovação, pesquisa e desenvolvimento que consiste em grande importância para criar uma sinergia e suportar a inovação e desenvolvimento econômico e social da localidade.

Referências Bibliográficas

AUDY, J.; PIQUÉ, J. **Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação**. Brasília: Anprotec, 2016.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

BARREIRO, R. N.; RAMALHO, M. C. A importância dos PCTs para o desenvolvimento local e territorial: a experiência do Parque Tecnológico da Paraíba. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 3, n. 1, jan/jun, p. 19-38, 2016.

BIGLIARDI, B. *et al.* Assessing science parks' performances: directions from selected Italian case studies. **Technovation**, v. 26, n. 4, p. 489-505, 2006.

COLLARINO, R. L. X.; TORKOMIAN, A. L. V. O papel dos parques tecnológicos no estímulo à criação de spin-offs acadêmicas. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, v. 5, n. 2, p. 201-225, 2015.

CORROCHER, N.; LAMPERTI, F.; MAVILIA, R. Do science parks sustain or trigger innovation? Empirical evidence from Italy. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 147, n. July, p. 140-151, 2019.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix-university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development. **EASST Review**, v. 14, n. 1, p. 14-19, 1995.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Innovation incommensurability and the science park. **R&D Management**, v. 48, n. 1, p. 73-87, 2018.

GONZÁLEZ-MASIP, J.; MARTÍN-DE-CASTRO, G.; HERNÁNDEZ, A. Inter-organisational knowledge spillovers: attracting talent in science and technology parks and corporate social responsibility practices. **Journal of Knowledge Management**, v. 23, n. 5, p. 975-997, 2019.

GONZÁLEZ-PERNÍA, J. L.; PARRILLI, M. D.; PEÑA-LEGAZKUE, I. STI-DUI learning modes, firm-university collaboration and innovation. **Journal of Technology Transfer**, v. 40, n. 3, p. 475-492, 2015.

GUADIX, J. *et al.* Success variables in science and technology parks. **Journal of Business Research**, v. 69, n. 11, p. 4870-4875, 2016.

HAINES, T. Developing a startup and innovation ecosystem in regional Australia. **Technology Innovation Management Review**, v. 6, n. 6, p. 24-32, 2016.

HENRIQUES, I. C.; SOBREIRO, V. A.; KIMURA, H. Science and technology park: future challenges. **Technology in Society**, v. 53, p. 144-160, 2018.

IASP. International Association of Science Parks , 2021. Disponível em: <<https://www.iasp.ws/our-industry/definitions>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

KHANMIRZAEI, S.; JAFARI, M.; AKHAVAN, P. A study on the role of science and technology parks in development of knowledge-based economy. **World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, v. 14, n. 1, p. 74-85, 2018.

LEUNG, C. K.; WU, C. T. Innovation environment, R & D linkages and technology development in Hong Kong. **Regional Studies**, v. 29, n. 6, p. 533-546, 1995.

MCCARTHY, I. P. *et al.* A typology of university research park strategies: what parks do and why it matters. **Journal of Engineering and Technology Management**, v. 47, n. december, p. 110-122, 2018.

MCTI. Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos/Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, Brasília, 2014. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/PNI_FINAL_web.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **InovaData**, 2021. Disponível em: <<https://www.inovadatabr.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

OLIVEIRA, J. *et al.* Parques Tecnológicos: alavancagem econômica do entorno. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 3, n. 3, p. 43-54, 2017.

RIBEIRO, J. A. *et al.* A reference model for science and technology parks strategic performance management: an emerging economy perspective. **Journal of Engineering and Technology Management**, v. 59, n. november, 2021.

RIBEIRO, R.; SPOLIDORO, M. **Parque Capital Digital**: um novo paradigma para o desenvolvimento do Distrito Federal. Brasília: FEEVALE, p. 90, 2006.

RUIZ, M. S. *et al.* Proposal of a theoretical model for the implementation and scalability of science parks: a case study. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 14, n. 1, p. 2-15, 2017.

SILVA, A. de P.; SCHIMIGUEL, J.; FERNANDES, M. A educação profissional técnica de nível médio fundamentada em Ciência, Tecnologia e Sociedade aliada aos parques tecnológicos. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 45, n. 3, set/dez. p. 33-48, 2019.

STEINER, J. E.; CASSIM, M. B.; ROBAZZI, A. C. Parques Tecnológicos: ambientes de Inovação. **Revista Estudos Avançados**, p. 1-41, 2008.

STERUSKA, J.; SIMKOVA, N.; PITNER, T. Do science and technology parks improve technology transfer? **Technology in Society**, v. 59, n. april, 2019.

VÁSQUEZ-URRIBAGO, A. R.; BARGE-GIL, A.; MODREGO RICO, A. Science and Technology Parks and cooperation for innovation: empirical evidence from Spain. **Research Policy**, v. 45, n. 1, p. 137-147, 2016.

VEDOVELLO, C. A.; JUDICE, V. M. M.; MACULAN, A. M. D. Revisão crítica às abordagens a parques tecnológicos: alternativas interpretativas às experiências brasileiras recentes. **Revista de Administração e Inovação**, v. 3, n. 2, p. 103-118, 2006.

VEDOVELLO, C. A. Science parks and university-industry interaction: geographical proximity between the agents as a driving force. **Technovation**, v. 17, n. 9, p. 491-502, 1997.

WESTHEAD, P.; BATSTONE, S. Perceived benefits of a managed science park location. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 11, n. 2, p. 129-154, 1999.

WESTHEAD, P. R&D 'inputs' and 'outputs' of technology-based firms located on and off Science Parks. **R&D Management**, v. 27, n. 1, p. 45-62, 1997.

WESTHEAD, P.; STOREY, D. **An Assessment of Firms Located on and off Science Parks in the UK.** Londres: HSMO, 1994.

YANG, C. H.; LEE, W. C. Establishing science parks everywhere? Misallocation in R&D and its determinants of science parks in China. **China Economic Review**, v. 67, n. jun, 2021.

ZIYAE, B.; TAJPOUR, M. Designing a comprehensive model of entrepreneurial university in the science and technology parks. **World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, v. 12, n. 11, p. 267-280, 2016.

Nota Técnica

5. MOTOR HÍBRIDO-ETANOL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ADENSAMENTO PRODUTIVO NO BRASIL

Wellington Messias Damasceno¹⁶

A presente nota técnica aborda o tema das mudanças na propulsão veicular, com especial destaque para a expansão da eletromobilidade em escala global, bem como os desafios e oportunidades que se colocam para a urgente formulação de uma política nacional relativa ao tema no Brasil. Em especial, postulamos pela solução híbrida que combina propulsão elétrica com a rota tecnológica do etanol, que nos conduziu anteriormente aos motores flex e se apresenta como uma configuração adequada ao contexto brasileiro, com potencial de adoção também em outros países relevantes no mercado automotivo. Todavia, devem ser considerados diversos desafios da transição buscando minimizar os impactos sobre a cadeia produtiva e sobre o emprego, e maximizar as possibilidades colocadas ao desenvolvimento industrial na referida rota tecnológica.

Palavras-chave: Motor híbrido; Etanol; Desenvolvimento tecnológico; Adensamento produtivo.

O debate sobre a mudança da propulsão veicular tem tomado conta da agenda dos principais países com produção automotiva. Diante de um cenário em que os veículos com motores à combustão interna são responsáveis por 44%¹⁷ de todo gás de efeito estufa no planeta, além das disputas geopolíticas e a busca por alternativas à dependência do petróleo, vultosas somas em investimentos têm sido alocadas com esse intuito.

A eletrificação veicular tem recebido os maiores investimentos e é vista como a melhor alternativa por países como Alemanha, Estados Unidos, China e França, entre outros. Como aposta neste modal, em 2019, os investimentos para fabricação de VEs e investimentos adicionais em baterias na Europa totalizaram 60 bilhões de euros, quase 20 vezes mais que no período anterior. Por outro lado, a participação dos investimentos na China por montadoras europeias somou 17 bilhões de euros e os investimentos nos EUA somaram 7,8 bilhões de euros.

Com o avanço deste debate, nos centros de desenvolvimento e nas revistas especializadas, cresce no Brasil a preocupação com o futuro do setor e dos empregos a ele atrelados, além da atenção para a produção científica e industrial e a repercussão nas áreas de comércio e serviços.

Isso porque o setor automotivo brasileiro possui uma extensa cadeia produtiva, com números expressivos, tanto do ponto de vista da geração de empregos, como do impacto econômico e nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, engenharia e inovação. Em números, são 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos, cerca de 2,5% do PIB nacional, geração de R\$ 62,5 bilhões em tributos, com exportação da ordem de R\$ 38,5 bilhões, além de R\$ 2,8 bilhões em

¹⁶ **Wellington Messias Damasceno**, diretor de políticas industriais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, trabalhador na Volkswagen – SBC, advogado e pós-graduado em Direito e Relações do Trabalho.

¹⁷ Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/indicators/transport-emissions-of-greenhouse-gases/transport-emissions-of-greenhouse-gases-12#:~:text=In%202017%2C%20road%20transport,came%20from%20heavy%2Dduty%20vehicles>. Acesso em: 21/03/2022.

investimentos em P&D&I (2016/19), com 27 montadoras produzindo no País. E ainda, somos o 9º maior produtor mundial de veículos e o 7º mercado consumidor.

Tais números evidenciam a importância e a preocupação com uma mudança disruptiva neste setor, que sem o devido debate com a sociedade pode impactar em toda a nossa estrutura econômica e social. Ainda mais se considerarmos que os polos de tomada de decisões destas empresas estão na Europa, EUA, Japão, China e Coreia do Sul, e suas estratégias acabam por concentrar o desenvolvimento nas matrizes, tomando em conta o ambiente econômico e as respectivas políticas automotivas nacionais para decidir onde alocar a produção.

Diante disso, o debate em solo brasileiro tem se dado em torno das estratégias das grandes montadoras, do desenvolvimento de alternativas pelas universidades e iniciativas de inovação em empresas iniciantes ou *startups*. Porém, não existe uma coordenação geral de todas essas iniciativas ou políticas públicas que apontem qual caminho o Brasil irá seguir rumo à descarbonização no setor. Em linhas gerais, a maioria das empresas que já desenvolvem modelos elétricos nos países europeus, EUA e China, apontam no Brasil a continuidade da produção dos veículos à combustão, enquanto importam seus modelos elétricos de outras localidades.

Esse é um caminho muito perigoso para o Brasil. Como demonstrado acima, esta é uma cadeia muito estratégica, do ponto de vista da geração de emprego e renda, da arrecadação de tributos, do desenvolvimento científico e tecnológico, além de todos os reflexos em outros setores da sociedade. Não considerar o País nas estratégias e soluções para a redução de emissões dos veículos, decreta a gradativa diminuição da produção, vindo a reduzir cada vez mais nossa importância como *player* no cenário mundial, ao passo que nos tornaremos dependentes da importação de produtos que temos totais condições de fabricar no Brasil.

Os efeitos sociais e econômicos desta decisão são muito graves. Significa não apenas “abrir mão” de toda capacidade instalada para a produção de veículos, como também de todo parque de fornecimento de autopeças e da cadeia de suprimentos. Com isso, grande parte do conhecimento desenvolvido pelas universidades e centros tecnológicos em parcerias com os polos produtivos estariam comprometidos, junto com a capacidade de se aproveitar as particularidades do País, tanto para produção quanto no comércio. E conseqüentemente, tributos deixam de ser gerados e arrecadados, comprometendo os serviços públicos e eliminando um número ainda maior de empregos no País.

A defesa da sustentabilidade deve levar em conta a defesa e preservação do meio ambiente, a cultura de não poluição e novas práticas sociais. Também são necessárias políticas públicas, debatidas com a sociedade, sobre objetivos e metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e normas para a comercialização de produtos cada vez mais eficientes e menos poluentes. Dito isso, a sustentabilidade também deve ser do ponto de vista social e estrutural. Isso não pode implicar na desestruturação do tecido industrial e sua substituição por importação. É possível atingir metas de preservação e recuperação do meio ambiente com desenvolvimento de soluções brasileiras, mantendo a capacidade produtiva e incentivando a reconversão industrial para atendimento das novas demandas e necessidades. Ao pensarmos no setor automotivo e oportunidades locais para a redução de poluentes, é natural a associação com o uso e aproveitamento do etanol. Combustível identificado com o mercado brasileiro, lançado como Proálcool (Programa Nacional do Álcool) na década de 1970, foi desenvolvido para reduzir a dependência por derivados de petróleo e pode ter um papel muito relevante no debate da descarbonização no Brasil, além de outros países e regiões com desafios semelhantes ao nosso.

O uso de etanol no País é algo consolidado, sobretudo após os lançamentos dos veículos flex em 2003 (motores bicombustíveis, que podem funcionar com etanol e/ou gasolina), além da sua presença na mistura da gasolina desde 1993. Porém, apesar de sua importância e seu

tempo de maturação, até hoje não conseguiu despontar como uma *commodity* para utilização em escala global.

Do ponto de vista interno precisamos considerar alguns aspectos. A solução do etanol como instrumento de redução das emissões de poluentes e cumprimento dos compromissos assumidos com a agenda de enfrentamento da mudança climática faz todo sentido. Segundo dados da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, se compararmos um veículo com motor três cilindros movido a etanol com um motor elétrico puro, abastecido com eletricidade gerada a partir de fontes como as usinas termoelétricas, o primeiro já tem um nível de emissões menor, se levamos em conta o cálculo do poço à roda, que considera o nível de emissões desde a geração da energia propulsora até a emissão pelo veículo. Se levamos em conta um veículo híbrido-etanol essa vantagem se torna maior, já que nestas condições o nível de emissões deste estaria em 14 gramas de CO₂/Km, enquanto um veículo elétrico puro poderia chegar a 82 gramas de CO₂/Km.

Além das melhorias que o motor convencional pode receber com o intuito de reduzir seus níveis de emissão e avançar na eficiência energética, o desenvolvimento da tecnologia híbrido-flex amplia as oportunidades da pesquisa e desenvolvimento nacional, já que agrega tecnologias conhecidas à própria evolução dos motores elétricos e baterias, podendo levar em consideração as vantagens competitivas locais. Nesse aspecto, conseguiríamos expandir a cooperação industrial com o setor tecnológico/acadêmico, com investimentos e ampliação dos polos já existentes no País, além de diminuirmos a dependência de importação de tecnologia e ampliar a cadeia produtiva já existente.

Ao falar da cadeia produtiva, sobretudo de autopeças para o *Powertrain*, estes setores podem ser muito afetados a depender da transição pela qual passaremos. Somente se compararmos o trem de força de um veículo a combustão interna com o veículo elétrico, estima-se que este tenha cerca de 60%¹⁸ a menos em componentes. Esse dado já é extremamente preocupante, mas pode ser ainda mais crítico, pois parte considerável dos novos componentes tecnológicos não é fabricada no Brasil. Definir uma estratégia nacional referente ao futuro deste setor pode preservar o tecido industrial que representa atualmente 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos. Se considerarmos o motor híbrido-flex, temos potencial de crescimento dessa indústria, pois parte da cadeia produtiva permaneceria e há um potencial para reconversão de outra parte dessas indústrias para a produção dos componentes ligados à eletrificação, mas também da mudança dos motores atuais.

Em termos de distribuição e abastecimento, sobretudo num País com as dimensões continentais como o nosso, o veículo híbrido-etanol oferece a vantagem de utilizar a mesma estrutura de postos de serviço existentes. Neste ponto, precisamos frisar que, com o mundo caminhando para a eletrificação veicular, o Brasil não pode ficar de fora desta discussão, como já defendido neste artigo. Porém, o investimento em infraestrutura de eletropostos é altíssimo, e devemos demorar consideravelmente para cobrir o vasto território brasileiro e dar segurança aos usuários deste modal, além da mudança no perfil destes postos, já que o abastecimento elétrico não é, no momento, imediato como o bico de combustível. Dessa forma, enquanto cresce a oferta e disponibilidade de locais para abastecimento elétrico juntamente com a evolução no tempo necessário para carga e a consolidação de uma indústria para a produção desses equipamentos no país, o Brasil avança num modelo combinado de tecnologias, utilizando a eletrificação sem dependência de uma fonte externa acoplado à utilização de um combustível menos poluente.

¹⁸ Estimativa DIEESE subseção Metalúrgicos ABC, a partir de <https://autopapo.uol.com.br/noticia/ninguem-conta-sobre-carros-eletricos/>

Quanto à estratégia externa, há articulações lideradas pelas associações e empresas do setor sucroenergético e algumas montadoras em levar a tecnologia dos motores a etanol para outros Países. Como dito anteriormente, mesmo fazendo parte do cotidiano do brasileiro há mais de quatro décadas, o etanol nunca ganhou protagonismo em outros países como fonte alternativa para propulsão veicular, se limitando a compor a mistura na gasolina. Isso se deve ao fato de que Brasil e Estados Unidos são os dois principais produtores de etanol e concentram cerca de 85% da produção mundial, que do ponto da estratégia geopolítica, representa risco de dependência de uma oferta muito concentrada desse combustível para os demais países que considerem aderir a essa alternativa.

Neste aspecto, essas entidades têm procurado exportar não só a tecnologia veicular e a produção, mas também incentivar o cultivo da cana-de-açúcar e a tecnologia para produção do etanol nestes países, visando criar novos polos de produção, aumentar a oferta, reduzir os riscos de desabastecimento ou dependência exclusiva de poucos mercados e sua absorção na cadeia, desde a produção do combustível até sua oferta nas redes distribuidoras.

O setor sucroenergético brasileiro emprega atualmente 2,1 milhões de trabalhadores diretos e indiretos. É o maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar. Tem investido em pesquisa e desenvolvimento no campo, visando o aumento da produtividade, com maior colheita por hectare e mudanças genéticas para combate a pragas e aproveitamento da cana. Além de ter iniciativas como o etanol de segunda geração (suscitado a partir de subprodutos da cana, como palha e bagaço) e gás metano, aumentando a capacidade de geração e fornecimento de diferentes tipos de energia. Ocupa, por tanto, um papel importante neste debate. Porém, são necessárias medidas que assegurem que não haverá aumento nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo àquelas voltadas a produção de alimentos e as utilizadas pela agricultura familiar. E ainda, que teremos assegurados os volumes do combustível, sobretudo com o aumento da demanda, em face da popularização destas iniciativas de propulsão veicular combinadas com o etanol. Esse último tem relação direta com a produção e comercialização do açúcar e não poderíamos ficar reféns da flutuação dos preços de mercado, para se garantir que esta política seja eficiente.

Em termos de desenvolvimento tecnológico e transição para a eletrificação, há ainda a possibilidade de utilizar o etanol para a geração de energia elétrica a partir do desenvolvimento de veículos movidos a célula de combustível a etanol. Apesar de já rodarem em outros cantos do mundo veículos utilizando a tecnologia da célula de hidrogênio, no caso brasileiro, o etanol passa por um equipamento chamado reformador, que vai extrair o hidrogênio, que por sua vez será combinado ao oxigênio do ar na célula propriamente dita. É a reação química dentro da célula, a eletrólise, que vai gerar a eletricidade que alimentará o motor. Neste caso, há a vantagem de uma bateria menor, já que esta seria constantemente recarregada pelo etanol no tanque do carro, e a facilidade em abastecer o veículo, como os tradicionais à combustão.

Diante de todo o exposto, o Brasil tem uma oportunidade valiosa de desenvolvimento tecnológico nacional, redução da necessidade de importação e possibilidades de exportação intelectual e industrial, além da preservação e ampliação dos empregos e do tecido produtivo. Para tanto, são necessárias políticas públicas com amplo debate com a sociedade e elaborada no sistema multi-hélice, com a participação de governos, dos sindicatos de trabalhadores, empresários, academia, associações e demais atores que possam contribuir com esta formulação. É urgente indicar prioridades como a preservação do meio ambiente, a geração de emprego e renda, programas de qualificação profissional, incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de programas de reconversão industrial.

O Brasil não deve excluir nenhuma tecnologia disponível para a propulsão veicular e deve conviver com todas elas, sobretudo visando a redução de emissões e aumento da eficiência energética. Entretanto, este artigo visa demonstrar que estamos diante da possibilidade de

apostar numa estratégia de desenvolvimento a partir de uma matriz energética brasileira, com potencial positivo nos empregos e na melhoria da remuneração dos trabalhadores, do aproveitamento da capacidade instalada para produção dos veículos e componentes, do fortalecimento da cadeia de fornecedores locais e reconversão de empresas e investimentos em ciência e tecnologia. Precisamos garantir que o Brasil possa avançar no compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Nota Técnica

6. UMA NOVA ALTERNATIVA NA MATRIZ ECONÔMICA PARA O GRANDE ABC PAULISTA: O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, APL TIC ABC, A PARTIR DAS 10.405 EMPRESAS DE TECNOLOGIA EXISTENTES NA REGIÃO

Fábio Costa de Souza¹⁹
Paulo Sergio Cereda²⁰

Resumo Executivo

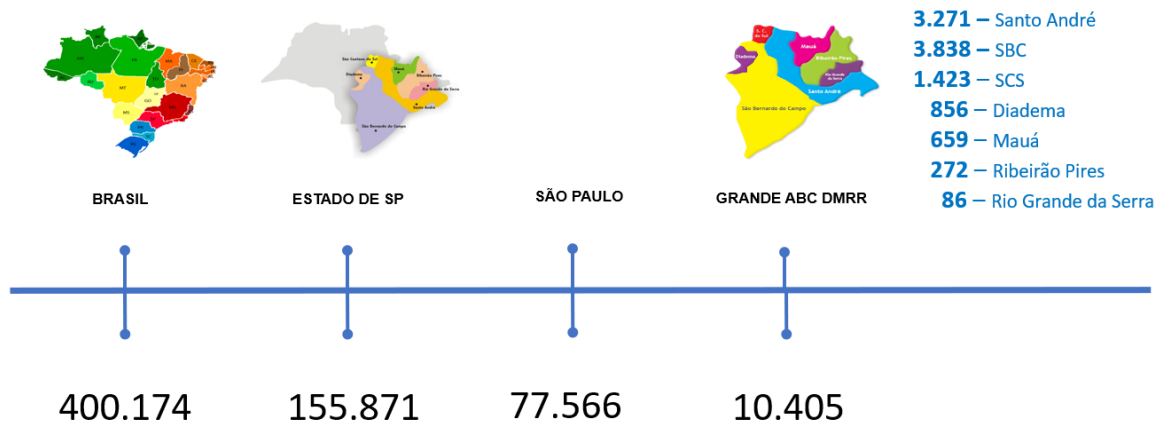
O Grande ABC Paulista em alguns números: sete Cidades, 2.825.048 habitantes, 280.610 Empresas, sendo 10.405 empresas de Tecnologia e um imenso objetivo, encontrar e estruturar uma nova alternativa na matriz econômica da região. Esses números evidenciam que temos um ambiente adequado para a criação de um polo de Tecnologia. Em 2018, 2019 e 2020, o SEBRAE ABC realizou o Programa com 30 Startups da região do Grande ABC Paulista e em 2021 realizou o Programa TIC ABC com 110 Empresas entre Startups e Empresas de Tecnologia. Duas constatações, existência de 10.405 de Empresas de Tecnologia e que 72% do faturamento dessas Empresas é fora do ABC Paulista, ou seja, as Empresas tradicionais não estão consumindo tecnologia, o APL TIC ABC será essa ponte.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Inovação; Transformação Digital; Gestão; Ecossistema; Hub; TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); Arranjo Produtivo Local; APL TIC ABC; ITESCS; ABC Valley; Startups.

¹⁹ **Fábio Costa de Souza.** Economista, graduado pela PUC-SP. Pós-graduado em Gestão Empresarial pela FIA-SP e Insper. Consultor do SEBRAE ABC, Gestor dos Programas de Inovação na região do ABC Paulista e Fellowship do Sebrae for Startups. Membro ativo no ABC Valley.

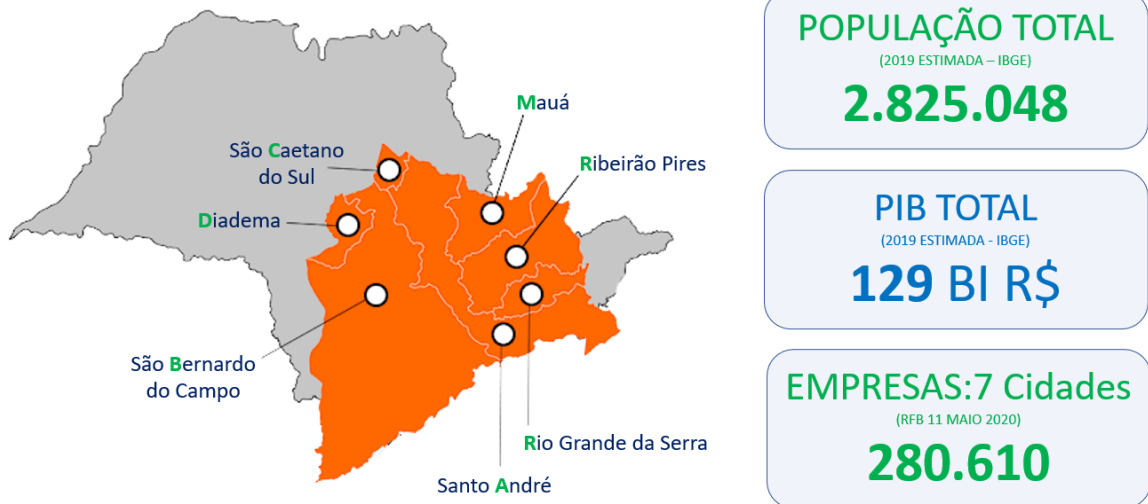
²⁰ **Paulo Sergio Cereda.** Economista, graduado pela UNESP. MBA em Gestão de Marketing pela UNICEP São Carlos. Gerente Regional do SEBRAE no Grande ABC Paulista. Atuação a mais de duas décadas como Consultor Empresarial, tendo oportunidade de desenvolver projetos de desenvolvimento econômico nos Arranjos Produtivos Locais (APL) em Porto Ferreira, Tambaú e Vargem Grande do Sul, com foco no ganho de competitividade.

QUANTIDADE DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA



11 Maio 2020 – RFB

REGIÃO GRANDE ABC DMRR



Introdução

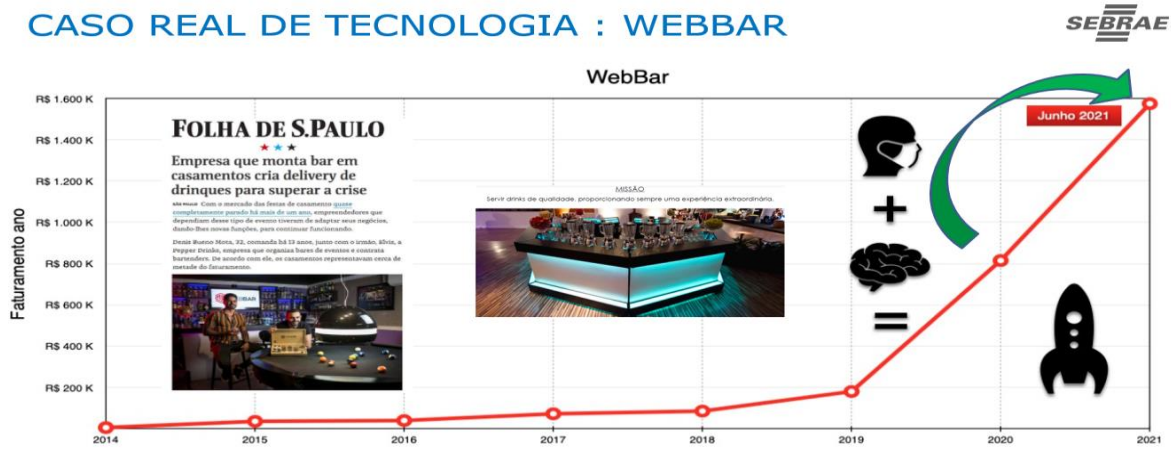
Nos últimos cinco anos nos atendimentos realizados pelo Sebrae ABC (2018-2022), notamos que as empresas de todos os setores, segmentos e tamanhos que estavam crescendo no mercado, avançando na gestão, no lucro ou nas vendas, tinham algo em comum, a ampla utilização da Tecnologia.

Desde uma pizzaria, escola infantil, escritório de arquitetura, contador, fábrica, advogado, gráfica e um comércio, que utilizavam um sistema de gestão (ERP), CRM (Customer Relationship Management, que é um conjunto de práticas, estratégias de negócio e tecnologias focadas no relacionamento com o cliente), redes sociais, e-commerces,

marketplaces e o marketing digital, essas empresas estavam utilizando as ferramentas da nova economia e colocando em prática, a sua transformação digital.

Com a pandemia, ficou claro que a transformação digital é uma regra e não exceção. Um caso real de uma Empresa de São Bernardo do Campo, a WebBar que conseguiu explorar bem o marketplace e multiplicou o faturamento anual durante a pandemia e levou os seus produtos para todo o Brasil.

CASO REAL DE TECNOLOGIA : WEBBAR



Breve histórico dos Programas de Inovação do SEBRAE no ABC Paulista

Desde 2017, o SEBRAE ABC acelerou juntamente com os Parceiros locais, os programas de inovação na região do Grande ABC Paulista, para identificar as Startups e Empresas de Tecnologia.

O primeiro evento de inovação do SEBRAE na região do ABC, ocorreu justamente na USCS em 20 de maio de 2017. Com o evento Sebrae Startup Day.



Em 2018, 2019 e 2020, o SEBRAE ABC realizou o Programa STARTUP SP para acelerar 10 Startups por ano, da região do Grande ABC Paulista com o apoio incondicional do ITESCS - Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul.



Duas constatações nesses três anos de programas com startups. Primeiro, existiam startups maduras e que impactavam os seus mercados de atuação. Segundo, os índices observados nesse período de 2018 a 2020 mostraram a sobrevivência das Startups da nossa região eram de 73% e que na pandemia caiu para 60%, excelente comparado aos 90% de mortalidade no Brasil e no mundo, mesmo assim, temos muito a fazer.

Segundo que 90% das vendas dessas startups eram para empresas fora da região do ABC Paulista, ou seja, exportação de serviços, geração de riqueza e empregos qualificados e também evidenciando que as Empresas tradicionais do ABC Paulista, não estavam consumindo tecnologia.

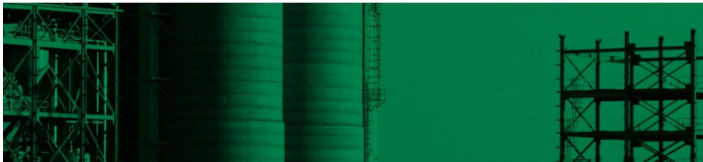
Por isso, a ideia de ter um APL TIC ABC (Arranjo Produtivo Local do ABC Paulista), que busca trazer protagonismo para a região neste segmento, por isso, foi submetido na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo no dia 21 de fevereiro de 2022 conforme Edital, no dia 24 de março de 2022 será publicado o resultado.

Para caracterizar um APL, é necessário comprovar a existência de um conjunto de agentes que constituem uma aglomeração produtiva em determinado território: empresas produtoras, e fornecedoras, universidades e atores governamentais são exemplos desses agentes.

Além disso, é obrigatório que essa aglomeração produtiva tenha governança comum e evidenciem relações de cooperação entre os membros. *“Esses fenômenos ocorrem em um recorte do espaço geográfico constituído pelo agrupamento de agentes de interesses que consolidam uma identidade coletiva e demonstram a capacidade de promover o desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno”*. Trecho retirado da Revista Negócios em movimento, edição 125.

Atualmente, o governo de São Paulo reconhece 67 APLs, que envolvem mais de 400 municípios. Abaixo os quatro níveis de maturidade de um APL: aglomerados, em desenvolvimento, consolidado e maduro.

NÍVEL DE MATUREZADE	AGLOMERADOS	APL EM DESENVOLVIMENTO	APL CONSOLIDADO	APL MADURO
CARACTERÍSTICAS	Reconhecem a existência de aglomeração, sem maiores dados	Governança em fase de organização	Governança identificada e composta	Internacionalização/exportação
	Baixo relacionamento entre as empresas	Início de ligação inter empresas	Consolidação da ligação e confiança no relacionamento Inter empresas	Forte processo de ligação e confiança Inter empresas
	Não há governança composta	Elaboração de plano de desenvolvimento	Aproximação da academia ao setor produtivo	Presença de Redes APLs Setoriais
		Existência de uma entidade gestora	Aproximação dos sistemas bancário e financeiro	Intensa interação academia x setor produtivo
	Atração de instituições de apoio	Preparação para Exportação	Ênfase no aprendizado por interação	
Necessidade de capacitação empresarial básica	Mercados próximos em expansão	Organização de instâncias de governança (fórum, conselho, comitê)	Interação entre Clusters	
REGIÃO ABC DMRR		Difusão da inovação	Ganhos em eficiência coletiva	Digitalização/Indústria 4.0



4 NÍVEIS DE APL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO PAULO

Um registro pertinente, o Grande ABC teve o APL TIC reconhecido em 2008. O histórico documentado por Renato Grau, do ITESCS, foi fundamental em 2022. Por esse e outros motivos, sendo aprovado, a Entidade Gestora do APL TIC ABC será o ITESCS.

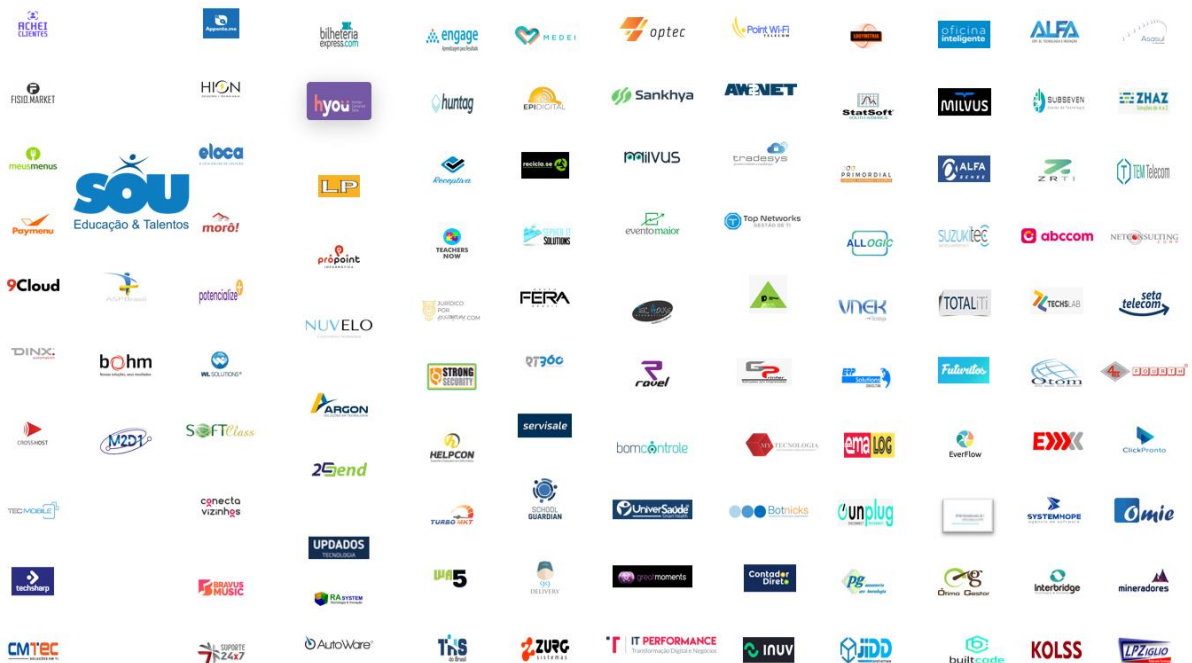


Banca de avaliação do startup SP do Sebrae em 2018, na USCS.



STARTUPS DO ABC PAULISTA – 2018 A 2020

Em 2021, conectamos as startups com as empresas de tecnologia do Grande ABC Paulista. O quadro abaixo é possível verificar as 110 empresas e startups. Essa imagem foi apresentada e 80% dos empreendedores não conheciam as demais empresas, mostrando que o caminho do APL TIC ABC será a ferramenta de conexão e fomento do desenvolvimento das Empresas e região.



110 EMPRESAS E STARTUPS DO ABC PAULISTA – ORIGEM DO GRUPO DO APL TIC ABC 2022



INDICADORES APL TI ABC 2021 – CONSOLIDADO PELO SEBRAE ABC

CNAE'S – PARÂMETRO ACATE - VALIDAÇÃO



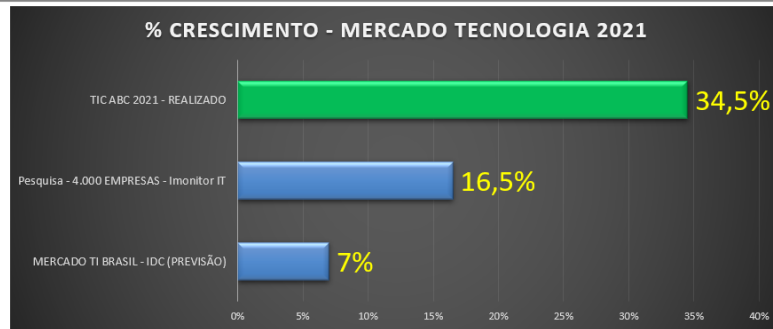
CNAE	CNAE E DESCRIÇÃO	BRASIL	ESTADO DE SP	CEADDE SP	SA	S.P.C.	S.C.S	DADEBA	PAJAJ	RE PASS	RE E S (E) ENEM	TOTAL ABC ON RR
TOTAL	TOTAL	400.174	153.871	77.566	3.271	3.838	1.423	856	655	272	86	10.405
62.01-0/01	Reparação de Software em qual que suporte	442	103	57	2	3	1	1	-	-	-	7
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	1.646	666	262	11	23	9	9	-	4	-	56
2621-1/00	Fabricação de Equipamentos de Informática	528	130	68	-	3	-	-	-	-	-	3
26.22-1/00	Fabricação de periféricos para equipamento de informática	525	188	95	3	2	3	1	1	1	-	11
2621-1/01	Fabricação de Equipamentos para sistemas de comunicação, áudio e audiovisual	343	126	40	2	4	1	2	-	-	-	9
2623-8/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, áudio e audiovisual	364	148	32	-	-	-	1	-	-	-	1
2620-5/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	646	252	89	1	7	1	3	1	-	-	13
2621-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	1.507	736	229	10	31	17	18	3	1	-	80
2620-3/00	Fabricação de instrumentos e relógios	63	20	14	1	-	-	-	-	-	-	1
2620-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	103	43	14	-	-	1	1	1	-	-	3
2621-1/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e consumo de energia elétrica	1.459	514	103	9	6	4	24	6	-	-	49
2620-2/02	Fabricação de equipamentos para animação e games	344	128	49	6	4	-	-	-	-	-	10
2620-2/00	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos eletrônicos não especificados anteriormente	1.586	746	326	10	26	11	17	1	-	-	65
62.00-0/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	7.728	1.424	287	14	11	2	8	17	2	2	56
62.00-0/02	Provedores de voz e dados protocolo internet - VODIP	167	54	26	2	1	2	1	-	-	-	6
62.00-0/99	Outros provedores de acesso às comunicações	29.549	7.497	1.312	151	155	39	44	56	25	13	482
62.01-0/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	31.131	16.010	9.461	322	310	332	42	29	20	-	855
62.02-0/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	11.025	4.560	2.442	55	70	312	7	7	5	-	256
62.03-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	9.596	4.218	2.127	72	87	67	6	7	6	1	245
62.09-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (TI) (prestada*)	52.882	29.151	17.625	745	779	312	89	98	28	9	2.060
63.11-0/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	22.632	13.679	9.020	346	528	164	34	35	16	7	1.130
63.19-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	16.667	6.657	3.863	110	241	71	21	10	9	-	462
7210-0/90	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	2.318	976	362	9	13	3	1	-	3	-	29
7220-1/90	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	813	255	94	2	1	2	-	-	-	-	5
7311-4/00-01	Provedores de conteúdo, desenvolvimento e distribuição de conteúdos digitais	19.535	6.859	3.789	71	74	35	6	5	5	3	199
7319-1/00-01	Provedores de conteúdo, desenvolvimento e distribuição de conteúdos digitais	12.990	2.553	611	25	34	4	16	-	6	4	89
63.20-0/04	Equipação de jogos eletrônicos recreativos	4.349	1.141	321	13	9	4	1	6	2	-	35
95.11-0/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos OU reparação de jogos em	132.798	45.399	18.757	1.101	1.157	384	366	286	109	19	3.422
95.12-0/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação OU reparação de jogos em	42.468	11.882	4.121	178	259	42	137	90	30	29	765

CNPJ'S CLASSIFICADOS COMO TIC, COM BASE NA ACATE

Objetivo de curto prazo no APL TIC ABC: Comitê com 35 Empresários(as)

Iniciaremos com a criação de um Comitê com a Liderança compartilhada de Evandro Barros, Fundador da Tec Mobile e Receptiva e do Leo Gmeiner da School Guardian. Serão 34 cadeiras com os respectivos Empresários com histórico comprovado e resultados. Chamaremos de Squads. Exemplos: governança, OKR, conexão, estudos setoriais, licitação/editais, API, Saas, pessoas, gamificação, ecossistema, jurídico, programação, relações Institucionais, instituições da região, conteúdo/educação, parcerias, internacionalização, tecnologia, big data, grandes empresas, marketplaces, indicadores setoriais, startups, squad, universidades, centro de pesquisas, máquina de vendas, eventos, conselho fiscal, lei do bem, CRM, sucessão corporativa, desenvolvedores e investidores.

EMPRESAS DE TECNOLOGIA – ER GRANDE ABC



Previsões da IDC Brasil para 2021 apontam que mercado de TIC crescerá 7%

Escrito por Redação, 06:30 / 12 de Fevereiro de 2021.

Mercado de TI deve crescer 11% e o de Telecom, 2%

Expectativas para 2021

% Crescimento do mercado de TI (2020 x 2021)	Total Geral	Hardware	Software	Serviços	IaaS	PaaS	SaaS
	16,5%	10,8%	14,0%	13,8%	41,5%	24,2%	24,9%

Destaques:

- SaaS surfando sobre o crescimento de IaaS em 2020
- PaaS - o número de empresas oferecendo PaaS ainda é pequeno, mas temos visto um aumento de empresas se autodenominando como PaaS, incluindo:
 - Plataformas de corretagem de APIs
 - Plataformas de desenvolvimento low-code
 - Plataformas de serviços financeiros

Destaque especial: IaaS com 41,5% de expectativa de crescimento

PREVISÃO DO CRESCIMENTO DO SETOR EM 2021

Objetivo de curto prazo no APL TIC ABC: ABC JOBS 2022

A integração com os demais atores da região será prioridade em 2022, para evidenciar a jornada do APL TIC ABC. O principal deles são as Instituições de ensino, pois, a mão-de-obra é a principal dor (dificuldade) dessas empresas de tecnologia. Será lançado em março de 2022, o Projeto ABC JOBS que será uma plataforma para divulgação das vagas das Empresas de Tecnologia da região do ABC Paulista. Faremos um road show em todas as Faculdades da região. A Empresa que realizou o Projeto é a HYOU do Empresário Wilson Andrade, que participa ativamente do TIC ABC, do ABC Valley e de todo ecossistema.

Objetivo de curto prazo no APL TIC ABC: Conexão com o ABC VALLEY

As 20 Empresas que participaram do evento Tração no ABC Valley, cresceram 134,25% em vendas (2021 x 2020).



APL TIC ABC – CONEXÃO COM O ABC VALLEY – ASSISTAM AS 20 STARTUPS DA REGIÃO NO YOUTUBE PELO QR CODE ABAIXO.



Objetivo de curto prazo no APL TIC ABC: Proximidade com a mídia local



TOTAL APOIO E COBERTURA DA MÍDIA LOCAL – NEGÓCIOS EM MOVIMENTO

Objetivo de médio prazo no APL TIC ABC: Fortalecer a sinergia com os Atores do Ecossistema de Inovação do ABC Paulista

Alguns dos atores do ecossistema de inovação que terão sinergia total com o APL TIC ABC:

- 1) ITESCS - Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul;
- 2) O Parque Tecnológico de Santo André;
- 3) Coalizção Digital;
- 4) UpLab (SENAI);
- 5) Ceitec - São Bernardo do Campo;
- 6) Escola de Inovadores - ETEC/FATEC;
- 7) TegUp;
- 8) ABC Valley;
- 9) Protagonista Empreendedor;
- 10) Incubadora Mondó - Universidade Metodista;
- 11) LAB de Inovação - Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo;
- 12) INOVANEX;
- 13) Revista Negócios em Movimento;
- 14) Biosphere – USCS;
- 15) SEBRAE ABC;
- 16) Sebrae for Startups;
- 17) Associações Comerciais;
- 18) Secretarias de Desenvolvimento Econômico;
- 19) OAB Santo André;
- 20) Universidades, Faculdades e Cursos;
- 21) CIESP



BENEFÍCIO DO

https://bit.ly/ParqTecSA_mercedes

ECOSSISTEMA: INTEGRAÇÃO E RESULTADO

Objetivo de longo prazo no APL TIC ABC: Projeto CEM 2025 (Ter Cem Empresas do ABC Paulista no mundo até 2.025)

Inserir a cultura de Exportação de Serviços no APL TIC ABC. Empresas que já comercializam seus serviços em outros países, como a School Guardian que está presente em oito países e a WEVO que atua em 11 países e realizou uma movimentação de Fusão com a Americana Jitterbit.

Em 2018, traçamos o Projeto chamado CEM 2025, com o objetivo de ter Cem Empresas para o Mundo até 2025. Identificamos 10 Empresas da região do ABC Paulista, como a School Guardian, Wevo, Milvus, Atlantic Hub, SOU, Engage, Digifort, MicroPower, TECMOBILE e Receptiva.

Esse movimento mostra que é possível exportar e conectar as Empresas. Com o APL TIC ABC, a intenção é participar de eventos com as Entidades de apoio como APEX, Investe SP e Sebrae, para tornar a Internacionalização um dos pilares do APL TIC ABC.



Considerações Finais

Para evidenciar e tangibilizar tudo que foi apresentado nessa Carta de Conjuntura da USCS referente ao APL TIC ABC, segue o QR CODE com as três reuniões realizadas com as 110 Empresas de Tecnologia da região do Grande ABC Paulista.

APL TIC ABC - ENCONTRO 1/3 – PLAYBOOK TIC



APL TIC ABC - ENCONTRO 2/3 - OKR



APL TIC ABC - ENCONTRO 3/3 – INDICADORES + PALESTRA DO CLAUDIO KAWASAKI (Empresário, Investidor e Mentor)



Referências Bibliográficas

1. <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>
2. <https://cidades.ibge.gov.br/>
3. <https://app.isend.com.br/iSend/external/magazine?encrypt=665B5842155EBA61992F2F7AFCE85854143F5D1AB3D41CEC2464B907E7197B2E>
4. <https://www.acate.com.br/>

Nota Técnica

7. ABC VALLEY: RETOMADA E OPORTUNIDADES

Henrique Paduan Alvares²¹

Ana Paula Zanetti Neves²²

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta sinteticamente o ABC Valley, movimento de pessoas envolvidas com inovação na Região do Grande ABC, que teve início em 2017. O objetivo do movimento é promover a inovação na Região. Desde o início de 2020, verifica-se a retomada das atividades, com a instituição de um modelo de governança e a criação de um grupo de voluntários.

Palavras-chave: *Inovação; ABC Valley; Empreendedorismo; Startups; Conexão.*

Em 2017, após ampla participação das pessoas envolvidas com inovação na Região do grande ABC, houve o lançamento ao mundo do nome ABC Valley.

Pode parecer apenas um denominador influenciado pelo Vale do Silício, mas vai muito além disso, trata-se do marcador da existência de um movimento, cujo objetivo é promover a inovação na Região.

Muita coisa aconteceu nesses 5 anos, o movimento quase se encerrou, mas desde o início de 2020, tivemos a retomada das atividades, com a instituição de um modelo de governança e a criação de um grupo de voluntários.

Na sequência, apresentaremos como essa experiência tem se dado, quais os movimentos da comunidade e as oportunidades futuras na região.

Muitos questionamentos se colocam em relação ao ABC Valley, mas os principais são: O que é o ABC Valley e qual sua finalidade?

O grupo responsável por criar o modelo de governança da comunidade buscou responder tais questionamentos de maneira direta e clara.

Assim, temos que o ABC Valley é a comunidade de inovação da Região do Grande ABC, cuja finalidade é a de promover um ambiente adequado para geração de conexões espontâneas.

Dessas curtas definições, conseguimos observar pontos relevantes.

²¹ **Henrique Paduan Alvares.** Advogado, graduado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduando em Direito Público Municipal pela Escola de Contas e Gestão Governamental do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Co-fundador do Jurídico por Assinatura. Membro ativo no ABC Valley.

²² **Ana Paula Zanetti Neves.** Graduada em Matemática pela Fundação Santo André, MBA em E-Management, atualmente pesquisadora e mestranda na Universidade Federal do ABC com o tema: a capacidade analítica de big data das startups digitais. Como profissional de TI, realiza projetos e treinamentos para diversas empresas. Membro ativo no ABC Valley.

O primeiro deles seria o de que somos uma comunidade, e não um ecossistema.

O ecossistema é algo intangível e extremamente orgânico, que reúne todos os atores da região e não pode ser "dirigido" por alguém ou alguma instituição. Ele simplesmente acontece.

Já a comunidade é um grupo de pessoas com um objetivo comum, o que se encaixa perfeitamente na realidade do ABC Valley.

Outro ponto relevante é o de que somos uma comunidade de inovação e não apenas de startups.

Evidentemente que a inovação está na gênese das startups, mas nem todo negócio inovador se configura como escalável, replicável e imerso em um ambiente de extrema incerteza.

A própria definição de startups é algo controverso, com diversos conceitos trabalhados por autores e instituições.

Desse modo, optamos pela inovação como o caráter central e de união da comunidade, seja a inovação incremental ou disruptiva, sem fecharmos o grupo apenas para startups.

Além disso, pensando no aspecto geográfico, a comunidade está presente nas 7 cidades da região do Grande ABC: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, não sendo representativa de apenas uma delas.

Ao enfocarmos a finalidade da comunidade, pode-se observar que optamos por algo enxuto e possível, que pudesse ser concretizado por uma entidade aberta e formada por voluntários.

Muitas ideias de objetivos para o ABC Valley foram veiculadas, algumas mais complexas, como o da formação de desenvolvedores, e outras mais simplificadas, como a promoção de eventos de descontração.

Após muitas discussões, o grupo chegou à finalidade mais genuína de uma comunidade, que é a de gerar conexões espontâneas entre os seus membros.

Trata-se de uma finalidade enxuta, mas ao mesmo tempo complexa. Como se promove um ambiente de conexões espontâneas?

Esse tem sido o trabalho desenvolvido pelo grupo de voluntários do ABC Valley.

Atualmente temos dois eventos permanentes no formato online, o Tração e o Meetup.

No evento Tração, construído com base no livro Tração (Gabriel Weinberg e Justin Mares) - Domine os 19 canais que uma Startup usa para atingir aumento exponencial de sua base de clientes, duas empresas da região compartilham suas experiências em relação aos mecanismos de crescimento dos negócios e como os canais de Tração são explorados por eles.

Já o Meetup, o evento foi adaptado para o formato online durante o ano de 2021, nele são abordados temas variados, que tenham impacto na jornada empreendedora. Assim, já foram abordadas questões sobre Corporate Venture Capital, Internacionalização, LGPD e outros.

Com o maior controle da pandemia, iniciamos nossa trilha de eventos presenciais, com a realização de happy hours e outros eventos de conexão e compartilhamento de conhecimento e experiências.

Assim, com a promoção de tais eventos, as pessoas da comunidade passam a se conhecer, trocar experiências e realizar negócios.

Além disso, os voluntários e membros da comunidade passaram a estar presente em outros espaços e eventos, realizando contatos com outras comunidades e instituições, com isso a comunidade ampliou o seu potencial de conexão.

Todos podem participar, estudantes, universidades, entidades governamentais, aceleradoras, investidores, startups, empresas ou quaisquer pessoas interessadas em inovação.

Caso queira se conectar, é só acessar o seguinte site: www.abcvalley.org

Feito esse breve comentário sobre a comunidade de inovação, vale ressaltarmos as oportunidades que se abrem na região e como o ABC Valley pode ser um agente relevante neste processo.

Como é de notório conhecimento, a região, que um dia foi o berço do processo de industrialização e a sede de várias montadoras, passa por uma mudança no perfil da matriz econômica.

As pesquisas indicam que o desempenho setorial do PIB entre 2009 e 2019, na indústria, foi de -41,2% na região do Grande ABC. Este dado mostra como a participação industrial vem diminuindo drasticamente na economia da região.

Todavia, tal diminuição ainda não pode ser recuperada por outros setores, uma vez que os dados indicam que a participação da região tanto no PIB nacional quanto no estadual vem diminuindo fortemente na última década.

Tal cenário mostra a tendência de diminuição do tamanho da economia do Grande ABC, o que acarretará redução das taxas de emprego, redução da arrecadação e a consequente deterioração da situação social de cada um dos municípios.

Ao olharmos para este cenário, resta evidente que a região necessita com urgência se posicionar frente às mudanças econômicas e sociais, bem como desenvolver ações concretas para a transição.

Como amplamente debatido, atualmente, a economia se baseia no conhecimento. Com o impressionante avanço tecnológico das últimas décadas, temos um deslocamento do modo como se gera valor para a sociedade.

Nesta esteira, a questão da inovação é central. Não se pode sustentar e promover uma economia do conhecimento sem a inovação.

Desse modo, o ecossistema de inovação da região do grande ABC deve-se fortalecer e encontrar espaço na ordem estadual, nacional e internacional. E é neste ponto que o ABC Valley se mostra como peça-chave para a concretização deste movimento regional.

A comunidade é o *locus* de encontro daqueles que pensam e fazem inovação na região. É por meio dela que conseguiremos criar as conexões necessárias para a sustentação de um ecossistema vivo, bem como promover o empreendedorismo inovador.

No último mapeamento realizado pela Associação Brasileira de Startups, a região conta com 55 startups, número que ainda se mostra muito aquém do potencial de mercado, humano e econômico que a região possui.

Ainda, algumas cidades do ABC estão no ranking geral do índice de cidades empreendedoras (Endeavor), São Bernardo do Campo o 12o. melhor índice de inovação e Santo André tem o 18o melhor índice, também estão no ranking, Diadema e Mauá.

A Região conta com várias instituições de ensino, são 100.000 alunos e 56.000 só na área da tecnologia.

Ao analisarmos os números, podemos concluir que o potencial de crescimento da região na área de tecnologia e inovação é enorme. Esta inovação pode impactar a economia e a sociedade, com a geração de empregos qualificados, a transformação digital dos negócios, incluindo médios e pequenos e a criação de soluções para os problemas da região.

Sendo certo que o ABC Valley será o ponto de encontro de todos os atores interessados em inovação na região.

ABC Valley - Inovação para Valer!

Lembre-se: "Se você quer fazer parte da comunidade, você já faz parte dela".

Nota Técnica

8. CRIAÇÃO DE UM DISTRITO DE INOVAÇÃO NO GRANDE ABC PODE SER O MARCO DE UMA NOVA ERA

Mauro Miaguti²³
Daniel Carmo²⁴

Resumo Executivo

A pandemia acelerou os problemas relacionados a desindustrialização em todo o país, que há anos impacta negativamente as empresas do Grande ABC, região que sempre foi vista como importante polo industrial do país. O presente trabalho apresenta a criação de um distrito de inovação na região como uma saída inovadora para o momento atual. Ele foi elaborado à partir de um design sprint que contou com a participação de profissionais dos mais diversos segmentos: empresários, estudantes, profissionais liberais, dirigentes de entidades, professores universitários.

Palavras-chave: Desindustrialização; Inovação; Educação; Economia; Social.

Cenário Local

A história da região do Grande ABC se confunde com a história das indústrias fundadas no início do século passado. Em 1909, surge a Fiação e Tecelagem Tognato, em 1919 a Companhia Química Rhodia e a Fábrica de Móveis Irmãos Corazza. Em 1929, a General Motors chega a São Caetano do Sul e a Pirelli em Santo André (Diário do Grande ABC, 2002).

Em meados da década de 50, o Grande ABC foi o berço do desenvolvimento da indústria automobilística do nosso país. A região chegou a ser batizada de “Detroit brasileira”, referência ao maior centro de produção de automóveis dos Estados Unidos. (Isto é Dinheiro, 2019). Em São Bernardo do Campo, foram instaladas grandes montadoras como Ford, Mercedes Benz, Scania, Karmann Ghia, o que proporcionou o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas voltadas ao setor de autopeças. Mas a falta de investimentos no setor, a falta de políticas públicas de incentivo, o excesso de impostos, a falta de apoio em inovação e tecnologia foi alterando esse cenário.

Antes da pandemia, em 2017, o levantamento Demografia das Empresas e Empreendedorismo, revelou que 22.932 empreendimentos encerraram suas atividades. Em quatro anos de saldos negativos consecutivos, o Brasil já perdeu 316.680 empresas (Jornal do Comércio, 2019).

²³ **Mauro Miaguti.** Empreendedor. Foi sócio gerente da empresa Minipa Industrial Eletrônica Ltda. Fundador da Balitek Instrumentos e Serviços Ltda. Atual Diretor Titular do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de SP. Facilitador Líder do Programa Empretec SEBRAE/PNUD/ONU. Professor Universitário. Palestrante na área do empreendedorismo. Diretor de Tecnologia e Competitividade da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de SP. Foi Fundador da Rede Metrológica do Estado de SP. Diretor de Marketing da Sociedade Brasileira de Metrologia. Membro do Conselho da ABNT.

²⁴ **Daniel Carmo.** Co-fundador da PragmaSchool, startup de RH focada na transformação de carreiras para o mundo digital. Co-fundador da Nêscara, empresa de tecnologia especializada na plataforma Salesforce. Fundador da BRDealer, empresa de marketing digital para o mercado automotivo. Foi líder de desenvolvimento na Oracle/PeopleSoft para localização do ERP no Brasil e Argentina. Possui 30 anos de experiência na criação de aplicações para o mundo corporativo.

Ao todo, entre 2015 e 2020, foram extintas 36,6 mil empresas no país, o que equivale a quase 17 estabelecimentos industriais por dia. (Portal Exame, 2021).

Em 2019, o fechamento da fábrica da FORD em São Bernardo do Campo, foi um duro golpe, mas já esperado diante do cenário.

Cenário Mundial

A crise na indústria automobilística não ocorre apenas no Brasil. Em todo o mundo empresas têm fechados suas portas, não só impulsionadas por problemas de ordem econômica e política, mas também por uma mudança no comportamento da sociedade.

O Futuro do Trabalho

As empresas modernas não buscam apenas mão de obra, elas buscam talento.

A nova economia é baseada em conhecimento, informação, criatividade, design e valores simbólicos.

A capacidade de uma região inovar e ter sucesso na economia do conhecimento, depende do tamanho da sua classe criativa.

Empresas modernas como Facebook, Google, IDEO, Mail Chimp, Netflix, Pixar, Twitter, entre tantas outras, dependem de talentos que têm conhecimento, criatividade, inovação.

“A competição por talentos entre os países desenvolvidos está intensa. Em nível municipal, os criadores de políticas públicas divulgam suas cidades como vibrantes centros de criatividade e conhecimento com o objetivo de atrair a classe criativa”. (Mahroum, 2000).

Mas, para que possamos atrair talentos, é preciso criar um ambiente propício. No final do *design sprint* começamos a desenhar o que seria esse cenário atraente. Entre as ideias que surgiram:

- Trabalhar próximo ao seu local de moradia;
- Incentivo a inovação e criatividade;
- Oportunidade de lazer e diversão;
- Internet de qualidade;
- Presença de boas universidades;
- Locais para a prática esportiva;
- Bons restaurantes, cafés e bares;
- Acesso à cultura;
- Acesso a uma segunda língua, de preferência o inglês.

Distrito de Inovação

Os distritos de inovação estão presentes em importantes cidades de todo o mundo. São locais que concentram algumas das mentes mais brilhantes, estudantes altamente preparados, vindos de todos os continentes e um conjunto de empresas inovadoras com ambientes de trabalho inspiradores. Acesso às pesquisas de ponta, além de uma infraestrutura de excelência. Áreas residenciais extremamente atrativas, incluindo atividades de lazer e diversão. Tudo com acesso fácil a pé ou de bicicleta.

Eles procuram atrair empresas e indivíduos, não através de incentivos fiscais e econômicos, mas, provendo tudo o que os profissionais e empresas inovadoras querem.

Alguns dos distritos de inovação que já estão funcionando em todo o mundo: Barcelona (22@), Dublin (Innovation Centre) Paris (Station F), Lisboa (Innovation Hub), Berlin (Brain City), Copenhagen (Science City), Melbourne (Connect), Medelin (Ruta N).

Existem mais de 100 distritos de inovação em desenvolvimento no mundo. Só nos Estados Unidos, são 20.

Quem suporta um distrito de inovação:

- Prefeitos e Governos locais;
- Incorporadores, Proprietários e Investidores do mercado imobiliário;
- Gestores de Centros de pesquisa;
- Empresas âncoras;
- Investidores filantropos;
- Incubadoras e Aceleradoras.

Por que o Grande ABC?

Acreditamos que a região do Grande ABC tenha o ambiente propício para a criação de um distrito de inovação.

A região está inserida no maior mercado consumidor da América Latina. As cidades da região estão entre as que mais sofrem os efeitos da desindustrialização e o declínio da indústria automobilística.

A pergunta que fica para reflexão é:

E se fosse possível...

- ... ter várias empresas baseadas em conhecimento?
- ... ter espaços em que os talentos desejassem trabalhar?
- ... ter serviços que ajudassem as empresas se reinventarem?
- ... atrair talentos de vários lugares do mundo?
- ... gerar milhares de empregos de alto valor?
- ... sair do atraso direto para o século XXI?

Referências Bibliográficas

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Indústrias fazem o ABC 'grande', 2002. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/288720/industrias-fazem-o-abc-grande-> Acesso em 8 mar. 2022

ISTO É DINHEIRO. O novo mapa das montadoras, 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-novo-mapa-das-montadoras/> Acesso em 8 mar. 2022.

JORNAL DO COMÉRCIO. Brasil fechou mais de 316 mil empresas em quatro anos, diz IBGE. 17. Out 2019.

PORTAL REVISTA EXAME. Brasil perdeu em média 17 fábricas por dia nos últimos seis anos. 17. Jan 2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/brasil-perdeu-em-media-17-fabricas-por-dia-nos-ultimos-seis-anos/#:~:text=Ao%20todo%2C%20entre%202015%20e,exclusividade%20para%20o%20Estad%C3%A3o%2FBr> oadcast Acesso 8 mar. 2022

III – ECONOMIA, FINANÇAS E LEGISLAÇÃO

Nota Técnica

9. CONCESSÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO SUPERARAM R\$ 500 BILHÕES EM 2021

Lúcio Silva²⁵

Resumo Executivo

Uma inovação bastante exitosa no mercado brasileiro foi a criação do crédito consignado, aquele cuja cobrança é descontada diretamente na folha de pagamento ou de benefício. O sucesso inegável do consignado pode ser observado pelo aumento do saldo de contratações de R\$100 bilhões em 2007, para mais de R\$ 510 bilhões em 2021, em valores atualizados.

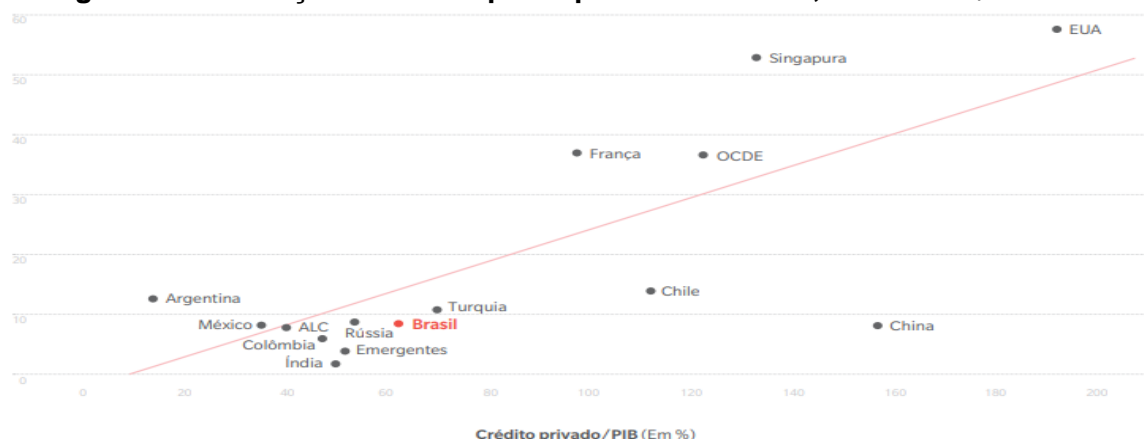
Palavras-chave: Crédito consignado; Inovações financeiras; PIB; Inadimplência.

O crédito é fundamental para o desenvolvimento econômico. Com acesso ao crédito as empresas viabilizam suas atividades, obtêm liquidez e financiam seus projetos de expansão. Por sua vez, as famílias realizam seus planos de consumo, reorganizam suas finanças e equilibram ao longo do tempo suas decisões de gastos. O crédito amplia a demanda e com isso potencializa o crescimento da economia.

Já as inovações no mercado financeiro têm a missão de criar produtos que atraiam a atenção de famílias e empresas e, entre outros objetivos, aumentem o acesso ao crédito. Em uma economia capitalista moderna, um setor financeiro bem desenvolvido é fundamental para a atividade empresarial e para o consumo.

No Brasil, o saldo do crédito doméstico para o setor privado, que inclui empréstimos, títulos de dívidas e recebíveis, segundo a metodologia de cálculo do Banco Mundial, já ultrapassa 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Em economias avançadas esse percentual é bem maior, 122% na média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A figura abaixo mostra a relação o PIB per capita e a razão crédito/PIB.

Figura 1 - Correlação entre PIB per capita e crédito/PIB, em mil US\$ corrente



Fonte: World Development Indicators 2016, Banco Mundial, apud Gontijo et al (2018, p. 7).

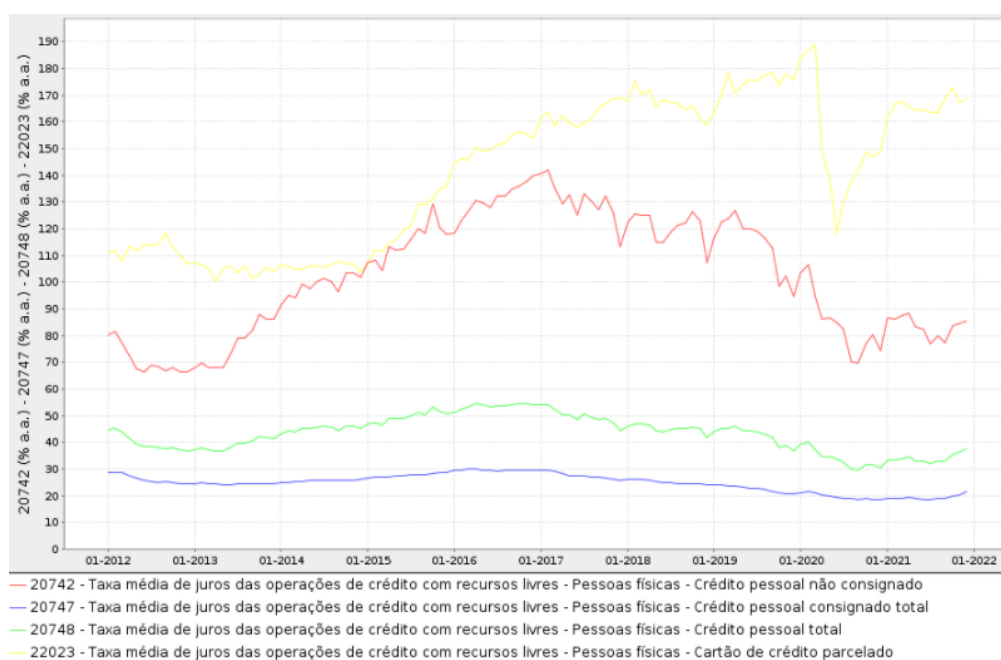
²⁵ **Lúcio Silva.** Economista do Grupo Euro17; professor de Economia da USCS. Doutor em Economia pela Unicamp, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP.

A causalidade entre as variáveis é bem estabelecida na literatura, e vai do crédito para o PIB (BORÇA JR ET AL, 2022). A linha vermelha mostra que a associação entre a duas é positiva. Quanto maior o crédito, maior o PIB.

Uma inovação bastante exitosa no mercado brasileiro foi a criação do crédito consignado, aquele cuja cobrança é descontada diretamente na folha de pagamento ou de benefício. Esta é sua principal característica, e tem implicações importantes sobre a taxa de juros, usualmente menor que as taxas cobradas nos empréstimos pessoais. Para evitar o endividamento excessivo, o tomador de crédito também deve respeitar a margem consignável, o comprometimento máximo de até 35% da sua renda com o pagamento do empréstimo.

O risco de inadimplência é mitigado pelo desconto em folha e pela margem consignável. Segundo dados do Banco Central, a inadimplência responde por cerca de 20% a 25% do custo do crédito no Brasil. Justificam tamanho impacto da inadimplência: o acesso limitado à informação, que atrapalha a identificação de clientes e grupos de clientes segundo o risco de não pagamento, modelos de precificação que carecem maior precisão, conforme a probabilidade de risco do tomador, o processo dispendioso e demorado de recuperação de crédito e a insegurança jurídica. A figura 2 mostra as taxas de juros do crédito pessoal comparadas a outras modalidades de crédito.

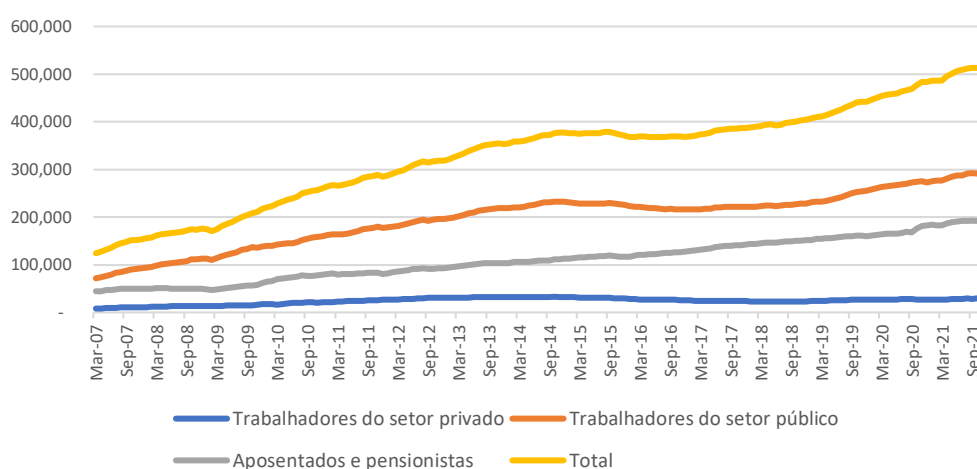
Figura 2 - Taxas médias de juros, ao ano, das operações de crédito pessoal não consignado, consignado, pessoal total e cartão de crédito parcelado



Fonte: Banco Central do Brasil, Sistema Gerador de Séries Temporais, 2022.

As taxas do consignado são bem menores que a média das operações com recursos livres. O sucesso inegável do consignado pode ser observado pelo aumento do saldo de contratações de R\$100 bilhões, no início da série, em 2007, para mais de R\$510 bilhões em 2021, em valores atualizados. A figura 3 mostra essa evolução, identificando ainda os tomadores de crédito.

Figura 3 - Saldo da carteira de crédito consignado, total, para trabalhadores dos setores público e privado, aposentados e pensionistas, mensal, de 2007 a 2021. Valores atualizados



Fonte: Banco Central

O desempenho é melhor entre os trabalhadores do setor público e entre os aposentados e pensionistas, nos dois casos a renda é mais estável que para os trabalhadores do setor privado, o que implica menores taxas de juros. Como se vê na figura, os efeitos da crise de 2015 fizeram-se sentir com menor intensidade no crédito aos aposentados e pensionistas.

Em 2017, a carteira de crédito consignado total já havia retomado uma trajetória ascendente. Hoje representa próximo a 70% do crédito pessoal total com recursos livres. Em conformidade com o nível de renda de cada grupo, o tíquete médio é maior entre os trabalhadores do setor público, secundados pelos celetistas e então pelos aposentados e pensionistas (BANCO CENTRAL, 2018).

A penetração do consignado é maior entre as pessoas acima de 55 anos. Talvez pela importância da aposentadoria para as famílias com menores níveis de renda domiciliar *per capita*, ou pelo fenômeno conhecido de quando uma pessoa “cede” seu nome para obter um empréstimo para outrem (BANCO CENTRAL, 2018).

Por sua vez, a partir dos dados do Cadastro Positivo, levantamento feito pela empresa Serasa Experian mostra que o comprometimento de renda é menor, 14%, nos consumidores com idade maior do que 55 anos. A parcela média de pagamento era de R\$ 432 (SERASA EXPERIAN, 2022).

Em resumo, pode-se atribuir o bom desempenho do consignado à demanda reprimida por crédito a um custo mais baixo. Desde a estabilização dos preços em meados dos anos 1990, o brasileiro passou a ter melhores condições de planejar sua vida financeira. Já neste século, o avanço institucional criou um ambiente mais propício ao surgimento de inovações financeiras como o consignado. Esta inovação reduziu de forma importante o custo do crédito e ampliou o acesso das pessoas de menor renda aos bens e serviços do mercado de consumo.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Empréstimo consignado: características, acesso e uso. Cidadania Financeira. Departamento de Promoção da Cidadania Financeira, Banco Central: Brasília, 2018. Disponível em https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf, acesso 17 de fevereiro de 2022.

_____. Sistema gerador de séries temporais. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>, acesso em 18 de fevereiro de 2022.

BORÇA JR, G. ; FURTADO, M. ; BARBOSA, N., Uma medida preliminar de impulso do crédito para o Brasil. Blog do IBRE, disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/uma-medida-preliminar-de-impulso-do-credito-para-o-brasil-parte-1> , acesso em 16 de fevereiro de 2022.

COSTA, A. C. A.; GONTIJO, M.; PAI, S.; MATUDA, P.; FERRARESI, C.; MORELLI, R.; THOSI, R., Mercado de crédito. Série Panorama Brasil. Oliver Wyman. Disponível em Panorama Brasil: Brazilian Credit Market (oliverwyman.com) , acesso em 17 de fevereiro de 2022.

SERASA EXPERIAN. Comportamento dos brasileiros ao usar o empréstimo consignado. Estudo Cadastro Positivo, 2020. Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/emprestimo-pessoal-estudo-exclusivo-com-dados-do-cadastro-positivo-traca-o-perfil-de-quem-utiliza/>, acesso em 17 de fevereiro de 2022.

Nota Técnica

10. O EXUBERANTE DESEMPENHO DO SETOR DE CRÉDITO EM 2021 E O QUE ESPERAR EM 2022

Lúcio Silva²⁶

Resumo Executivo

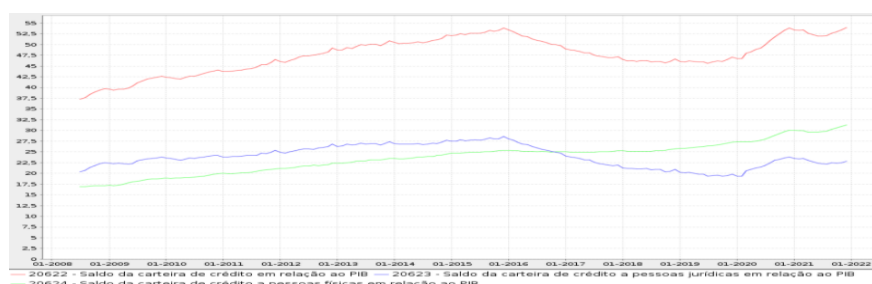
Em dezembro de 2021, o saldo da carteira total de crédito alcançou o equivalente a 54% do Produto Interno Bruto da economia. Com isso, retomou o patamar mais alto desde dezembro de 2015. A redução dos juros mostrou-se um poderoso indutor da economia. O impulso do crédito para o crescimento foi bastante positivo em 2020; para que o cenário benéfico seja retomado, será decisiva a ancoragem dos preços.

Palavras-chave: Crédito; Taxa de juros; Financiamento imobiliário; Crédito consignado; Conjuntura.

Em dezembro de 2021, o saldo da carteira total de crédito alcançou o equivalente a 54% do Produto Interno Bruto (PIB) da economia (BANCO CENTRAL, 2022). Com isso, retomou o patamar mais alto desde dezembro de 2015 (gráfico 1). O mercado de crédito tem o condão de incentivar a demanda e estimular a atividade econômica. Com esse mercado bem estabelecido, a economia ganha em dinamismo e desenvolvimento. O crédito também amplia as oportunidades para o empreendedorismo e assim permite a maior ascensão social.

Em perspectiva, o crescimento do crédito na economia brasileira está relacionado, primeiramente, à estabilidade dos preços. Em meados dos anos 1990, o controle da inflação permitiu às pessoas e empresas realizar um planejamento financeiro de mais longo-prazo e mais consistente. Outro aspecto foi o contínuo avanço institucional, especialmente a partir dos anos 2000, que reduziu a insegurança jurídica para credores e possibilitou a oferta de novos produtos financeiros. Um terceiro ponto importante foi a queda nos juros básicos da economia, que barateou o crédito, aumentando o acesso e atendendo a uma demanda há muito tempo reprimida.

Gráfico 1 – Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB, pessoa jurídica e pessoa física



Fonte: Banco Central, 2022.

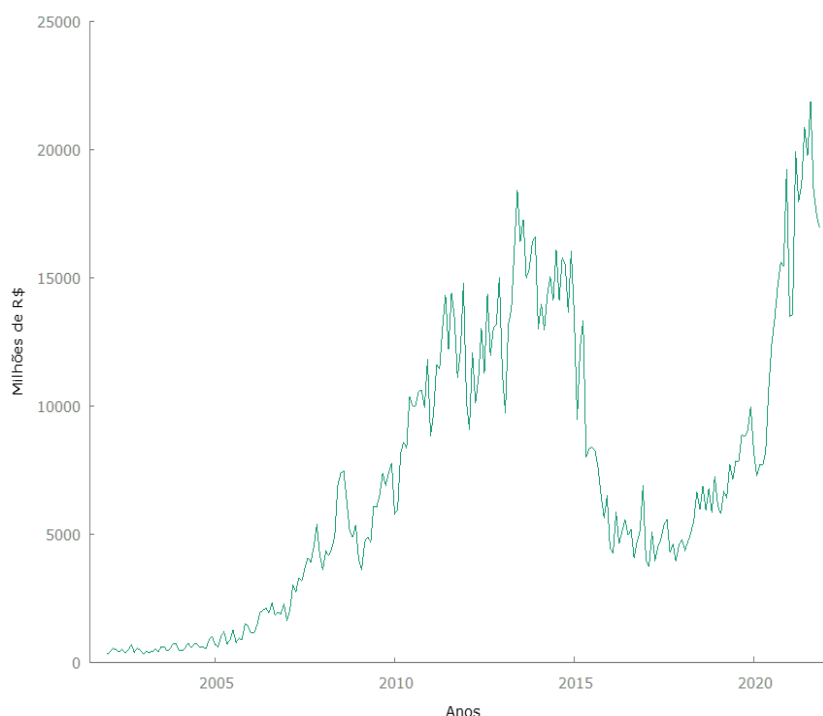
²⁶ **Lúcio Silva.** Economista do Grupo Euro17; professor de Economia da USCS. Doutor em Economia pela Unicamp, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP.

A recuperação plena da crise imposta pela pandemia de Covid-19 passa pelo setor de crédito. Por exemplo, em 2020, o impulso do crédito, que é a variação das concessões líquidas em relação ao crescimento do PIB, foi positivo (4%) e o maior em duas décadas (BORÇA JR.; FURTADO; BARBOSA, 2022). No último trimestre daquele ano, a economia já crescia mais de 3% em relação ao trimestre anterior, na série dessazonalizada (BANCO CENTRAL). Por si só, esse dado implicou um carregamento estatístico para o ano seguinte que já assegurava crescimento da atividade próximo a 4%, trazendo a economia para mais próximo do patamar pré-crise sanitária.

Ocorre que, para incentivar a recuperação econômica, o Banco Central levou a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, também foram adotadas medidas de estímulo ao crédito. Muitos setores beneficiaram-se das condições mais favoráveis. O financiamento imobiliário, por exemplo, teve um desempenho excepcional, com recorde no número de unidades financiadas, 1,2 milhão, e no volume de financiamentos, R\$ 255 bilhões em 2021 (ABECIP apud VALOR INVESTE).

O gráfico a seguir, corrigido pela inflação, mostra o crescimento expressivo do crédito imobiliário até 2014, acompanhando o bom momento econômico e as mudanças institucionais que impulsionaram o crédito como um todo. A crise de 2015/16, embora tenha tido impacto relevante, foi superada.

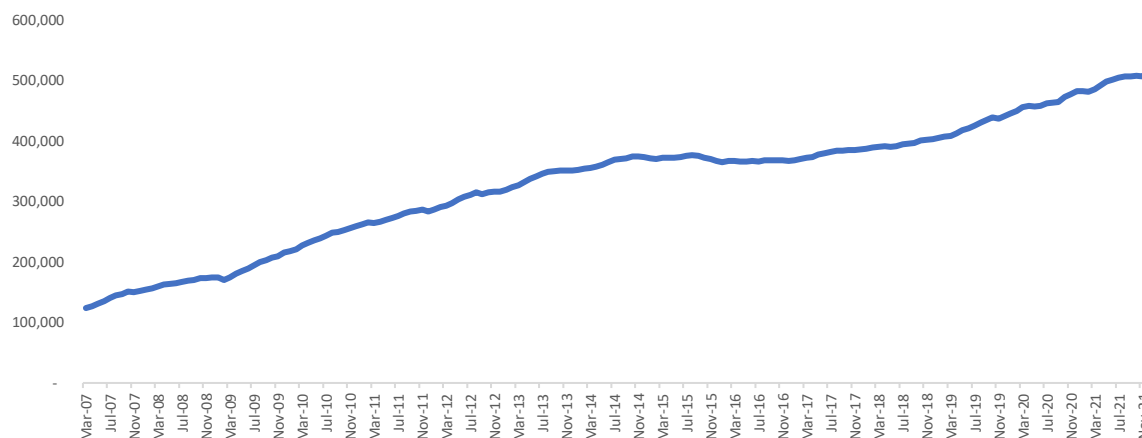
Gráfico - Financiamento de aquisição, reforma e construção de imóveis



Fonte: ABECIP.

O crédito consignado, cuja cobrança é descontada diretamente na folha de pagamento ou de benefício também bateu sua melhor marca. O sucesso da modalidade pode ser observado pelo aumento do saldo de contratações de R\$ 100 bilhões em 2007, para mais de R\$ 500 bilhões no ano passado, em valores atualizados. A seguir, o gráfico mostra a evolução do saldo do consignado desde 2007.

Gráfico 3 – Saldo em carteira do crédito consignado total, para aposentados e trabalhadores dos setores público e privado.



Fonte: Banco Central, 2022.

Em 2021, a retirada dos estímulos excepcionais e o agravamento do quadro sanitário no primeiro semestre reduziram o impulso do crédito, mesmo com a aceleração do saldo em carteira observada nos últimos meses daquele ano. Com vistas a conter a inflação, que voltou forte, acima de dois dígitos, o Banco Central iniciou em março um ciclo de elevação dos juros. Dois foram os vilões da inflação no ano que passou. O preço dos combustíveis e o preço da energia elétrica. Apesar das incertezas que ainda pairam no horizonte, espera-se maior estabilidade desses preços no futuro próximo. A inflação continua acima da meta, mas deve ser menor que no ano anterior.

Por sua vez, o aumento dos juros desestimula o investimento produtivo e o consumo. É assim, segurando a demanda, que o Banco Central contém a inflação. A economia arrefece, desacelera e os preços param de subir. Infelizmente, o mesmo acontece com as demais variáveis, como o crédito. A expectativa é que este processo dure ao menos durante o primeiro semestre do ano corrente.

No futuro, o ritmo de crescimento da economia e do crédito dependerá da confiança de empresas e famílias. Observa-se que, desde a crise do biênio 2015/2016 até 2020, o saldo de crédito das pessoas jurídicas caiu em relação ao PIB (gráfico 1). Foi a redução dos juros e demais estímulos o que inverteu momentaneamente essa tendência. Para que a inversão seja duradoura é imprescindível a volta do crescimento econômico.

Consideremos a perspectiva da demanda. Quem poderia, em curto prazo, puxar o crescimento? A política fiscal mantém o percurso gradualmente restritivo dos últimos anos. O consumo das famílias, maior componente do PIB, ainda sofre com o desemprego elevado e o aumento dos juros, que também dificulta o investimento. Bons ventos ainda sopram do setor externo, o preço das *commodities* continua favorecendo as exportações brasileiras. Contudo, a diminuição da liquidez internacional já é certa para os próximos meses. Quanto ao lado da oferta, o ano eleitoral não deixa espaço para a aprovação de reformas mais ambiciosas, como a reforma tributária.

Em resumo, a economia, por enquanto, não tem tração para iniciar um novo ciclo de crescimento. Aqui, a evolução dos preços é a variável chave. Quanto antes a inflação esperada ceder, talvez ajudada pela queda do dólar, dado o resultado da balança comercial,

antes o Banco Central poderá encerrar o ciclo de alta dos juros. O que já se mostrou um poderoso indutor da economia.

Já a participação no PIB da carteira de crédito a pessoas físicas manteve-se sempre mais próxima da sua tendência de longo-prazo, com aceleração desde o início da pandemia (gráfico 1). É possível que tenha havido uma suavização intertemporal do consumo, ou seja, as pessoas recorreram ao crédito para manter o padrão de consumo quando a renda caía. A trajetória adiante dependerá do mercado de trabalho e da capacidade de endividamento das famílias. No primeiro caso, tem-se verificado uma melhora ainda tímida. O desemprego recuou para 11,6% no dado mais recente, para o trimestre móvel encerrado em novembro do ano passado (IBGE). No segundo, o endividamento alcançou 51,2% da renda nacional acumulada em 12 meses, fechados em outubro de 2021, com leve recuo frente ao mês anterior. Vale notar ainda que a inadimplência permanece relativamente estável (SERASA, 2022).

Diante do que foi exposto, e assumindo um cenário conservador para o PIB, com crescimento em torno de 0,3% e taxa básica de juros em 12,2%, conforme projeção do boletim Focus, o mercado de crédito deverá experimentar uma acomodação em 2022, com crescimento previsto de 2% (VALOR INVESTE, 2022). Mantém-se a perspectiva de um melhor desempenho para as pessoas físicas que para as pessoas jurídicas.

Uma boa notícia foi a aprovação do Programa de Estímulo ao Crédito, no final do ano passado, que favorece pequenas e médias empresas, exatamente as mais atingidas pela crise sanitária. Como foi indicado, o crédito pode contribuir bastante para a recuperação e o desenvolvimento. A evolução do crédito e da economia no período recente também mostram como a queda nos juros têm grande poder de estimular a demanda e a retomada da atividade.

Referências Bibliográficas

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Disponível em <https://www.abecip.org.br/impressao/noticias/recordes-em-2021-e-boas-perspectivas-para-2022> , acesso em 15/02/2022.

BORÇA JR, G. ; FURTADO, M. ; BARBOSA, N., Uma medida preliminar de impulso do crédito para o Brasil. Blog do IBRE, disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/uma-medida-preliminar-de-impulso-do-credito-para-o-brasil-parte-1> , acesso em 16 de fevereiro de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego recua para 11,6% no trimestre encerrado em novembro. Agência IBGE Notícias. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32828-desemprego-recua-para-11-6-no-trimestre-encerrado-em-novembro> , acesso em 15 de fevereiro de 2022.

LONGO, L. Crescimento do financiamento imobiliário deve ter forte desaceleração em 2022, aponta Abecip. VALOR INVESTE. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/01/27/crescimento-do-financiamento-imobiliario-deve-ter-forte-desaceleracao-em-2022-aponta-abecip.ghtml> , acesso em 15 de fevereiro de 2022.

SERASA EXPERIAN. Mapa da Inadimplência. Disponível em <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-654-Mapa-da-Inadimplencia-Dezembro-2-1.pdf> , acesso em 15 de fevereiro de 2022.

Nota Técnica

11. A ALÍQUOTA TRIBUTÁRIA EFETIVA PAGA PELOS BANCOS EM FUNÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Vivian Machado²⁷

Resumo Executivo

O objetivo desta nota é demonstrar como um bom planejamento tributário atua como estratégia para redução de custos e otimização dos resultados das empresas. À título de exemplo de gestão tributária apresenta-se o caso das instituições financeiras. Os maiores bancos do país, obrigados a apuração pelo Lucro Real, apesar de terem a maior alíquota nominal entre os setores econômicos no país, somando-se as alíquotas do IRPJ e da CSLL, conseguiram, nos últimos anos, recolherem seus impostos com alíquotas efetivas (após as adições, exclusões e compensações) bem menores do que as nominais e, em alguns casos, as despesas com impostos tornaram-se receitas, contribuindo para os lucros já tão elevados dessas instituições.

Palavras-chave: Créditos tributários; Alíquota tributária; Gestão tributária; Instituições financeiras; Lucros dos bancos.

1. A importância da Gestão e do Planejamento Tributário

No Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Somente Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) podem atingir o equivalente a 51,5% do lucro líquido apurado. “Da somatória dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Assim, imprescindível a adoção de um sistema de economia legal” (Zanluca - Portal Tributário).

Com a elevada carga tributária no Brasil e a complexidade da legislação, passando por constantes alterações, e, tendo em vista também a crescente competitividade no mercado, a gestão tributária torna-se uma importante estratégia para empresas de todos os portes, independente do setor, na busca por redução de custos. Uma das principais ferramentas dessa gestão é a contabilidade tributária e, a partir desse conhecimento, é possível traçar um bom planejamento tributário, constantemente revisado e atualizado, na busca por resultados.

O Código Tributário Nacional (CTN) - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, aponta que é do Estado a competência pela cobrança de taxas, impostos e contribuições. A legislação tributária compreende leis, tratados, convenções internacionais, decretos e normas complementares que versem sobre tributos (no todo ou em parte) e sobre as relações jurídicas a eles pertinentes (Brasil, 1966). A legislação tributária é voltada à escrituração fiscal, com o objetivo de definir a base de cálculo dos tributos diretos, CSLL e IR. Os seus impactos são relevantes para toda empresa, independente do seu setor ou tamanho.

A Contabilidade Tributária (ou Fiscal) é uma subdivisão da contabilidade geral, composta por um conjunto de ações e procedimentos para apuração de tributos em uma empresa. A contabilidade tributária coloca em prática e com rigor princípios e normas da contabilidade, de modo a informar a situação patrimonial e o resultado do exercício de cada entidade, apurando

²⁷ **Vivian Machado.** Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Atualmente, técnica do DIEESE, na Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e colaboradora do Observatório CONJUSCS.

com exatidão o resultado tributável do exercício fiscal, sendo responsável pela emissão, escrituração e registro dos documentos fiscais, em conformidade com a legislação vigente (Araújo, 2016; pág. 18-19).

Como uma prática multidisciplinar, o planejamento tributário compreende aspectos fiscais, contábeis, financeiros, trabalhistas, societários e jurídicos (Oliveira *et al*, 2015). É um conjunto de sistemas legais (lícitos) que tem por finalidade a racionalização de tributos a serem pagos pelas empresas. Uma ferramenta de gestão que auxilia na minimização de impostos, sendo indispensável no planejamento estratégico de qualquer empresa, visando sua sobrevivência em meio ao ambiente altamente dinâmico e competitivo no qual estão inseridas (Fernandes, 2013). Trata-se de um processo de escolha de ações anteriores ao fato gerador, de modo que não se caracterize como fraude, podendo ser entendido, portanto, como um estudo preventivo que avalia efeitos jurídicos e econômicos, buscando alternativas legais menos onerosas (Dornelas, 2020).

Um bom planejamento tributário reflete nos resultados e chama a atenção no mercado, possibilitando que se atinjam patamares de rentabilidade e competitividade superiores, com maior capitalização e menores preços, permitindo, inclusive, a geração de novos empregos, a partir da economia gerada (Silva, Malaquias & Ávila, 2012). Todavia, quando uma empresa busca por alternativas como a sonegação, omissão de informações ou falsas declarações, tais práticas fogem ao ordenamento jurídico e compõe a chamada “evasão fiscal” - toda ação consciente, espontânea e dolosa (intencional) do contribuinte utilizando-se de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento de um tributo devido (Martinez *apud* Silva, Malaquias & Ávila, 2012). A evasão é possível apenas após o fato gerador, diferentemente do sistema legal. O contribuinte tentando fugir à sua obrigação de pagar os tributos devidos pode acarretar sérios danos para a própria empresa, assim como para a economia como um todo, com penalização pelo fisco e podendo gerar um vicioso ciclo onde o Governo eleva a carga tributária em função da sonegação e mais empresas sonegam tentando amenizar o peso de seus impostos.

Estando os tributos entre os maiores custos das empresas, estar atento é determinante. Um erro de interpretação pode acarretar despesa financeira desnecessária, diminuindo o resultado da companhia. O gestor tributário deve procurar as melhores alternativas, aplicando conceitos, normas e princípios da contabilidade e da legislação, a começar pela definição do regime de apuração mais adequado (Lolli, Oliveira & Campos, 2010).

Os regimes adotados no Brasil são: o Lucro Real, o Presumido, o Arbitrado e o Simples Nacional. O Lucro Arbitrado, entretanto, é uma forma de apuração da base de cálculo do IR utilizada, em geral, pela autoridade tributária. Será arbitrado quando o contribuinte não mantiver escrituração na forma da lei comercial ou fiscal; deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas; ou, quando a escrituração revelar evidentes indícios de fraude, contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para identificar a efetiva movimentação financeira (Santos, 2018). Não é um dos regimes mais utilizados no Brasil, justamente por se direcionar a contribuintes que não se enquadraram nos demais regimes por descumprimento de disposições legais. Empresas podem utilizar o arbitramento sem penalidades, porém, quando a arbitragem for feita pelo Fisco, a multa pode variar de 75% e 150% sobre o valor dos tributos devidos (Almeida & Tiozzi, 2020).

O planejamento tributário passa, também, pela análise e “resgate” de créditos tributários, além das possibilidades de compensação e redução da carga tributária a partir dessas análises. Nesse sentido, como exemplo significativo de gestão tributária, optou-se por apresentar os impactos dos créditos tributários na contabilização e nos resultados das instituições financeiras (obrigadas a tributar pelo Lucro Real), as quais, nos últimos anos, conseguiram reduzir, significativamente, suas alíquotas efetivas de tributação, mesmo sendo o setor com a maior taxa de tributação nominal no país. Ainda assim, utilizam do argumento sobre a elevada

carga tributária no país, como uma das justificativas para os elevados juros cobrados dos clientes em suas operações de crédito, onerando a sociedade, que já arca, também, com uma pesada carga tributária.

2. Lucro Real – Regime de apuração obrigatório para as instituições financeiras

O lucro real é apurado a partir do resultado contábil do período. Resultado, este, que pode sofrer ajustes (adições, exclusões e/ou compensações), como, por exemplo, a despesa com as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme previsto PELA Instrução Normativa nº 1.700, de 14 de março de 2017; artigos 70 e 284 (Souza, 2019; pág. 48). Por essa razão, representa o lucro tributável, diferenciando-se do lucro líquido apurado contabilmente (Almeida & Tiozzi, 2020). A expressão “real” é utilizada para demonstrar o que ocorreu de fato, em oposição ao lucro presumido (Santos & Oliveira, 2008).

Trata-se de uma apuração mais complexa em termos de rotinas, com rigorosa observância dos princípios contábeis, constituição das necessárias provisões e completa escrituração fiscal e contábil; preparação das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Balançetes) e livros: Livro de Apuração do Lucro Real – o Lalur; Livro de Registros de Entradas e Saídas; e, Livro Registro de Inventário (Lopes, 2008; pág. 30).

Os impostos federais incidentes nas empresas optantes do lucro real são: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para a Seguridade Social (Cofins), ambos apurados mensalmente sobre o faturamento; o IRPJ e a CSLL, apurados anual ou trimestralmente, com base no Lucro Líquido Contábil, ajustado por adições, exclusões e compensações, autorizadas pelo regulamento do IRPJ. Com algumas exceções, empresas que utilizam o lucro real são obrigadas a utilizar o PIS e Cofins no regime não cumulativo e podem obter créditos relativos a esses impostos sobre insumos adquiridos para a transformação dos produtos.

Pela legislação, a determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais. Ou seja, a partir da apuração do Lucro Líquido do período, incorrem os ajustes definidos pela Lei Fiscal, dentre eles, as diferenças temporárias que afetam os valores a pagar dos impostos posteriormente (Lopes, 2008).

Pela Lei nº 9.718/98 estão obrigadas à apuração pelo lucro real: i) empresas cuja receita total do ano-calendário anterior seja superior a R\$ 78 milhões, ou proporcional ao número de meses em atividade no ano-calendário; ii) empresas do Sistema Financeiro Nacional como: bancos comerciais; bancos de investimentos; bancos de desenvolvimento; caixas econômicas; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de crédito imobiliário; sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio; distribuidoras de títulos e valores mobiliários; empresas de arrendamento mercantil; cooperativas de crédito; empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta; iii) empresas que obtiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior; iv) empresas que queiram usufruir de benefícios fiscais, desde que autorizadas pela legislação; v) empresas que tenham efetuado recolhimento mensal pelo regime de estimativa, no decorrer do ano-calendário; vi) empresas que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*); e, vii) empresas que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. Para as demais pessoas jurídicas, a apuração feita pelo Lucro Real é uma opção (Zucatto *et al*, 2007).

3. Recuperação de créditos tributários

Conhecer o conceito e aplicabilidade dos créditos tributários é de extrema importância para a boa gestão financeira de uma empresa, contudo, muitos gestores desconhecem os impactos desse conhecimento. A necessidade de entender o que é crédito tributário e como ele pode beneficiar uma empresa está diretamente atrelada ao planejamento tributário (Cezar, 2019).

Crédito tributário corresponde ao direito de retorno do pagamento de uma obrigação tributária. Na prática, tais créditos surgem quando uma empresa, por alguma razão, recolhe impostos acima do valor devido ou quando deixa de tomar créditos em razão de suas aquisições. Podem ocorrer em razão de falhas no enquadramento tributário ou por inadequação das operações à legislação. Uma das situações mais comuns é, justamente, o desconhecimento quanto às constantes mudanças na legislação, tornando difícil a rotina do planejamento e a manutenção das obrigações das empresas. Muitas vezes, tais mudanças podem trazer aos gestores a possibilidade de aproveitar créditos dos últimos cinco (5) anos, com significativas vantagens para o negócio.

Os créditos tributários (ativos fiscais diferidos) nascem da diferença entre as práticas fiscal e contábil e podem ser de dois tipos: i) Diferenças Temporárias: deduções realizadas na contabilidade, que serão dedutíveis somente em momento posterior, para fins fiscais, gerando uma diferença temporal entre as duas contabilidades; e, ii) Prejuízo Fiscal: uma economia tributária gerada a partir de uma base de cálculo negativa a ser compensada com lucro tributável no futuro. O autor ressalta que à medida que não haja resultado tributável suficiente para compensar a dedutibilidade dos créditos tributários de diferenças temporárias com o passar do tempo, eles tendem a se tornar de créditos tributários de prejuízo fiscal (HELPE, 2017).

Um exemplo são as mudanças na legislação trabalhista advindas da reforma trabalhista, que geraram oportunidade de aproveitamento de créditos previdenciários para muitas empresas. Entretanto, inúmeros beneficiados continuaram pagando valores não mais exigidos. Assim surgem os créditos tributários. Empresas que se enquadram nesse contexto têm o direito a reaver valores, podendo recuperar quantia significativa do total pago indevidamente, em benefício da organização, todavia, é preciso ter profissionais sempre atentos e atualizados (Cezar, 2019).

Outros exemplos ocorrem na apuração do PIS e da Cofins para entidades optantes pelo lucro real. É possível se aproveitar de créditos tributários, que reduzem a base de cálculo e/ou o montante do imposto a pagar (Anschau & Polacinski, 2019). Tais créditos serão possíveis quando:

- 1 – das aquisições de bens para revenda, efetuadas no mês;
- 2 – das aquisições efetuadas no mês, de bens e serviços utilizados como insumos, na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;
- 3 – dos bens recebidos em devoluções, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês, ou do mês anterior, e tenha sido tributada no regime de não cumulatividade;
- 4 – das despesas e custo incorrido no mês, relativos à: a) energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica; b) aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, utilizados na atividade da empresa; c) contraprestação de operações de arrendamento mercantil, pagas a pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples Nacional; d)

armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, quando o ônus for suportado pelo vendedor (Ferreira *apud* Anschau & Polacinski, 2019; pág. 15 e 16).

Em relação ao ICMS, Imposto Estadual, também é possível às empresas usufruírem de benefícios fiscais, dependendo de uma deliberação conjunta dos Estados-Membros (Estados e Distrito Federal), conforme dispõe o artigo 150, parágrafo 6, e o art. 155, parágrafo 2, da Constituição Federal (CF), de 1988.

A não-cumulatividade do ICMS, também prevista na CF/1988, possibilita a compensação do que foi devido em cada operação de circulação de mercadorias e prestação de serviços como montante das etapas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado ou, ainda, pelo DF (Grassiotto, 2018). A técnica objetiva limitar a incidência tributária nas cadeias produtivas e de circulação mais extensas. O imposto somente incidirá sobre o valor agregado em cada etapa.

Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule, exclusivamente, as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g (Constituição Federal, art. 150, § 6º, 1988).

Convênios para a concessão de isenções e outros benefícios relativos ao ICMS são disciplinados pela Lei Complementar nº 24/1975 e aplicam-se também à: i) redução da base de cálculo; ii) devolução do imposto, total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, ao contribuinte ou terceiros; iii) concessão de créditos presumidos; iv) quaisquer outros incentivos fiscais com base no ICMS, que resultem na redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; e, v) prorrogações ou extensões das isenções vigentes na data da LC nº 24 (de 7 de janeiro de 1975).

Os bancos estão entre os setores da atividade econômica obrigados a tributar pelo regime do Lucro Real. Nos últimos anos, observa-se que as instituições financeiras têm recuperado grande volume de créditos tributários, reduzindo, consideravelmente, seus impostos (IR e CSLL) a pagar, com efeito significativo nos seus resultados, como será demonstrado na etapa a seguir.

4. Os impactos dos créditos tributários nos bancos nos últimos anos

O setor bancário exerce um papel de extrema relevância para a economia como entidades captadoras de depósitos e fornecedoras de recursos de curto e / ou médio prazo para empresas e famílias. Entre outras coisas, o setor é responsável pela intermediação entre poupadores e quem necessita de recursos financeiros. Sendo um setor altamente regulado, entre outras condições para operarem, se exige dos bancos que mantenham determinados níveis mínimos de depósitos compulsórios no Banco Central (autoridade monetária), como também, níveis mínimos de capital prudencial, em atendimento às regras de Basileia²⁸ (Helpe, 2017).

Segundo Henriques (2020), as instituições financeiras e entidades similares encaram uma alíquota nominal mais elevada sobre os lucros em relação aos demais setores da economia nacional, chegando a 45% (25% de IRPJ e 20% de CSLL), o que é motivo de muitas queixas

²⁸ Os acordos de Basileia recebem esse nome por terem sido assinados na cidade de Basileia, na Suíça, é um tratado internacional ratificado por mais de 100 países com o objetivo de regular o funcionamento das instituições financeiras. Assinado em 1988, está desde 2010 em sua terceira versão (Basileia III).

por parte dos representantes do setor. O IRPJ tem alíquota de 15% sobre a base de cálculo, mas, se o lucro real ultrapassar R\$ 240 mil anuais, ou R\$ 60 mil ao trimestre, calcula-se um adicional de 10% sobre o valor que ultrapassar tais tetos, podendo, portanto, chegar a 25% do lucro.

No caso da CSLL, até 2007, a alíquota para as instituições financeiras era de 9% e foi majorada em 2008 para 15%, pela Lei nº 11.727/2008, vigorando até agosto de 2015. Entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, passou a ser de 20%, pela Lei nº 13.169/2015, retornando aos 15% até 1º de março de 2020, quando retornou aos 20%, após nova alteração definida pela EC. nº 103/2019 (que ficou conhecida como a “Reforma da Previdência”). Assim, ao longo das últimas duas décadas, mudanças na legislação fiscal alteraram o resultado tributável dos bancos. A alíquota total (IR + CSLL) foi majorada de 34% para 40% e, posteriormente, de 40% para 45% (por dois períodos), conforme tabela abaixo.

Tabela 1
Alíquotas totais dos impostos diretos aplicáveis aos bancos e demais instituições do SFN

Finais dos Períodos	CSLL	IR	Total
De 2001 a 2007	9%	25%	34%
De 2008 a 2014	15%	25%	40%
De 2015 a 2018	20%	25%	45%
Exercício de 2019	15%	25%	40%
A partir de 2020	20%	25%	45%

Fonte: Souza (2019; pág. 28) - adaptação da autora.

Entretanto, adições, exclusões, eventuais incentivos fiscais e a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais anteriores geraram créditos tributários que levaram as alíquotas efetivas dos tributos sobre os lucros dos bancos a ficarem, muitas vezes, significativamente, abaixo do valor soma das alíquotas nominais (34%, 40% ou 45%, a depender do período).

A Resolução 3355, artigo 1º, do BCB define que as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários somente em relação a um prejuízo fiscal do IR, a uma base negativa de CSLL e decorrentes de diferenças temporárias quando atendidas, cumulativamente algumas condições: i) quando as instituições financeiras apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CSLL, comprovados em, pelo menos, três (3) dos últimos cinco exercícios sociais incluindo o de referência; e, ii) que haja expectativa de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CSLL, nos períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que demonstrem essa probabilidade, permitindo a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez (10) anos (Souza, 2019).

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ou diferenças temporárias não expiram no Brasil, porém, para serem “ativados” no ativo fiscal diferido é preciso demonstrar que a instituição terá lucros tributáveis nos dez (10) exercícios seguintes ao exercício em que se constituiu o prejuízo fiscal em questão e, só então, tais créditos serão reconhecidos (Lopes, 2008). O saldo dos impostos diferidos é revisado ao final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo ou parte do ativo, o saldo é ajustado pelo montante que se espera recuperar (Guimarães & Carvalho, 2016).

As contas relativas aos tributos a pagar ou créditos tributários a receber são divididas em: valores correntes, que são os valores da provisão para IR e CSLL a pagar ou a recuperar relativos ao resultado do período; e os valores diferidos, que correspondem a provisão para IR e CSLL a pagar em períodos futuros, escriturados como obrigação fiscal diferida. No Ativo Fiscal Diferido são registrados os créditos tributários relativos ao IR e CSLL (Souza, 2019).

Conforme explica Souza (2019), no caso de ocorrerem majoração de alíquotas dos tributos diretos, como nos anos de 2008, 2015 e 2020, o crédito fiscal sobre o saldo das adições e exclusões temporárias deve ser atualizado, ocorrendo um “fenômeno contábil que resulta na apuração do resultado pela atualização da nova alíquota, simultaneamente, com efeito extraordinário pela atualização do crédito diferido” (Souza, 2019; p. 49). É o que recomenda o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 32 – item 47: “Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado” (CPC 32-47; pág. 17).

A título de exemplo, o relatório do Banco Santander (4º trimestre de 2021) explica que:

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo (Santander, D.R.F. BRGAAP 4º trimestre de 2021).

A partir dos dados de 90 instituições financeiras, entre 2010 e 2019, Henriques (2020) apurou uma taxa efetiva tributária média de, apenas, 21,9%, demonstrando que há um gerenciamento tributário muito eficaz por parte dessas instituições, gerando ganhos expressivos para os bancos. Por sua vez, Pêgas (2021), para o mesmo período, apurou a alíquota efetiva paga pelos 10 maiores bancos do país, chegando a uma alíquota efetiva plena (que considera a despesa com IR e CSLL, corrente e diferida, sobre o lucro antes dos tributos sobre a renda), de, apenas, 14,3% sobre o lucro, ou seja, apenas um terço da alíquota nominal média do setor no período, o que sugere que, quanto maior a carteira da instituição, maior seria o montante de créditos tributários a serem descontados e, menores as taxas de tributação, efetivamente, recolhidas.

A maior parte dos créditos tributários das instituições financeiras é composta por diferenças temporárias, decorrentes das provisões para créditos de liquidação duvidosa ou “provisões para devedores duvidosos” (PDD). Segundo Helpe (2017), dos R\$ 110 bilhões de créditos tributários dos bancos no Brasil, em 2013, R\$ 60 bilhões tinham origem em diferenças temporárias de PDD. Por essa razão, não serão excluídos da base de capital caso dos bancos comprovem capacidade de geração de lucro tributável futuro. Aqueles que não gerarem resultados suficientes para utilizarem seus créditos tributários de PDD terão desafios, pois, estes se transformarão em créditos tributários de prejuízo fiscal, sendo, sim, excluídos da base de capital (Helpe, 2017).

Quando se aprovou a Lei nº 13.169/15, aumentando a alíquota da CSLL, de 15% para 20%, a lei contribuiu, também, para elevar os estoques de créditos tributários dos bancos (HELPE, 2017). Um estudo do DIEESE-Rede Bancários sobre o desempenho dos cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander) destaca os impactos dos créditos tributários nos resultados desses bancos, notadamente a partir do terceiro trimestre daquele ano, quando efetivamente a Lei entrava em vigor. O saldo dos tributos, somando-se os cinco bancos passou de uma despesa em 2014, de R\$ 10,1 bilhões para uma significativa receita de, aproximadamente, R\$ 39,3 bilhões, conforme demonstrado da tabela 2.

Tabela 2
Imposto de Renda e CSLL dos cinco maiores bancos
Brasil – 2014 e 2015 (em R\$ milhões)

Bancos	Ano		Variação
	2014	2015	
Itaú Unibanco	-6.437	9.215	15.652
Bradesco	-4.795	8.183	12.978
Banco do Brasil	-1.897	5.684	7.581
Caixa Econômica Federal	2.266	7.919	5.653
Santander	733	8.261	7.528
Total	-10.130	39.262	49.392

Extraído de: DIEESE/ Rede bancários (2016).

Entre as causas desse resultado com impostos estão, justamente, o aumento da alíquota da CSLL pela Lei nº 13.169/15, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2015, assim como da desvalorização cambial de operações com derivativos e investimentos no exterior (DIEESE / Rede Bancários, 2016). A alíquota maior reflete não apenas nos valores de imposto a recolher como também, nos montantes de impostos diferidos (os créditos tributários). Diante disso, em 2015, os lucros dos cinco bancos, somados, totalizaram R\$ 69,9 bilhões, com crescimento de 16,2%, sendo que o saldo com impostos representou mais de 56% desse resultado.

Já em 2020, ano da pandemia da Covid-19, a partir de março, novo aumento da alíquota entrou em vigor, passando, novamente de 15% para 20%. Um ano em que os bancos se viram na necessidade de constituírem provisionamento extraordinário diante da expectativa de um cenário catastrófico e possibilidade de significativa alta das taxas de inadimplência, devido ao fechamento das atividades ocorrido quando se decretou a quarentena nos estados (expectativa que não se efetivou ao final do ano, em função dos programas prorrogações e renegociações de crédito).

Tabela 3
Impostos e Contribuições dos cinco maiores bancos
Brasil – 2019 e 2020 (em R\$ milhões)

Bancos	Ano		Variação Absoluta
	2019	2020	
Itaú Unibanco	-4.257	9.798	14.055
Bradesco	6.554	11.652	5.098
Santander	-462	6.539	7.001
Caixa Econômica Federal	-938	-1.227	-289
Banco do Brasil	6.861	1.453	-5.408
Total	7.758	28.215	20.457

Extraído de: DIEESE/ Rede bancários (2016).

Conforme demonstrado na tabela 3, os créditos tributários resultaram em uma receita com impostos e contribuições de R\$ 28,2 bilhões no período. Ainda que o elevado provisionamento tenha afetado negativamente os lucros dos cinco bancos, num primeiro momento, mais uma vez os impostos (ou, mais especificamente, os créditos tributários) contribuíram para um resultado líquido de R\$ 79,3 bilhões. Apesar da queda de 25,2% em relação a 2019, a queda seria bem mais significativa sem os créditos tributários recuperados.

Em ambas as ocasiões, se a intenção do Governo Federal com as medidas era de elevar a arrecadação a partir do aumento das alíquotas sobre um setor tão lucrativo com o bancário, o efeito foi inverso e a Receita Federal precisou devolver mais do que arrecadou.

Em 2020, o resultado dos cinco maiores bancos antes dos impostos e participações, em conjunto, apresentou queda de 52,4%, passando de R\$ 103 bilhões, em 2019, para R\$ 49 bilhões, em 2020. Essa queda foi amenizada pelo impacto dos impostos diferidos (“créditos tributários”). Com exceção da Caixa, cujo saldo com impostos resultou em uma despesa de R\$ 1,2 bilhão, nos demais bancos os impostos diferidos superaram os impostos a pagar (DIEESE /Rede Bancários, 2021).

A partir dessas análises, pode-se dizer que, ainda que os bancos tenham tratamento diferenciado e específico em relação aos demais setores da economia brasileira, dados os riscos envolvidos em suas operações, tais resultados demonstram como a gestão tributária é de extrema importância para essas instituições, gerando resultados bem expressivos.

Considerações finais

A gestão tributária tornou-se uma importante estratégia para empresas, na busca por redução de custos e maior competitividade no mercado, tendo em vista que os impostos tem um grande peso dentro desses custos. Além de a carga tributária ser muito elevada no Brasil, a legislação é bem complexa e passa por constantes alterações. É preciso estar sempre atento e atualizado. É preciso estar atento para que não se façam pagamentos desnecessários e que se consiga resgatar ou compensar tais valores quando ocorrerem, buscando reduzir valores a pagar com elisão fiscal, ou seja, de acordo com a lei e, assim, revertê-los em lucros para as organizações.

Um exemplo de gestão tributária muito eficaz é o dos bancos. Nos últimos anos, a rubrica dos impostos e contribuições vem impactando os resultados dos cinco maiores bancos do país, especialmente, nos anos em que a alíquota da CSLL foi elevada pelo Governo Federal (2015 e 2020). No entanto, o impacto não se deu pelo esperado aumento dos valores a pagar, mas, ao contrário, pelo saldo dos impostos diferidos (créditos tributários) que superou esse montante.

Em 2015, o saldo dos impostos diferidos representou 56% do lucro dos cinco bancos somados naquele ano. Já, em 2020, ano de início da pandemia da Covid-19, com a paralização abrupta das atividades econômicas no país, o total dos créditos tributários amenizou, consideravelmente, a queda nos resultados. Queda essa que não se deu, efetivamente, pela redução das operações bancárias, mas, sim, pelos provisionamentos extraordinários que as instituições financeiras fizeram na expectativa de um cenário adverso (que não se concretizou conforme o esperado). Provisionamentos esses que, em parte, retornarão na forma de novos créditos tributários.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Pedro G. de; TIOSSI, Fabiano M. **Planejamento Tributário como ferramenta de gestão**. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, vol. 9, nº 11. Iturama-MG: janeiro / junho de 2020. Disponível em: <https://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/532>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

ARAÚJO, Renato Cabrera. **A Eficácia Financeira do Planejamento Tributário sob A Ótica da Elisão Fiscal: Análise tributária em uma empresa do ramo de comércio de materiais de construção**. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia Curso de Ciências Contábeis. Dourados-MS: 2016.

BRASIL – Presidência da República - Casa Civil. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em 05 de outubro de 2021.

BRASIL – Presidência da República - Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

CEZAR, José Roberto. **Crédito tributário: o que é, como afeta a sua empresa e mais!** Artigo publicado em 30 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.tbsconsultoria.com.br/credito-tributario-como-afeta-sua-empresa/>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho dos Bancos 2015.** Publicações. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho dos Bancos 2021.** Publicações. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2021/desempenhoDosBancos2021.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

DORNELAS, Kênia Conceição Oliveira. **Planejamento Tributário: a utilização dos Juro sobre Capital Próprio como forme de redução tributária para empresas do lucro real.** Revista Científica RCBSSP, vol. 1, número 2. Goiânia – GO: agosto – dezembro de 2020. Disponível em: <https://revistacientificabssp.com.br/>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

FERNANDES, Martina da Silva. **Gestão e Benefícios Fiscais.** Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto: 2013. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/2051>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

GRASSIOTTO, André Pacini. **Guerra Fiscal e Glosa de Créditos Tributários: Panorama sobre o conflito fiscal do ICMS no Brasil.** Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito Tributário do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo: 2018. Disponível em: <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/handle>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

GUIMARÃES, Luiz Gonzaga; CARVALHO, Garcia De. **A Medida Provisória Nº 675/15 e os Efeitos dos Créditos Tributários Diferidos nas Demonstrações Intermediárias das Instituições Financeiras.** Monografia apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas e Contabilidade e Controladoria (CEPCON) da Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte: 2016.

HELPE, Ronaldo Medrado. **Os créditos tributários e seus impactos nas carteiras de crédito dos bancos no Brasil frente à entrada em vigor das regras de Basiléia III.** Dissertação de Mestrado entregue à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo: 2017.

HENRIQUES, Caio Arruda Souza. **Determinantes da Tributação Efetiva Sobre o Lucro das Instituições Financeiras no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB: 2020.

LOLLI, Robson; OLIVEIRA, Taciana Renata; CAMPOS, Gervaldo Rodrigues. **Gestão tributária de impostos recuperáveis: o caso da Costa Bioenergia LTDA.** Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, vol. 11, nº. 2, pág. 293-314. Umuarama - PR: julho/dezembro de 2010. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/4005>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

LOPES, Tatiana. **A Evidenciação das Informações Tributárias pelas Instituições Financeiras em Face da Convergência para as normas internacionais.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo – SP: 2008.

PÊGAS, Paulo Henrique. **A Reduzida Tributação Sobre o Lucro dos Bancos no Período de 2010 a 2019.** Instituto de Pesquisas e Estudo Contábeis (IPECRJ). Rio de Janeiro: Janeiro de 2021. Disponível

em: <https://ipeccrj.com.br/wp-content/uploads/2021/01/A-Reduzida-Tributacao-sobre-os-Lucros-dos-Bancos-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

RÊGO, Adriana Gomes. **A Origem do Crédito Tributário**. Monografia apresentada ao Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: maio de 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/21421191-A-origem-do-credito-tributario-adriana-gomes-rego.html>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

SANTOS, Adiléia Ribeiro; OLIVEIRA, Rúbia Carla Mendes de. **Planejamento Tributário Com Ênfase em Empresas Optantes pelo Lucro Real**. In: XVIII Congresso Nacional de Contabilidade. Gramado - RS: 2008.

SANTOS, Rubiana Muniz dos. **Algumas Considerações sobre o Planejamento Tributário: análise de uma microempresa prestadora de serviços médicos em Ituiutaba-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES / Pontal) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia-MG: 2018.

SILVA, Jéssica R. M.; MALAQUIAS, Rodrigo F.; ÁVILA, Lucimar A. C. **Tipos e Intensidade de Serviços Prestados por Escritórios de Contabilidade: uma análise da prestação de serviços de planejamento tributário**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), v. 17, pág. 60-77. Rio de Janeiro: set/dez 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj>. Acesso em: 05 de outubro de 2021

SOUZA, Maurício Ferreira de. **Os efeitos da majoração dos tributos diretos sobre as demonstrações contábeis das Instituições do Sistema Financeiro Nacional: uma análise histórica de 2001 a 2018**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: 2019.

ZANLUCA, Júlio César. **Planejamento Tributário**. Portal Tributário. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Acesso em: 18 / 09 / 2021.

Nota Técnica

12. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Rosana Marçon da Costa Andrade²⁹
Paula Cristina Araújo³⁰

Resumo Executivo

A nota apresenta uma análise da tributação sobre pensão alimentícia, considerando a atual sistemática de incidência, que é objeto de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5422, que tramita no Supremo Tribunal Federal. Traz uma reflexão dessa tributação frente à importância dos alimentos para quem o recebe, haja vista se apresentar como verdadeiro direito social, sendo indispensável para garantir o mínimo existencial para a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Imposto de renda; Pensão alimentícia; Dever de sustento.

O objetivo desta nota é analisar os reflexos tributários da incidência do imposto de renda sobre a pensão alimentícia, considerando que seu aspecto econômico tem grande relevo, pois proporciona a quem recebe, condições mínimas necessárias para subsistência. Para que isso ocorra, há constante preocupação das partes com o levantamento dos gastos do alimentando, a fim de que o valor seja suficiente para atender às suas necessidades essenciais, entretanto, poucos sabem que pela normativa atual, há reflexos tributários tanto para quem paga como para quem recebe. Diante disso, faz-se necessário o levantamento do papel da família e do Estado em relação à família.

O Estado tem o dever constitucional de proteger a entidade familiar, tanto que em diversos dispositivos prevê direitos e deveres inerentes às famílias e em especial à proteção às crianças e adolescentes e ainda aos que não possuem condições permanentes ou temporárias de prover o seu próprio sustento.

Ao longo dos anos a entidade familiar sofreu inúmeras transformações, tanto que na atualidade nossa legislação reconhece como família não só aquela decorrente do casamento, mas também a decorrente da união estável, da união homoafetiva, família monoparentais e até mesmo as decorrentes do afeto. O direito de família não se apresenta de modo apartado do direito tributário, ao contrário, este também vem avançando, de forma mais tímida, mas já reconhece como dependente companheiros héteros e homoafetivos, desde que atendidos os demais requisitos formais, mas ainda tem muito a avançar para adequar-se ao direito de família. Por exemplo, visando o melhor interesse dos menores recomenda-se a guarda compartilhada, ou seja, apesar da guarda física ficar apenas com um guardião, ambos

²⁹ **Rosana Marçon da Costa Andrade.** Mestre em Direito Econômico. Especialista em Direito Empresarial. Advogada. Professora de graduação e pós-graduação. Coordenadora do Núcleo de Assistência Jurídica da USCS. Executora dos Convênios da USCS com o TJSP e com a DPE/SP. Mediadora. Presidente da Comissão de Direito Civil da OAB/SCS. https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C01B9B646B015A4AD2C6D1653A58B6A1#

³⁰ **Paula Cristina Araújo.** Especialista em Direito de Família e Sucessões, Pós-graduanda em Direito Civil e Processo Civil. Professora de pós-graduação e extensão da Escola Superior da Advocacia. Coordenadora da ESA Núcleo SCS. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB/SCS, Diretora Secretária-Geral Adjunta da OAB/SCS. https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=AF5337A1D1CD29080BA01E56F9559752#

possuem a guarda, entretanto, apenas um deles poderá lançar o menor como dependente em seu imposto de renda, esta é apenas uma situação dentre tantas outras que o direito tributário ainda terá de enfrentar.

O dever de sustento dos genitores para com os filhos decorre do poder familiar, e abrange não só os alimentos propriamente dito, mas também o dever de prover as necessidades como educação, saúde, vestuário, lazer e outras que se fizerem necessárias garantindo a dignidade do alimentando. Sendo presumida a necessidade ao recebimento dos alimentos em decorrência do dever de sustento, ou seja, via de regra, não se faz necessária a prova da necessidade. Vale ressaltar que os alimentos são devidos enquanto os filhos não atingirem a maioridade civil, ou conforme o atual entendimento jurisprudencial e doutrinário, enquanto não terminar a primeira graduação ou completar 24 (vinte e quatro anos), o que sobrevier primeiro.

Os alimentos porventura devidos entre os cônjuges ou companheiros, por sua vez, decorre do dever de assistência mútua. Enquanto os alimentos devidos pelos filhos aos genitores para ampará-los na velhice, enfermidade ou carência e os alimentos devidos entre os irmãos, deriva do dever de solidariedade, havendo necessidade de se comprovar a necessidade, vez que nestes casos ela não se presume.

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

Como visto, é inegável que os alimentos possuem caráter econômico, podendo ser fixados com pagamento em espécie (*in pecunia*), *in natura* ou ainda de forma híbrida. O pagamento *in pecunia* ocorre quando o alimentante realiza o pagamento em dinheiro, ficando o genitor guardião físico responsável pelo pagamento das despesas. Já o pagamento *in natura*, ocorre quando o alimentante realiza o pagamento direto para determinadas instituições, como escola particular, transporte escolar, aulas extracurriculares, convênio médico etc. Podendo ainda o pagamento ser híbrido, com pagamento de determinado valor, mais o pagamento direto a instituições determinadas.

O modo como os alimentos são fixados influencia diretamente na incidência ou não do imposto de renda. O Código Tributário Nacional dispõe no art. 43 que o fato gerador do imposto de renda é a aquisição da disponibilidade econômica obtida pelo recebimento de renda e de proventos de qualquer natureza. A Lei nº 7.713/88 estabelece em seu art. 3º que o imposto deve incidir sobre o rendimento bruto, ressalvadas as deduções previstas na lei, deixando claro em seu parágrafo primeiro a incidência sobre os alimentos e pensões percebidos em dinheiro.

Art. 3º [...]

§1º. Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, **os alimentos e pensões percebidos em dinheiro**, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também

entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados. (BRASIL, 1988)

O encargo tributário acaba, assim, por recair sobre importâncias recebidas a título de pensão alimentícia, sujeitando-se à tributação do imposto de renda. O credor dos alimentos se vê obrigado a realizar o pagamento do Imposto de Renda, sob uma verba recebida para sua subsistência e educação, o que torna totalmente desigual o tratamento tributário entre o devedor de alimentos que pode quando do pagamento *in pecunia* deduzir a totalidade do valor pago ao alimentando, contudo, ao alimentando, cabe pagar o imposto, e se porventura o genitor guardião desejar colocá-lo como seu dependente quando da declaração deverá somar o valor dos alimentos recebidos pelo filhos aos seus rendimentos.

Ao passo que a legislação tributária incluiu as obrigações alimentares no rol dos rendimentos tributáveis, afasta da incidência os alimentos *in natura*, que por vezes são preferidos pelos alimentantes com o fim de ter um controle maior sobre os gastos. Entretanto, essa forma de pagamento impossibilita a dedução no imposto de renda, por exemplo, de valores pagos diretamente a título de despesas médicas uma vez que o alimentando não pode ser declarado como dependente do alimentante para fins de IR, assim como aquele que detém a guarda física também não poderá, porque não é ele quem arca com a despesa. Ainda, os valores destacados na pensão alimentícia para moradia como condomínio e aluguel não poderão ser deduzidos. Ou seja, o pagamento da pensão *in natura* nem sempre poderá ser lançado nas deduções do alimentante, de outro lado, também não será tributado do alimentando pelo fato destes pagamentos serem efetuados diretamente aos credores.

De certo, a pensão alimentícia auferida não se enquadra no conceito de renda, pois não se trata de produto do capital nem do trabalho e, mesmo incidindo sobre proventos de qualquer natureza, assim entendidos como acréscimos patrimoniais advindos de outras fontes que não do capital ou do trabalho, a questão que se impõe é: a pensão alimentícia pode ser caracterizada como um acréscimo patrimonial?

Os alimentos possuem caráter humanitário, assegurando a dignidade da pessoa que dele necessita e não tem meios de prover o seu próprio sustento, sendo assim considerado desde a Emenda Constitucional 64/2010 como um verdadeiro direito social, o que por si só torna inadmissível a incidência tributária, pois não é essencialmente renda.

A família como previsto constitucionalmente cumpre verdadeira função social, sendo considerada a base da sociedade, e possuindo proteção do Estado. Nesta esteira, os alimentos se apresentam como direito social é indispensável para a sobrevivência garantindo o mínimo existencial para a dignidade da pessoa humana, todavia, o alimentando ao receber este valor, sofre incidência de imposto de renda, ou seja, o valor que a princípio deveria ser pago **pelo** Estado para garantir o mínimo existencial, é reduzido pela incidência de imposto de renda pago **ao** Estado. Neste contexto, parece haver uma ambiguidade entre o dever e o direito do Estado com relação a tributação dos alimentos prestados, qual seja, é digno tributar esse valor?

Sob outro aspecto, enquanto a família encontra-se coabitando sob o mesmo teto, as necessidades já eram custeadas pela mesma fonte financeira. Com o término da relação conjugal a família continua a existir em outra configuração, havendo então moradias diferentes, passando a incidir duplamente o IR, quando o alimentante recebe e quando o valor é repassado ao alimentando, mostrando-se um sistema de tributação que fere diversos princípios do ordenamento jurídico.

Princípio da capacidade contributiva ao qual o imposto de renda se submete, individualiza a tributação, mas na prática a ofensa a este princípio é clara, pois quem recebe declara uma

renda que não caracteriza acréscimo patrimonial, enquanto quem paga deduz o valor, de modo que acaba havendo uma transferência da carga tributária para quem recebe.

No ano de 2015, o IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade da incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de pensão alimentícia (ADI 5.422), sob a alegação de ocorrência de bitributação, na linha de que o alimentante já sofreu a tributação de imposto de renda quando do recebimento da renda ou proventos.

Em fevereiro último, o STF firmou por maioria de votos o entendimento de que não cabe incidência do imposto de renda sobre a pensão alimentícia recebida, firmando-se o entendimento pela inconstitucionalidade dessa incidência. Porém, o Ministro Gilmar Mendes fez um pedido de destaque, de modo que a votação virtual foi zerada, passando então para o Plenário presencial.

Ao que parece, tudo leva a crer que o resultado da votação será no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade da tributação do imposto de renda nas obrigações alimentares. Todavia, faz-se necessário estabelecer a modulação desta decisão caso se confirme, como a possibilidade ou não de restituição, se o alimentante poderá continuar deduzindo o valor da pensão alimentícia, tendo em vista que hoje isso é possível na sistemática de tributação do alimentando.

Não se pode esquecer que se a tese de inconstitucionalidade se confirmar, os cofres da União serão bastante impactados, segundo dados da Advocacia Geral da União (AGU), sendo confirmada a inconstitucionalidade da tributação sobre a pensão alimentícia, a perda anual de arrecadação da União será de R\$ 1 bilhão de reais, podendo chegar a R\$ 6,5 bilhões de reais caso a modulação seja pela restituição dos cinco anos anteriores.

De todo modo, o julgamento ainda está em trâmite e para a declaração de imposto de renda que se finda em abril, justo ou injusto, tudo segue como antes, os alimentantes deduzindo os valores pagos a título de pensão alimentícia e os alimentandos declarando o recebimento com a incidência do imposto se o recebimento atingir o valor tributável. Sendo certo que para poder deduzir o valor pago a título de pensão alimentícia é necessário que a obrigação esteja estabelecida em escritura pública, sentença ou acordo judicial, bem como ser paga em espécie.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de janeiro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 13 de março de 2022.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso 13 de março de 2022.

BRASIL. Lei nº 7.716 de 22 de dezembro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7713.htm. Acesso em 13 de março de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Código Civil - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso 13 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm. Acesso 13 de março de 2022.

GARRET JR, Gilson. STF pode fazer governo ter de devolver até R\$ 6,5 bi em imposto indevido. Exame, São Paulo, 04 fev. 2022 Disponível em: <https://exame.com/brasil/stf-pode-fazer-governo-ter-de-devolver-ate-r-65-bi-em-imposto-indevido/> .Acesso em 14 de março de 2022.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MADALENO, Rolf. Direito de Família. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Nota Técnica

13. IMPACTOS DA GUERRA NO MERCADO FINANCEIRO³¹

Eric Klingenhoff Berno³²

Resumo Executivo

A nota técnica aponta, sinteticamente, alguns dos impactos da guerra no mercado financeiro.

Palavras-chave: Guerra entre Rússia e Ucrânia; Mercado financeiro; Inflação.

A guerra: Os combates se intensificaram em torno da capital da Ucrânia, Kiev. As forças russas também bombardeiam cidades em todo o país, matando civis que não conseguem escapar.

Dívida Russa: As consequências financeiras das duras sanções russas entrarão em foco nos próximos dias antes de um pagamento programado de títulos soberanos.

Juros em Alta: Espera-se que o FED suba 0.25 (...). Investidores estão ansiosos por suas novas previsões para taxas, inflação e economia, dada a incerteza da escalada das tensões geopolíticas.

Inflação Internacional: A inflação de preços ao consumidor nos EUA atingiu 7,9% ao ano em fevereiro, seu nível mais alto desde janeiro de 1982, com os custos de alimentos e energia empurrando os preços para cima. A inflação alemã subiu em fevereiro, com os preços harmonizados ao consumidor subindo 5,5% ano a ano.

Menos Estímulos Europa: O BCE anunciou (...) que encerrará seu programa de compra de títulos no terceiro trimestre de 2022, se os dados econômicos o justificarem, mais cedo do que o planejado anteriormente. A presidente Christine Lagarde disse que a guerra terá um “impacto material na atividade econômica e na inflação”.

China & Rússia vs. EUA: Autoridades dos EUA dizem que a Rússia pediu ajuda militar à China para sua guerra na Ucrânia, um sinal de que o governo Biden está cada vez mais preocupado com o papel que o aliado diplomático mais poderoso de Vladimir Putin pode desempenhar no conflito.

Carvão / Energia: Os preços do carvão dispararam para um novo recorde histórico (...), com os futuros de referência de Newcastle chegando a US\$ 400 a tonelada, quebrando o recorde anterior de US\$ 269 estabelecido em outubro. A Tata Steel UK (Tata) e a British Steel suspenderam as importações de carvão russo, segundo o The Mail on Sunday. A decisão segue a pressão sustentada dos governos ocidentais para que as empresas se desvinculem da Rússia, à medida que aumentam as sanções ao país após a invasão da Ucrânia.

Sem Níquel: Os preços do níquel subiram até 250% nos últimos dias, atingindo recordes acima de US\$ 100.000 a tonelada, no maior movimento de preços já visto na LME. O movimento frenético ocorreu quando os investidores e usuários industriais que venderam o metal correram para comprar os contratos de volta num movimento de “short-squeeze”, ou

³¹ Este texto reúne algumas notas originalmente escritas no processo de acompanhamento cotidiano do mercado financeiro realizado pelo autor.

³² **Eric Klingenhoff Berno.** Economista formado pela USCS. Certificações Anbima CEA.

seja, quando os investidores "vendidos" são obrigados a comprar a qualquer preço. Por isso, a London Metal Exchange interrompeu as negociações em seu mercado de níquel.

Reajustes de 25% no Aço: British Steel elevou preços em “recorde de 25%” diante de custos crescentes, alertando sobre o aumento dos custos de eletricidade.

Tech & Regulação na China: A Tencent recebeu uma multa recorde depois que o banco central da China descobriu que seu WeChat Pay violou as regras contra lavagem de dinheiro, relata o WSJ. O Banco Popular da China descobriu que a plataforma de pagamentos da Tencent permitiu a transferência de fundos para fins ilícitos, como jogos de azar, informou o jornal. As ações caíram 10% (...).

Tech & Regulação: UE e Reino Unido abrem investigação antitruste contra Google e Meta por causa de anúncios online.

Nota Técnica

14. LIBERDADE ECONÔMICA, CAUSALIDADE E DEMOCRACIA

Felipe Galves Ferrari³³
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo³⁴

Resumo Executivo

A nota técnica tem como proposta discorrer sobre os conceitos de liberdade - seja individual e econômica - e da democracia, e como tais aspectos se conversam no mundo real. Para tal, foi feita extensiva pesquisa bibliográfica a fim de abordar o tema de maneira mais heterogênea possível, identificando, inclusive, se há fatores de causalidade entre liberdade-democracia e vice-versa.

Palavras-chave: *Economia; Democracia; Liberdade; Globalização.*

Liberdade e Democracia – Conceitos e relações

A democracia pode ser explicada, mesmo que genericamente, como um sistema que nasce para se opor a sistema de governos totalitários, como monarquias e ditaduras. Ou seja, o sistema existente onde o cidadão pode expressar suas vontades e preferências por meio formal (voto), assim, também é o único sistema que não se faz necessária uma revolução, muitas das vezes armada, para que o governo vigente seja alterado sendo essa amplamente sedimentada após a queda das grandes máquinas autoritárias - principalmente no pós-guerra. (Touraine, 1994)

Isso posto, conclui-se que a democracia representa de fato um sistema – relativamente novo - onde o povo tem garantia de liberdade para fazer escolhas e tomar ações, sobretudo na formação de um corpo diretivo do Estado.

Vimos, no parágrafo anterior, que a organização de poder em sistemas democráticos denota que os cidadãos são mais livres, ou seja, apresentam maior nível de liberdade de pensamento e ações, desde que dentro da lei, inclusive para questionar pontos governamentais do quais eles não concordam. (Rinaldi, 2013)

Mas, uma das questões mais relevantes sobre o tema é: A democracia cria liberdade para o povo? Ou somente com um grau de liberdade inicial é que a democracia pode existir? Não há consenso na resposta, é plausível dizer que a democracia, quando aplicada na prática, gera satisfação para uma parcela, mesmo que majoritária, da população votante, já para os eleitores que não tiveram seus candidatos eleitos, ela pode significar, no limite, uma diminuição de sua liberdade individual.

Já para que a democracia exista há a necessidade de que os cidadãos sejam livres o suficiente para que seja garantido o direito de expressar suas ânsias via votação. Portanto, pode-se dizer que a liberdade é um dos pilares que constroem a democracia, e não que é criada exclusivamente por essa.

O que se pode reiterar, de maneira bastante clara, é que quando um dos dois pilares não funciona como deveria, o outro rui quase que instantaneamente, como pontuado por Habermas (2003), que salientou o fato de que quando há falta de debate, falta de

³³ **Felipe Galves Ferrari.** Economista, Mestre em Economia e Mercados pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e especializado em políticas e soluções para problemas de comportamentos de consumo e produtos digitais.

³⁴ **Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo.** Advogado, Pós-Doutor em Economia Política - PUC/SP, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público. Professor no programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados Mackenzie e USCS.

representatividade, impossibilidade de demonstrar descontentamento – desdobramentos dos direitos naturais elencados por Locke – a democracia inevitavelmente também perece.

Isso colocado, para que exista democracia é bastante claro que a liberdade individual deva ser um pré-requisito. Porém, para que a democracia continue existindo, há ainda outro pré-requisito tão - ou até mais forte do que a liberdade. A igualdade entre os agentes que compõe a sociedade também é uma condição *si ne qua non* para que tal modelo de governo prospere (COSTA; REZENDE, 2019)

Sendo os agentes livres e iguais entre si, o poder – notado na democracia – só poderia ser advinda da junção de vontades da maioria desses agentes, como pontuado por Costa e Rezende (2019):

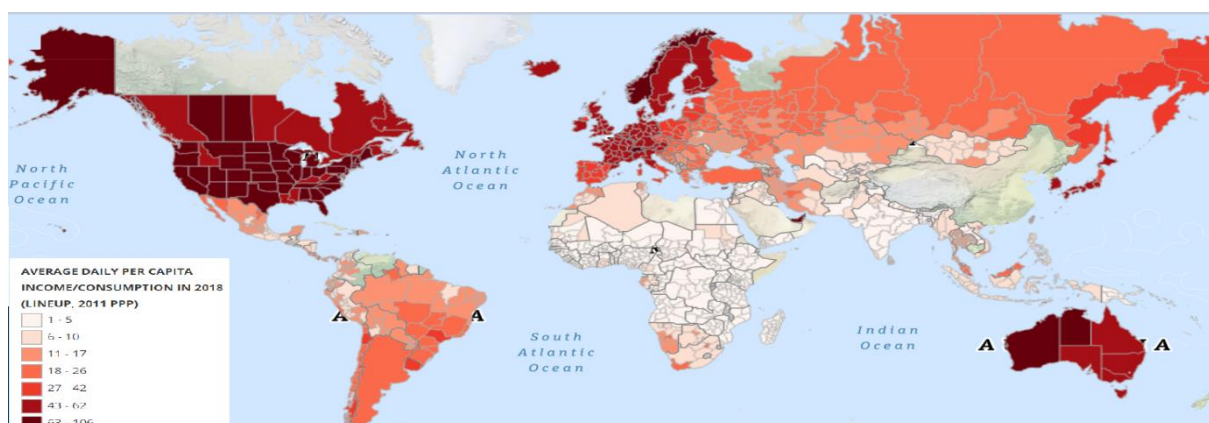
(...) visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz nenhum direito, só restam as convenções como base de toda a autoridade legítima existente entre os homens (...) (ROUSSEAU, 1999, p. 61), o autor demonstrou sua preocupação em encontrar o fundamento da ordem social, a qual, não sendo originária do divino nem da natureza, seria produto de convenção, de contrato firmado entre homens livres (...)

A ONU divulga, anualmente, rankings de “felicidade”, onde a liberdade é uma das variáveis levadas em conta na complicada equação de cálculo para felicidade. Dada a difícil mensuração - por se tratar de um sentimento – a liberdade individual tem seu uso altamente inviabilizado para qualquer tipo de formulação de estudo econômico que dela precise. (GROPPER; LAWSON; THORNE 2011)

Dada essa dificuldade, pode-se utilizar uma “vertente” mais mensurável da liberdade em geral, que é a liberdade econômica. Liberdade específica essa que significa que as firmas e agentes econômicos poderão alocar seus recursos e propriedades da melhor forma que lhes for mais conveniente, buscando assim o melhor resultado econômico possível, fazer ou não trocas (desde que não haja coerção de uma das partes), vender ou não força de trabalho, tudo isso desde que dentro dos limites previstos no ambiente institucional do Estado. (GWARTNEY; LAWSON; HOLCOMBE, 1999)

Ainda segundo Gwartney, Lawson e Holcombe (1999) a liberdade econômica denota um certo neoclassicismo econômico no tange a melhor alocação por parte dos recursos via escolha dos próprios agentes e não intervenção por parte do Estado na economia, sendo escolhas de investimento basilar em bens de capital, educação, capacitação e tecnologia o grande eixo motor e fator de retroalimentação de qualquer tipo de crescimento econômico.

Figura 1 - Distribuição de Renda e consumo

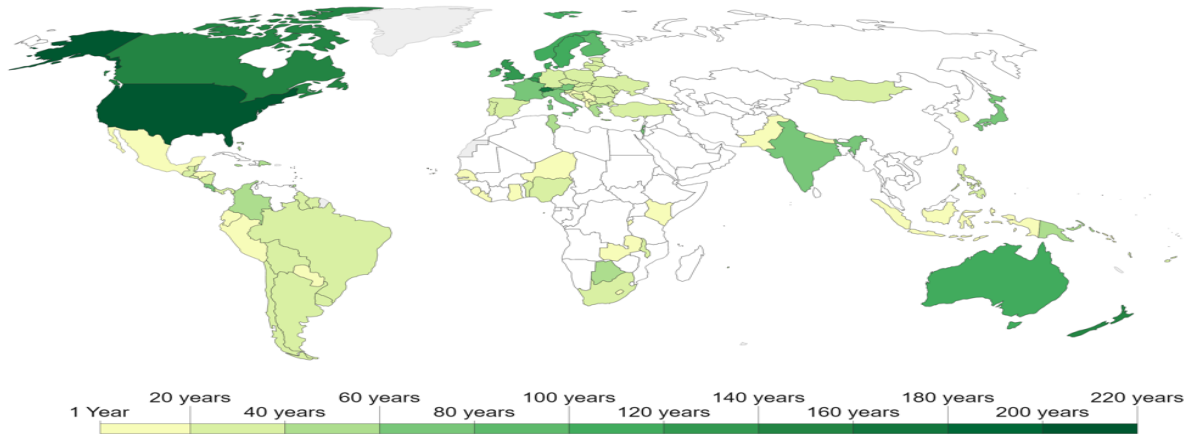


Fonte: Banco Mundial, elaboração própria

Ao analisar a distribuição de maiores níveis de renda e consumo, verificamos a grande prevalência de níveis altos na América do Norte, Europa Ocidental e Oceania. Movimento

esse que é mais do que esperado, frente ao nível de desenvolvimento de países que compõem tais localizações. Com um grande ponto importante, vasta maioria de tais países têm notória relação com altos índices de democratização, o que pode ser verificado pelo tempo em que tal modelo de governo está em vigor.

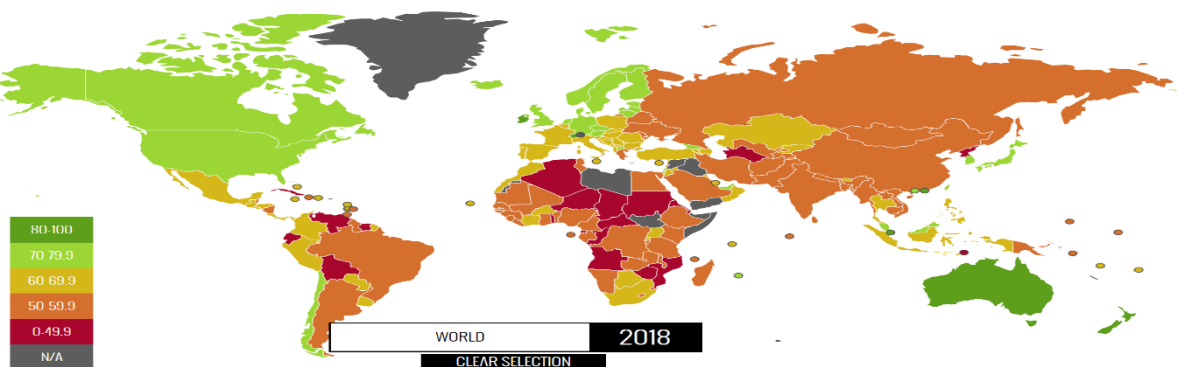
Figura 2 - Idade da Democracia por país (2015)



Fonte: World Data, Oxford

Ao comparar as figuras 1 e 2, fica bastante evidente a clara relação entre grau de democratização - medida aqui pelo tempo de maturação de tal modelo em cada país - e o desenvolvimento econômico. Portanto, apesar de não ser possível estabelecer de forma simples a ordem de tal causalidade, pode-se assumir com segurança que um país mais democrático apresenta, em média, melhor desenvolvimento econômico.

Figura 3 - Índice de liberdade econômica por país



Fonte: Heritage.org

Importante destacar a correlação entre liberdade e democracia como mecanismo atual de funcionamento dos sistemas globais democráticos e na lição de DE HARO (2020, p. 169)

(...) a possibilidade de a liberdade econômica agir como um dos mecanismos de “freios e contrapesos” essenciais ao funcionamento dos sistemas democráticos. A relação entre democracia política e crescimento econômico tem estado no centro de debates nos últimos cinquenta anos. Os defensores da democracia argumentam que as motivações dos cidadãos para trabalhar e investir (...)

Considerações Finais

Partindo de uma análise apenas do modo racional do indivíduo, como sendo aquele que pode tomar decisões livres sobre questões de alocação de trabalho, salário e preços - levando em conta não somente fatores individuais, como liberdade de investimento, salarial e monetária, mas também fatores institucionais como efetividade dos poderes de um Estado e liberdades

- em geral vemos que o movimento acaba sendo bastante similar ao analisado anteriormente. Há grande correlação entre a tríade “democracia-liberdade econômica-desempenho econômico”.

Portanto, pode-se dizer que para que o mercado seja livre, e assim possa fazer as melhores escolhas “individuais” que resultam em um maior bem-estar, um grau elevado de democratização também se faz necessário justamente para que as ganhas e perspectivas da população sejam levadas em conta (mesmo que somente em épocas de eleição). Assim, pode-se concluir que uma nação com maior nível democrático tende a apresentar maior grau de liberdade econômica e um maior desenvolvimento econômico, que pode ser traduzido como bem-estar para a população na média.

Outro fator preponderante na pesquisa foi possível instabilidade política, medida pelas mudanças passadas ou esperadas dos chefes executivos, bem como reveladas as frequências de greves e manifestações muito maior nas democracias (o que do ponto de vista da liberdade individual devem ser preservadas). Outro ponto destacável é uma demonstrada sensação de ameaça aos regimes de investimento externos pelas abruptas mudanças, pois para alguns investidores isso poderia significar o temor de perda de capital em longo prazo.

De fato, por toda análise, é possível entender como válidas as garantias de liberdades individuais para o bom funcionamento das democracias pelo mundo bem como um alinhamento com as externalidades do mercado.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. MAPS. *In: Mapa de desenvolvimento econômico mundial*. [S. l.], 4 jan. 2022. Disponível em: https://maps.worldbank.org/datasets/GSAP2_mean?loadMoreSelected=true. Acesso em: 4 jan. 2022.

COSTA, Ilton Garcia; REZENDE, Rita de Cássia. LIBERDADE, IGUALDADE E DEMOCRACIA: O TRABALHO HUMANO COMO LIBERDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA. EM TEMPO, Marília, v. 18, p. 272-299, 21 jan. 2019.

DE HARO, Guilherme Prado Bohac, DIAS, Jefferson Aparecido; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. *A influência da liberdade econômica nos índices de aferição da qualidade das democracias*. Revista de Informação Legislativa – RIL - Brasília a. 57 n. 227 p. 155-176 jul./set. 2020.

GROPPER, Daniel M.; LAWSON, Robert A.; THORNE, Jere T. Economic Freedom and Happiness. **Cato Journal**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 237-255, 2011.

GWARTNEY, James D.; LAWSON, Robert A.; HOLCOMBE, Randall G. Economic Freedom and the Environment for Economic Growth. **Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)**, [S. l.], v. 155, n. 4, p. 643-663, 1 dez. 1999.

HABERMAS, J.. **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1 e 2.

HERITAGE.ORG. **Índice de liberdade econômica por país**. [S. l.], 10 jan. 2022. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/heatmap>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RINALDI, Augusto Leal. Justiça, liberdade e democracia. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 12, p. 57-74, 9 jun. 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Democracy. **Thesis eleven**, MIT, n. 38, p. 1-15, 1994.

UNIVERSIDADE DE OXFORD. OurWorldData. **Mapa mundi com de idade democrática**. [S. l.], 5 jan. 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/age-of-democracies>. Acesso em: 5 jan. 2022.

IV – CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Nota Técnica

15. NOTAS SOBRE OUTRA ABORDAGEM PARA CULTURA NO BRASIL

Manfredo Garmatter Barretto³⁵

Resumo Executivo

Estas notas buscam sugerir um novo olhar sobre o modo de produzir cultura no Brasil, apontando para a exploração econômica num setor onde somos originais e talentosos, como também gerar um novo tipo de relação entre Cultura e Estado.

Palavras-chave: Cultura; Ministério; Entretenimento; Criatividade; Economia Criativa.

Por mais de trinta anos trabalho profissionalmente com Cultura. Numa época na qual não havia cursos de formação específicos sobre produção cultural no Brasil (hoje há alguns poucos) tive a sorte e o privilégio de me “formar” na FUNARTE – Fundação Nacional de Arte, onde ingressei no início dos anos 1980. Inicialmente como estagiário de Economia e posteriormente efetivado no setor de mercado e promoções da instituição. Fui contemporâneo do maestro Edino Kruger, do compositor e pesquisador Hermínio Bello de Carvalho, de Paulo Herckenhof (Artes Plásticas), Pedro Vasquez, Walter Firmo e Zeka Araújo (Fotografia), entre tantos outros Mestres. Naquela época, a FUNARTE era o órgão executor de Cultura, subordinado ao antigo MEC, Ministério da Educação e Cultura, em plena ditadura, presidida pelo General Ernesto Geisel. Este era pai da idealizadora desta Fundação, a especialista em Folclore Brasileiro, Amália Lucy Geisel.

Comecei com esta “apresentação” para relacioná-la com a primeira vez, pelo menos em minha vida, que me deparei com debate sobre a importância, ou necessidade, de um Ministério da Cultura (e, conseqüentemente, da função estatal na Cultura). Era o ano de 1985, o advento da Nova República, com Tancredo Neves, iniciando a redemocratização no Brasil. Foi criado então o Ministério e nomeado José Aparecido. O período era de efervescência, a liberdade represada por tantos anos viria a explodir, e muito, principalmente no setor cultural. O Ministério tão festejado, no entanto, foi criticado pelo corpo técnico da FUNARTE. Os técnicos experientes e de alto nível, apoiados por uma enxuta e ágil área administrativa, não viam essa necessidade. O orçamento aumentaria ou seria absorvido por uma estrutura maior e burocrática? Era oportuna e adequada a criação do MinC, ou seria apenas mais um cargo para acomodar tantos interesses existentes dentro do “Arco da Sociedade” que suportava politicamente a redemocratização?

Claro que há controvérsias, mas, a meu ver, o setor cultural governamental experimentou uma certa paralisia. Ministério e FUNARTE demonstraram paralelismo em suas atuações, gerando crises que, naturalmente, foram vencidas pelo poder político do Ministério, que resultaram no esvaziamento da Fundação, sem que aquele conseguisse assumir plenamente suas funções. Mas o debate que poderia se prolongar foi logo torpedeado pela seguinte eleição presidencial,

³⁵ **Manfredo Garmatter Barretto.** Iniciou sua carreira na Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, em 1984. Montou sua própria produtora em 1989 e produziu espetáculos de MPB, Música Clássica e Antiga, além de produções Teatrais e Ópera. Trabalhou também com Agente Artístico e, desde 2009, vem produzindo Audiovisual, com títulos em longa metragem como “Simonal – Ninguém Sabe o Duro Que Dei”, “Tá Rindo de Quê – Humor e Ditadura”, “Rindo à Toa – Humor Sem Limites” e, mais recentemente, o seriado para streaming “Meu Amigo Bussunda”.

com a vitória de Fernando Collor, que tratou de desmanchar o que ainda existia de produtivo e bem-intencionado na área.

Não foi fácil a reconstrução. Mas a “vontade política” dos seguintes presidentes, Itamar Franco e, na sequência, Fernando Henrique Cardoso, ajudaram e impulsionaram o início de uma nova fase para a Cultura no Brasil. Neste período foi “ressuscitada” a Lei Sarney, reformada e implementada sob a alcunha de Lei Rouanet. Na sequência, veio a Lei do Audiovisual e os horizontes se ampliaram. Naquele momento foi necessário e bem-vindo o apoio do Estado. Ao longo deste período surge a Internet e inicia-se a Revolução Tecnológica ou Digital que tanto impactou o mundo e não seria diferente naquilo que ainda chamávamos de Cultura. As fronteiras pareciam começar a querer mudar. Uma discussão iniciada na época da Lei Sarney ganha uma nova dimensão. Naqueles tempos, debateu-se muito Cultura x Show Business, principalmente no que dizia respeito a quem deveria merecer apoio oficial. Esta discussão viria (ou deveria) a ganhar profundidade, latitude, longitude e muito mais.

Já que falamos de tantos governos e antes de darmos um pulo na história, cabe registrar que o período de governos petistas foi positivo para a Cultura, que recebeu significativa atenção. Não vou me estender porque não é o centro destas notas, mas como citarei a seguir, foi na Ancine do período petista que foi criada a interessante ferramenta chamada Fundo Setorial do Audiovisual, principal fonte de financiamento para o setor, que juntamente com a Lei 12.485/2011, que estipulava cotas de produção nacional independente na TV a Cabo, que incentivaram o início e desenvolvimento do que poderia vir a ser uma indústria.

Agora sim, o pulo na história, nos aproximando dos tempos atuais, com a Internet já instalada, ditando as regras e influenciando o mundo (claro, vamos no ater a Cultura). Cultura? Ou seria Entretenimento? Ou quem sabe, Economia Criativa? Não tenho maiores certezas, a não ser que precisamos começar a pensar o assunto de forma diferente. Aquela velha história: o mundo mudou, muito e rapidamente. Qual a importância ou necessidade de um ministério? Ou ainda, qual seria o ministério? Vale registrar que ao longo e em paralelo a este período, o audiovisual brasileiro experimentou um significativo progresso, especialmente na quantidade de obras produzidas, alavancado pelo já citado Fundo Setorial do Audiovisual – FSA. A Moda, a Gastronomia, o Design brasileiros ganharam notoriedade no mundo, sem esquecer nossa Propaganda e Publicidade que já gozava de prestígio internacional. A música popular brasileira tem reconhecimento mundial há décadas. Arquitetura e Artes Plásticas, idem. A Dança brasileira vem conquistando seu espaço com Companhias sólidas como Grupo Corpo e de Débora Colker.

Há algo de novo no ar? Ou nem tanto? A nossa criatividade é reconhecida, mas às vezes e alguns casos, era pouco conhecida. Isso me faz lembrar uma história pessoal, minha primeira viagem profissional para o exterior. Estava como produtor de um espetáculo teatral brasileiro que participaria de um Festival no Canadá. Lá chegando e nos comparando com companhias de outros países, me senti quase como um retirante desembarcando na cidade grande. Na montagem e preparação para a apresentação era possível sentir uma certa ironia na equipe local, como que perguntando o que estaríamos fazendo lá. O cenógrafo de nossa companhia, mais experiente e percebendo meu desconforto com a situação, me chamou num canto e falou: “calma, espera depois do espetáculo”. Não deu outra, a plateia já aplaudia em cena aberta, fomos ovacionados ao final e, a partir daí, viramos a atração do Festival. A mesma experiência se repetiu em outro Festival, desta vez na França. Não é um clichê, mas uma verdade: o artista brasileiro é especialmente criativo e talentoso.

Vou tentar organizar um raciocínio. Patrimônio Histórico e Artístico, Folclore e todas as manifestações populares, comunitárias, indígenas e afins, que tenham necessidade de proteção e preservação, devem ficar a cargo do Estado, não restam dúvidas. Orquestras Sinfônicas, outras Orquestras e Grupos de dança relacionados com esferas governamentais, como também as mais diferentes manifestações artísticas de caráter experimental também podem gozar de algum tipo de apoio oficial, direto ou indireto.

A Moda, o Design, a Gastronomia nunca tiveram, e ousou dizer, nunca pleitearam, algum tipo de apoio semelhante aos existentes e demandados pelo setor Cultural (ou já seria mais correto denominá-los Entretenimento?). Vou entrar numa seara delicada e polêmica, mas acho que esta exigência do setor Cultural pelo apoio estatal, acaba criando uma relação frágil e, por vezes, perigosa. Mais do que apoio, parece-me às vezes, que é demandada uma obrigação, que cria uma perigosa dependência, haja visto os recentes acontecimentos no governo atual e nem tão distante assim, no governo Collor. Eu mesmo em minha carreira passei por um, e estou passando pelo outro. Não é fácil lidar com quem quer e pode eliminar uma atividade profissional. Acho, portanto, estrategicamente importante e possível iniciar um caminho alguma autonomia.

Vale observar uma situação muito recente, a crise e paralisação da Ancine. É honesto registrar que esta crise foi gerada por problemas internos e de gestão da Agência (que não são o cerne deste artigo e por isso não os aprofundarei) e que vieram a ocasionar a interpelação pelo Tribunal de Contas da União (antes do governo Bolsonaro). O Setor ficou sem sua principal fonte de financiamento, produções foram interrompidas e produtoras foram fechadas. Durante dois a três anos a produção audiovisual independente despencou. Claro que não houve boa vontade do atual governo, muito pelo contrário, em alguma gestão para a solução da crise, nem do seu problema causador. Mas também não chegou a ser surpresa para os interessados a rápida e forte recuperação impulsionada pelos canais de streaming, colocando o setor quase em plena capacidade de produção. Isto, de modo rápido e sem qualquer interferência governamental.

A título ilustrativo outro registro importante: a coluna de Lauro Jardim, no Jornal O Globo, de 17/02/2022, anunciou que o Fundo Americano Starfish pretende investir US\$75 milhões em projetos da Indústria Criativa brasileira.

Num mercado que movimenta quase US\$200 bilhões/ano no mundo, a indústria brasileira de desenvolvimento de games já chama atenção, com títulos reconhecidos internacionalmente.

Música, Teatro e Dança também vêm experimentando oportunidades de internacionalização há tempos. A coreógrafa e diretora Déborah Colker foi a primeira mulher a dirigir um espetáculo da famosa companhia canadense Cirque du Soleil. Exemplos não nos faltarão.

A Indústria Criativa Brasileira tem potencial para crescer e se desenvolver ainda muito, com capacidade de gerar empregos e, principalmente, divisas. Merece, portanto, atenção e apoio dos organismos oficiais para se tornarem mais competitivas no mercado global, através de mecanismos de incentivo para capacitação técnica, infraestrutura, exportação e tudo o mais que a fortaleça. Mas dentro de uma ótica econômica e empreendedora, afastando-se da habitual e simplória demanda por verbas a fundo perdido. Cultura é um bem de consumo internacional e o Brasil é um dos mais criativos e originais produtores do mundo.

Claro que não se mudam hábitos, comportamentos e crenças de forma rápida. No Brasil temos a característica onde, em muitos casos, o artista é o seu próprio produtor. Sua capacidade empreendedora não vai muito além de buscar o financiamento necessário para a viabilização de sua obra, sem maiores desdobramentos de monetização. Isto não é uma crítica, apenas uma constatação, de que há de se repensar, entre outros aspectos, sobre

como produzir cultura por aqui. Será, por exemplo, um Ministério da Cultura, nos moldes de hoje, o órgão oficial adequado? De qual tipo de apoio oficial esta Economia Criativa precisa para se desenvolver, criar autonomia e gerar divisas? O audiovisual já começa a experimentar um novo modo de produção, iniciado com o FSA (ensaiando um exercício empreendedor), que o capacitou para aproveitar a oportunidade oferecida pelo streaming em nível internacional.

Com estes indicativos, acredito que já podemos iniciar um novo tipo de discussão sobre Cultura no Brasil, como bem de consumo, como setor econômico, como potencial gerador de empregos, no qual o nome Economia Criativa, abrangendo suas diversas manifestações, me parece mais adequado. Os agentes culturais conseguem exercitar este tipo de raciocínio quando, em situação de crise, como a vivida pela Ancine, expõe salutaros números econômicos do setor, para justificar sua importância. Necessário que este exercício seja contínuo e que profissionais mais afeitos ao pensamento econômico e empreendedor também dele participem. Muito ainda há de ser feito, de ser estudado, debatido. Mas entendo, além do potencial natural, que as circunstâncias e um cenário favorável se apresentam. Fica aqui, então, este apanhado de ideias observadas ao longo de meu tempo de vida profissional, esperando que possam ajudar a estimular um novo debate sobre a cultura no Brasil no século XXI.

Nota Técnica

16. A CRIAÇÃO DAS SAFs E A POSSIBILIDADE DO BEM GERIR O FUTEBOL

Marcel Ferraz Camilo³⁶

Edgar Nóbrega³⁷

Resumo Executivo

Trouxemos para o debate um tema que tem chamado a atenção da sociedade e especialmente dos amantes do futebol, a nossa “paixão nacional”. As SAFs – Sociedade Anônimas do Futebol tem materializado novas oportunidades diante das crises que impactam diretamente este relevante mercado esportivo. Esperamos com este artigo contribuir para o seguinte debate: Quais os impactos das crises da economia e dos modelos de gestão no mundo do futebol? Acreditamos que as anotações apresentadas poderão contribuir diretamente para lançar um pouco de luz sobre este tema relevante.

Palavras chaves: Futebol; Sociedade Anônimas do Futebol; SAFs; Crises; Modelos de gestão.

I. As crises da economia e dos modelos de gestão colocam lenha nesta fogueira

Sabemos que a economia é uma ciência de natureza profundamente humana na qual sempre haverá diferentes possibilidades de equacionamento dos problemas, ou seja, não existem caminhos únicos e soluções inexoráveis.

É fato que em relação aos diferentes aspectos da economia é comum a existência de crises nas quais os diferentes sujeitos econômicos buscam de variadas maneiras construir suas alternativas para que mais ou menos possam se proteger dos seus efeitos.

Muito embora as crises econômicas sejam um tema que afeta diretamente a vida de todos, a grande maioria da população não conhece como funciona a sua dinâmica, e quais são as variáveis e os seus ciclos.

Afinal de contas quando observamos, por exemplo a cena nacional e os diferentes impactos que uma crise econômica pode gerar são sentidos no dia a dia da população, com o aumento dos preços, a pobreza e o desemprego. Mas, no fundo a pergunta que permanece sempre na memória das pessoas é a seguinte: De onde a crise aparece? E o que fazer com os investimentos nos períodos de turbulência e escassez?

E quando aproximamos o debate sobre as crises de relações diretas com as diferentes possibilidades de gestão a complexidade aumenta e ganha novos contornos.

³⁶ **Marcel Ferraz Camilo**, Bacharel em Direito pela PUC/SP, Titular da Camilo Martinez Sociedade de Advogados, Atua no meio do esporte como gestor esportivo e na área jurídica, Vice-presidente TJD/SP do Atletismo – 2012/ 2016, Presidente TJD/SP do Atletismo – 2016/ 2018, Auditor STJD da Ginástica – 2016/20. Advogado das famílias das vítimas do acidente aéreo da Chapecoense.

³⁷ **Edgar Nóbrega** – Economista, mestre em economia e Doutor em ciência política, professor universitário durante 25 anos em diversas instituições entre as quais Faculdade Paulista de Serviço Social São Caetano do Sul, Universidade Metodista de São Paulo, Consultor de empresas e organizações sociais e presidente da empresa Rumo Desenvolvimento.

Trouxemos este debate para uma questão que estamos estudando ao longo dos últimos tempos: Quais os impactos das crises da economia e dos modelos de gestão no mundo do futebol?

II. Mergulhando em um debate urgente

A diretoria do Cruzeiro anunciou no dia 18 de dezembro passado que Ronaldo "Fenômeno" passará a ser o acionista majoritário da SAF – Sociedade Anônima de Futebol que comandará o clube a partir de 2022.

A notícia caiu como uma bomba no mercado esportivo nacional e amplificou o debate sobre as novas formas de gestão do futebol.

Na sequência, após Ronaldo fazer o anúncio os torcedores do São Paulo passaram a pedir para Kaká comprar o clube, e em seguida o empresário americano John Textor, dono do clube inglês Crystal Palace, assinou um contrato para a venda de 90% dos ativos da sociedade anônima de futebol do Botafogo, o investimento previsto será de 400 milhões de reais.

E as coisas não pararam por aí, o Vasco da Gama e outros times importantes do Brasil abriram caminhos semelhantes.

Nós acreditamos que as SAFs de fato podem ser uma boa alternativa para o atual momento que atravessa o mundo do futebol, no entanto alertamos para os riscos de que esta possibilidade se transforme em uma panaceia.

Esperamos que este texto possa contribuir com o debate e consiga de alguma maneira ajudar dirigentes e profissionais do mundo do futebol a encontrar as melhores soluções para os atuais dramas relacionados aos problemas de gestão ao mesmo tempo em que consigam equacionar os problemas da cena econômica nacional.

E desde o primeiro momento quando encaramos o desafio de pensar este assunto lembramos o celebre texto de Roberto Damata: "A bola corre mais que os homens", deste modo, assim como acontece em campo, na gestão do futebol antes de falar de dribles espetaculares e soluções pirotécnicas é importante tratar do passe correto e do jogo coletivo.

III. Futebol, a paixão nacional que precisa ser bem gerenciada

Oficialmente o futebol passou a ser jogado profissionalmente em 1885 e em 1904 foi criada a FIFA.

No Brasil o esporte que rapidamente se tornou o mais popular foi importado por Charles Miller depois de viajar para a Inglaterra e tomar contato com o jogo e trouxe, em 1894, uma bola de **futebol** e as regras. E foi desde então que uma paixão nacional começaria a ser desenvolvida.

É fato que a bola corre mais que os homens, e essa obviedade deveria ser algo elementar para se analisar o resultado de um jogo.

No entanto, a mistura de sentimentos e paixões contribui diretamente para que uma grande "cortina de fumaça" se estabeleça de maneira permanente na cena da maioria das análises do futebol.

Nesta nossa pátria de chuteiras cada vez mais vêm sendo publicados textos e estudos que procuram compreender temas diversos a partir de múltiplos olhares e que percorrem o universo multifacetado do futebol procurando encontrar respostas que se alinham as histórias

onde se entrelaçam diferentes personagens – jogadores, técnicos, espectadores, torcedores, críticos e comentaristas que fazem um contagiante exercício de pensar as diferentes trajetórias que constituem a fascinante cultura brasileira do futebol.

Este “universo particular” nos revela em seu conjunto recorrências que ganham conexões que nos obrigam a estabelecer comparações que apontam para um pensamento marcado por dilemas sociais da complexa sociedade brasileira.

É exatamente neste ambiente que uma questão relevante precisa ser compreendida “habituada a jogar, não a competir, a sociedade brasileira, construída e dinamizada por favores, hierarquias, clientes, e abarrotada de ranço aristocrático e escravocrata, reagia ambigualmente ao futebol” (DAMATTA, 1994).

Entretanto, “foi certamente essa humilde atividade, esse jogo inventado para divertir e disciplinar que, no Brasil, transformou no primeiro e provavelmente no seu mais contundente professor de democracia e igualdade” (DAMATTA, 1994).

O futebol além de fazer com que as pessoas acreditem em uma ordem moral baseada na igualdade apresenta alicerces para uma articulação de nossas identidades sociais em boa medida baseadas em esperança e otimismo.

Aliás, é exatamente o otimismo dos recentes anúncios de instituição de SAFs que nos sugere lembrar que é preciso “ir muito mais devagar com o andor, pois o santo é de barro”.

A bola corre mais que os homens e certamente não existem soluções mágicas para questões estruturais, especialmente quando tratamos de gestões marcadas por inúmeras complexidades.

IV. Evolução das marcas presentes no futebol brasileiro

A CBF – Confederação Brasileira de Futebol divulgou o seu “Ranking Nacional de Clubes 2022” e pelo segundo ano consecutivo o Flamengo encabeça a lista com base no recente desempenho das equipes nas competições nacionais e internacionais, a CBF estabelece uma classificação técnica entre os 236 clubes brasileiros (LOPES, 2021).

O Flamengo manteve a liderança estabelecida no ano passado, com 17.054 pontos. Campeão da Libertadores, o Palmeiras permaneceu na segunda posição enquanto o maior campeão do país neste ano, o Atlético MG saltou da nona posição, em 2021, para o terceiro lugar no ranking de 2022 com 14.572 pontos após os triunfos no Brasileirão e Copa do Brasil (LOPES, 2021).

Com uma classificação inédita para a Libertadores, o Fortaleza também deu um salto no ranking e o clube, que terminou o Brasileirão no G4, pulou do 18º para o 11º lugar do ranking. O quadro que segue indica a força das principais marcas presentes no futebol nacional (LOPES, 2021).

Os 10 primeiros colocados do Ranking

- 1 – Flamengo (17.054 pontos)
- 2 – Palmeiras (14.584 pontos)
- 3 – Atlético-MG (14.572 pontos)
- 4 – Grêmio (14.336 pontos)
- 5 – Athletico-PR (13.512 pontos)
- 6 – Santos (12.816 pontos)
- 7 – São Paulo (12.604 pontos)

- 8 – Internacional (12.108 pontos)
 9 – Fluminense (11.100 pontos)
 10 – Corinthians (11.064 pontos)

E na sequência o ranking com a avaliação econômica dos clubes em dezembro de 2020, com valor de 20 clubes sugere elementos relevantes que precisam estar presentes nesta análise.

Nº	AValiação (BILHÕES)	ECONÔMICA	TIMES	SÉRIE
1	R\$ 2,873 bilhões		Flamengo	A
2	R\$ 2,279 bilhões		Corinthians	A
3	R\$ 2,194 bilhões		Palmeiras	A
4	R\$ 1,778 bilhão		São Paulo	A
5	R\$ 1,749 bilhão		Internacional	A
6	R\$ 1,702 bilhão		Atlético-MG	A
7	R\$ 1,675 bilhão		Athletico-PR	A
8	R\$ 1,546 bilhão		Grêmio	A
9	R\$ 1,043 bilhão		Fluminense	A
10	R\$ 953 milhões		Vasco	A
11	R\$ 905 milhões		Santos	A
12	R\$ 837 milhões		Cruzeiro	B
13	R\$ 605 milhões		Botafogo	A
14	R\$ 550 milhões		Bahia	A
15	R\$ 458 milhões		Coritiba	A
16	R\$ 412 milhões		Sport	A
17	R\$ 372 milhões		Bragantino	A
18	R\$ 345 milhões		Goiás	A
19	R\$ 320 milhões		América-MG	B
20	R\$ 292 milhões		Santa Cruz	C

Fonte: CBF – Confederação Brasileira de Futebol 2021.

V. São históricos os problemas de gestão no esporte nacional

Em uma lendária história do mundo esportivo se revela que uma estratégia tem tudo para dar errado se os sujeitos fundamentais não possuírem a devida clareza.

Ou seja, pensar uma estratégia não pode ser um exercício apenas teórico ou formal e de maneira irônica relembramos a famosa frase de Garrincha no épico confronto contra a União Soviética: **“Tá legal, seu Feola... mas o senhor já combinou tudo isso com os russos?”**³⁸ Na vida em geral e igualmente no futebol há planos extraordinários que não são executados simplesmente porque estão circunscritos apenas na mente mais ou menos engenhosa de um indivíduo, e nada mais do que Garrincha para desde 1958 nos lembrar desta questão.

³⁸ Naquele momento a União Soviética era favorita a vencer a Copa do Mundo. Tratava-se de uma superpotência esportiva, política e militar com uma enorme eficiência e vontade coletiva que a transformava em uma equipe perfeita. E a lenda diz que, na preparação para a partida o treinador brasileiro Vicente Feola havia traçado uma jogada muito complicada mostrando como o time marcaria seus gols.

Ou seja, as estratégias perfeitas são fáceis se você assumir que a sua concorrência irá cooperar. Mas, na prática, quando é que isto acontece?

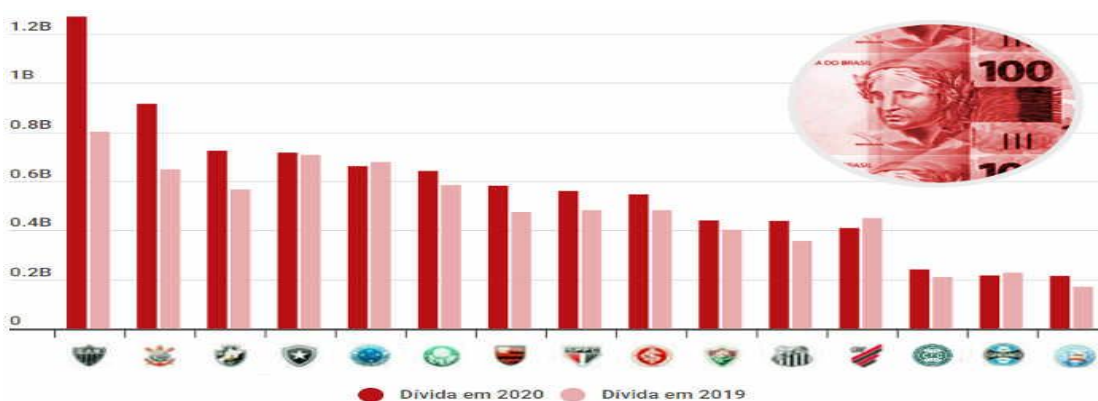
A vida pode até ser perfeita em slides de Power Point, mas no cotidiano é se faz necessário muito mais que um plano perfeito. Garrincha sabia que para derrotar os soviéticos se exigia muito mais que um plano afinal de contas na prática tentar prever todas as ações futuras de seus concorrentes é importante, ao mesmo tempo em que se deve tentar se adaptar às flutuações e turbulências do mercado mais rápido do que qualquer outro sujeito.

Um levantamento com 31 clubes, incluindo os 20 da Série A, mostra um crescimento de 20,2% na dívida líquida num intervalo de apenas doze meses. Em cifras, as pendências desses clubes passaram de R\$ 8,194 bilhões para R\$ 9,850 bilhões, num aumento nominal de R\$ 1,656 bilhão de 2019 para 2020, o ano marcado pela pandemia da Covid-19, cujo cenário de dificuldade já era esperado (ZIRPOLI, 2021).

Este número sobre as dívidas dos clubes – neste caso, dívida de fato, e não apenas o “passivo”, que engloba outras obrigações – foi calculado por uma equipe do banco Itaú BBA, que há doze temporadas avalia os balanços financeiros dos principais times brasileiros.

Sobre a liderança nacional, o Atlético Mineiro segue no alto, sendo o primeiro clube a ultrapassar a barreira de R\$ 1 bilhão de dívida líquida. E a ultrapassagem foi estarrecedora, com quase meio bilhão a mais no último ano. A diferença para o 2º lugar, o Corinthians, é de R\$ 355 milhões, um dado já superior à dupla Ba-Vi, só para ter uma ideia da bronca do galo.

Segundo a “Análise Econômico-Financeira dos Clubes do Futebol Brasileiro”, a dívida líquida corresponde à soma das dívidas onerosas, dívidas operacionais e impostos, considerando o acumulado aberto até 31 de dezembro de 2020, o limite dos balanços. Do total (neste caso, considerando os 26 clubes originais do estudo), 55% são pendências de curto prazo, de até doze meses, e 45% a longo prazo. Vale a ressalva que o calendário do futebol brasileiro de 2020 se estendeu até fevereiro de 2021, com receitas recebidas apenas neste período (como o repasse da TV pela performance no Brasileirão). Isso tende a aliviar algumas dívidas, mas o impacto disso só será percebido com precisão nos próximos balanços. (ZIRPOLI, 2021). O gráfico abaixo deixa ainda mais evidente o tamanho destas dificuldades.



Fonte: Cassio ZIRPOLI. O ranking de dívidas dos clubes do Brasil- 2021

Entre 2015 e 2020, a soma das dívidas dos 20 primeiros clubes do Ranking da CBF nos cresceu ano após ano (ZIRPOLI, 2021).

2015 – R\$ 6,02 bilhões
 2016 – R\$ 6,30 bilhões (+4,6%)
 2017 – R\$ 6,39 bilhões (+1,4%)
 2018 – R\$ 7,25 bilhões (+13,4%)
 2019 – R\$ 8,35 bilhões (+15,1%)
 2020 – R\$ 8,81 bilhões (+5,5%)

Ou seja, os problemas na gestão impactam diretamente o mundo do futebol, seja dentro de campo ou na administração e se faz necessário a construção de estratégias nas quais se evite cometer erros grosseiros em que muitas vezes inclusive se ignoraram os adversários.

VI. As SAFs indicam que pode haver luz no final do túnel

Podemos dizer que o aprofundamento deste caminho se iniciou com a criação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT criado em 2015 por meio da Lei 13.155 objetivava melhorar a gestão financeira dos clubes alterando o Estatuto do Torcedor condicionando a participação nos campeonatos a comprovação de que a instituição estaria em dia com seus tributos.

Há quem assemelhe o Projeto com uma espécie de “Lei de Responsabilidade Fiscal” do futebol nacional. (BRAGA, 2021)

A aprovação do projeto permitiu que os clubes de futebol pudessem adiar o pagamento de dívidas com a União, no âmbito do PROFUT durante a pandemia do novo coronavírus sob a justificativa que clubes de futebol sofreram com perda de arrecadação por conta da pandemia e, por isso, precisam de mais tempo para reorganizar as finanças.

Quando o PROFUT foi criado se permitiu a renegociação de débitos dos clubes com a Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central relativos ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Na época, a dívida estimada dos clubes ultrapassava o valor de R\$ 5 bilhões.³⁹

E no contexto de criação do PROFUT três novas regras foram criadas promovendo profundas mudanças para melhor a gestão financeira dos clubes brasileiros, entre elas:

Mudança do Estatuto do Torcedor - Desde os campeonatos de 2016 a participação dos clubes ficou condicionada à comprovação de adimplência em relação aos tributos, com salários e com direitos de imagem de todos os seus atletas. (BRAGA, 2021)

Proibição da antecipação de receitas para fazer frente aos compromissos financeiros urgentes - Os clubes antecipavam receitas de exercícios futuros, tais como os direitos de transmissão. Mas isso eles não podem mais. A Lei qualifica como ato de gestão temerária, passível inclusive de responsabilização pessoal dos dirigentes, a antecipação de receitas relativas a exercícios posteriores ao do fim do mandato do dirigente (exceção feita a 30% das receitas do primeiro ano do mandato subsequente).⁴⁰

³⁹ A medida suspende (o pagamento das dívidas), não gera renúncia de receitas. O que deixar de ser arrecadado agora será arrecadado em um momento posterior.

⁴⁰ A antecipação de receitas extremamente comum reduz enormemente o poder de negociação dos clubes, por exemplo, com aqueles que deles adquirem tais direitos de forma antecipada. Sem antecipações, a tendência de médio prazo é de aumento do valor dos direitos, tais como os direitos de transmissão.

Os clubes também não poderão apurar prejuízo anual superior a 20% da receita do ano anterior - Sob pena de configuração de gestão temerária e de responsabilização de seus dirigentes. Tal regra serve como escudo ao bom dirigente contra "loucuras de ocasião", tais como contratações de impacto visando a um resultado esportivo imediato, mas que, normalmente, revelam-se desastrosas a médio e a longo prazos.

É importante destacar que as regras apresentadas se aplicam a todos os clubes, inclusive àqueles que não tenham dívidas fiscais e que optem por não aderir ao programa de parcelamento de dívidas.

A Lei permite aos clubes o parcelamento, em até 240 meses, de dívidas tributárias e, em até 180 meses, de dívidas de FGTS. E na medida que isto acontece se garante aos clubes que aderirem ao parcelamento redução de 70% das multas, de 40% dos juros e de 100% dos encargos legais, mas impõe aos beneficiários uma série de obrigações adicionais, tais como a redução obrigatória do prejuízo anual a no máximo 5% da receita do ano anterior, a partir do ano 2019 e a limitação dos gastos com futebol profissional a 80% da receita anual.

Para efeito de comparação, "Refis da Copa" (Lei 12.996/2014), cuja adesão não impunha qualquer obrigação ao contribuinte além do próprio pagamento do tributo parcelado, previa o pagamento em até 180 vezes, com redução de 60% das multas, 25% dos juros e 100% dos encargos.

Em breve síntese, o parcelamento concedido aos clubes é levemente mais favorável que os que vêm sendo sistematicamente concedidos pelo Governo Federal aos contribuintes em geral, ao longo dos últimos anos. Mas nada excepcional ou chocante. Não houve anistia e as dívidas terão que ser integralmente pagas, acrescidas de juros SELIC.

Diante das dificuldades a Lei sugere que os clubes sejam capazes de criar uma capacidade de desafiar o pensamento convencional em busca de respostas realmente inovadoras para problemas únicos. (BRAGA, 2021)

E foi neste contexto que por exemplo as dificuldades do Cruzeiro se aprofundaram especialmente depois da sua exclusão do PROFUT.

Ao ser excluído do PROFUT, o Cruzeiro não podia mais postergar dívidas com o Governo, que passaram a ser cobradas em curto prazo e deste modo o clube que já vinha passando por graves problemas financeiros sofreu penhoras e bloqueios de bens.

E a situação vai além do Cruzeiro. No ano passado, os clubes da Série A do Campeonato Brasileiro que aderiram ao PROFUT somam um débito de R\$ 430 milhões com a União. Dos 20 times da elite brasileira, 13 têm parcelamentos ativos, quatro (Cuiabá, Palmeiras, Red Bull Bragantino e Sport) não aderiram ao parcelamento e o Fluminense já quitou seu débito (BRAGA, 2021).

Os valores são referentes a débitos tributários e previdenciários, Imposto de Renda, CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS e Cofins, FGTS e INSS, mais eventuais multas trabalhistas.

O fato de um clube não constar como devedor na lista indica que ele não tem dívida no Profut, mas pode ter outros débitos com a União. E são justamente esses clubes que pressionam o governo federal para editar uma Medida Provisória para congelar o pagamento do PROFUT

sob a alegação de que a pandemia atingiu em cheio os cofres dos clubes, impedindo o pagamento do parcelamento.

Entre os clubes da Série A o Atlético-MG é aquele que possui a maior dívida, mas com pagamentos em dia.

Ou seja, ao longo dos últimos anos não faltaram programas federais para abater essas dívidas, além do Profut, de 2015 os clubes contaram também com o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), de 2017. No ano passado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional lançou a possibilidade de os clubes parcelarem suas dívidas com transações tributárias. Corinthians e Cruzeiro aderiram ao mecanismo (BRAGA, 2021).

É exatamente neste contexto que acreditamos que as SAFs de fato podem indicar as possibilidades de construir boas soluções, no entanto a criação das SAFs não pode representar uma panaceia.

O momento que estamos atravessando, que nos coloca o desafio de compreender as SAFs, também é fruto do processo de transformação e amadurecimento nacional e da nação brasileira enquanto República democrática, que guarda relações com a história da implantação do futebol pelos ingleses em fins do século XIX.

É fato que o noticiário esportivo tem uma mania de individualizar o futebol transformando um mecanismo coletivo em um show de talentos isolados. E nós sabemos que não é assim que a banda deve tocar.

Deste modo o exame do episódio do Cruzeiro nos confirma mais uma vez que mais importante que o drible é o passe certo rumo ao objetivo.

Portanto, a criação das SAFs precisa ser observada, considerando-se os diferentes modelos de gestão do futebol. Trata-se de uma oportunidade, mas precisa ser analisada como parte de um projeto estratégico.

Do contrário as soluções serão pautadas por um modelo único que não existe e os erros poderão aprofundar um cenário de crises e de dificuldades.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Thiago. Lutando para congelar Profut, clubes da Série A devem R\$ 430 mi UOL, de São Paulo. 09/04/2021

DaMatta, Roberto. A bola corre mais do que os homens. Editora Rocco Rio de Janeiro, 2006.

DaMatta, Roberto. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol. Revista USP, Volume 22. São Paulo, 1994

LOPES, Leonardo. Flamengo lidera ranking nacional de clubes da CBF de 2022. CNN. São Paulo. 17/12/2021.

ZIRPOLI, Cassio. O ranking de dívidas dos clubes do Brasil em 2020, com 15 acima de R\$ 200 milhões. Pernambuco. 2021. Acessado através <https://cassiozirpoli.com.br/o-ranking-de-dividas-dos-clubes-do-brasil-em-2020-com-15-acima-de-r-200-milhoes/>

Nota Técnica

17. REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO, DESAFIOS E TENDÊNCIAS DO SETOR DE SERVIÇOS E TURISMO EM TEMPOS FINAIS DE PANDEMIA

Erika Rohrbacher ⁴¹

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é fazer uma breve análise e provocar reflexões sobre o contexto, desafios e tendências do setor de Serviços e Turismo em momento de incerteza e instabilidades no cenário mundial, apontando perspectivas e oportunidades a partir de estudos realizados por instituições e especialistas destas áreas.

Palavras-chave: *Serviços; Turismo; Macrotendências.*

Refletir sobre tendências e desafios em um cenário de relativa estabilidade já costuma ser algo que merece ponderações e ressalvas, além de cautela devido a complexidade que é lidar com dados e indicadores (ou com a falta deles), elaborados a partir de diferentes perspectivas e intencionalidades.

No momento em que estamos retomando forças, saindo de uma pandemia que durou aproximadamente dois anos, é de se esperar que esta complexidade esteja maior, considerando o profundo impacto que o ser humano sofreu e que sem dúvida continuará afetando seus padrões de comportamento nos próximos tempos.

1. Um olhar sobre Macrotendências mundiais

Considerando a conexão global a que estamos expostos atualmente, proporcionada pelos avanços tecnológicos, de comunicação e acesso a informação, é interessante observar o contexto mundial e suas macrotendências, identificando que todo desafio ou cenário crítico traz potencialmente um pacote de dificuldades juntamente com oportunidades, que nos impactam como país, estado, grupos segmentados e mesmo individualmente. No contexto deste trabalho, um aspecto relevante dessa análise é a possibilidade de antever as necessidades do consumidor, seja ele pessoa jurídica (poder público ou privado) ou pessoa física.

Para a refletir sobre as principais macrotendências, baseamo-nos na análise feita pela FIESP/CIESP (2020/2022), destacando alguns desdobramentos que sinalizam potenciais impactos em nossa realidade, que serão comentados posteriormente:

1.1. Crescimento e transformações na demanda por saúde

- O aumento de gastos com saúde vem aumentando nos diferentes países e tende a continuar;

⁴¹ Erika Rohrbacher – Mestre em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de SP; Especialista em Orientação Vocacional pelo Instituto Sedes Sapientiae; Psicóloga pela Universidade Metodista de SP; Formação em Gestão do Conhecimento a Administração pela FGV/SP; Formação em Gestão Escolar pela Helsinki University; Diretora do Senac Santo André; Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santo André; Facilitadora em Processos de Desenvolvimento Humano e de Equipes.

- Estudos projetam aumento na incidência de doenças crônicas como diabetes e problemas cardíacos principalmente em idosos;
- Aumento de demanda por serviços diagnósticos em terceira dimensão, crescimento do mercado para dispositivos médico-hospitalares de alta tecnologia;
- Aumento da demanda por *home care* e serviços que possam ser realizados em domicílio, tanto devido ao aumento de doenças relacionadas ao envelhecimento como outros procedimentos que já foram incorporados na pandemia, diminuindo riscos de contaminação e preservando a qualidade de vida dos pacientes (curetagem, vacinas, aplicação de medicação etc);
- Cuidar da imunidade, saúde mental e física, mudança de hábitos de higiene passou a ter maior importância para as pessoas após a experiência com a pandemia. Observa-se o aumento do interesse das pessoas em monitorar seu desempenho físico, sua saúde por meio de exames preventivos e dispositivos tecnológicos;
- O uso da telemedicina, interfaces digitais para terapias e compra de remédios por e-commerce teve considerável avanço na pandemia e esta demanda só tende a aumentar, devido os benefícios experimentados pelos envolvidos;
- Projetos e criação de fundos para prevenção de pandemias;
- Necessidade de revisão e inovação na produção de medicamentos e equipamentos médicos, devido a complexa cadeia produtiva do setor farmacêutico, vulnerabilidades relativas a insumos, capacidade de produção e logística de distribuição em situações como pandemias por exemplo;
- Altos investimentos em tecnologia no setor: digitalização de serviços e interfaces; serviços médicos robotizados; pesquisas e desenvolvimento de vacinas, uso de inteligência artificial em diagnósticos, codificação de DNA etc.

1.2. Crescimento da demanda e transformações na produção de alimentos

- Aumento da população mundial e a necessidade de maior produção de alimentos;
- Aumento do consumo de proteínas em países em desenvolvimento, bem como necessidade de alternativas (vegetais e de laboratório) para a população vegetariana/vegana que tende a aumentar em função de saúde e preocupações com o meio ambiente;
- Incentivo a agriculturas locais que dêem conta de boa parte dos mercados internos;
- Demanda por produtos com rastreabilidade e certificação devido a preocupações sanitárias e restrições de saúde dos consumidores;
- Inovação em processos de produção e desenvolvimento de variedades devido as alterações climáticas e otimização de resultados de toda a cadeia, contemplando a conservação e embalagens inteligentes;
- Busca de alternativas para minimizar o desperdício de alimentos que é um problema global;
- Necessidade de processos sustentáveis que gerem economia e preservação de recursos como a água;

1.3. Transição na produção e demanda de energia

- Com o aumento do crescimento econômico, a demanda por geração de energia aumenta devendo ser mais eficiente e sustentável, preservando o equilíbrio ambiental;
- Maiores investimentos à ciência e tecnologia focadas na redução de emissões de carbono;
- Foco em desenvolvimento de matrizes de energia renovável;
- Crescimento do mercado de *smart grids* (sistemas digitalizados de distribuição e transmissão inteligente de energia) bem como de alternativas de armazenamento de energia;
- A produção industrial deve contemplar tecnologias menos poluentes, com foco em preservar os recursos hídricos.

1.4. Avanço e transformações na urbanização

- Expansão da urbanização principalmente em países com população agrícola (Índia, China, países africanos);
- Diferentes modelos de ocupação do espaço com maior pulverização de pequenos centros e não uma única região central que costuma polarizar a mobilização bairro-centro-bairro; aumento da procura por estruturas compartilhadas para trabalho e moradia, valorização do espaço residencial.
- Maior integração da natureza com o espaço urbano público;
- A grande demanda por habitação deve alavancar a construção de unidades com baixo custo para diminuir o déficit habitacional em países com alta densidade demográfica;
- Alteração nos padrões de construção, com soluções modulares e retrofit na conversão de espaços, bem como modernização nos processos de construção com o uso de tecnologia e processos otimizados;
- Busca de soluções tecnológicas para melhoria da mobilidade urbana, como drones autônomos, inteligência artificial para gerenciamento e disponibilização de informações para passageiros, sinalização inteligente, programação de trânsito;
- Maior difusão da economia circular para soluções de destinação de resíduos, reciclagem de materiais, logística reversa;
- Intensa expansão das casas conectadas e cidades inteligentes (smart cities).

1.5. Expansão e modernização da infraestrutura

- Identifica-se uma necessidade global de investimentos em melhoria e modernização da infraestrutura de transporte com a integração dos diferentes modais;
- Grandes aportes de investimento em telecomunicações, redes 5G, banda larga, computação em nuvem;
- Devido a necessidade de preservação de recursos hídricos, também investimentos em tecnologia para melhor distribuição e diminuição de desperdício serão necessários;

- Investimentos na construção e modernização da infraestrutura de saneamento básico.

1.6. Mudanças no perfil do consumidor

- Maior preocupação com o espaço residencial;
- Aumento de pessoas morando sozinhas e compartilhando bens e serviços no espaço público;
- Maior demanda por serviços de bem-estar, estéticos e cuidado pessoal;
- Preferência por produtos e marcas que valorizem a diversidade, com a qual se sintam representados, bem como estejam engajados com causas sociais e ambientais;
- Preferência por aquisição de serviços do que ser proprietário;
- Aumento da classe média e poder de compra (tendência não prevista para o Brasil);
- Aumento da desigualdade de renda, polarizando o consumo de produtos de luxo e por outro lado os essenciais;
- Aumento da preferência pelo e-commerce, além da modernização do sistema de venda online para o “metacommerce”;
- Serviços personalizados atrativos;
- Maior compartilhamento de dados pessoais, o que pode gerar oportunidades e valor para as empresas apesar das políticas de regulações vigentes;
- Ampliação dos meios para pagamento digital.

1.7. Transformações no trabalho e qualificação

- As alterações relativas ao trabalho apontam para a flexibilização nas relações e aumento de trabalhadores autônomos, a adoção de trabalho remoto ou híbrido e o aumento da diversidade nas equipes, seja devido a baixa taxa de natalidade, como também pela busca de mão de obra altamente qualificada e necessidade de inovação;
- Com a automação de atividades e também novas possibilidades de atuação, a requalificação de trabalhadores deve se intensificar e a troca de empregos também, tendo em vista a possibilidade de atuação remota em empresas do mundo todo;
- Contínua valorização de *soft skills*;
- Ampliação das formações por canais digitais ao longo da vida;
- Formações para o mercado de tecnologia.

1.8. Aumento na demanda e mudanças na área de segurança

- Aumento de tensões geopolíticas devido as desigualdades regionais, interesses políticos, desemprego, imigrações farão crescer os gastos com defesa em geral;

- Crescente demanda por sistemas de segurança de vigilância, de tecnologias de acesso (biometria, reconhecimento facial), de privacidade de dados e com especial atenção a segurança cibernética;

- Aumento na produção de equipamentos e veículos bélicos mais sustentáveis, drones e robôs militares.

1.9. Mudanças na demanda e oferta de entretenimento e turismo

- Continuidade do crescimento do entretenimento eletrônico doméstico, tanto relativo aos games quanto a streaming;

- Ampliação das iniciativas no metaverso pelas empresas de jogos virtuais e entretenimento, proporcionando fusões e operações dos espaços reais e virtuais;

- Crescimento de demanda por turismo de lazer e médico, principalmente pela população mais velha;

- Aumento de aplicações para o lazer doméstico devido ao desenvolvimento tecnológico;

- Desenvolvimento de aeronaves que encurtarão os tempos de viagem;

- Alta demanda no mercado de desenvolvimento de tradutores eletrônicos;

- Intensificação do autosserviço, robotização e inteligência artificial em serviços de turismo.

2. Setor de Serviços - contexto, desafios e oportunidades

De maneira geral o setor de serviços vem enfrentando dificuldades devido a alta da inflação, do endividamento familiar e as altas taxas de desemprego. No entanto, as perspectivas melhoram com o controle da pandemia e o ganho de confiança para a retomada da vida e suas atividades, mesmo sabendo que a realidade que conhecemos até fevereiro de 2020, não necessariamente se repetirá. Certamente algumas mudanças de hábitos, comportamentos e modelos de negócios podem ter sido temporários, mas boa parte deverá ser incorporado e aprimorado a partir de agora. Pelas características inerentes ao setor e ao tipo de negócio, as empresas de serviços encontram desafios específicos para prosperar e se manter no Brasil.

Diferentemente do que criar e produzir uma linha de bens materiais, trabalhar com serviços exige maior resiliência para lidar com incertezas, principalmente para quem ainda não está com total solidez e tempo de mercado. No atual contexto instável, com inúmeras variáveis políticas, econômicas e sociais atravessando a retomada pós-pandemia, os desafios relativos às previsões de receita, estabelecimento de preços e previsão de demandas são grandes. No entanto é o momento de otimizar os recursos, reorganizar processos internos e funções da equipe, agregando ao trabalho serviços de Business Intelligence, captação e análise de dados que vão embasar com maior efetividade e rapidez a tomada de decisão, além da criação de histórico de informações para futuros trabalhos.

Dependendo da natureza do serviço, a entrega de excelência estará agregada ao perfil e competência da equipe, o que demanda atenção extra com as políticas de pessoal, com ações que favoreçam o engajamento do funcionário estabelecendo uma parceria que acolha as necessidades de ambos. Principalmente em um momento em que algumas áreas, como a tecnologia, estão exportando mão de obra, devido a facilidade do trabalho remoto. A perda de profissionais qualificados é um dos principais fatores que fragilizam as empresas de serviços. A partir das macrotendências, artigos e observação, destacamos algumas perspectivas e oportunidades para a área:

Clubes de assinatura – pesquisas mostram uma tendência do consumidor a preferir ser usuário do que proprietário; a cultura de assinaturas tem se ampliado para aquisição de roupas, notícias, entretenimento, livros, cosméticos, alimentos cujo usuário conta com a flexibilidade de alterar o serviço quando desejar, bem como contar com benefícios extras e surpresa, tornando a percepção de ganho e comodidade maior do que nas compras tradicionais.

Realidade virtual – diferentes serviços de entretenimento (arte, cinema, jogos), serviços educacionais entre outros estarão cada vez mais disponíveis por meio desta tecnologia.

Maior investimento em Segurança de dados – seja para evitar fraudes com o aumento do trânsito de informações decorrentes de e-commerce, seja devido a maior utilização de tecnologia em nuvem, ou para a proteção de dados de empresas e segurança cibernética, esta área tende a crescer ainda mais com o aumento de conectividade de dados.

Comodidade do cliente – e-commerce e suas ferramentas tendem a ser cada vez mais utilizados, por empresas de qualquer tamanho. Qualquer serviço agregado que torne esta experiência mais efetiva, rápida e confortável para o cliente, será priorizada.

Novas tecnologias – *startups* ganham espaço em um mercado ágil, demandante e que não vai priorizar empresas tradicionais, mais lentas em seu processo de transformação.

Mercados autônomos – mercados e outros negócios que oferece o autosserviço, tendem a crescer em condomínios comerciais e residenciais, atendendo a comodidade do consumidor sem custo fixo de pessoal e seus encargos.

Mercado de Trabalho – a possibilidade do “*outoffice*”, não necessariamente o home-office, pois trabalhar fora da empresa não pressupõe que o trabalho seja realizado somente de casa, amplia o recrutamento de trabalhadores de locais distantes, antes não cogitados. Políticas de retenção de talentos diferenciadas e serviços/benefícios agregados serão importantes para a manutenção das equipes.

Serviços de arquitetura e design de interiores – demanda por revisão de *layout* das residências, grandes escritórios e espaços corporativos. A possibilidade do trabalho híbrido ou remoto, favorece novas concepções, ambientes integrados além de movimentar o setor de design de interiores, mobiliários e equipamentos.

Learning Experience Design – o estudante é o centro do processo, e todo o material de suporte ao seu aprendizado deve ser desenvolvido nesta perspectiva. Materiais auto-instrucionais, utilização de realidade aumentada, desenvolvimento de jogos e aplicativos que favoreçam o processo de aprendizagem ganham mais espaço neste novo contexto.

Telemedicina – foi acelerada em função da pandemia, mas deve se ampliar bastante, bem como os serviços de saúde domiciliares e home care. Isto se deve tanto pelo processo de envelhecimento, qualidade de vida e conforto do paciente, quanto para evitar riscos e contaminação desnecessários de todos, além de redução de custos estruturais. Serviços domiciliares como coleta de exames, vacinas, curetagem, injeções já são opções de vários serviços de assistência médica. Profissionais com capacitação específica para atuar nestes serviços serão cada vez mais demandados.

3. Setor de Turismo - contexto, desafios e oportunidades

A partir do aumento da vacinação, da diminuição de casos de Covid 19 e do maior controle sanitário, especialistas indicam um cenário positivo para a retomada de atividades turísticas e de entretenimento em 2022.

Pela sua extensão e diversidade o Brasil apresenta inúmeras regiões de interesse turístico, partindo apenas de suas belezas e recursos naturais. Considerando sua história e manifestações culturais, seu potencial turístico aumenta consideravelmente, assim como a possibilidade de movimentar e fazer crescer a economia.

É um segmento importante considerando o desenvolvimento e crescimento do país, pois além de proporcionar a entrada de recursos financeiros, o turismo bem estruturado e sustentável gera transformação social, inclusão, empregos e fomenta iniciativas empreendedoras. Apesar disso, há uma série de desafios e melhorias necessárias para que a área deslanche e contribua mais com a economia nacional, como por exemplo a malha viária. Um bom sistema viário, principalmente em regiões que formam circuitos é um impulsionador para o desenvolvimento turístico, como um todo. O uso de novas tecnologias que possibilitam a coleta de dados e manejo inteligente de informações, é uma ferramenta necessária para direcionar investimentos. Alterações na legislação que favoreçam o turismo de entretenimento (jogos), são condições que podem favorecer regiões não tão atrativas naturalmente, aquecendo a economia local.

Considerando as perspectivas para o segmento e oportunidades, merecem destaque:

Bleisure (business+leisure) – com a possibilidade do trabalho remoto ou híbrido, surgem mais oportunidades de atrelar viagem, lazer e trabalho, em lugares diferentes fora dos períodos de temporada, o que pode aumentar as taxas de ocupação de hotéis que tenham boa conexão de internet e pequena estrutura disponível ao teletrabalho.

Viagens são vistas como necessárias para manutenção do bem-estar – viajar está entre as prioridades das pessoas como sinônimo de descanso e merecimento. Com o controle da pandemia, é um fato que as pessoas buscarão alternativas para viajar.

Viagens de negócios – as tão usuais viagens de negócio devem diminuir em escala, assim como grandes eventos corporativos devem passar por revisão.

Mudanças comportamentais do consumidor também foram estendidas às viagens – a necessidade de maior flexibilidade para reservas, adiamentos e cancelamentos por parte dos viajantes como das agências, é algo que deverá fazer parte do negócio. Preferência por destinos que tenham boas condições sanitárias, com equipamentos de saúde e limpeza, maior proximidade com a natureza e espaços abertos, que acomodem grupos de família e amigos mostram-se como alternativas interessantes para um período pós-pandêmico.

Modernização de processos e uso de soluções tecnológicas – o ganho de agilidade com o auto-serviço, a automação de processos, menor necessidade de contato pessoal são fatores apreciados pelo usuário dos serviços pois contribuem para uma experiência de viagem e hospedagem menos caótica. Além de otimizar recursos do prestador de serviços.

Fortalecimento turismo local e próximo à natureza – preferência do turista por permanecer mais tempo no mesmo local, usufruindo de outros serviços locais, minimiza riscos e movimenta toda cadeia produtiva local.

Experiência – entretenimento ou viagem, seja em lugares distantes ou próximos, uma atividade turística que oferece experiência diferenciada, por meio de um fato histórico que será explorado, desfrutar um roteiro gastronômico, conhecer uma manifestação cultural, ampliam as possibilidades de geração de negócios até então não valorizados.

Diferentes turismos – além do foco em descanso, o turismo da saúde, o industrial, gastronômico, cultural podem abrir oportunidades para os serviços agregados a estes roteiros.

Neste sentido, o planejamento conjunto do poder público, setor de serviços, fornecedores de produtos locais é essencial para a estruturação e aproveitamento de oportunidades.

Considerações

Após dois anos estamos saindo de um dos períodos mais sombrios dos últimos tempos para a humanidade, que mesmo em meio a tanta evolução e desenvolvimento, levou um choque e precisou de tempo para se organizar e reagir a uma contaminação viral em massa. Não sabemos ao certo com que sequelas e por quanto tempo teremos que lidar, quais os reais impactos e perdas que serão possíveis reverter. Mas a partir das análises de dados e informações disponíveis até o momento, evidenciam-se tanto desafios como oportunidades a curto e médio prazos, as quais devem ser adequadamente aprofundadas para que em um esforço conjunto entre poder público, privado e os diferentes setores haja planejamento e ação sincronizada para o máximo proveito de todos.

Referências Bibliográficas

APEX Brasil. **AS 8 MEGATENDÊNCIAS QUE INFLUENCIARÃO O CONSUMO ATÉ 2030**. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/noticia/AS-8-MEGATENDENCIAS-QUE-INFLUENCIARAO-O-CONSUMO-ATE-2030/>

FIESP/CIESP. **Como estará o mundo em 2030? 2020**. Disponível em: https://www.academia.edu/43590916/Como_estar%C3%A1_o_mundo_em_2030_FIESP_Macrotendencias_FIESP_CIESP_

FIESP/CIESP. **Macrotendências mundiais até 2040**. Fev/2021. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/monitoramento-da-fiesp-revela-tendencias-que-vao-transformar-o-mundo-nas-proximas-decadas/>

GRANDCHAMP, Leonardo. **Empreendedorismo em 2022: Veja quais são as principais tendências**. Rede Jornal Contábil. Jan/2022. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/empreendedorismo-em-2022-veja-quais-sao-as-principais-tendencias/>

Global Consumer Insights Pulse Survey. **Quatro tendências globais de segmentação dos consumidores**. 2021. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividade/produtos-consumo-varejo/2021/global-consumer-insights-2021.html>

Global Consumer Insights Pulse Survey Resultados do Brasil. **O consumidor pós-pandemia: Quatro tendências globais de segmentação dos compradores**. Maio/2021. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/varejo/2021/CGIS_21_VF_pulse2.pdf

Portal O Tempo. **Turismo global tem alta de 4%, mas continua abaixo dos níveis pré-pandemia**. Jan/2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/turismo/turismo-global-tem-alta-de-4-mas-continua-abaixo-dos-niveis-pre-pandemia-1.2599967>

Silva, R. **Um ano depois do início da pandemia, plataformas de streaming contabilizam ganhos**. Forbes, 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/03/um-ano-depois-do-inicio-da-pandemia-plataformas-de-streaming-contabilizam-ganhos/>

The Economist. **The World In 2021**. Nov/2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-in-2021>

Nota Técnica

18. DESTINO TURÍSTICO RESILIENTE E CRIATIVO PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL APÓS A PANDEMIA DE COVID-19

Daniela Ferreira Flores Longato⁴²
Raquel da Silva Pereira⁴³

Resumo Executivo

Em 2020, foi iniciada uma crise mundial causada pela COVID-19 e isso tem afetado diversos setores da economia, dentre eles o Turismo, visto que impossibilitou a mobilidade e o contato físico entre as pessoas. A previsão de recuperação do setor turístico é de que seja lenta e necessitará de muita criatividade e inovação para que retorne a índices que contribuam com o desenvolvimento regional e local de antes da crise. Nesse cenário, este artigo tem como objetivo responder a seguinte pergunta: Como Destinos Turísticos podem ser resilientes e aproveitarem a crise como oportunidade de desenvolvimento regional e local? Evidencia-se a relação entre o Turismo e o bem-estar das pessoas, bem como as vantagens que ele traz e as oportunidades que podem surgir para um destino turístico sendo ele resiliente, criativo e inovador para gerar desenvolvimento regional e local. O Turismo acontece no território do destino turístico e movimenta uma parte da economia no mundo todo, gerando desenvolvimento. Para continuar com essa potencialidade de desenvolvimento, o Turismo há que se reinventar, especialmente no próprio destino. Como a vontade de viajar permanece nas pessoas e o território não foi devastado, há que se resgatar nas potencialidades endógenas a força para essa retomada. Quanto ao método, utilizou-se na pesquisa o método dedutivo, sendo classificada como exploratória, de abordagem qualitativa e do tipo levantamento bibliográfico. Chega-se à conclusão de que apesar de se estar vivendo uma crise que afeta diretamente o Turismo, as pessoas continuam com vontade de viajar, pois traz para elas benefícios psicofísicos ao mesmo tempo que enfrentam questões como o medo de viajar e se contaminar, então a questão da segurança sanitária virou um fator de preocupação do viajante. Os viajantes, até pelo impedimento de mobilidade, começaram a identificar localidades próximas de suas residências para viajar e reconhecer seu valor cultural. A crise deixou o território vulnerável, mas como não ocasionou sua destruição física, há possibilidade de resiliência. A cidade é um lugar de convivência e de vida, tem o potencial de trazer saúde às pessoas e determinar o estilo de vida das pessoas se seu suporte natural for devidamente modificado e adaptado. É na cidade que se desenvolvem atividades econômicas, sociais, culturais, educativas e de ócio, portanto, propiciam o Turismo e a vontade das pessoas de conhecerem outros lugares, outras culturas e compartilhar da vida do residente. Um fator externo, a crise provocada pela COVID-19, bloqueou o desenvolvimento regional e local, mas não bloqueou a capacidade das cidades e territórios de se reinventarem lançando mão de inovação e criatividade para promover desenvolvimento endógeno como fator estratégico de aproveitar as potencialidades socioeconômicas locais. Esse desenvolvimento é alcançado pela comunidade local e sua força pela sua potencialidade endógena. Esse ambiente inovador e criativo melhora a competitividade do destino. E para recuperar índices de bem-estar socioeconômico, reforçando a potencialidade local, o Turismo Criativo é uma boa estratégia, pois usa potencialidade endógena, trabalha sociedade e turista e promove desenvolvimento regional e local pelo resgate da cultura, história e identidade local.

Palavras-chave: Destino Turístico; Desenvolvimento regional e local; Resiliência; Criatividade; Turismo Criativo.

⁴² Daniela Ferreira Flores Longato

Doutoranda em Administração pela USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul), membro do grupo de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento Sustentável da USCS. Mestre em Arquitetura pela USP, Mestre em Administração, Pós-graduada em Design Instrucional, em Docência no Ensino Superior e em Marketing Digital. Especialista em Hotelaria e graduada em Arquitetura e em Administração.

⁴³ Raquel da Silva Pereira

Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Administração, ambos pela PUC/SP. Especialista em Administração de Recursos Humanos pela ESAN e Licenciada Plena por meio do Curso de Formação de Professores pela FATEC/SP. Bacharel em Administração de Empresas, pela USJT. Desde 2008 atua como professora e pesquisadora na graduação e na pós-graduação da USCS.

Introdução

Em 2020 foi iniciado um processo de crise sanitária causada pelo COVID-19 e teve como principal consequência a restrição da mobilidade para o que não é considerado essencial. O mundo todo sofreu e sofre com isso, visto que ainda se está vivendo no meio da crise. Enquanto não houver vacinação ou tratamentos eficazes, dificilmente a mobilidade do que não é essencial voltará a índices parecidos a 2019. A mobilidade, ou até hiper mobilidade foi uma das causas desta pandemia ter se instalado no mundo todo em tão pouco tempo, o que gerou uma transmissão rápida e efetiva da doença. Para redução dos contágios, as pessoas ficaram confinadas em suas residências e houve uma paralização mundial da atividade turística (Garrido, 2020). A previsão de recuperação do setor turístico é lenta e necessita de muita criatividade e inovação para que se recupere índices de desenvolvimento regional e local aos níveis de antes da crise.

Esse artigo tem por objetivo responder à pergunta: Como destinos turísticos podem ser resilientes e aproveitarem a crise como oportunidade de desenvolvimento regional e local?

Para dar suporte teórico a esta pesquisa investigou-se sobre as implicações da crise do Turismo no mundo; o Turismo ligado ao bem-estar das pessoas; cidades saudáveis trazendo possibilidades e oportunidades; oportunidade de rever danos do Turismo; desenvolvimento regional e local trazendo prosperidade e saúde e respostas às oportunidades que a crise no Turismo trouxe para o desenvolvimento regional e local.

Revisão de Literatura

A complexidade da crise no Turismo exige reflexão sobre algumas dimensões que permitam compreender também os seus impactos. Essas dimensões são a sanitária, a alteração dos padrões de mobilidade, a dimensão econômica e a mudança do comportamento dos turistas (Martín, 2020). A duração e o impacto da crise sanitária dão o tom das demais dimensões. Ter vacina ou tratamentos eficazes faz com que melhorem os padrões de mobilidade para que a economia volte a aquecer, mas de qualquer forma tudo o que esse vírus Coronavírus (Sars-Cov-2) gerou de impacto já impactou de forma que os turistas busquem destinos seguros e mais próximos de suas residências para evitar riscos.

Ainda segundo Martín (2020), não se pode entender os impactos da crise de modo estático e exógeno, pois os fatores endógenos estão colocados à prova para promover soluções para seus efeitos. Esses fatores endógenos que modularão o Turismo daqui por diante envolvem as administrações públicas em seus diferentes níveis, a adaptação e inovação do setor turístico privado e a capacidade de adaptação da sociedade a esta nova realidade. As políticas públicas são fundamentais para mitigar o impacto inicial da crise e a condição de vida da população, desde o estabelecimento de formas para manter empresas e autônomos relacionadas ao setor, até promover nova demanda, estimular o mercado para que tenha confiança e melhorar a atratividade do destino. Assim espera-se que as empresas privadas tenham condições de utilização da criatividade e da inovação para repensarem seus produtos turísticos, de modo a que a população possa se adaptar às novas regras do Turismo, que gerará oportunidades na gestão do *overturism*, na contribuição ao bem-estar econômico, social e ambiental.

Segundo Ortega *et al.* (2020), essa crise tem gerado grande incerteza e desconfiança, pois os efeitos do coronavírus estão fortemente condicionados à atividade turística e afeta diretamente as bases do sistema turístico: a mobilidade e o contato entre as pessoas. Boa parte da atividade turística sofre na atualidade com a incerteza e o medo, gerando paralização nesse setor. Mas, por não devastar fisicamente o território, como com terremotos ou tsunamis, há a possibilidade de se reerguer em breve, a partir de novas atividades. Por outro lado, como não há prazo para acabar a crise, vários cenários são desenhados com vários níveis de

destruição e sofrimento. Sendo assim, para o setor se recuperar é necessário que se tenha disponíveis os serviços e a infraestrutura turística para que se possa recuperar a demanda de turistas.

Para Ortega *et al.* (2020), há um impacto positivo dessa crise: a melhora do meio ambiente por meio da redução das emissões de CO₂, a contaminação atmosférica e recuperação da camada de ozônio. O autor menciona que para aproveitar esse impacto positivo deve-se estar atento à sustentabilidade ambiental na nova produção e consumo do Turismo, para que não se percam os resultados alcançados.

Ortega *et al.* (2020) ainda afirma que o turismo tem se posicionado nos últimos anos como um bem de primeira necessidade às sociedades, como um indicador de qualidade de vida. A atividade turística tem como uma característica inerente a geração de bem-estar nas pessoas, contribuindo para o desestresse. É, portanto, uma indústria que movimenta muitos milhões pelo mundo todo e está nas bases do Produto Interno Bruto (PIB) das principais economias. Sendo assim, sua retomada é importante para o sistema econômico mundial e para a saúde das pessoas.

O turismo acontece nas cidades e territórios. Segundo Valderrama (2020) a cidade é lugar básico de memória e as principais incógnitas do futuro, lugar onde se pode produzir o melhor e o pior do conhecido e do que há por conhecer. A cidade é complexa e dinâmica, um lugar de convivência e de vida e tem um papel determinante na saúde das pessoas, conforme mencionado. É na cidade que se desenvolvem atividades econômicas, sociais, culturais, educativas e de ócio. Seu suporte natural adaptado e modificado pelos indivíduos determina o estilo de vida das pessoas. Então, falar de cidade saudável é falar de processos e não somente de resultados. E para tanto será necessária uma estrutura de equipamentos adequados funcionando em rede, comprometendo e adotando estilos de vida saudáveis num entorno que os favoreçam.

O turismo tem promovido, ao longo do tempo, desenvolvimento regional e local por todo o planeta.

Kruel (2010), em seu texto que conta a vida e a obra de Inacy Sachs, afirma que, para Sachs, é necessário se libertar do reducionismo economicista do desenvolvimento, considerando que aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. Ele rejeitava a ideia de que é preciso crescer economicamente para depois distribuir e defendia que o crescimento e o desenvolvimento econômico podem acontecer pela recuperação do mercado interno e com a geração de emprego. Ainda na obra de Kruel sobre Sachs, é apresentado o tripé do desenvolvimento idealizado por Sachs. Segundo Kruel (2010), Sachs afirma que para haver desenvolvimento este necessitava ser simultaneamente incluído do ponto de vista social, sustentável do ponto de vista ecológico e sustentado do ponto de vista econômico.

Segundo Bellingieri (2017) o conceito de desenvolvimento local não se refere a localidade com uma visão geográfica e sim como um território socialmente construído, ligando ao conceito de desenvolvimento endógeno, aquele que parte dos fatores internos de uma localidade que pode ser uma cidade, um grupo de cidades ou uma região.

Xavier *et al.* (2014) afirmam que o desenvolvimento deriva do crescimento econômico, social e cultural e que gera melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desta forma, melhora indicadores de bem-estar econômico e social. Assim, entendem por desenvolvimento regional o crescente esforço das sociedades locais de formular suas próprias estratégias. Apresenta ainda que o desenvolvimento regional é alcançado pelo processo de desenvolvimento endógeno que passa pela análise do território como agente de transformação e não só suporte de recursos e atividades econômicas. Xavier *et al.* (2014) ressaltam que o desenvolvimento endógeno se constitui sob esforços da comunidade para promover o crescimento social,

econômico e ambiental de uma região, evidenciando suas potencialidades locais como promoção das qualidades, capacidades e competências existentes. Essa perspectiva traz autonomia para a localidade e contribui para a governança da região.

Há teorias sobre a dinâmica regional que defendem a atividade econômica como líder de propagação do seu dinamismo para os setores da economia e que gera crescimento. Elas entendem que uma força externa, exógena, sobre a região que dá origem ao desenvolvimento. Segundo Lima, 2009 há a teoria dos polos de crescimento, de Perroux e Boudeville (1967), que afirma que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, e sim se manifesta em pontos ou polos de crescimento e se propagam na economia. Para analisar essa modalidade é necessário identificar a indústria motriz desse crescimento para que seja polo de desenvolvimento.

Lima (2009) ainda cita o processo de Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1957) que afirma que o processo cumulativo pode ocorrer em duas direções, a positiva e a negativa e pode, se não regulado, aumentar as disparidades entre regiões. Esse processo pode e deve ser afetado por medidas de políticas para que haja equilíbrio na região.

O Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, sob a ótica de Hirschman (1958) é apresentado no texto de Lima (2009). Esse estudo de Hirschman analisa o processo de desenvolvimento econômico e como pode ser transmitido de uma região para outra. Sendo assim, esse processo pode ser afetado por investimentos e políticas regionais. Ainda no texto de Lima (2009) é citada a Teoria da Base de Exportação de North (1977), que traz o conceito de base de exportação para designar coletivamente os produtos exportáveis de uma região. A base da exportação desempenha papel importante na economia da região e na quantidade de atividades locais que as desenvolvem.

Segundo Bellingieri (2017), essas teorias têm um elemento comum: uma atividade econômica que propaga seu dinamismo para setores da economia gerando crescimento, que são baseados no paradigma exógeno, ou seja, que uma força externa se instala na região dando origem ao desenvolvimento.

Por outro lado, Bellingieri (2017) também descreve que o desenvolvimento endógeno a partir de 1970 é o novo paradigma de desenvolvimento, não determinado pelas forças do mercado ou políticas de planejamento territorial, mas pelos aspectos intrínsecos ao local, ao território e pela sua potencialidade de conectar-se com o sistema econômico global, valorizando as especificidades das localidades, se contrapondo aos estágios de Rostow (1978).

Sarmiento (2008) descreve as etapas de desenvolvimento econômico de Rostow (1978) em uma visão histórica: sociedade tradicional; condições para o arranco; arranco propriamente dito; marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. A sociedade tradicional tem economia agrícola e modos fixos de produção. Na etapa das condições para o arranco surgem os primeiros bancos, investimentos em transporte e matéria-prima. O arranco se dá quando a tecnologia está presente na economia, melhorando as técnicas e modos de produção. A marcha para a maturidade se dá quando a ciência e tecnologia se espalham pela economia. E a era do consumo em massa acontece quando a produção toma uma nova escala onde além das tecnologias e técnicas, a política e a influência externa, mercados e fronteiras assumem prioridade.

Segundo Bellingieri (2017) os modelos das teorias do Desenvolvimento Regional endógenos se opõem aos modelos exógenos. Os modelos endógenos supõem o território como fator estratégico de desenvolvimento que parte das potencialidades socioeconômicas locais. Então o desenvolvimento é alcançado não pela capacidade do território atrair atividades econômicas, mas por gerar internamente essas atividades. Assim, os atores locais têm em suas mãos o destino da economia local ou regional. Desta forma, o território não é mero

suporte dos recursos e atividades econômicas e sim um agente de transformação, um protagonista para geração de desenvolvimento.

Fernandes (2010) acredita que o desenvolvimento seja alcançado por meio do aumento da produção de bens e serviços em termos quantitativos e qualitativos, que tenha como resultado a melhoria da qualidade de vida da população, uma distribuição mais justa da renda e democratização dos direitos à segurança, saúde, educação e informação.

Bellingieri (2017) ainda aborda que o desenvolvimento endógeno tem várias abordagens. A Nova Teoria do Crescimento, de Krugman (1992) que surge da interação entre rendimentos crescentes, custos de transporte e demanda e relaciona-se com a história da humanidade. O Distrito Industrial que supõe um aglomerado de pequenas e médias empresas que funcionam de modo flexível e integrado com ambiente social e cultural, alimentando economias externas formais e informais. O Ambiente Inovador, de Schumpeter (1982), que confere papel determinante às inovações tecnológicas e o Cluster, uma síntese do Distrito Industrial e Ambiente Inovador, onde Porter (1993) é o principal autor desta abordagem.

Porter (1999) acredita que a competitividade só é possível pela produtividade, sendo esta a principal determinante do padrão de vida (a longo prazo) de um país. O padrão de vida de um país depende da capacidade de suas empresas em atingirem altos níveis de produtividade. Para o autor, duas variáveis afetam a vantagem competitiva: o acaso, acontecimentos fora do controle da empresa e o estado que por suas políticas pode melhorar ou piorar a vantagem nacional.

Segundo Reis (2009) há uma corrente que entende que uma cidade criativa valoriza o que é produzido criativamente no espaço urbano por meio de um ambiente capaz de gerar, capacitar, atrair e reter talentos proporciona, portanto, o desenvolvimento endógeno. Nesse sentido, Florida (2003) já defendia o desenvolvimento econômico de regiões e cidades pelos 3 T's. Tolerância, a tudo e todos; Talento, aproveitando na cidade; e Tecnologia, uma forma de concentrar inovação numa região.

Jacobs (2011) assevera que o planejamento urbano deve trazer maior vitalidade urbana, estimula e catalisa a maior diversidade em meio aos usos e às pessoas, sendo um alicerce da força econômica. Propicia interpretação contínua de vizinhanças que contribuem para a segurança local e com o acolhimento do estranho. Faz com que as pessoas se identifiquem com o local, estimulando-as a lidar melhor com os problemas decorrentes da vida nas cidades. Estimula a permanência de antigos moradores e a chegada de novos. Ou seja, traz vitalidade às cidades onde os moradores colaboram para uma melhor ordem visual e funcional, impedindo a degradação e valorizando os diferenciais locais.

Mais recentemente, Bernal (2018) traz o conceito de *Placemaking*, entendendo que os espaços públicos não podem ser considerados como acessórios do desenvolvimento imobiliário e sim como elemento estratégico da cidade. *Placemaking* é não só uma filosofia, mas um processo prático para a transformação dos espaços públicos. Tem foco em observar, escutar, tanto pessoas que vivem, como as que trabalham ou se divertem nesses espaços, para que se possa entender suas necessidades e aspirações para seu espaço de vida e de comunidade.

Ainda segundo Bernal (2018), o espaço público não é somente um lugar de trânsito de pessoas, pode ser um lugar de encontro e de vida quando ativado da maneira adequada e pode gerar o sentimento de pertencimento e apropriação. O uso adequado deste espaço público pode convertê-lo em um lugar excelente de bem-estar das pessoas. Os benefícios de um lugar excelente são: promover a comodidade e o bem-estar, promover a vida comunitária, criar maior acessibilidade, promover a saúde, promover a socialização e desenvolver e apoiar a economia local.

Cohen (2018) afirma que os indicadores de valor do *placemaking* abordam as categorias: ambiental, social e econômico. Ambiente (construído e natural) no que tange às atualizações e investimentos para a esfera pública, capacidade de caminhar da cidade e os benefícios ambientais associados. Social no que tange à participação da população, saúde e bem-estar, nível de conexão individual e comunitária com o lugar, memória cultural e redução do crime. Econômico com relação à educação e desenvolvimento de habilidades, empregabilidade, incremento no investimento em infraestrutura, valorização imobiliária, incremento dos negócios locais, turismo e valor da imagem da cidade turística.

Entendendo que o *placemaking* acontece no espaço público, para que ele aconteça e gere todos os benefícios para a localidade esse espaço precisa estar preparado. Richards (2015) afirma que *placemaking* e eventos oferecem uma oportunidade para que as cidades selecionem, direcionem e conectem pessoas, lugares e processos a fim de melhorar a qualidade de vida do morador e do visitante. Ele também afirma que a acessibilidade das pessoas ao espaço favorece o *placemaking* e a criação de eventos para a localidade.

Para Richards (2015), turismo criativo é uma extensão do turismo cultural, sendo assim os turistas se envolvem ativamente na construção do lugar e interagem com a população local, permanecendo mais tempo no destino. Afirma ainda que o turismo criativo traz fatores qualitativos como: interesse na cultura popular do destino; consumo do patrimônio imaterial do lugar; as artes no turismo cultural e aumento da relação do turismo com criatividade.

O turismo criativo é uma opção para o desenvolvimento econômico de destinos turísticos, pois responde à necessidade constante do turismo reinventar o destino. *Placemaking* auxilia na vivência e na construção do lugar turístico a partir da participação do turista na interação com o lugar. Sendo assim, *placemaking* criativo integra a cultura, comunidade e o desenvolvimento local. Também leva a união das pessoas e organizações para a criação de uma vida melhor por meio da identidade do lugar e da sua trajetória histórica, gerando assim uma melhor experiência para o turista. Lugar turístico é construído de modo cooperativo e é um espaço compartilhado, a partir do *placemaking* (Richards, 2015).

Metodologia

Este estudo teórico sobre Destino Turístico resiliente e criativo para a retomada do desenvolvimento regional e local, utiliza o método dedutivo, com abordagem qualitativa e é, segundo a sua natureza, aplicada. Quanto aos objetivos é classificada como exploratória e quanto aos procedimentos utilizou-se de levantamento bibliográfico.

O método dedutivo é o método que desce do geral para o particular (Gerhardt, 2009) e parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita conclusões formais em virtude da sua lógica (Gil, 2008).

Segundo Gerhardt (2009) pesquisa qualitativa é aquela em que o cientista é ao mesmo tempo sujeito e objeto de suas pesquisas e que o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. A autora afirma que a pesquisa aplicada é dirigida à solução de problemas específicos.

Ainda segundo Gerhardt (2009), a pesquisa exploratória é a que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema e Gil (2008) afirma que pesquisa exploratória é aquela que tem por objetivo proporcionar visão geral do tipo aproximativo de determinado fato. Para ambos, uma das formas de se fazer pesquisa exploratória é por levantamento bibliográfico.

O levantamento bibliográfico deste artigo foi feito buscando especificamente artigos de revisão da literatura sobre desenvolvimento regional e local e explorando suas referências e sobre Turismo e Covid, buscou-se por produções atuais sobre o tema, visto que é muito recente.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2021, por meio de portais da internet.

Resultados e Discussão

Segundo Garrido (2020) há que se analisar em que condições o setor do turismo enfrentava a situação de recuperação da crise de 2008, da bolha imobiliária que afetou o turismo e que em 2019 alcança altos índices de vendas de viagens e ocupação em hotéis, anterior à crise sanitária causada pelo COVID-19 para que seja possível ter uma visão clara quais são as características da oferta e demanda turísticas para se poder pensar em capacidade de resposta do setor. E avaliar os modelos territoriais turísticos para que se possa melhorar índices de vulnerabilidade turística e capacidade de resiliência territorial. Tudo isso implementando ações de resposta às condições impostas pela pandemia.

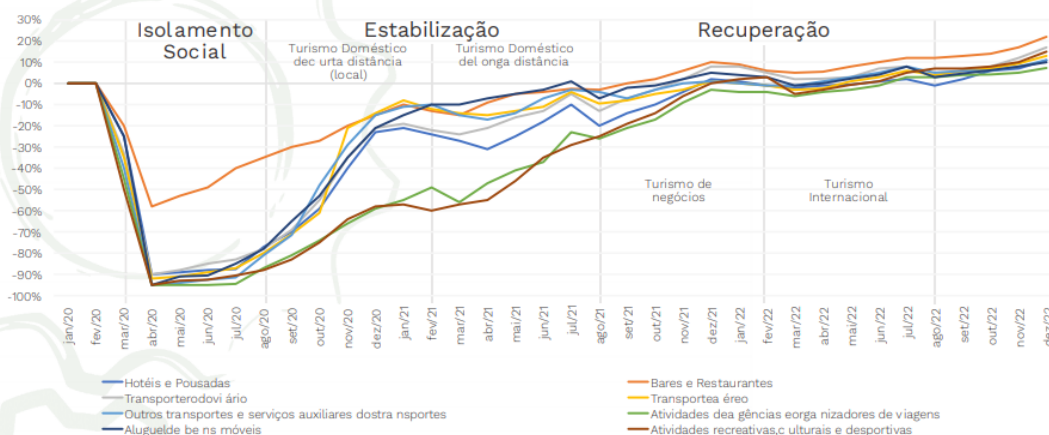
A crise de 2020 tem evidenciado a vulnerabilidade dos territórios turísticos. Garrido (2020) afirma que vulneráveis são os lugares com alta probabilidade de ver-se afetado de forma negativa a um acontecimento. Esses acontecimentos podem ser riscos ligados à natureza que escapam ao seu controle. Também a uma escassa capacidade de resposta, seja por aspectos internos ou externos de atenuar danos provocados por esses acontecimentos, tais como o desemprego, empresas não resistindo, turista não se sentindo seguro para viajar e a desglobalização, aspectos que cobram respostas locais às suas necessidades específicas.

Em toda crise há oportunidade. Essa oportunidade no turismo tem caminhado para melhorar o desenvolvimento sustentável das localidades, o controle da capacidade de carga, o crescimento responsável, a qualidade, a gestão do meio ambiente. E para tanto o turismo necessitará de profissionalização nesse sentido o que melhorará salários e oportunidades de trabalho (Garrido, 2020).

Turégano (2020) afirma há três grandes temas ligados às razões de turistas viajarem: turismo como peregrinação trazendo benefícios de desenvolvimento de identidade social e uma melhora na valorização de quem pratica determinadas modalidades de turismo; turistas viajam para obterem benefícios psicofísicos que só podem alcançar quando saem de seus lugares de residência habitual, descansar e carregar-se de energia; e turistas viajam para demonstrar sua posição social. Assim, o autor entende que as práticas turísticas podem promover benefícios psicofísicos, benefícios em termos de identidade e benefícios em termos de posição social. Pode ocorrer que, para que se volte a experimentar tais benefícios, pode ocorrer que seja necessário deixar de priorizar gastos com saúde, educação e em tudo o que gera bem-estar como uma carga pesada para economia e começar a entender que serão pré-requisitos para que se possa prosperar.

Por outro lado, o Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil (Ministério do Turismo, 2020) menciona ser esperada uma reativação das atividades turísticas domésticas brasileiras em médio prazo, demandando maior tempo para a retomada de atividades internacionais (Figura 1).

Gráfico 32 - Tendências de variação das atividades do setor de turismo - janeiro de 2020 - dezembro de 2022



Fonte: Impacto econômico do COVID-19: propostas para o turismo, 2. ed. - Rio de Janeiro: FGV Projetos, março/2020, p.9.

Figura 1 – Gráfico sobre o impacto econômico do COVID-19

Fonte: Ministério do Turismo (2020, p. 33).

Por sua vez, o *Conceptual Guidance on Tourism Statistics in the COVID-19 Context* (2021) também sinaliza positivamente que haverá, a médio prazo, retomada do turismo, haja vista as pessoas necessitarem se desestressar do período de pandemia.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) alinha prioridades para a recuperação do turismo que se resumem em: liquidez e proteção do emprego, recuperação da confiança baseada na segurança sanitária, colaboração público-privada, abertura de fronteiras com responsabilidade, harmonizar protocolos e procedimentos, transformação digital dos empregos e inovação e sustentabilidade (Ortega, 2020).

Retomando a afirmação de Xavier *et al.* (2014) de que desenvolvimento regional melhora a qualidade de vida das pessoas, traz indicadores de bem-estar econômico e social. E que as sociedades locais têm a possibilidade de formular suas próprias estratégias para esse desenvolvimento endógeno, baseado em evidenciar as potencialidades locais.

Nesse sentido, Richards (2015) destaca que o turismo criativo é uma opção para o desenvolvimento econômico de destinos turísticos, pois responde à necessidade constante do turismo reinventar o destino. E é trabalhado entre sociedade local e turista. Promovendo o desenvolvimento regional e local, bem-estar social e econômico, possibilitando o resgate do destino turístico pela sua história, cultura e identidade local.

Conclusão

Segundo Kuper (2021) esse momento de pandemia fez refletir sobre o futuro das cidades e percebeu-se a necessidade de se pensar que as cidades precisam trocar espaço dos carros, escritórios e lojas e dá-lo a habitação acessível, comunidade e natureza. Há um caminho para uma cidade melhor: uma mais verde, mais barata, mais feliz, mais saudável, mais igualitária e produtiva e menos poluída e solitária. Assim a cidade sendo boa para o morador, promovendo a ele qualidade de vida, também será interessante para o turista.

Jane Jacobs (2011), em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, já dizia que uma boa vizinhança era aquela que proporcionava múltiplos usos para funcionar 24 horas por dia. Afirmava que em ruas bem-sucedidas as pessoas devem aparecer em momentos diferentes

de acordo com suas atividades: crianças brincando, donas de casa fazendo compras, funcionários de escritórios indo almoçar, foliões em bares à noite. Isso traz vida às cidades.

Em resposta à pergunta-problema desta pesquisa, qual seja, como destinos turísticos podem ser resilientes e aproveitarem a crise como oportunidade de desenvolvimento regional e local? Observa-se que a atual crise pandêmica mundial que afeta diretamente o turismo, pois para que este aconteça há a necessidade de mobilidade das pessoas e o contato entre elas, dois itens que estão proibidos no momento por causa da COVID-19. As pessoas continuam com vontade de viajar, conforme Turégano (2020), pois traz para elas benefícios psicofísicos e ao mesmo tempo enfrentam questões como o medo de viajar e se contaminar, então a questão da segurança sanitária virou um fator de preocupação do viajante. Os viajantes, até pelo impedimento de mobilidade, começaram a identificar localidade próximas de suas residências para viajar e reconhecer seu valor cultural.

A crise deixou o território vulnerável, mas como não ocasionou sua destruição física, portanto, há possibilidade de resiliência. A cidade é um lugar de convivência e de vida, tem o potencial de trazer saúde às pessoas e determinar o estilo de vida das pessoas se seu suporte natural for devidamente modificado e adaptado. É na cidade que se desenvolvem atividades econômicas, sociais, culturais, educativas e de ócio, portanto propiciam o turismo, a vontade das pessoas de conhecerem outros lugares, outras culturas e compartilhar da vida do residente.

Um fator externo, a crise provocada pela COVID-19, bloqueou o desenvolvimento regional e local, mas não bloqueou a capacidade das cidades e territórios de se reinventarem lançando mão de inovação e criatividade (Xavier *et al.*, 2014) para promover desenvolvimento endógeno como fator estratégico de aproveitar as potencialidades socioeconômicas locais. Esse desenvolvimento é alcançado pela comunidade local e sua força pela sua potencialidade endógena.

Esse ambiente inovador e criativo melhora a competitividade do destino. E para recuperar índices de bem-estar socioeconômico, reforçando a potencialidade local o Turismo Criativo é uma boa estratégia, pois usa potencialidade endógena, trabalha sociedade e turista e promove desenvolvimento regional e local pelo resgate da cultura, história e identidade local. Registre-se como limitação deste trabalho o fato de não se ter realizado pesquisa em localidades turísticas específicas, ficando como sugestão para trabalhos futuros, de modo especial em cenário pós- pandemia causada pelo COVID-19. Por sua vez, a contribuição principal desta pesquisa consiste em evidenciar possibilidade de breve recuperação dos destinos turísticos, haja vista a necessidade de as pessoas viajarem, o que remete como contribuição não só aos gestores públicos municipais, como apoio ao planejamento, como à toda a cadeia de organizações públicas, privadas e de terceiro setor envolvida com as atividades turísticas das localidades.

Referências Bibliográficas

- Bellingieri, J. C. (2017). Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 2(37).
- Bernal, G.; David, L.; Guilguet H. (2018). *Libro Blanco de Placemaking: Programa de urbanismo táctico e innovación en el espacio público*. México, novembro.
- Cohen, M., Gajendran, T., Lloyd, J., Maund, K., Smith, C., Bhim, S., & Vaughan, J. (2018). Valuing creative placemaking: development of a toolkit for public and private stakeholders. *NSW Government: Sydney, Australia*.
- Fernandes, C. T. C. (2010). Impactos Socioambientais de Grandes Barragens e Desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. 427f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF.

Florida, R. (2003). Cities and the Creative Class City & Community. *American Sociological Association*, 1307, 20005-4701.

Garrido, M. D. P. (2020). Turismo y vulnerabilidad territorial: capacidad de resiliencia de los diferentes modelos turísticos frente a la crisis pandémica del coronavirus en España. In *Turismo pos-COVID-19: Reflexiones, retos y oportunidades* (pp. 211-223). Cátedra de Turismo CajaCanarias-Ashotel de la Universidad de La Laguna.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.
Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

Jacobs, J. (2011). Morte e vidas de grandes cidades—The death and life of great american cities (3 o). Tradução por Carlos S. Mendes Rosa, Revisão técnica de Cheila Aparecida Gomes Bailão. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Kruel, A. J.. (2020). *Inacy Sachs – uma voz sempre atual na sociedade*. EnEo. VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis SC, maio.

Kuper, S. (2021). O caminho para a cidade pós-Covid. *Financial Times*. 12 de março. Recuperado de <https://www.ft.com/content/95e19e1d-06c5-4b9e-bcb2-c73e8fe67c77?segmentid=acee4131-99c2-09d3-a635-873e61754ec6&s=03>. Acesso em 23 mar. 2021.

Lima, A. C. da C., Simões, R. F.. (2009). *Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: o Caso do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

Martín, Raúl Hernández. (2020). *Un enfoque sistémico para entender y afrontar la crisis turística*. In: Simancas Cruz, M. R., Hernández Martín, R., & Padrón Fumero, N. (2020). Turismo pos-COVID-19: Reflexiones, retos y oportunidades. 45-50.

Ministério do Turismo. Secretaria de Gestão Estratégica. (2020). *Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil*. Set.

Ortega, G., Navarro, E., Cerezo, A., & Torres, E. (2020). Turismo poscoronavirus, ¿una oportunidad para el poscrecimiento?. In *Turismo pos-COVID-19: Reflexiones, retos y oportunidades* (pp. 161-173). Cátedra de Turismo CajaCanarias-Ashotel de la Universidad de La Laguna.

Porter, M. E. (1999). *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Gulf Professional Publishing.

Reis, A. C. F. (2009). Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. Rede Brasileira de Estudos sobre cidades médias. Recuperado de: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/anacarla-fonseca-cidades-criativas.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Richards, G. (2015). Placemaking and events in the network society. Risk in travel and tourism: Geographies, behaviours and strategies *ATLAS Reflections 2015*. December 2015, 19-27.

Sarmento, A. D. (2008). *Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil-um exercício rostowiano* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Turégano, M. Á. S. (2020). *Utilidad, expectativas ficcionales y consumo turístico: escenarios poscoronavirus*. In: Simancas Cruz, M. R., Hernández Martín, R., & Padrón Fumero, N. (2020).

Turismo pos-COVID-19: Reflexiones, retos y oportunidades. Caja Canarias-Ashotel. Univerddidad de La Laguna España, julio, 51-62.

Valderrama, Joaquin Mañoso. (2020). Ciudad saludable en una sociedad del riesgo. In: Simancas Cruz, M. R., Hernández Martín, R., & Padrón Fumero, N. (2020). *Turismo pos-COVID-19: Reflexiones, retos*

y oportunidades. Cátedra de Turismo. Caja Canarias-Ashotel. Univerdidad de La Laguna España, julio, 93–106.

World Tourism Organization (UNWTO). (2021). *Conceptual Guidance on Tourism Statistics in the COVID-19 Context*. ISBN: 978-92-844-2242-5. Recuperado de <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284422432>. Acesso em 20 abr. 2021.

Xavier, T. R., Wittmann, M. L., Treptow, I. C., Azevedo, J. B., & de Oliveira Inácio, R. (2014). Desenvolvimento Regional Endógeno Contexto Histórico Para o Surgimento de uma Estrutura de Governança Regional no Estado Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em Questão*, 12(27), 185-215.

V - GESTÃO, GOVERNANÇA E RELAÇÕES SOCIAIS

Nota Técnica

19. PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE CULTURA DE INTEGRIDADE EMPRESARIAL

Alexandro Rudolfo de Souza Guirão⁴⁴

Carlos Afonso⁴⁵

Observatório de Integridade Empresarial e Compliance - OIEC

Resumo Executivo

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os dados coletados na Pesquisa de Identificação de Cultura de Integridade Empresarial, promovida pelo Observatório de Integridade Empresarial e Compliance (OIEC), ligado à Escola de Direito da Universidade de São Caetano do Sul (USCS).

Palavras-chave: *Cultura de integridade empresarial; Compliance; Compliance anticorrupção.*

O objetivo principal da pesquisa é verificar se as empresas do Grande ABCDMRR e de outras regiões conhecem o Compliance Anticorrupção e o que elas têm feito para mitigar problemas relacionados à corrupção.

O questionário ficou disponível no link <https://pt.surveymonkey.com/r/adpoliticas> até 15/11/2021, quando a pesquisa foi encerrada e os dados finais apresentados.

Os resultados parciais levam em consideração os questionários que foram respondidos até a data acima, tendo 225 respondentes, de diversas cidades.

Método

Em relação à sistemática da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo com a natureza de dados qualitativa, a fim de proporcionar levantamento teórico das informações.

A plataforma que serve para hospedagem do questionário de pesquisa e armazenamento dos dados é a SurveyMonkey.

⁴⁴ **Alexandro Rudolfo de Souza Guirão.** Sócio do Guirão Advogados, Escritório de Advocacia Empresarial, responsável pelas Áreas de Contratos, Direito Societário e Compliance. Professor de Direito Empresarial da Escola de Direito da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Profissional Certificado em Compliance (CPC-A – LECBOARD/FGV; CEC – Instituto ARC).

⁴⁵ **Carlos Afonso.** É Administrador e Contabilista. Sócio-diretor do Grupo MCR – Contabilidade e Auditoria. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Santo André. Técnico em Contabilidade pelo SENAC São Paulo. Bacharelado em Direito pela Universidade de São Caetano do Sul. MBA em Controladoria e Contabilidade Avançada pela Universidade de São Caetano do Sul. Pós-Graduado em Gestão Empresarial e em Administração Financeira pela Escola Superior de Administração de Negócios (Centro Universitário da FEI).

Sujeitos e Amostra

Os sujeitos da pesquisa são sócios, acionistas, administradores, diretores, gerentes, coordenadores, gestores, que atuem no mundo empresarial e cuja atividade empresarial se relacione com outros empresários ou mesmo com o Governo, independentemente da esfera.

O resultado parcial da pesquisa identificou um total de 225 profissionais que responderam ao questionário de pesquisa, de diversas regiões do país. A pesquisa anterior, de 2020, teve a participação de 157 respondentes.

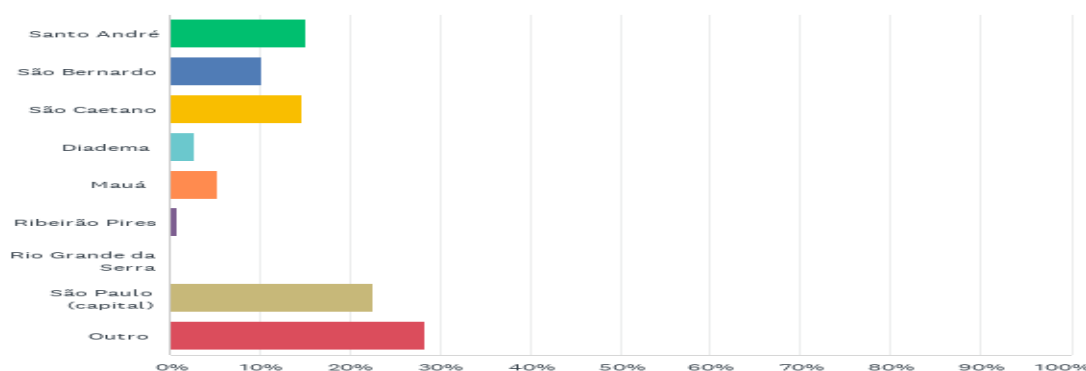
Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Os resultados obtidos serão apresentados levando-se em consideração todos os respondentes, independentemente da região.

Observa-se que as respostas não são obrigatórias, ou seja, o respondente pode escolher se deseja ou não responder determinada pergunta.

O objetivo da primeira questão da pesquisa foi verificar o município onde a empresa está sediada.

Figura 1: Município onde a empresa está sediada

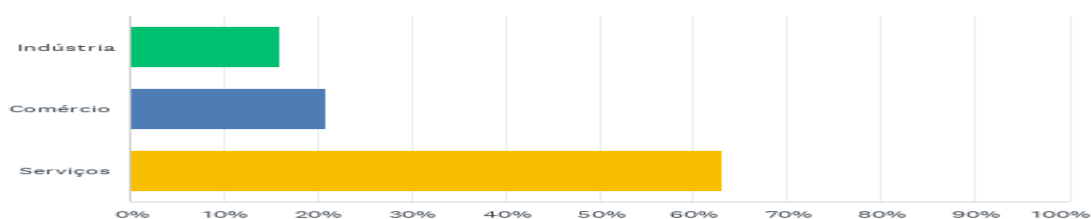


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

A pesquisa obteve retorno de profissionais das seguintes cidades: Santo André:34; São Bernardo: 23; São Caetano: 33; Diadema: 6; Mauá: 12; Ribeirão Pires: 2; Rio Grande da Serra: 0; São Paulo (capital): 51; outros: 64.

Em relação à segunda pergunta, objetivamos conhecer o setor de atuação do profissional que respondeu à pesquisa, ou seja, se atua na indústria, comércio ou serviços.

Figura 2: Área de atuação da empresa



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Observa-se, majoritariamente, que a grande maioria dos respondentes da pesquisa atua na área de prestação de serviços, correspondendo a um total de 142 (63,11%).

Em relação à pesquisa de 2020, a percentual dos respondentes que atuavam no setor de serviços era de 77,07%.

Na terceira pergunta objetivamos conhecer a função ou posição que o respondente exerce na empresa.

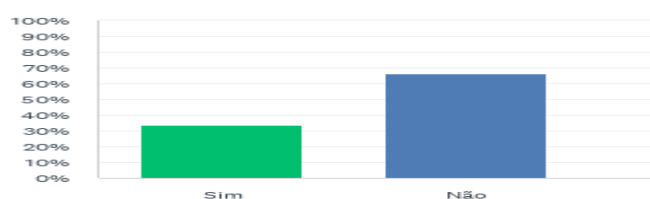
Tabela 1: Função/posição na empresa

CARGO/FUNÇÃO	RESPOSTAS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Sócio/acionista	36	16,00%
Diretor	15	6,67%
Administrador	12	5,33%
Gerente	20	8,89%
Coordenador	10	4,44%
Analista	23	10,22%
Assistente	36	16,00%
Outro	73	32,44%
Total	225	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo

Na quarta pergunta buscamos identificar se o respondente teve conhecimento de casos de assédio moral na sua empresa nos últimos 5 anos.

Figura 3: Casos de assédio moral na empresa nos últimos 5 anos

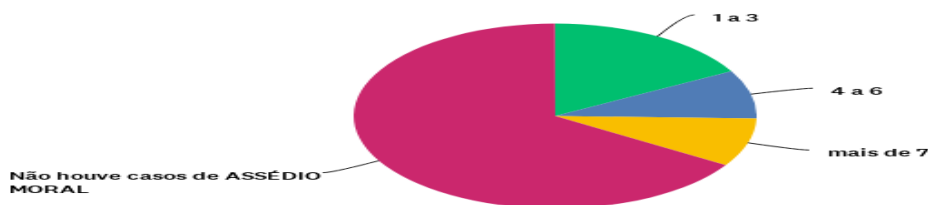


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Considerando o total de 225 respondentes, 76 (33,78%) responderam que sim, ou sejam tiveram conhecimento de casos de assédio moral nos últimos 5 anos e 149 (66,22%) responderam que não.

Na quinta pergunta, buscamos ter uma ideia quantitativa dos casos que ocorrem no período.

Figura 4: Quantidade de casos de assédio moral ocorridos na empresa nos últimos 5 anos

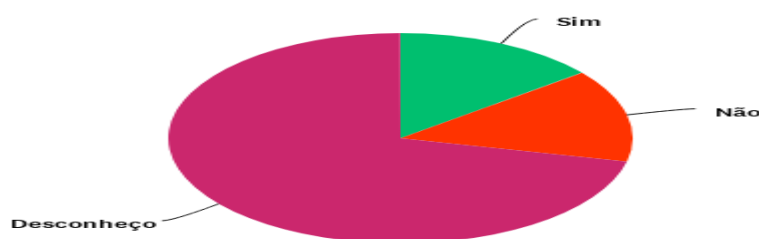


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Para esta pergunta, apenas um dos respondentes ignorou a resposta, sendo que dos demais, 38 (16,96%) responderam que ocorreram de 1 a 3 casos de assédio moral nos últimos 5 anos, 19 (8,48%) responderam que ocorreram de 4 a 6 casos e 19 (8,48%) responderam que ocorreram mais de 7 casos no período.

Na sexta pergunta, questionamos os respondentes sobre se os casos de assédio moral foram investigados pela empresa.

Figura 5: Se casos de assédio moral ocorridos na empresa nos últimos 5 anos forma investigados pela empresa

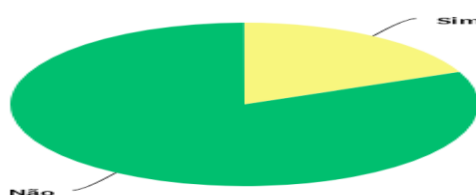


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, apenas 1 ignorou esta pergunta, sendo que os demais responderam da seguinte forma: 32 (14,29%) informaram que a empresa investigou as denúncias, 32 (14,29%) responderam que a empresa não investigou as denúncias e 160 (71,43%) desconhece se a empresa investigou as denúncias de assédio moral.

Na sétima pergunta, questionamos os respondentes se eles tiveram conhecimento de casos de assédio sexual na sua empresa nos últimos 5 anos.

Figura 6: Casos de assédio sexual na empresa nos últimos 5 anos

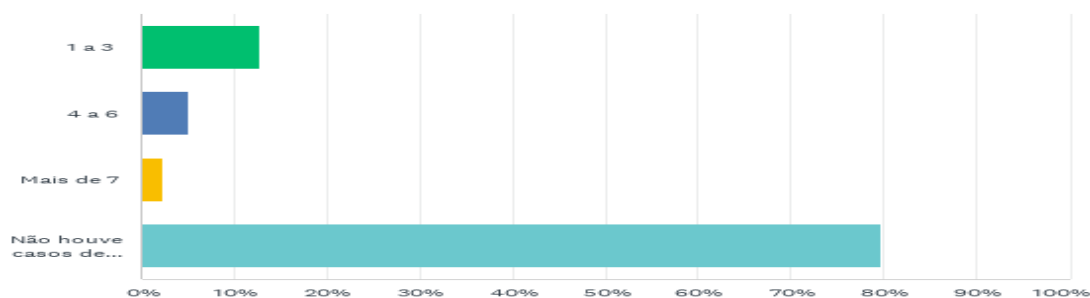


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Para essa pergunta, houve 173 respostas e 52 respondentes optaram por não a responder. Do total, 32 (18,50%) responderam que tiveram conhecimento de casos de assédio sexual nos últimos 5 anos e 141 (81,50%) responderam que não tem conhecimento de casos de assédio sexual no período.

Na oitava pergunta, buscamos ter uma ideia quantitativa dos casos que ocorrem no período.

Figura 7: Quantidade de casos de assédio sexual ocorridos na empresa nos últimos 5 anos

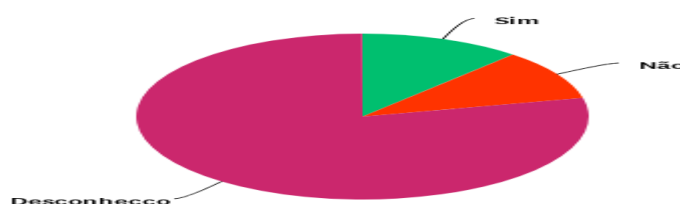


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, tivemos 22 (12,72%) que responderam que tiveram conhecimento de 1 a 3 casos no período, 9 (5,20%) responderam que tiveram conhecimento de 4 a 6 casos no período e 4 (2,31%) tiveram conhecimento de mais de 7 casos nos últimos 5 anos.

Na nona pergunta os respondentes foram questionados se os casos de assédio sexual ocorridos foram investigados pelas empresas.

Figura 8: Se casos de assédio sexual ocorridos na empresa nos últimos 5 anos forma investigados pela empresa

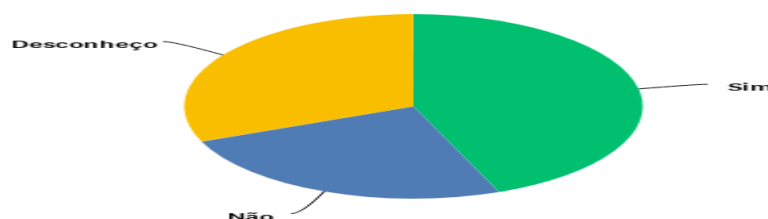


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, 20 (11,56%) responderam que a empresa investigou as denúncias de assédio sexual, 17 (9,83%) responderam que não e 136 (78,61%) desconhecem se a empresa investigou as denúncias.

Na décima pergunta questionamos os respondentes se sua empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas voltadas ao combate ao assédio moral e ao assédio sexual.

Figura 9: A empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas voltadas ao combate ao assédio moral e ao assédio sexual

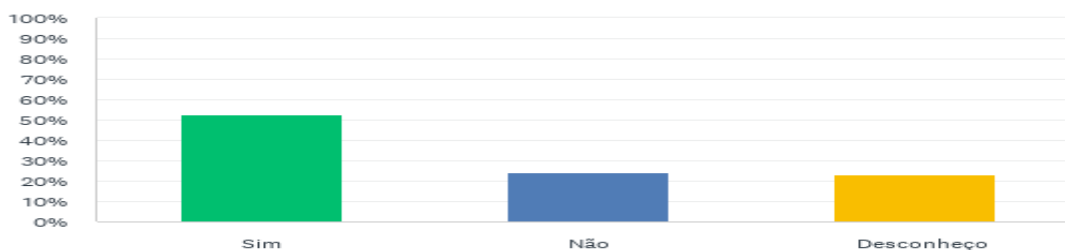


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 respondentes ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, 76 (43,93%) responderam que a empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas voltadas ao combate do assédio moral e ao assédio sexual, 43 (24,86%) responderam que não e 54 (31,21%) desconhecem a existência de ações nesse sentido.

Na décima-primeira pergunta questionamos os respondentes se sua empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas direcionadas às minorias e/ou à diversidade.

Figura 10: A empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas direcionadas às minorias e à diversidade

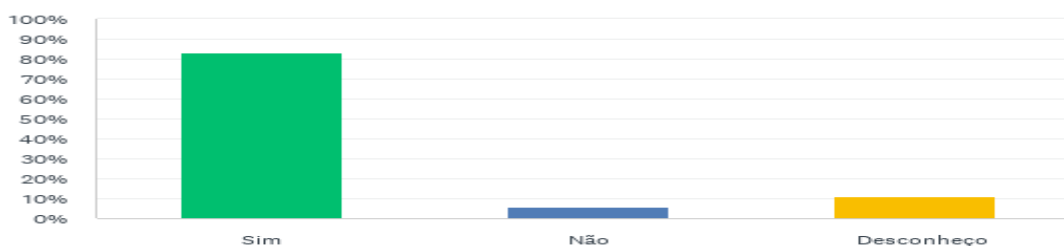


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, 91 (52,60%) responderam que a empresa tem desenvolvido estratégias ou políticas voltadas às minorias e/ou à diversidade, 42 (24,28%) responderam que não e 40 (23,12%) desconhecem a existência de ações nesse sentido.

Na décima-segunda pergunta, os respondentes foram inquiridos se suas empresas têm missão, visão e valores.

Figura 11: A empresa tem missão, visão e valores

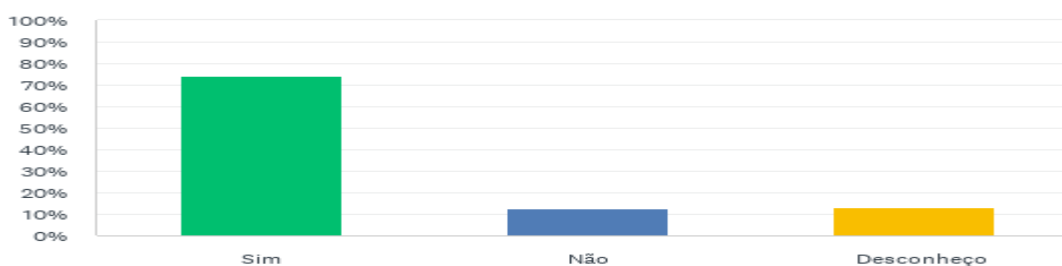


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, 144 (83,24%) responderam que a empresa tem missão, visão e valores, 10 (5,78%) responderam que não e 19 (10,98%) responderam que desconhecem.

Na décima-terceira pergunta os respondentes foram questionados se quando um novo funcionário é admitido, se o RH ou Departamento de Pessoal realiza a integração do novo funcionário com os demais e apresenta algum manual interno de condutas, manual de políticas ou código de ética.

Figura 12: A empresa realiza a integração de novos funcionários e apresenta manual interno de condutas/políticas ou código de ética



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, 128 (73,99%) responderam que sim, 22 (12,72%) responderam que não e 23 (13,2%) responderam que desconhecem se a empresa realiza integração de novos funcionários e disponibiliza algum manual interno de condutas, manual de políticas ou código de ética.

Na décima-quarta pergunta os respondentes foram solicitados a analisar os aspectos éticos nos seus negócios em relação às afirmativas propostas.

Tabela 2: Aspectos éticos relacionados ao negócio

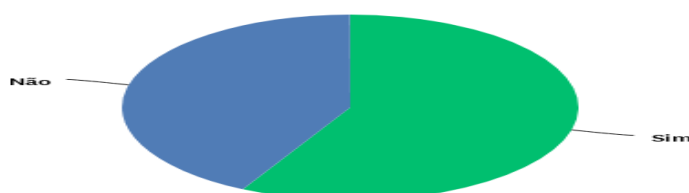
RESPOSTA	QUANTIDADE	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Existe uma preocupação bastante acentuada em relação aos aspectos éticos que permeiam o negócio e a relação com clientes e fornecedores.	115	66,47
Existe preocupação em relação aos aspectos ético, porém não se aplica a todas relações.	42	24,28%
Não há preocupação com os aspectos éticos do negócio.	16	9,25%
Total	173	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Dos 225 respondentes, 52 ignoraram a pergunta. Das 173 respostas válidas, a maioria dos respondentes afirmou que existe uma preocupação bastante acentuada em relação aos aspectos éticos que permeiam o negócio e a relação com clientes e fornecedores.

Na décima-quinta pergunta os respondentes foram perguntados se sua empresa possui algum programa de proteção à integridade empresarial ou de prevenção de riscos corporativos.

Figura 13: A empresa possui programa de integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos



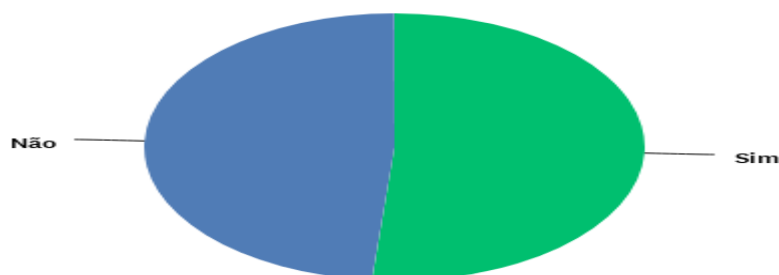
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 100 (57,80%) afirmam que a empresa possui um programa de integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos e 73 (42,20%) afirmaram que suas empresas não possuem programas dessa natureza.

Em relação à pesquisa de 2020, houve melhora desse indicador. Em 2020, 41,40% dos respondentes afirmaram que sua empresa possuía algum programa de proteção à integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos.

Na décima-sexta pergunta os respondentes foram instados a responder se a empresa possui algum canal oficial para receber relatos ou denúncias de colaboradores ou de terceiros.

Figura 14: A empresa possui canal de denúncias



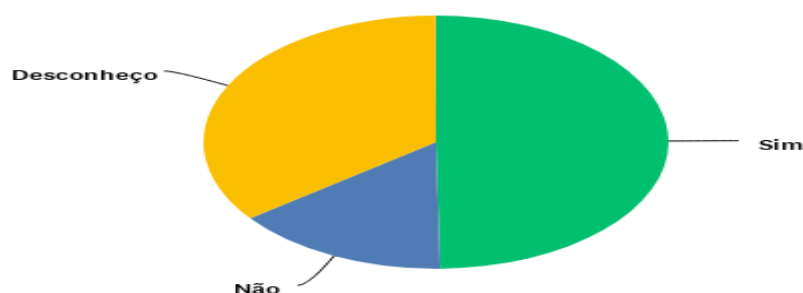
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 89 (51,45%) afirmam que a empresa possui um canal de denúncias e 84 (48,55%) afirmaram que a empresa não possui referido canal.

Na comparação com a pesquisa de 2020, esse indicador se mostrou muito parecido com a pesquisa anterior, uma vez que nela 49,68% dos respondentes informaram que a empresa possuía um canal de denúncias.

Na décima-sétima pergunta os respondentes foram perguntados se ao contratar novos fornecedores ou prestadores de serviços se a empresa realiza algum levantamento para e checar a idoneidade da empresa e de seus dirigentes.

Figura 15: Checagem da idoneidade de novos fornecedores/prestadores de serviços e seus dirigentes



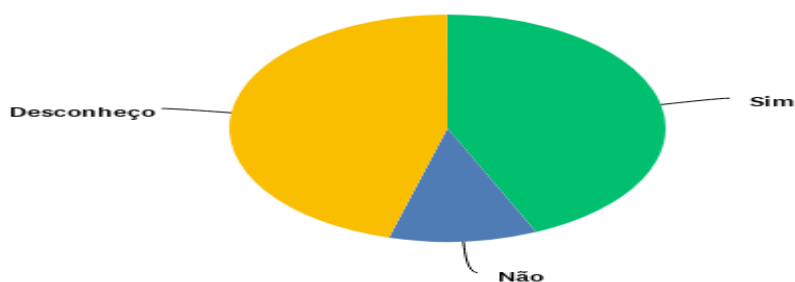
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 86 (49,71%) afirmam que a empresa checa a idoneidade de novos fornecedores/prestadores de serviços e seus dirigentes, 26 (15,03%) responderam que não e 61 (35,26%) responderam que desconhecem se a empresa adota essa prática.

Entretanto, houve piora no indicador em relação à pesquisa de 2020, onde 66,88% informaram que suas empresas faziam levantamento prévio para checar a idoneidade da própria empresa e de seus dirigentes.

Na décima-oitava pergunta os respondentes foram perguntados se sua empresa já recusou algum novo contrato com novo cliente ou novo fornecedor por entender que as referências obtidas não denotavam que a empresa e/ou seus dirigentes não tinham uma postura ética compatível?

Figura 16: A empresa já recusou novos contratos com cliente ou fornecedores por entender que as referências obtidas denotavam, falta de postura ética compatível



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 75 (43,35%) afirmaram que a empresa já recusou novo contrato de cliente ou fornecedor por entender que as referências obtidas não denotavam que a empresa e/ou seus dirigentes não tinham postura ética compatível, 19 (10,98%) informaram que não e 79 (45,66%) desconhecem se a empresa recusou algum novo contrato de cliente ou fornecedor por conta desse tipo de análise.

Na décima-nona pergunta os respondentes foram solicitados a analisar o envolvimento da alta administração em suas empresas no que diz respeito à integridade empresarial e postura ética. Os respondentes escolheram a resposta que mais tinha relação com suas empresas.

Tabela 3: Envolvimento da alta administração no que diz respeito à integridade empresarial e postura ética

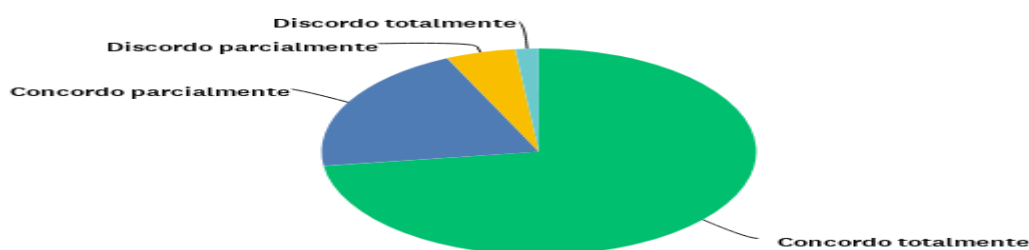
RESPOSTA	QUANTIDADE	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
A Alta Administração está muito envolvida com as questões éticas e de integridade empresarial e procura liderar pelo exemplo.	104	60,12%
A Alta Administração está envolvida com as questões éticas e de integridade empresarial, porém não existe uma liderança pelo exemplo.	43	24,86%
A Alta Administração não se envolve com questões relacionadas às questões éticas ou de integridade empresarial.	26	15,03%
Total	173	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 104 (60,12%) afirmaram que a alta administração está muito envolvida com as questões éticas e de integridade empresarial e procura liderar pelo exemplo, 43 (24,86%) acreditam que a empresa está envolvida com as questões éticas e de integridade empresarial, porém inexistente uma liderança pelo exemplo e, finalmente, 26 (15,03%) afirmaram que a alta administração não se envolve com as questões éticas ou de integridade empresarial.

Na vigésima pergunta os respondentes foram convidados a analisar a seguinte afirmativa e se posicionar se concordam totalmente, concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam totalmente: “A adoção de políticas de integridade empresarial e compliance possibilita à empresa maior visibilidade no meio empresarial, bem como o desenvolvimento de novos negócios, já que existe grande preocupação com os aspectos éticos. Desta forma, a empresa acaba por se diferenciar dos concorrentes.”

Figura 16: Adoção de políticas de integridade empresarial e compliance versus maior visibilidade no meio empresarial

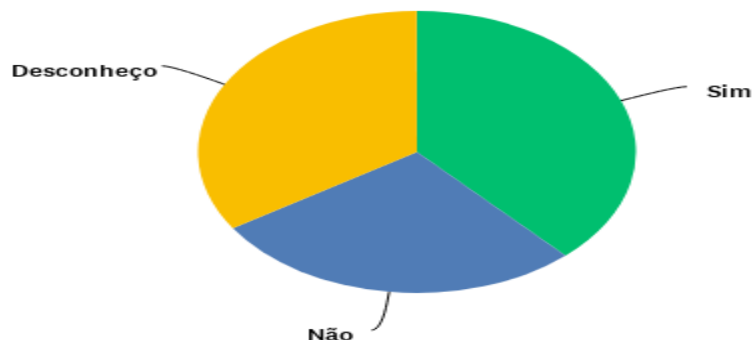


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 126 (72,83%) concordaram totalmente com a afirmativa, 36 (20,23%) concordaram parcialmente, 9 (5,20%) discordaram parcialmente e por fim, 3 (1,73%) discordaram totalmente da afirmativa.

A vigésima-primeira e última pergunta inquiriu os respondentes se sua empresa tem desenvolvido estratégias com foco específico em ESG (Environmental, Social and Governance) - Ambiental, Social e Governança

Figura 17: A empresa tem desenvolvido estratégias com foco em ESG



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Das 173 respostas válidas, 66 (38,15%) responderam que sim, 48 (27,75%) responderam que não e 59 (34,10) responderam que desconhecem se a empresa desenvolve estratégias com foco específico em ESG.

Conclusão

A presente pesquisa trouxe dados bastantes relevantes sobre a cultura de integridade empresarial, não só na região do Grande ABCDMRR, onde o Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS está sediado, bem como em outras regiões do país.

Há muito tempo as empresas brasileiras perceberam que a implantação de um programa de compliance não tem a ver somente com conformidade pura e simplesmente, mas possui um aspecto mais abrangente e que possibilita de maneira efetiva um ganho real para toda a organização.

Os programas de *compliance*, ou de integridade empresarial, possibilitam um verdadeiro mergulho na cultura e nos processos da empresa, a fim de identificar riscos, prevenir potenciais condutas ilícitas e, principalmente, ajudar todos aqueles que se relacionam com a organização a cumprir com a legislação vigente, seu código de ética e suas políticas.

Cabe ressaltar que a implementação de programas de integridade empresarial não é somente destinada às grandes corporações. Cada vez mais as empresas percebem a necessidade de programas de *compliance*, em especial àquelas que se relacionam de alguma forma com o Poder Público no que diz respeito ao fornecimento de produtos ou serviços.

Mais do que cumprir a legislação, ou estar em conformidade, os programas de integridade empresarial podem representar verdadeira vantagem competitiva, ou, como define COLA e LOURENÇO (2021, p. 21), “[...] integridade, transparência, ética, sustentabilidade e responsabilidade social são pontos-chave para garantir que a organização permaneça ativa no mercado”.

Por óbvio, a Lei Anticorrupção trouxe importantes avanços ao prever a responsabilização de empresas que pratiquem atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, prevendo, inclusive, punições de bastante significativas, podendo chegar até 20% do faturamento bruto.

Por outro lado, embora a existência de leis anticorrupção específicas na grande maioria dos estados da federação, ainda existem poucos que não criaram suas próprias leis de combate à corrupção e de integridade em contratos com o poder público, como ocorre nos estados do Amapá, Piauí e Rondônia.

Isso não quer dizer que não houve avanços em matéria de compliance e integridade empresarial no Brasil.

A Pesquisa de Identificação de Cultura de Integridade Empresarial da Transparência Internacional mostra que o Brasil, que em 2019 ocupava a 106ª posição no ranking, passou a ocupar a posição de número 94 no ano de 2020, melhorando um pouco o seu posicionamento.

O Índice de Percepção de Corrupção (IPC) é um indicador de corrupção no setor público, elaborado numa escala que vai de zero a 100 pontos. Quanto mais próximo de 100, mais íntegro é o país. Quanto mais próximo de zero, mais corrupto é. Em 2020 o Brasil obteve um total de 38 pontos.

Nas primeiras posições do ranking de 2020 figuram: Nova Zelândia, Dinamarca, Finlândia, Suíça, Singapura, Suécia, Noruega, Holanda, Luxemburgo e Alemanha, nessa ordem.

Alguns dos dados da pesquisa chamam a atenção.

No que diz respeito ao assédio moral e sexual nas empresas da região, os respondentes da pesquisa reportaram a existência de casos de assédio moral (33,78%) e assédio sexual (18,50%).

No que tange aos casos de assédio moral, apenas uma pequena parcela destes foi investigada (14,29%), conforme relataram os respondentes. Nos casos de assédio sexual, esse percentual de casos investigados foi de 11,56%, conforme os respondentes. Tanto nos casos de assédio moral, como nos casos de assédio sexual, a maioria dos respondentes da pesquisa informou que ou os casos não foram investigados, ou simplesmente desconhecem se houve algum tipo de investigação. Podemos interpretar que as empresas estão deixando de comunicar suas ações de maneira uniforme e para sua base de funcionários, mostrando qual a conduta que elas adotam em casos de assédio moral ou sexual, que são práticas abomináveis.

A falta de uma postura mais incisiva por parte das empresas no combate ao assédio moral e sexual não só desestimula a punição dos responsáveis, como também aumenta sobremaneira os riscos trabalhistas para as organizações. Há que se ressaltar que o empregador é o responsável pela manutenção do bom ambiente de trabalho e pela integridade de seus funcionários.

Ainda sobre a questão do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, perto de 44% dos respondentes afirmaram que suas empresas possuem estratégias e políticas voltadas ao combate desses crimes. É um percentual muito pequeno quando analisamos o severo dano reputacional que esse tipo de conduta pode causar para as empresas.

Os casos de assédio moral e sexual repercutem de forma negativa na mídia e mancham a imagem do empregador severamente. Muitos casos, além de gerar repercussão negativa, implicam em indenizações vultuosas para o empregador, que deveria zelar pelo bom ambiente de trabalho e coibir essas práticas.

Neste sentido podemos citar o caso da Havan Lojas de Departamentos Ltda., a qual foi condenada pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) a pagar indenização de R\$ 100 mil a um empregado com deficiência mental por assédio moral. (BRASIL, 2021)

Outro aspecto que também é importante se destacar é a falta de adesão das empresas no que diz respeito a estratégias ou políticas direcionadas às minorias ou à diversidade. Apenas 52,60% dos respondentes afirmaram que suas empresas têm desenvolvido estratégias nessas áreas.

No que tange à existência de programas de integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos pelas empresas o dado é bastante preocupante. Pouco mais da metade dos respondentes (57,80%) afirma que sua empresa possui algum tipo de programa e 42,20% afirmam que a empresa não possui nenhum tipo de programa.

Além disso, pouco menos da metade das empresas (48,55%) não possuem um canal oficial para receber relatos ou denúncias de colaboradores ou terceiros. Isso significa que ainda nos casos em que as empresas tenham algum programa de proteção à integridade empresarial, ainda sim o programa não conta com um canal de denúncias. Em outras palavras, pode-se afirmar que, nesses casos, o programa de integridade de empresas não está completo, haja vista a omissão do próprio art. 7º da Lei nº 12.846/2013.

Concernente à *due diligence* para avaliação e controle de riscos ocasionado por terceiros, pouco menos da metade dos respondentes (49,71%) afirmaram que suas empresas checam a idoneidade de fornecedores e prestadores de serviços, bem como dos sócios dessas empresas e cerca de 43% dos participantes afirmaram que suas empresas já recusaram novos contratos com clientes ou fornecedores por entender que as referências obtidas não denotavam postura ética compatível. Em outras palavras, as corporações não envidam todos os esforços necessários para se conhecer previamente o terceiro com quem irá se relacionar, mitigando, desta forma, possíveis problemas.

Por fim, sabe-se que o sucesso de um bom programa de *compliance* está relacionado ao tom no topo (*tone at the top* ou *tone from the top*), ou seja, como as lideranças da organização apoiam as práticas de integridade empresarial e qual a mensagem que esses dirigentes transmitem para seus funcionários. Em outras palavras, se a alta administração demonstra por meio de seus atos e de sua postura apoio incondicional ao programa de compliance, este tende a ser bem-sucedido. Por outro lado, se a mensagem que a alta liderança transmite é de que o programa não tem tanta importância, ou pior, por meio de seus atos demonstra que a teoria é uma, mas na prática o programa não passa de algo para “inglês ver”, então os empregados acabam se vendo desestimulados, já que a liderança pelo exemplo não condiz com a realidade.

Neste sentido, embora 60,12% dos respondentes afirmem que a alta administração das suas empresas está envolvida com as questões éticas de integridade empresarial, procurando liderar pelo exemplo, outros 24,86% afirmaram que embora exista essa preocupação, não há uma liderança pelo exemplo. Por fim, outros 15,03% afirmaram que a alta administração não se envolve com as questões éticas ou de integridade empresarial.

Desta forma, sem a atitude e o engajamento necessário da liderança, a mensagem que será passada aos colaboradores da empresa é de que os programas de integridade empresarial não são importantes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Rede varejista é condenada por assédio moral a empregado com deficiência mental.** <https://www.tst.jus.br/-/rede-varejista-%C3%A9-condenada-por-ass%C3%A9dio-moral-a-empregado-com-defici%C3%Aancia-mental>. Acesso em 10 out. 2021.

COLA, Cristiane Petroseolo; LOURENÇO, Luana. **Compliance para Pequenas e Médias Empresas:** aportes teóricos e práticos para gestores, docentes e discentes. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção da Corrupção 2020.** <https://ipc.transparenciainternacional.org.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

Nota Técnica

20. ELEIÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM E CONCEITOS

Rita Serrano⁴⁶

Resumo Executivo

Este texto apresenta os principais conceitos, o histórico e a experiência brasileira e internacional da participação de trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, discutindo a importância dessa boa prática para o aprimoramento da governança das empresas. Destaca também a tanto a necessidade do aprofundamento de debate sobre o tema quanto de sua apropriação pelo movimento sindical, visando garantir a sustentabilidade e perenidade das empresas públicas e privadas. Salienta, ainda, o alinhamento dessa boa prática com o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, que expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Palavras-chave: Participação dos trabalhadores. Conselho de administração. Governança corporativa. Gestão. Boas práticas.

Histórico e considerações gerais

Em linhas gerais, a participação ou envolvimento dos trabalhadores na empresa consiste em qualquer processo ou mecanismo que permita a eles, exercer alguma influência sobre seu próprio trabalho e sobre as condições em que o realiza. Essa definição ampla engloba um vasto espectro de práticas, que se estende desde o direito à informação e consulta até a codeterminação/cogestão ou, inclusive, a organização em cooperativas (Giorgi, 2015).

Sua origem remonta à ideia de que a essência da democracia reside na participação, conceito utilizado pela Constituição de Weimar de 1919, da Alemanha. Foi uma das primeiras do mundo a prever direitos sociais, que incluíam normas de proteção ao trabalhador e o direito à educação, influenciou o texto da Constituição do Brasil de 1934.

A atuação dos trabalhadores para tornar-se efetiva deve realizar-se tanto na esfera política (representação política) quanto nas esferas econômica (produção e distribuição justa) e social (criação e consolidação de contrapoderes para fazer frente à posição dominante dos empresários e, assim, alcançar melhores condições de trabalho e de vida). Contêm raízes, ainda, na história e experiência do movimento sindical, bem como no desenvolvimento de sistemas nacionais de administração do trabalho e relações trabalhistas.

Nesse sentido, as formas e os modelos de participação variam conforme o grau de evolução e estabilidade das instituições do país ou região em que se desenvolve, estando

⁴⁶ **Rita Serrano.** Mestre em Administração, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, conselheira fiscal da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Autora de vários artigos e livros, entre eles: Caixa, banco dos brasileiros (2018); Coautora de Se é Público é para todos (2018) e o Futuro é Público (2020).

condicionadas por diversos fatores como: o sistema de relações industriais; o sistema de administração do trabalho; os modelos de representação dos trabalhadores (nível de liberdade para formar entidades sindicais e para agir coletivamente); a natureza pública ou privada da relação de trabalho; a estrutura e a dimensão organizacional da empresa, do mercado; e as relações entre fontes normativas legais e convencionais.

A propósito, é importante distinguir a negociação coletiva como uma forma peculiar de participação dos trabalhadores, em que prima o conflito de interesses (oposição capital e trabalho) e a confrontação (uso de mecanismos de força para pressionar a parte antagônica - ex. direito de greve). O que contrasta com os métodos participativos ora analisados, cujo traço fundamental está na ideia de interesse mútuo entre trabalhadores e empresários. Vale ressaltar que, na prática, em alguns países, negociação coletiva e participação compartilhem elementos organizacionais e procedimentais, de maneira a conjugar interesses conflitantes e cooperativos (Giorgi, 2015).

Feitas essas considerações, cumpre destacar que os diversos modelos de participação de trabalhadores têm como característica comum o fato de que fazem parte de um complexo sistema de relações coletivas da empresa, por meio dos quais os trabalhadores, a partir de um núcleo mínimo de informação, pretendem influenciar as decisões de gestão. Assim, não são um mecanismo isolado nem substituem a combinação conflito/negociação e, por isso, servem às entidades sindicais como ferramenta adicional para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, servem aos empresários na medida em que favorecem a redução de conflitos, a implementação de técnicas produtivas e organizacionais flexíveis/adaptáveis, a legitimação de medidas de reestruturação profunda (aspecto altamente relevante em momentos de crise) e, portanto, atendem a necessidade de competitividade do sistema econômico (Giorgi, 2015).

É claro que as vantagens acima listadas contêm dentro de si riscos para trabalhadores e empresários, os quais, somados aos fatores mencionados, implicam a maior ou menor efetividade dos modelos de participação adotados em cada país. De um lado, os trabalhadores responderão civil e penalmente pelas decisões tomadas pela direção ao participar da gestão da empresa, independentemente da sua capacidade para efetivamente influenciar na escolha; e, ainda, devem responder à sua categoria pelas decisões polêmicas que venham a ser adotadas (conflito de interesses). As empresas ficarão mais expostas e fiscalizadas, mas poderão garantir mais valor para os negócios. A participação dos trabalhadores cumpre a função de aprimorar a governança dos conselhos das empresas, ampliando a fiscalização dos recursos, gerando mais transparência e credibilidade, garantindo pluralidade ao debate estratégico dos negócios e no caso das estatais, ampliar sua função pública. Conselheiros eleitos são o elo entre os interesses da sociedade e a gestão das empresas.

Visão da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A OIT tem demonstrado interesse na questão do envolvimento dos trabalhadores na empresa há muitos anos e, por isso, o tema é objeto de estudo e discussão desde a década de 1960, o que culminou com a elaboração de vários instrumentos normativos.

De acordo com os documentos produzidos/debatidos na OIT, o termo participação dos trabalhadores na empresa é empregado em sentido estrito, referindo-se necessariamente à tomada de decisões gerenciais no âmbito da empresa. Assim, as formas de negociação coletiva estão compreendidas nesse conceito, enquanto os esquemas de envolvimento dos trabalhadores nos resultados do negócio (como, por exemplo, participação nos lucros) estão excluídos.

Essa visão deriva do panorama traçado pelas pesquisas conduzidas até o momento, que apontam para uma tendência mundial de incremento (paulatino) da participação dos trabalhadores na tomada de decisões em nível empresarial. Embora seja inegável que o tema é polêmico e que o debate continua em aberto, é forçoso reconhecer que há uma conscientização cada vez maior sobre a democratização das relações do trabalho e seus matizes (condições de trabalho, modernização dos sistemas produtivos, globalização, competitividade, eficiência, crises financeiras etc.). De fato, o que varia de país para país é a forma como essa participação é conquistada e estruturada (OIT, 2022).

Modelos de regulamentação pelo mundo

A regulamentação do direito de participação dos trabalhadores, como já assinalado, varia de país para país em função de diversas variáveis. A seguir, destacamos algumas dessas variáveis, apontando os correspondentes modelos de participação (Giorgi, 2015).

Algumas características da empresa determinam a natureza e a quantidade das relações de trabalho existentes e, por isso, influenciam as formas de participação.

a) Propriedade da empresa — alguns países contemplam o direito de participação dos trabalhadores apenas para as empresas públicas; outros, garantem esse direito tanto para as empresas públicas quanto privadas; outros, ainda, matizam esse direito conforme a personalidade jurídica do empregador ou conforme a porcentagem de participação estatal no capital societário.

b) Tamanho da empresa — muitos países estabelecem um tamanho mínimo da empresa (quantidade de trabalhadores) para aplicar a regulamentação do direito de participação.

A configuração dos órgãos de administração também condiciona os modelos de participação.

a) Estrutura — geralmente, a direção das empresas pode ser organizada de duas formas:

(I) modelo monista, no qual existe um conselho de administração que é responsável pela gerência e pela supervisão; ou

(II) modelo dualista, em que se dividem as funções de gestão e supervisão entre dois órgãos diferentes e autônomos.

A participação dos trabalhadores varia conforme o arranjo gerencial da empresa. No modelo monista, os trabalhadores integram o conselho de administração; enquanto no modelo dualista, compõem o conselho de vigilância ou de controle.

b) Proporcionalidade da representação — a quantidade de trabalhadores que integra os órgãos de gestão oscila entre um (01) até a metade do conselho.

c) Responsabilidade dos conselheiros — o grau de influência exercido pelos conselheiros sobre as decisões gerenciais da empresa varia desde a simples recomendação até a vinculação da tomada de decisão (ou seja, necessidade de aprovação prévia).

Experiência Europeia

O levantamento sobre a regulamentação legal de representações em conselhos de administração nos países europeus e América latina que transcrevo foi realizado por Giorgi (2015) em nota publicada pela LBS advogados, em 2015.

De maneira similar, a União Europeia dedica-se ao envolvimento ativo dos trabalhadores na empresa, reconhecendo o papel fundamental das entidades representativas dos trabalhadores. Efetivamente, nos termos da legislação comunitária, o envolvimento dos

trabalhadores — definido como qualquer mecanismo, incluindo informação, consulta e participação, por meio do qual os representantes dos trabalhadores possam influir sobre as decisões gerenciais que serão tomadas pela empresa — deve ser protegido e promovido pelos países membros da Comunidade.

Desse modo, os países membros da Comunidade estão legalmente comprometidos a aplicar, em cooperação com entidades sindicais, mecanismos de envolvimento/participação dos trabalhadores, devendo respeitar os patamares mínimos estabelecidos na legislação comunitária (ou seja, ajustes podem ser feitos apenas para ampliar direitos).

A regulamentação regional disciplina duas formas de envolvimento dos trabalhadores, priorizando os objetivos e efeitos que o instituto deve alcançar, qual seja, influenciar as decisões gerenciais da empresa:

- a) Participação disjuntiva, que consiste em procedimentos de informação e consulta, cuja implementação deve ocorrer antes da tomada de decisão pela empresa, com tempo hábil para o exame dos dados fornecidos e para o diálogo efetivo entre trabalhadores e empregados; e,
- b) Participação integrativa, que se traduz nos meios necessários para que os trabalhadores, ou seus representantes, possam influir nas decisões gerenciais tomadas pelos órgãos administrativos da empresa — seja pela eleição ou designação de membros para compor os órgãos de gestão/supervisão da empresa (participação direta), seja pelo direito de recomendar ou vetar a designação de alguns dos membros dos órgãos administração (participação indireta).

O sistema normativo de garantia de participação de trabalhadores em fóruns de gestão das empresas ocorreu após as duas guerras mundiais, em meio aos dilemas da reconstrução da Europa, da implantação de um Estado de Bem-estar social, em resposta aos movimentos trabalhistas e ao socialismo soviético, o qual rivalizou com o modelo Capitalista durante a Guerra Fria. Afinal, era preciso demonstrar qual dos modelos proporcionava melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, e da discussão de uma política de relações humanas no trabalho, por intelectuais americanos, que tinham como objetivo diminuir os conflitos capital x trabalho, para dessa forma ampliar a produtividade.

Alemanha. O sistema de participação alemão constitui uma espécie de cogestão, que, por se tratar do modelo mais avançado em termos de democracia, chama muito a atenção na atualidade (inclusive, sofre pressões para proceder a reformas legislativas restritivas). Na Alemanha, que adota o modelo dualista, os trabalhadores integram o órgão de controle/vigilância, cuja competência inclui nomear e despedir os diretores da empresa, supervisionar sua gestão, participar da elaboração da estratégia empresarial e receber informações diversas (inclusive financeiras). A quantidade de representantes dos trabalhadores no órgão de controle varia conforme o tamanho e a atividade econômica da empresa: (a) nas empresas do setor de ferro, carvão e aço com mais de mil (1.000) trabalhadores, correspondem a metade dos conselheiros; (b) nas empresas com mais de dois mil (2.000) trabalhadores, a composição é paritária, mas, o presidente eleito pelos acionistas detém o voto de desempate; (c) nas empresas que empregam entre quinhentos (500) e dois mil (2.000) trabalhadores, correspondem a um terço dos conselheiros. Não há distinção entre os direitos e obrigações dos conselheiros que integram o órgão de vigilância, sendo assegurado aos conselheiros dos trabalhadores, inclusive, o reembolso de seus gastos e a necessária formação.

França. O direito de participação nas empresas do setor público está regulamentado desde 1983, contemplando o direito de eleger um mínimo dois representantes e um máximo de um terço dos membros do conselho de administração (nas empresas com menos de 200

trabalhadores, a quantidade de conselheiros dos trabalhadores pode variar; enquanto naquelas com mais de 200, a conformação do conselho é fixa em um terço). Nas empresas privatizadas, o número de representantes varia entre um e três conforme a legislação vigente à época da privatização e ao tamanho do conselho de administração. Além disso, a partir de 1993, admitiu-se que as empresas privatizadas suprimissem o direito de participação. A partir de maio de 2013, a participação dos trabalhadores passou a ser obrigatória para quaisquer empresas que possuam mais de cinco mil (5.000) trabalhadores na França ou, pelo menos, dez mil (10.000) em todo o mundo, sendo que sua representação pode dar-se nos órgãos de administração ou de controle na proporção de um (01) para doze (12) ou de dois (2) para mais de doze (12). As normas francesas preveem, ainda, a quantidade mínima e máxima dos representantes, no caso das empresas que decidam voluntariamente conceder participação aos seus trabalhadores (mínimo de 4 ou 5 e máximo de um terço). Em qualquer hipótese, os conselheiros dos trabalhadores não podem exercer funções de natureza sindical.

Holanda. As empresas holandesas podem escolher entre o modelo monista ou dualista, sendo que em qualquer caso a representação dos trabalhadores não pode exceder um terço do conselho respectivo. A legislação se aplica às empresas do setor público ou privado que cumpram certos requisitos, como, por exemplo, empregar mais de cem (100) trabalhadores e ter capital social superior a 16 milhões de Euros. É condição de elegibilidade dos representantes dos trabalhadores não ser empregado da empresa nem sindicalista envolvido com a negociação coletiva da companhia.

Grécia. O direito de participação está restrito a algumas empresas públicas (companhias de luz, correios, banco nacional e ferroviária) e o número de representantes costuma ser de dois em cada conselho de administração. As privatizações implicaram redução do direito de participação.

Portugal. Desde a década de 1970, o direito de participação foi reconhecido para as empresas estatais e órgão públicos, estabelecendo-se que compete a empresa fixar o número de representantes dos trabalhadores e o órgão a que integrarão. Na prática, o direito de participação é exercido majoritariamente no setor da saúde (47 empresas de um total das 49) por meio nomeação de um (01) representante dos trabalhadores para compor um órgão consultivo. A legislação faculta a participação dos trabalhadores nas empresas do setor privado, mas esse direito ainda não foi implementado.

Itália. As empresas italianas podem optar entre três modelos de governança corporativa: (I) modelo monista; (II) modelo dualista; ou (III) modelo dualista italiano, em que a escolha dos conselheiros compete aos acionistas da empresa e o órgão de controle exerce uma função de auditoria em vez de supervisão. Os trabalhadores, além de não ter direito de participar dos órgãos de administração da empresa, estão impedidos de ser eleitos para compor esses órgãos (são inelegíveis). Em 2012, promulgou-se uma lei que autoriza às sociedades anônimas, de estrutura dualista e com mais de trezentos (300) empregados, a constituir conselhos de vigilância com a participação de trabalhadores. Mas, a implementação desse sistema depende da regulamentação da lei.

Reino Unido. Não existe direito de participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão das empresas. As experiências de participação ocorridas em empresas estatais na década de 1970 foram eliminadas pelo governo Margaret Thatcher (1979-1990). Desde então, a excepcional presença de trabalhadores nos órgãos de administração é verificada em empresas estatais ou controladas por trabalhadores, sendo que a escolha do representante compete aos acionistas.

América Latina

O ordenamento jurídico de alguns países da América Latina contém a previsão programática, com maior ou menor grau de compromisso, do princípio da participação dos trabalhadores na empresa. O que implicou experiências concretas de participação em países como Argentina, Chile e Peru na década de 1970. Mas, é difícil avaliar os resultados dessas experiências, que foram efêmeras, na medida em que fatores políticos e econômicos (crise) interromperam o processo de implementação de sistemas de participação na região. Aliás, a incipiência desse direito na América Latina levou ao professor uruguaio Oscar Ermida a afirmar que a participação do trabalhador na empresa é quase inexistente na região. O estado atual da participação em alguns países da região:

Argentina. embora haja previsão constitucional de uma espécie de cogestão, por falta de regulamentação infraconstitucional, esse direito não se implementa. De modo que a participação dos trabalhadores consiste nos comitês de empresa (controle posterior das decisões gerenciais), nas comissões paritárias das convenções coletivas e na representação sindical na empresa.

México. A Constituição de 1917 prescreve a participação nos lucros da empresa, excluindo expressamente a faculdade de intervir na direção ou administração das empresas. Além disso, a legislação infraconstitucional disciplina a criação de comissões mistas para tratar dos temas de formação/capacitação e saúde/segurança, de natureza conciliatória.

Uruguai. o texto constitucional que estabelece a participação dos trabalhadores nas empresas estatais ainda não foi implementado por falta de regulamentação infraconstitucional. Também não foram postas em prática as leis que tratam da criação de conselhos paritários para tratar de sanções administrativas, saúde/segurança e férias anuais (fruto da resistência do movimento sindical e dos empresários).

Venezuela. A lei trabalhista (1990) determina que os entes e as empresas públicas (com capital social majoritariamente estatal) devem contar com, pelo menos, dois diretores que representem os trabalhadores (um representante nomeado pela entidade sindical mais representativa; e outro, eleito pelo voto direto e secreto dos trabalhadores da empresa). Esses diretores possuem as mesmas garantias, direitos e obrigações que os demais representantes da direção da empresa, sendo que sua presença é condição de validade das decisões gerenciais. Ademais, fomenta o incremento da participação dos trabalhadores no que se refere a questões de saúde, condições de trabalho e assistenciais, bem como a implementação voluntária de mecanismos de participação nas empresas privadas.

Brasil: da Cipa, 1944, à Eleição de Conselheiros em 2010

A primeira iniciativa de presença de trabalhadores em órgãos internos de empresas aconteceu no Governo Getúlio Vargas com a criação da CIPA – Comissão Interna de prevenção de Acidentes, que teve sua origem a partir do Art. 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944. Especificamente, descrito abaixo:

“Art. 82. Os empregadores, cujo número de empregados seja superior a 100, deverão providenciar a organização, em seus estabelecimentos, de comissões internas, com representantes dos empregados, para o fim de estimular o interesse pelas questões de prevenção de acidentes, apresentar sugestões quanto à orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho, realizar palestras instrutivas, propor a instituição de concursos e prêmios e tomar outras providências, tendentes a educar o empregado na prática de prevenir acidentes.”

Na Constituição Federal de 1967 - com a Emenda Constitucional n ° 1, de 17.10.1969 - acolheu, enfim, sob a influência alienígena, a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, ao assegurar-lhes a "integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei" (artigo 165, inciso V). No entanto, tal prescrição revelou-se letra morta, face a não regulamentação ordinária do tema. Igualmente, no mesmo alinhamento, a Constituição Federal de 1988, art. 7º, XI, praticamente reproduziu a previsão constitucional anterior, garantindo aos empregados a "participação nos lucros e resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei" (Oliveira, 2001).

Na década de 90 houve iniciativas de eleger trabalhadores para diretorias executivas de bancos públicos, exemplos foram a Caixa, BB, Banespa, Nossa Caixa. A experiência não se consolidou, o governo FHC com sua política privatista e de perseguição às representações, acabou com essa garantia.

Somente em novembro de 2001, foi editada a Lei federal n ° 10.303, que introduziu significativas alterações nas Leis n ° 6.404/76 e 6.385/76. No contexto dessa reforma legal, entre outras importantes matérias, foi admitida a participação de representante dos empregados no Conselho de Administração das companhias

Da nova previsão legal, pode-se extrair que: o modelo participativo dos empregados é facultativo aos acionistas; caberá ao estatuto da companhia a sua regulamentação; a participação é reservada a "representantes" dos empregados; os conselheiros representantes serão eleitos diretamente pelos empregados; haverá participação dos sindicatos que representam os trabalhadores; a companhia organizará a eleição.

No final do seu governo, o ex presidente Lula sancionou a Lei nº 12.353, em 28/12/2010, regulamentada pela Portaria 26/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornando obrigatória a participação de um representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas estatais com número superior a 200 duzentos empregados próprios.

A referida lei estabeleceu que o representante dos empregados deverá ser escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Mais recentemente, com a edição da Lei nº13.303, de 30/06/2016, a chamada "Lei das Estatais" ou "Lei de Responsabilidade das Estatais", posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27/12/2016, o direito à representatividade dos empregados no Conselho de Administração foi reforçado, por meio do artigo 19 da Lei e 33 do Decreto, que garantiram a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados.

Estados Unidos, primeira iniciativa em 1919

Os Estados Unidos têm, em Massachusetts, a lei de codeterminação mais antiga do mundo, que está em vigor continuamente desde 1919, embora seja apenas voluntária e voltada para empresas de manufatura.

Com o *Vote in Governance Corporate* '(2019) 42 Seattle University Law Review 697'. muitas universidades permitem que os funcionários votem na estrutura de governança. Na década de 1970, várias grandes empresas, incluindo a Chrysler, designaram trabalhadores para seu conselho de administração, de acordo com o acordo coletivo com o sindicato.

Mesmo assim os americanos ainda estão distantes de ter uma legislação que chegue perto das discussões sobre codeterminação e cogestão nas empresas, como os europeus, mas mudanças vêm sendo impulsionadas pela crise do capitalismo e reorganização dos trabalhadores. Segundo levantamento da Universidade de Cornell, até 15 de dezembro de 2021, ocorreram 250 greves nos EUA e aumentou o número de sindicalizações.

Concomitante a esse movimento, a crise econômica e a falta de geração de empregos, trouxeram novos debates para o cenário político.

Em agosto de 2018, a senadora democrata Elizabeth Warren patrocinou uma nova Lei do Capitalismo Responsável que exigiria que 40% do conselho de administração fosse eleito por funcionários de empresas federais com receita superior a US \$ 1 bilhão.

A presunção que une as ideias de Warren é que, se as corporações vão ter os direitos legais das pessoas, devem agir como cidadãos decentes que defendem sua parte justa do contrato social e não agem como sociopatas cuja única obrigação é a rentabilidade — como é atualmente convencional no pensamento empresarial americano.

Warren quer criar um Escritório de Corporações dos Estados Unidos dentro do Departamento de Comércio e exigir qualquer empresa com receita superior a US\$ 1 bilhão - apenas alguns milhares de empresas, mas uma grande parte do emprego global e da atividade econômica - para obter uma carta federal de cidadania corporativa.

A carta diz aos diretores da empresa que considerem os interesses de todos os stakeholders relevantes — acionistas, mas também clientes, funcionários e comunidades em que a empresa atua — ao tomar decisões. Mais concretamente, as Corporações dos Estados Unidos seriam obrigadas a permitir que seus trabalhadores eitem 40% da adesão ao seu conselho de administração.

Para balizar a proposta, em 2018, a Civis Analytics, empresa de dados democrata, perguntou a uma grande amostra de americanos sobre a codeterminação, completa com um enquadramento partidário explícito: *Em muitos países, os funcionários de grandes empresas eitem representantes para o conselho de administração de sua empresa, a fim de defender seus interesses e ponto de vista para a gestão. Os democratas dizem que isso dá aos trabalhadores regulares uma opinião maior sobre como suas empresas são administradas e aumentarão os salários, enquanto os republicanos afirmam que isso torna as empresas menos eficientes e ruins para a economia. Você apoiaria deixar que funcionários de grandes empresas eitem representantes para o conselho de administração de sua empresa?"*

Eles encontraram amplo apoio para a ideia, mesmo entre os eleitores republicanos.

Conclusão

A participação dos trabalhadores na empresa é tema complexo tanto no que se refere à sua formulação teórica (ambiguidade dos termos e sobreposição de institutos), quanto no que diz respeito às experiências práticas verificadas no mundo (pluralidade de regulações e suscetibilidade a fatores exógenos às relações de trabalho — como crises políticas e econômicas). Do ponto de vista sindical, é um instituto apresenta oportunidades e ameaças: instrumento para influenciar as decisões gerenciais versus conflitos de interesses, capacitação, responsabilidade civil e criminal pelas decisões tomadas, desequilíbrio de forças entre os membros dos órgãos diretivos. A constante evolução do direito de participação, somada à sua relativamente recente implementação, recomendam que o movimento sindical se aproprie do tema para decidir sobre uma ação estratégica. Afinal, embora o uso de mecanismos de participação comporte riscos, é uma ferramenta adicional de luta por

melhores condições de trabalho e de vida, que pode ser imprescindível em contextos de crise econômica e financeira.

Existem estudos que sugerem os benefícios dos sistemas de participação para o enfrentamento dos períodos de crise econômica — como teria ocorrido, por exemplo, na Alemanha por ocasião da crise de 2008.

Com a conquista de lei específica no governo Lula as eleições ficaram garantidas, mas ainda há muitas dúvidas sobre aspectos legais que orientam tal função.

Nas empresas públicas federais, existem hoje em torno de 461 conselheiros indicados pelo governo, desses, 50 são eleitos pelos trabalhadores. As poucas empresas públicas estaduais, com mais de 200 empregados, também contam com eleitos,

É preciso destacar que existem poucas mulheres no cargo — a presença feminina não ultrapassa os 12% no Brasil, no conjunto do setor empresarial. Nas estatais federais alcança 28% entre os eleitos por trabalhadores.

Assim como nos anos FHC, é preciso frisar, ainda, que no atual governo de Jair Bolsonaro os conselheiros que representam os trabalhadores nas estatais vivenciam ataques ao desempenho de suas funções, seja por se posicionarem contrariamente às privatizações, seja pela defesa intransigente do papel da empresa pública e da valorização de seus funcionários. São situações que colocam em risco a própria democracia, já que atentam contra um representante legitimado nos pleitos.

Está claro que esse espaço de participação ainda carece de debate mais profundo sobre o papel a ser desempenhado e sobre quais ferramentas são necessárias para garantir ao eleito, especialização e independência da gestão da empresa, para efetivamente levar o olhar dos trabalhadores e os interesses sociais para a alta administração, melhorando dessa forma a governança, fiscalização, respeito a diversidade, ao meio ambiente e, conseqüentemente, o aprimoramento da democracia.

De fato, estimular a participação de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, que são instâncias que definem seu direcionamento estratégico, pode ser uma boa prática e também pode criar um contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a sustentabilidade e perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades junto outros atores, como empregados, fornecedores e a própria sociedade.

Isso vale tanto para empresas públicas quanto privadas.

Tal discussão incorpora plenamente o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, surgido em 2005, em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral das Organização das Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Sustentabilidade e perenidade das empresas certamente serão defendidas fortemente por seus empregados presentes em seus conselhos de administração.

Essa pauta deve ser incorporada pelos sindicatos que podem ousar e, encampar o debate para garantir ampliação da representação no setor público e a conquista desse espaço de representação no setor privado.

Referências Bibliográficas

GIORGI, Fernanda. *Presença de trabalhadores em Conselhos de Administração*. Escritório de Advogados LBS, Brasília, 2015.

OIT. *Organização Internacional de Trabalho*. OIT: <http://www.oit.org.br/>. 5 de janeiro de 2022.

Públicas, C. N. (08 de 2021). *Aspectos legais e desafios para os conselheiros de administração eleitos*. Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br

Serrano, M. R. (03 de 2021). *Por mais mulheres no Poder*. Fonte: Rita Serrano: www.ritaserrano.com.br

Tragtenberg, M. (2005). *Administração, poder e Ideologia*. São Paulo: UNESP.
Wikipédia. (05 de 01 de 2022). *wikipédia - Enciclopédia livre*. Fonte: Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Codetermina%C3%A7%C3%A3o>

Yglesias, M., mattyglesiasmatt, & vox.com. (10 de 12 de 2021). VOX. Fonte: <https://www.vox.com/2018/8/15/17683022/elizabeth-warren-accountable-capitalism-corporations>

Nota Técnica

21. A EMBRAPA E O DESMONTE DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO 2016 – 2021⁴⁷

Selma Lúcia Lira Beltrão⁴⁸

Resumo Executivo

O texto apresenta um breve histórico e informações gerais sobre a Embrapa, destacando as contribuições da empresa para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, a importância da pesquisa aplicada e as ameaças à sustentabilidade da empresa, estabelecidas a partir de 2016. Também versa sobre o papel da Embrapa na retomada do desenvolvimento do País. Por fim, destaca pontos importantes, envolvendo avanços normativos e legais que podem contribuir para o aprimoramento da representação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, melhorando sobremaneira sua governança.

Palavras-chave: Conselho de administração; Participação dos trabalhadores; Embrapa; Pesquisa agropecuária brasileira; Desenvolvimento.

Breve histórico e informações gerais sobre a Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública, criada em 1973 e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), cujo capital pertence integralmente à União. Ao longo de seus 49 anos, vem colaborando decisivamente para que a pesquisa agropecuária brasileira seja referência na produção de soluções tecnológicas para o mundo tropical. Tal atuação foi potencializada com os investimentos destinados à formação e especialização de profissionais e equipes de trabalho, no país e no exterior, e na criação, estruturação e horizontalização de Centros de Pesquisa em todas as regiões do país.

Idealizada durante o regime militar, como parte do plano de modernização da agricultura brasileira e em alinhamento aos princípios da “revolução verde”, a Embrapa rapidamente organizou e desenvolveu tecnologias e soluções que foram entregues, principalmente, para alavancar a “agricultura industrial” brasileira, resultando na ascensão do conceito de agronegócio.

⁴⁷ A elaboração desse documento contou com a colaboração de um grupo de Pesquisadores, Analistas e Técnicos da Embrapa que atuam para que a Empresa seja como pública, democrática e inclusiva.

⁴⁸ **Selma Lúcia Lira Beltrão.** Jornalista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável na área de concentração de Política e Gestão de C&T pela Universidade de Brasília (UnB), Analista da Embrapa onde trabalha desde 1990, atualmente trabalha na Secretaria de Inovação e Negócios (SIN) da Embrapa Sede, em Brasília-DF. Foi por mais de 4 anos gerente-geral da Embrapa Informação Tecnológica em Brasília; foi eleita em 2020 como representante dos trabalhadores da Embrapa no Conselho de Administração da Empresa (Consad); foi diretora e presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e representante eleita pelos participantes, por 2 mandatos consecutivos, para o Conselho Deliberativo da Fundação de Seguridade Social - Ceres.

Entretanto, em meio à atuação decisiva para o sucesso da agricultura mercantil, formaram-se equipes e projetos fortemente voltados à inclusão social e produtiva, com temáticas voltadas à soberania alimentar, ao meio ambiente, à valorização dos recursos e cultura locais, entre outras, e com recorte metodológico diferenciado, ao priorizar as parcerias, o planejamento e a execução com a sociedade civil. Pesquisas que ganharam ainda mais força e reconhecimento no período de 2003 a 2015.

Hoje a Embrapa possui sete Unidades Centrais, que funcionam em sua sede, em Brasília, e 43 Unidades Descentralizadas, localizadas em quase todo o território nacional, com Centros de Pesquisa temáticos, de produtos e ecorregionais, formando uma rede multidiversa e abrangente. A equipe de trabalho é constituída por 8.043 profissionais na ativa - sendo 2.225 (28%) pesquisadores, 2.313 (29%) analistas, 1.324 (16%) técnicos e 2.181 (27%) assistentes. Do total de empregados, 32% são do sexo feminino e apenas 34% dos cargos de gestão estão ocupados por mulheres.

No final de 2021, a Embrapa possuía 1.121 projetos de pesquisa em execução e, no ano de 2020, o lucro social da Empresa foi de 61,85 bilhões, demonstrando que o retorno anual superou em 17 vezes o valor investido na Embrapa, conforme seu último Balanço Social.

Desmantelamento da pesquisa agropecuária a partir de 2016

Em meio ao recrudescimento da agenda neoliberal no país, a Embrapa passa por uma crise sem precedentes em sua trajetória. Se até meados de 2016, a empresa teve atuação importante junto a órgãos e instituições do governo federal, estadual e municipal, formulando, apoiando e implementando políticas públicas, programas e planos de governo, bem como participando de consultas públicas, grupos de trabalho, comitês e conselhos, exercendo assim seu papel de empresa pública comprometida com o desenvolvimento e a soberania nacional, esse protagonismo e foco de atuação sofreram forte revés.

Embora tenha sido “excluída” da lista recentemente divulgada das empresas privatizáveis, a Embrapa sofreu uma mudança brusca na sua linha de atuação, adequando-se para atender demandas e desejos de determinados setores e grupos privados.

Sob comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), várias mudanças vêm acontecendo na Embrapa. O processo seletivo para a presidência da empresa foi descontinuado e metade da diretoria é formada por membros externos ao quadro de pessoal, fato inédito na história da Embrapa. O Conselho de Administração (Consad) passou a ser composto majoritariamente por membros indicados pelo Mapa, excluindo-se a participação do representante do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e inserindo-se agora a representação do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI).

Adequando-se a essa nova orientação, em 2018 foi iniciado um processo de “reengenharia” institucional, desmantelando-se assim estruturas organizacionais e infraestrutura já estabelecida para transferência de tecnologia, capacitação de agricultores, comunicação para o desenvolvimento e intercâmbio de conhecimentos, as quais foram abruptamente substituídas por instâncias administrativas e gestores cujas palavras de ordem passaram a ser “negócio”, “ativos” e “lucro”.

Nesse contexto, é importante destacar o acirramento das relações da Embrapa com as demais instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído também pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, bem como por outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária. Também o relacionamento com a extensão rural pública (Ater) e com as organizações voltadas à educação do campo sofreu os impactos dessa guinada institucional.

Por fim, projetos e ações em curso com ONGs e com movimentos sociais que trabalham com as agriculturas familiares/campesinos/povos e comunidades tradicionais estão sendo drasticamente reduzidos ou encerrados.

Em meio à grave crise orçamentária, ocorreu uma mudança substancial na estrutura e programação de pesquisa, priorizando-se o desenho e execução de projetos financiados pelo capital privado. Diante do recuo do aporte financeiro estatal, a solução encontrada foi captar recursos e priorizar pesquisas com resultados para grupos e demandas específicas, dificultando assim a execução das agendas voltadas às demandas das agriculturas familiares/campesinas/povos e comunidades tradicionais, segmentos esses cada vez mais relegados a políticas públicas sociais compensatórias.

A redução no orçamento anual da Embrapa é outro efeito claro do desmonte que tem sido imposto à pesquisa agropecuária nacional. Enquanto tivemos sucessivos incrementos em custeio para a pesquisa e em investimentos, no período de 2008 a 2016 (acima de R\$ 500 milhões anuais, incluindo um PAC Embrapa), a partir de 2017, a prática de cortes orçamentários e contingenciamentos passou a ser praxe, comprometendo diretamente a manutenção de rebanhos, campos experimentais, laboratórios e a execução da pesquisa. Para 2022, a Empresa teve seu orçamento discricionário aprovado em R\$ 242.878.320 milhões, que é 24% inferior ao necessário para seu custeio geral (em torno de R\$ 320 milhões). Essa situação exige a recomposição urgente dos valores orçamentários aprovados para a Embrapa, de forma a serem consonantes com as necessidades da empresa e que garantam o desenvolvimento e a execução da pesquisa agropecuária pública e de qualidade.

Em 2019 a Embrapa promoveu um Plano de Demissão Incentivada (PDI), que resultou no desligamento de 1.191 empregados em diversas áreas e, em 2021, a SEST fixou o limite para o quadro de pessoal da Empresa em 8.934 vagas. Considerando as lacunas geradas pelo PDI e a complexidade exigida para a pesquisa agropecuária frente às mudanças climáticas, à urgência da segurança alimentar da população, e de uma agricultura de baixo impacto sobre o meio ambiente, faz-se urgente que a Empresa promova a abertura de concursos públicos e que esses sejam descentralizados, a fim de privilegiar a contratação de profissionais que tenham vínculo com a realidade rural na qual irão trabalhar.

Aprofundando ainda mais o processo, e sob a justificativa da necessidade de redução dos custos operacionais e até mesmo seu quadro de pessoal, a empresa contratou a Falconi Consultoria S/A, para realizar uma segunda onda da chamada reengenharia institucional, explicitando como objetivo “revisar e modernizar o modelo de organização e gestão da Embrapa”. Com apoio do Mapa, iniciou em 2020 uma intrincada operação para obter recursos financeiros, cerca de R\$ 2 milhões para pagar a referida consultoria. Lançou então, por intermédio da Fundação de Apoio Arthur Bernardes (Funarbe), um edital para captação desses valores, sendo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e o Sebrae, as entidades que se apresentaram como “financiadores voluntários” para essa “desinteressada empreitada”. A falta de transparência que envolve toda essa engenharia para a contratação da consultoria e, principalmente, os reais interesses, possíveis interferências dos financiadores no estudo–entregue e a ser executado e os conflitos de interesse envolvidos são pontos-chave para se exigir dos órgãos fiscalizadores que o processo seja suspenso.

Por fim, e não menos importante, é necessário ressaltar que desde 2018, no que diz respeito à governança e relação com os trabalhadores, a empresa mergulhou em um processo autocrático, onde críticas e até mesmo o apontamento de sugestões que não se alinham ao pensamento de sua direção costumam ser punidas com sanções e até demissão por justa causa. Somam-se ainda as denúncias crescentes de assédio moral no ambiente de trabalho, o aumento das dívidas trabalhistas e a escolha da arena jurídica para dirimir conflitos dão a

dimensão da falta de diálogo, da deterioração das relações de trabalho e da degradação do clima organizacional.

Importância e possibilidades que a Embrapa terá na retomada do desenvolvimento do país

A população brasileira mais que dobrou durante o período de vida da Embrapa (1973 até hoje), a população rural diminuiu (de 44% para 20%) e o número de jovens no campo é cada vez menor, enquanto o número de propriedades rurais aumentou e a produção agrícola cresceu ainda mais. A demanda por alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis é crescente, demandas que requerem protagonismo e respostas adequadas da pesquisa agropecuária pública.

Para além da reorganização da pesquisa agropecuária pública, o cenário acima precisa ser equacionado sob a ótica das políticas públicas de forma a valorizar as agriculturas familiares e a população rural, realizar a necessária reforma agrária no país, promover a sustentabilidades de tais agriculturas, garantir a soberania alimentar dos brasileiros, entre outras diretrizes.

Nesse contexto, a agricultura precisa ser considerada, na formulação e execução de políticas públicas, como um vetor de desenvolvimento territorial em bases sustentáveis para garantir inclusão social, produtiva, cultural e acesso à terra aos agricultores. Para a retomada do desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural no Brasil, a Missão da Embrapa precisa ser consonante com um país mais justo e igualitário, algo como “ Viabilizar soluções sustentáveis para o desenvolvimento da agricultura com base territorial para a maioria dos agricultores familiares e povos tradicionais e em benefício da sociedade brasileira”, redirecionando assim a missão atual, qual seja, a de “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”, que, na tentativa de ser supostamente neutra em seu enunciado, termina por beneficiar os grupos do agronegócio com maior poder de pressão e barganha sobre o estado brasileiro.

Portanto, **é imprescindível que a pesquisa da Embrapa** se volte prioritariamente para o desenvolvimento e suporte à agricultura familiar, inclusive porque ela contribui com mais de 70% dos alimentos produzidos, vendidos, comprados e consumidos no Brasil.

Essa postura exige profundas mudanças na estrutura institucional, hoje hierárquica, autoritária, centralizadora e excludente, tornando-a participativa, democrática, descentralizada, inclusiva e baseada na atuação colaborativa.

Neste sentido, **a Embrapa deve** reestruturar a forma como se articula com a sociedade para definir prioridades de pesquisa em base territorial, incorporando em sua institucionalidade representantes de movimentos sociais e povos tradicionais, e constituindo redes colaborativas, a fim de fortalecer as agendas social e ambiental. Deve também valorizar a participação de seu corpo técnico em coletivos que representem espaços de co-construção de estratégias e de políticas públicas aderentes às realidades locais e regionais. Ainda, precisa atuar de forma associada com os sistemas de cooperativas agrícolas, as secretarias municipais de agricultura, os órgãos de assistência técnica e extensão rural (Ater/Ates), as redes sociotécnicas, as escolas técnicas, Oepas, institutos e universidades federais e órgãos que agreguem profissionais das ciências agrárias (Crea, associações, sindicatos).

As agendas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Empresa e os mecanismos de construção da inovação social com base na bioeconomia deverão respeitar o protagonismo das comunidades tradicionais, o saber local, bem como a participação efetiva com controle social e empoderamento das comunidades, em total

integração com os processos de capacitação continuada, comunicação, intercâmbio e construção coletiva de conhecimentos com as comunidades, em detrimento da apropriação da biodiversidade pelo capital para fins lucrativos. E **a política de recursos genéticos da Empresa deve ser revista**, a fim de socializar o acesso, principalmente, de sementes para populações indígenas e tradicionais.

No âmbito interno, é preciso destacar **a urgência na recomposição do quadro de pessoal da empresa** e fortalecer os escritórios de representação e cooperação internacional, os denominados Labex, inclusive tornando transparente o processo de seleção de seus representantes. Também na **esfera internacional, a Embrapa precisa** retomar as iniciativas bem sucedidas no âmbito da cooperação Sul-Sul - com ênfase em intercâmbio de experiências, conhecimentos e tecnologias sociais com países e com as Redes já consolidadas de agricultura familiar (Reaf, Procisur, etc.) e com os organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento, como a FAO, bem como fortalecer a cooperação científica internacional com laboratórios e instituições de referência no exterior, de forma alinhada às prioridades definidas em sua nova agenda.

Desafios do meu papel de conselheira e como aprimorar essa representação

Como representante eleita pelos trabalhadores para o Conselho de Administração da Embrapa, meu papel tem sido o de defender, intransigentemente, o caráter público da Empresa e a aplicação da pesquisa agropecuária para toda a sociedade brasileira, especificamente para os segmentos que de fato precisam dela – as agriculturas familiares/camposinos/povos e comunidades tradicionais.

Do mesmo modo, tenho trabalhado no sentido de apontar para os demais membros do Conselho potenciais riscos para a sustentabilidade da Embrapa, a exemplo dos sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários, e até os riscos para a segurança nacional, no caso de uma privatização da Empresa, e eventual entrega ao setor privado/multinacionais do patrimônio genético brasileiro que está sob guarda e estudos da empresa.

Os principais desafios que se apresentam para a minha atuação estão vinculados a aspectos de caráter legal, administrativo e cultural e que podem ser aprimorados por meio da atuação do Congresso Nacional, dos órgãos de controle da governança das Empresas Públicas e Estatais e das próprias instituições, quais sejam:

1 – Limites impostos pela Lei 12.513/2010, que impede a participação dos conselheiros eleitos na discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, por configurar como “conflito de interesse” – esse aspecto precisa ser revisto, uma vez que em algumas empresas, o conselheiro é impedido até mesmo de expressar sua opinião sobre o tema para “não influenciar” os demais membros do conselho. Já existe projeto de lei em tramitação no Congresso para aprimorar a participação dos conselheiros. Faz-se urgente que a proposta seja “desengavetada”;

2 – Do mesmo modo, que se faz urgente, a revisão da Lei 12.513/2010, de forma que seja permitida a eleição por meio de chapa, com titular e suplente, com possibilidade de participação do suplente quando das ausências do titular, pois representa uma excelente oportunidade de formação e aprendizado para as eleições futuras;

3 – O reduzido número de mulheres nos conselhos de administração é um aspecto cultural que exige análise e proposição de melhorias de forma urgente. A diversidade de gênero é fundamental nos conselhos, a fim de atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao Pacto Global da ONU e para que a Empresas Públicas e Estatais possam obter melhor resultado nos índices anuais que avaliam o desempenho de governança das empresas

estatais federais, a exemplo do IG-SEST. Nesse sentido, tenho defendido a implementação de metas específicas na Embrapa para incentivar o acesso feminino a cargos de liderança – incluindo o Conselho de Administração, a Diretoria e a outras posições estratégicas;

4 – A interação entre o conselheiro eleito e os trabalhadores da Empresa é fundamental para uma boa prestação de contas. No entanto, o uso dos canais institucionais (e-mail corporativo, redes sociais corporativas etc.) com esse objetivo ainda é um aspecto delicado na maioria das instituições, as quais dificultam ou limitam significativamente tal acesso ao representante, mesmo sabendo que é direito e dever do mesmo prestar contas de sua atuação para aqueles que o elegeram. Nesse sentido, os conselheiros eleitos buscam por conta própria fazer esse trabalho, com uso de suas redes sociais e plataformas de mensagens. Há, no entanto, a necessidade de se prever, legalmente ou nos instrumentos de avaliação do desempenho de governança das empresas estatais federais, a formalização do direito de acesso a esses canais;

5 – A interação com as representações dos empregados (sindicato, associações, representantes nos planos de saúde e previdência complementar) é outra ação necessária que venho fazendo, mas que exige maior periodicidade e planejamento;

6 – A participação em fóruns de discussão com outros conselheiros eleitos é uma ação fundamental para o melhor aprendizado como conselheira, para o estabelecimento de pautas e encaminhamentos conjuntos que possam garantir maior força política e apoio junto ao Congresso Nacional e órgãos de fiscalização.

Nota Técnica

22. O CAPITAL ÉTICO E O TRABALHO DESPROTEGIDO NO BRASIL: UMA COMBINAÇÃO IMPROVÁVEL⁴⁹

José Ricardo Ramalho⁵⁰
Rodrigo Salles P. Santos⁵¹

Resumo Executivo

Os resultados da Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil negam de forma peremptória as características propugnadas pelos critérios ESG de estímulo ao investimento financeiro. Se esta é a perspectiva de futuro, a governança presente das empresas brasileiras ainda é antediluviana, especialmente no que se refere à dimensão social do pretense novo quadro normativo, particularmente pelo modo desrespeitoso como a questão das relações de trabalho é tratada. Não há outra palavra para definir este tipo de ação política do que a “devastação” proposital de garantias inscritas na Constituição de 1988 e do regime de proteção laboral e social que ela institui. Mas, além de tudo, nas medidas adotadas e sugeridas fica evidente a consagração de uma política antissindical como princípio norteador da gestão do mundo de trabalho e dos trabalhadores.

Palavras-chave: Reforma trabalhista; precarização; critérios ESG; corporações.

O mundo capitalista, sob os efeitos da pandemia de Covid-19, vê se aprofundarem os dilemas explicitamente colocados pela crise financeira de 2008. Ao aumento das desigualdades sociais e à ameaça constante aos sistemas de saúde pública já muito fragilizados, as mudanças climáticas ampliam exponencialmente a escala dos desafios enfrentados pela humanidade.

O Brasil e, em particular, suas elites empresariais parecem ignorar esses dilemas. Suas respostas a este contexto crítico têm se pautado por escolhas políticas e econômicas desgarradas dos problemas principais da sociedade brasileira.

A ação do Estado também nunca esteve tão afinada com uma postura predatória voltada a garantir os “lucros a qualquer custo” de setores importantes da economia brasileira. Estamos passando por um evidente processo de desdemocratização (Tilly, 2013), recuando em relação aos importantes avanços civilizatórios da Constituição de 1988.

Curiosamente, as alternativas que vêm sendo criadas globalmente para enfrentar os novos tempos têm incluído o estabelecimento de um conjunto ‘novo’ de critérios para guiar e justificar moralmente os investimentos financeiros. ESG (*Environmental, Social, and Governance*) é a sigla, em inglês, que agrega as condições consideradas essenciais para que investimentos

⁴⁹ Publicado originalmente no Jornal GGN em 13/01/2022. O capital ético e o trabalho desprotegido no Brasil: uma combina (jornalgggn.com.br)

⁵⁰ **José Ricardo Ramalho.** Professor Titular do Departamento de Sociologia e docente do PPGSA/UFRJ. Doutor em Ciência Política pela USP. É bolsista do CNPq e Cientista do Nosso Estado (CNE) da FAPERJ.

⁵¹ **Rodrigo Salles Pereira Dos Santos.** Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e docente do PPGSA/UFRJ. Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela UFRJ. É bolsista do CNPq e Coordenador do DTA (Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente).

incorporem em suas políticas o respeito ao meio ambiente, a atenção às condições da sociedade e a transparência na gestão (*Investopedia*, 2021; *Social Good Connect*, 2021).

Nesse novo código de conduta para a ação empresarial, chama a atenção o item *Social*. Se há ligeiras diferenças de ênfase no modo como o “social” é incorporado nesse conjunto, algumas especificações estão bem explícitas. Segundo o portal *Social Good Connect* (2021), a dimensão social inclui o modo como as empresas tratam seus funcionários, suas condições de trabalho (incluindo saúde e segurança), os salários e benefícios, a atenção com a discriminação de gênero e de cor, e a integração com a comunidade local ou licença social para operar.

Embora anuncie a sua pretensa adesão a essa nova iniciativa, o empresariado brasileiro, coadjuvado pelo Congresso e pelo Executivo nacionais, parece apostar na continuidade do atraso, no descaso com o bom emprego, na desproteção e no empobrecimento do trabalhador. Insiste em uma suposta oposição entre “vida” e “economia”, ativamente conformando “a economia como instância separada da política, da sociedade, da natureza e da vida” (Santos e Onto, 2021, p. 15).

Nos chama a atenção, em especial, a militância aguda e contínua para reduzir as proteções sociais mínimas para quem trabalha. Assiste-se a um ataque direto e incessante a preceitos constitucionais estabelecidos como direitos do trabalho.

O argumento de que se criam condições para que o trabalhador escolha “livremente” um emprego esconde uma brutal assimetria na relação entre o empregador e o empregado, contornando o fato de que a necessidade premente de ter renda, em um mercado de trabalho cheio de desempregados, acaba por tornar inevitáveis as formas de subordinação precária. É uma liberdade que aumenta a insegurança e desqualifica a atividade laboral.

A Reforma Trabalhista de 2017 (Brasil, 2017) e agora a sua complementação e aprofundamento com o relatório do Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTE, 2021), fogem às características essenciais do jogo democrático institucionalizado e legitimado em fases anteriores do sistema capitalista no século XX, que estabeleceram um processo necessário de negociação entre os atores sociais envolvidos no debate de redistribuição da riqueza produzida, com a garantia do Estado.

Com o argumento de criar mais postos de trabalho, passados quatro anos da sua assinatura, o balanço dos efeitos da Reforma é claramente negativo. Na verdade, a ruptura com as instituições do trabalho da era da CLT não apenas impediu a criação de oportunidades substantivas de emprego, como também fragilizou os laços de trabalho vigentes.

Em matéria recente, Almeida e Scatolini (2021), baseando-se em levantamento de empresas de consultoria especializadas e adotando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (*PNAD Contínua*) como fonte, revelam um quadro assustador no que diz respeito aos salários e à proteção social no Brasil de 2021. “Quase metade (49,3%) da população ocupada brasileira está em empregos de baixo salário, com pouca estabilidade, sem rede de proteção social e com jornadas longas. [...] A renda média real (descontada a inflação) do trabalho caiu 11% frente ao mesmo período de 2020, para o nível mais baixo desde 2012”.

As notícias sobre o aumento da pobreza são igualmente atemorizantes. “A proporção de pobres – quem tem renda *per capita* mensal de até R\$ 261 – era de 10,97% (23,1 milhões de pessoas) em 2019. [...] No primeiro trimestre de 2021 tirando o auxílio emergencial, mas devolvendo o Bolsa Família, a pobreza é multiplicada por 3,5 e chega a 16,1% da população. Isto significa 34,3 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, 24,5 milhões a mais do que antes da pandemia” (Gombata, 2021).

Tudo isso nega de forma peremptória as características propugnadas pelos critérios ESG de estímulo ao investimento financeiro. Se esta é a perspectiva de futuro, a governança presente das empresas brasileiras ainda é antediluviana, especialmente no que se refere à dimensão social do pretense novo quadro normativo, particularmente pelo modo desrespeitoso como a questão das relações de trabalho é tratada no Brasil.

Não há outra palavra para definir este tipo de ação política do que a “devastação” proposital de garantias inscritas na Constituição de 1988 e do regime de proteção laboral e social que ela instituiu. Mas, além de tudo, nas medidas adotadas e sugeridas fica evidente a consagração de uma política antissindical como princípio norteador da gestão do mundo de trabalho e dos trabalhadores.

A OIT, que vem articulando uma visão prospectiva para o trabalho, aponta a concentração do poder econômico e o declínio da força das organizações dos trabalhadores e da negociação como razão “para o aumento da desigualdade dentro dos países” (OIT, 2019, p. 25), deixando claro que é exatamente a desconstrução dos canais de voz e participação dos trabalhadores que torna a realidade presente do trabalho tão sombria.

Na contramão das tendências mais progressistas do empresariado capitalista, a opção brasileira é a de “conceder mais liberdade” ao trabalhador para vender sua mão de obra ao mercado, sem a interferência de direitos e proteções sociais, promovendo a desqualificação de seus órgãos coletivos de representação

A promulgação da Reforma Trabalhista de 2017 dependeu da formação de uma coalizão política influente (que reúne empresários, parlamentares, ministros, juizes, economistas e intelectuais ligados ao tema do trabalho), que ainda não se desmobilizou, como indica a publicização do relatório do GAET (MTE, 2021).

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e a REMIR (2021), lastreadas em um acompanhamento acadêmico sistemático sobre a Reforma Trabalhista e seus impactos, identificam nas novas propostas do GAET o aprofundamento da “liberdade das empresas determinarem as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho, além de retirar a responsabilidade do Estado e das empresas sobre a proteção social das pessoas ocupadas”.

O andamento do processo de decisão sobre mudanças nos direitos do trabalho no Brasil não tem nada de democrático. Definições básicas de democracia são identificadas “na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes” (Tilly, 2013, p. 28). Não é o nosso caso certamente.

A Reforma Trabalhista e as propostas do GAET remetem a decisões de grande alcance social que se eximem do debate público e sujeito à avaliação com base em critérios claros e negociados com os grupos envolvidos. Um grupo de estudos que prepara alterações das regras de negociação coletiva, em nenhum país democrático do mundo deixaria de convocar os sindicatos e os que vivem do trabalho para negociarem seus termos e considerar os seus pontos de vista. O Brasil e suas elites estão definindo de antemão, portanto, quais são os interesses e quais as necessidades de quem quer e precisa trabalhar.

Não é necessário ir muito longe para constatar o despropósito desse tipo de iniciativa, bastando consultar instâncias tripartites como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre as recomendações principais de sua visão de futuro estão o fortalecimento e a revitalização das instituições de trabalho: “Desde regulamentos e contratos de trabalho até acordos coletivos e sistemas de inspeção trabalhista, essas instituições são os blocos de construção de sociedades justas. Eles forjam caminhos para a formalização, reduzem a pobreza no trabalho e garantem um futuro de trabalho com dignidade, segurança econômica

e igualdade”.

Segundo a maioria das publicações sobre os novos desdobramentos do mundo financeiro, a agenda ESG e as “ações ligadas à letra S [...] ganham protagonismo entre as grandes organizações”. Nas palavras do vice-presidente de relações internacionais e sustentabilidade de uma operadora instalada no Brasil, “a ESG deixou de ser encarada como uma opção estratégica das diretorias para funcionar como uma ferramenta necessária à perenidade dos negócios (Saraiva, 2021, p. 36).

Do ponto de vista das mudanças esperadas quanto à governança (o G do ESG), a transparência faz aumentar as exigências de um capital ético. Para Jorge Gørgen, Diretor de Comunicações do Grupo IVECO, “a governança é o pilar onde se começa a construir o social e o ambiental. Essa letra é o princípio para que as narrativas se sustentem, não se flerte com o *brainwashing* (lavagem cerebral), *socialwashing* (marketing disfarçado de filantropia), ou estratégias que visem resultados de curto prazo” (Guimarães, 2021).

Ao notar esse ‘novo’ movimento do mundo das finanças mundiais, fica uma dúvida sobre o que as empresas brasileiras têm a ver com isso. São muitas contradições entre o discurso e a prática que se institucionaliza. Ou talvez seja o caso de manifestar a preocupação com a narrativa que adota como padrão de negócio uma estratégia de “*workwashing*”.

Referências Bibliográficas

ABET; REMIR. 2021. Nova ofensiva contra os direitos trabalhistas e a proteção social: o relatório do GAET. *Jornal GGN*, 21 dez. 2021. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/trabalho/nova-ofensiva-contra-os-direitos-trabalhistas-e-a-protecao-social-o-relatorio-do-gaet/>>. Acesso em 21 dez. 2021.

Almeida, Cássia Almeida e Amanda Scatolini, Amanda. 2021. Quase 50% dos trabalhadores no Brasil estão em vagas com baixos salários e sem proteção social, mostra pesquisa. *O Globo*, 29 dez. 2021. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/quase-50-dos-trabalhadores-no-brasil-estao-em-vagas-com-baixos-salarios-sem-protecao-social-mostra-pesquisa-25334701>>. Acesso em 29 dez. 2021.

Brasil. 2017. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, § 1 (2017).

Gombata, Marsílea. 2021. Crise cria legiões de “Novos pobres” no país. *Valor Econômico*, 30 nov. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/30/crise-cria-legioes-de-novos-pobres-no-pais.ghtml>>. Acesso em 30 nov. 2021.

Guimarães, Solange. 2021. De olho nas exigências do capital ético. *Valor Econômico (Valor Setorial – comunicação corporativa)*, dez. 2021. p 42-54.

ILO. 2019. Work for a brighter future – Global Commission on the Future of Work. Geneva, 2019, 77 p. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms_662410.pdf>.

Investopedia. 2021. Environmental, Social, and Governance (ESG) Criteria. Investopedia, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/e/environmental-social-and-governance-esg-criteria.asp>>. Acesso em 18 dez. 2021.

MTE. 2021. Relatório do Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET). Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Trabalho. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/12/grupo-de-altos-estudos-do-trabalho-gaet.pdf>>. MTE, Brasília. 262 p.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos e Onto, Gustavo. 2021. Capitalismo, democracia e teoria social em Karl Polanyi: uma entrevista Com Gareth Dale. *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 1, p. 15-40.

Saraiva, Jacilio. 2021. Mais projetos para combate à fome, saúde e educação. *Valor Econômico* (Grandes Grupos), dez. 2021, p. 36-38.

Social Good Connect. 2021. Home. Social Goode Connect, 2021. Disponível em: <<https://socialgoodconnect.org/>>. Acesso em 18 dez. 2021.

Tilly, Charles. 2013. Democracia. Petrópolis, Editora Vozes.

Nota Técnica

23. PROBLEMA, ANTIPROBLEMA E PAISAGEM SOCIAL: CONCEITOS PARA EXPLICAR O MUNDO E A POLÍTICA ATUAL

Aristogiton Moura⁵²

Resumo Executivo

O mundo atual é complexo e a complexidade afeta a vida de todos. Já não sabemos explicar e muito menos atuar nesse mundo. É necessário criar novos conceitos e novos vocabulários para poder atuar nesse contexto. Carlos Matus, antes de nos deixar em 1998, trabalhava na criação desses conceitos. Depois de criar as bases do Planejamento Estratégico Situacional como ferramenta para trabalhar com problemas, desenvolveu uma teoria e um método de ação para atuar em sistemas complexos (política, governo e direção estratégica). Ele queria deixar como legado os fundamentos para se entender as mudanças políticas e sociais e conceituar o que era antiprotelema e as diferenças desse novo conceito com problema e paisagem social. Esse artigo faz parte do esforço que empreendemos para que os conhecimentos de Matus sejam perpetuados e difundidos.

Palavras-Chaves: Carlos Matus; PES; Planejamento Estratégico Situacional; Problema; Antiprotelema; Paisagem Social.

Contexto problemático

Hoje vemos como recorrente a afirmação que o mundo está complexo e a complexidade aumenta dia a dia fazendo com que governar seja muito difícil, quando não impossível. Einstein em seu livro *Sobre Religião Cósmica e Outras Opiniões e Aforismos* (1931)⁵³, dizia que a imaginação é mais importante que o conhecimento pois pretendia mostrar que não se faz ciência nas fronteiras do conhecimento quando se está contido pelo mundo atual. Wittgenstein demonstrou na filosofia que Einstein estava correto ao afirmar que o mundo de um homem é do tamanho de seu vocabulário, não se explica aquilo para o qual não se tem conceitos, ou seja, da impossibilidade de passar de um conceito lógico a um conceito empírico sem o ferramental linguístico necessário.

A grande dificuldade de fazer política e governar num mundo em constante mutação, acelerado ao extremo pela internet e pelas redes sociais, é o de explicá-lo para poder atuar com efetividade sobre os antiprotelemas que afetam a sociedade e para os quais as velhas fórmulas não funcionam.

⁵² **Aristogiton Moura.** Membro da coordenação e orientador metodológico do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - 2030; pesquisador convidado do CONJUSCS - O Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor e Assessor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo. Formado em Ciências e Técnicas de Governo por Carlos Matus na Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor. Consultor e palestrante internacional na América Latina e Espanha. Atualmente é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo; Diretor-presidente da Strategia Consultores; Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica e membro do board da Autoritas Internacional.

⁵³ Vinhas, T. Revista Super Interessante, artigo Frase da Semana: “A imaginação é mais importante que o conhecimento” (Einstein), publicado em 3 out 2011- Por Tânia Vinhas. Visto em 10/03/22 <https://super.abril.com.br/coluna/superblog/frase-da-semana-8220-a-imaginacao-e-mais-importante-que-o-conhecimento-8221-einstein/>

Novos conceitos para velhos problemas

A baixa capacidade de governo⁵⁴ não é um problema atual e nem sempre foi o impeditivo para governar e fazer política. A nova realidade digital faz com que a maior parte do que se sabia já não sirva para esses fins. Mesmo antes da internet e das redes sociais terem a preponderância que hoje tem, Matus já apontava que necessitaríamos de novos vocabulários para a nova realidade que se avizinhava.

Um desses vocabulários pode ser encontrado no seu último trabalho que estabeleceu uma linha inovadora de se enxergar a realidade social, que denominou **Problema, antiproblema e paisagem social**, transcrito abaixo:

A desigualdade das regras do jogo social, além de certo limite, cria problemas para uns e antiproblemas para outros.

Um **problema** é o resultado momentâneo e insatisfatório do jogo para um jogador, que este declara evitável e efetivamente tem a governabilidade direta ou indireta para evitá-lo. Tem governabilidade indireta quando o outro que o controla é solidário com seu problema. Um jogador tem um problema enfrentável só quando é capaz de fazer um intercâmbio de problemas sobre ele.

Um **antiproblema** é um resultado do jogo para um jogador, que este declara insatisfatório, mas que, em sua circunstância é inevitável. Limitado a seus próprios meios o jogador fica enredado, não tem saída, está condenado a conviver com o antiproblema. o outro jogador que tem governabilidade sobre o antiproblema o considera natural ou inevitável. Nesse caso, um antiproblema não pode ser objeto de intercâmbio de problemas. O resultado desfavorável do jogo não é momentâneo, se perpetua como parte da paisagem social.

Em seu extremo o jogo social não só é desigual como pode ser excludente e divide os jogadores em dois campos: o campo I, dos participantes e o campo II, dos marginalizados. No campo dos participantes dominam os problemas. No campo dos marginalizados dominam os antiproblemas. No campo I, a maioria pode intercambiar seus problemas pelas vias normais do jogo social. No campo II só uma minoria pode intercambiar seus problemas e só por vias excepcionais.

Quando as regras desiguais se transformam em excludentes? A resposta é simples: quando entrega o controle dos problemas que sofrem os jogadores

⁵⁴ CAPACIDADE DE GOVERNO, segundo o Triângulo de Governo de Matus é a capacidade de liderança, ponderada pela experiência e os conhecimentos em Ciências e Técnicas de Governo. É uma capacidade de condução ou direção que se acumula na pessoa do líder, em sua equipe de governo e na organização que dirige. Apoiar-se no acervo de técnicas, métodos, destrezas e habilidades de um ator e sua equipe de governo requeridas para conduzir o processo social, dadas a governabilidade do sistema e o compromisso do projeto de governo. Capacidade de governo é sinônimo de perícia para realizar um projeto. O domínio de teorias, métodos e técnicas potentes de governo e planejamento são uma das variáveis mais importantes na determinação da capacidade de uma equipe de governo. Quando falamos de teorias, técnicas e métodos de governo e planejamento nos referimos, por conseguinte, a alterar ou melhorar a capacidade de governo. Na capacidade de governo, seja pessoal, da equipe ou da organização, convergem três elementos: experiência, conhecimentos e liderança. Na experiência se acumula a arte que o conhecimento científico é incapaz de prover. Embora a arte, sem a companhia das ciências, é arte em bruto. Nenhum componente desta tríade vale por si mesmo. O que vale é o produto inseparável suas interações. Os conhecimentos sem experiência e a experiência sem conhecimentos valem pouco, e ambos ficam muito diminuídos diante da carência de liderança. O mesmo ocorre com esta última, se não for associada aos conhecimentos e a experiência pertinente. A experiência só vale em relação ao capital cognitivo com o qual se acumula, e esse capital cognitivo está imaturo sem a dose de experiência necessária.

do campo II para outros jogadores do campo I que são os que podem fazer alguma coisa e têm governabilidade para atuar e, no entanto, não atribuem nenhum valor a estes problemas e ainda os consideram parte da paisagem social. Nesse cenário se fecha a possibilidade de cooperação e solidariedade e surge uma barreira entre o campo I e o campo II. Nesse limite os problemas do campo II se convertem em antiproblemas.

O antiproblema, na visão situacional dos participantes do campo I, acontece quando eles que podem enfrentar problemas, não os veem assim, simplesmente classificam como um componente da **paisagem social**. É uma realidade com a qual convivem e devem conviver sem perspectiva de mudança. Seu vocabulário se restringe a dizer que o mundo é assim mesmo e a realidade é imutável. Os participantes do campo II são restritos às condições dos jogos do campo I. Neste sentido, ter problemas é um privilégio do jogo. Os atores que deveriam assumir o custo de enfrentar os antiproblemas, não o fazem pois não são os que sofrem e os ignoram, mesmo sendo aqueles que têm a governabilidade para enfrentá-los. Os que sofrem os antiproblemas carecem dessa governabilidade. Antiproblema e Paisagem Social são assim, duas caras de uma mesma realidade situacional.

Do campo II da população com antiproblemas só saem os excepcionais e por vias excepcionais. Essas vias de exceção podem ser bem variadas. De um lado está a genialidade e a perseverança individual com em relação às regras do jogo. Por outro lado, estão a delinquência, o narcotráfico, a guerrilha e o terrorismo, em rebelião contra as regras desse mesmo jogo.

A primeira via, que respeita as regras do jogo, é minoritária e não pode considerar um indicador da liberdade para trocar do campo II ao campo I. Essa liberdade está fortemente limitada e obriga as maiorias a conviver desesperadamente com os antiproblemas. Conduz a dois extremos: a submissão passiva aos antiproblemas, com os efeitos estressantes pertinentes, ou a rebelião, seja individual, como é o ao caso da delinquência, ou coletiva, mediante expressões políticas revolucionárias ou terroristas. As maiorias se submetem. As minorias se rebelam.

A proporcionalidade em que o desenho do jogo social distribui problemas e antiproblemas entre a população é o melhor indicador da eficácia social de jogo, em seu delicado e contraditório equilíbrio entre liberdade e igualdade.

A liberdade individual absoluta não pode ser para todos. Tem que ser concentrada nos mais fortes, com características próprias de um jogo social excludente. Ela gera antiproblemas por excesso de desigualdade. A desigualdade absoluta, se fosse possível, acabaria com as liberdades individuais. Os antiproblemas são gerados por carência de liberdade. Um mínimo de liberdade e igualdade exige o desaparecimento dos antiproblemas.

Essa é a questão central no desenho das regras do jogo social: estabelecer o espaço de jogo que combina de modo coerente com os valores da sociedade, um mínimo de garantia de liberdade individual com um mínimo de liberdade social.

Neste marco teórico se pode verificar a falsidade do princípio neoliberal que diz que a melhor política social é uma boa política econômica. O bom manejo da gestão macroeconômica não garante, per si, um equilíbrio entre liberdades individuais e igualdade social.

No mundo das finanças internacionais transformou em dogma a frase: "Economia Sã" e, esse vocabulário classifica e diferencia aquelas que têm economia sã e as que não a têm. Trata-se de uma visão muito parcial e

superficial de jogo social – O que é uma economia sã? Para quem é uma economia sã?

Pouco antes de seu falecimento, Matus se debruçava sobre as questões apresentadas no artigo pois já antevia que o equilíbrio entre as três situações: problema, antiproblema e paisagem social iria se desfazer, como de verdade o fizeram. A questão de capacidade de governo para enfrentar a nova realidade deveria ser enfrentada pelas Ciências e Técnicas de Governo pois o risco de ingovernabilidade é muito alto.

Conclusão

O risco de ingovernabilidade por não reconhecer que não se enfrentam problemas críticos para a sociedade é absurdo. Hoje vemos o mundo devastado por pandemia e guerra fruto dos problemas que na verdade são antiproblemas. Matus afirma “quando as regras desiguais se transformam em excludentes? A resposta é simples: quando entregam o controle dos problemas que sofrem uns jogadores à governabilidade de outros jogadores que não lhes atribuem valor e os consideram parte da paisagem social”.

A internet e as redes sociais impactaram o mundo que conhecíamos (sólido) e o transformou em um mundo desconhecido (líquido) no qual não conhecemos o funcionamento. Ademais afetou fortemente a distribuição de poderes, descrito por Moisés Naín em seu livro “O Fim do Poder”, como sendo o impulso anti-establishment dos micropoderes que pode derrubar governos, afetar processos eleitorais, desalojar monopólios e abrir novas e extraordinárias oportunidades, mas também levar ao caos e à paralisia.

Só com a capacidade de criarmos um novo vocabulário para descrever esse novo mundo teremos capacidade de governar e conduzir nesse novo contexto.

Referências Bibliográficas

Moura, A – Poder em tempos de Pandemia – Brasil - Cartas CONJUSCS – 2020.

Bauman, Z - Modernidade Líquida – Brasil – Zahar – 2014.

Carlos Matus – Problema, Antiproblema e Paisagem Social.1998, artigo não publicado, 4 pags.

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap -1996.

Matus, C. - O Método PES – Planejamento Estratégico e Planejamento Governamental – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1997.

Matus, C. - O Líder sem Estado Maior – Estrutura e Modernização do Gabinete do Dirigente Público – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1997.

Matus, C. - Los Tres Cinturones del Gobierno – Gestión, Organización y Reforma do Aparato Público – Fondo Editorial Altadir – Venezuela – 1997.

Naín, M. – O Fim do Poder – Gradiva – 2014.

Wittgenstein, L. – Investigações Filosóficas – Brasil - Abril Cultural – 1979.

Nota Técnica

24. LICENÇA PARENTAL - O QUE PODEMOS APRENDER DO MODELO SUECO?

Mirella Nunes⁵⁵

Resumo Executivo

O objetivo do artigo é apresentar o modelo de licença parental da Suécia, além de analisar quais partes do modelo sueco podem eventualmente servir de inspiração para ajudar a mulher na sua reintegração ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Licença parental; Direito trabalhista; Direito da mulher; Igualdade de gênero; Integração da mulher no mercado de trabalho.

Introdução

A reintrodução da mulher no mercado de trabalho depois da licença parental é um problema que afeta muitas mulheres: uma pesquisa “Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPGE) mostra que quase metade das entrevistadas estavam fora do mercado de trabalho 12 meses após o início da licença maternidade; demissão e falta de vagas em creches são os motivos mais comuns apontados pelas entrevistadas.

Com o avanço das leis trabalhistas, hoje as mulheres têm direito a 120 dias de licença-maternidade. Mas seria ela suficiente para garantir à mulher os seus direitos como trabalhadora? Existe uma diferença impactante no período da licença-maternidade em comparação com a licença-paternidade, que hoje é entre 5 a 20 dias, o que pode afetar o reingresso da mãe no mercado de trabalho.

Licença parental no Brasil

No Brasil, a licença-maternidade foi criada a partir do ano de 1943, junto com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Na época, a licença foi estipulada para 84 dias e o pagamento era de função do empregador. Com o avanço da luta pelos direitos das mulheres no Brasil, a licença-maternidade começou a ser paga pela Previdência Social. Mesmo assim, a mulher como trabalhadora era exposta pela falta de garantias trabalhistas, correndo o risco de perder seu emprego ao voltar da sua licença ou sendo dispensadas ainda grávidas. Hoje, as mulheres têm 120 dias de licença pagos pela Previdência e certas seguranças trabalhistas estabelecidas pela Constituição de 1988, mas a realidade está longe de ser a mesma para todas: apenas as trabalhadoras com carteira assinada podem ser beneficiadas pelas leis trabalhistas, algo que não é atual para uma em cada duas pessoas no mercado de trabalho.⁵⁶ Em comparação com outros países, o Brasil oferece um período considerado “normal” de licença-maternidade; na Argentina, o período é de 90 dias e no Chile, 126 dias. Um dos fatores

⁵⁵ **Mirella Nunes:** Jurista com bacharel em direito financeiro formada na Suécia pela Linköpings University, mestranda em direito trabalhista. Colaboradora e membra da BrazilCham Sweden e líder do Comitê Empreendedorismo do Grupo Mulheres do Brasil, núcleo Estocolmo.

⁵⁶ Rádio Câmara, *Especial Licença-Maternidade 2 - Evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil*. Câmara dos Deputados.
<https://www.camara.leg.br/radio/programas/293878-especial-licenca-maternidade-2-evolucao-das-leis-e-costumes-sobre-licenca-maternidade-no-brasil-0602/>

que mais afeta as mulheres durante a licença-maternidade, além do ponto de vista econômico, é a reintegração ao mercado de trabalho e os planos financeiros a longo prazo. Por passar um longo período sem trabalhar, algumas mulheres podem sofrer dificuldades ao retornar ao mercado de trabalho: uma pesquisa do IBGE mostra que apenas 54,6% das mães entre 25 e 49 anos com filhos de até três anos estavam, no momento da estatística, empregadas.⁵⁷

Já a licença-paternidade no Brasil está longe de chegar ao alcance da licença-maternidade, já que os pais têm direito apenas a 5 dias por lei, o que foi estabelecido pelo artigo 7º da Constituição Federal de 1988. A contagem é feita a partir do primeiro dia útil após a data de nascimento da criança.⁵⁸ Para os trabalhadores de empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, o período da licença-paternidade se estende para 20 dias. O programa se aplica também à licença-maternidade, que é prorrogado por 60 dias.⁵⁹

Licença parental na Suécia

A Suécia é hoje um dos países com melhor licença-paternidade do mundo, podendo chegar até 68 semanas.⁶⁰ Isso se dá ao sistema igualitário, que oferece aos pais 480 dias de licença remunerada, que são divididos igualmente entre os pais. Além disso, apenas 150 desses 240 dias podem ser transferidos de um progenitor para o outro, até a criança completar um ano. Esses direitos são iguais para quem também tem a guarda exclusiva da criança. O Seguro Social oferece também uma ajuda financeira aos pais que, por alguma razão, tinham uma baixa renda ou nenhuma renda durante o período da gestação, que tenham empresa própria ou sejam estudantes. As regras também permitem os pais de tirar licença ao mesmo tempo por até 30 dias.⁶¹

A Suécia é conhecida por ser um dos países que mais prezam pela igualdade de gênero: desde os salários até a licença maternidade. Os primeiros sindicatos femininos surgiram a partir do fim do século 19 e foi a partir dessa época que começou a luta das mulheres pelo direito de trabalhar em outras áreas. Em 1960, surgiu a lei que dava direito a salários iguais para homens e mulheres. A partir dos anos 70, o assunto “igualdade de gênero” começou a ser obrigatório nas escolas, e foi quando o direito da mulher começou realmente a evoluir. A lei que dá direito aos pais de dividir a licença remunerada surgiu em 1974.

Primeiramente o pai, ou o outro progenitor, pode tirar 10 dias de licença pagos após o nascimento da criança. Essa licença é remunerada por até 80% do salário do progenitor e é paga pela Agência Sueca de Seguro Social (em sueco, Försäkringskassan). A Agência também é responsável por remunerar os 480 dias de licença estipulados por lei, e o valor recebido é dividido em duas partes:

⁵⁷ IBGE, *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>

⁵⁸ Guia trabalhista, *Férias e licença paternidade*. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm

⁵⁹ Receita Federal, *Programa Empresa Cidadã*. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/isencoes/programa-empresa-cidada/orientacoes>

⁶⁰ The Guardian, *Paternity Leave*, 2020. <https://www.theguardian.com/us-news/2020/jan/29/paternity-leave-us-policy>

⁶¹ Försäkringskassan, *Parental Benefit*. <https://www.forsakringskassan.se/english/parents/when-the-child-is-born/parental-benefit>

1. O nível de auxílio-doença (em sueco, sjukpenningnivå), com base no salário do progenitor nos primeiros 390 dias. O valor no nível de auxílio-doença corresponde a cerca de 80% da renda, caso o progenitor receba o benefício parental 7 dias por semana, com um valor máximo de 1027 coroas suecas por dia, o que corresponde a cerca de 550 reais por mês.
2. O nível mínimo (em sueco, lägsta nivå), que são os 90 dias restantes da licença, onde os pais têm direito a 180 coroas suecas por dia, o equivalente a cerca de 90 reais.

Além da licença remunerada da Agência Sueca de Seguro Social, caso você seja membro de algum sindicato, você pode ter direito a receber um salário da empresa que você trabalha, chamado salário paternal (em sueco, föräldralön), que dá direito a cerca de 10% do salário do progenitor antes da licença abaixo do teto estabelecido, ou entre 80-90% do salário acima do teto estabelecido, oferecendo assim uma segurança extra aos pais durante a licença.⁶²

Na Suécia existem também leis contra a discriminação no local de trabalho, o que abrange também a discriminação contra trabalhadores com filhos. Em 1991 surgiu a lei de igualdade de gênero (em sueco, Jämställdhetslagen), que garantia direitos iguais para homens e mulheres. Essa lei foi logo depois substituída pela lei contra a discriminação (em sueco, Diskrimineringslagen) no ano de 2008, abrangendo todas as pessoas independente do gênero, identidade, etnia, religião ou outra crença, deficiência, orientação sexual ou idade. Ela também se aplica no âmbito trabalhista e proíbe qualquer tipo de discriminação no local de trabalho. Um trabalhador que seja demitido ou dispensado pelo fato de ter filhos, tem direito a ser ressarcido pela empresa. A lei contra discriminação também tem como função promover a igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, seja em relação ao salário, as tarefas de trabalho ou qualquer outro termo trabalhista.

Conclusão

Mesmo com a evolução do direito trabalhista no Brasil e uma licença-maternidade de 120 dias, muitas mulheres no Brasil enfrentam dificuldades de reintegração no mercado de trabalho após a licença parental. Uma das causas pode se dar pelo fato de muitas empresas não contratarem mães, sendo pelo longo período de pausa do mercado de trabalho durante a licença, ou por avaliarem que a mãe não pode ser capaz de conciliar a maternidade com o trabalho. Na Suécia, por exemplo, esse tipo de discriminação não é permitido pela lei de discriminação, que abrange também candidatos à uma vaga de trabalho que se sintam discriminados durante o processo de recrutamento.

Uma alternativa para facilitar a reintegração da mulher no mercado de trabalho depois da gestação é investir em métodos de recrutamento adaptados à situação atual da mulher; especialistas já apontam a importância de processos seletivos exclusivos para mulheres com filhos e o reconhecimento de habilidades desenvolvidas durante a maternidade, a fim de dar mais oportunidades para as mães se reintegrarem no mercado de trabalho.

A possibilidade de uma divisão igualitária dos dias da licença-maternidade, como é feito no modelo sueco de licença parental, é uma maneira de não apenas promover a igualdade de gênero, mas também de proporcionar à mulher uma reintegração ao mercado de trabalho mais cedo, além de possibilitar uma licença prolongada ao outro progenitor. Outro fator que pode ser determinante para a reintegração da mulher no mercado de trabalho depois da gestação, é a possibilidade de ajuda financeira para mulheres que não têm carteira assinada ou que não tinham renda fixa antes da gravidez, que geralmente são as mais afetadas financeiramente depois do fim da licença-maternidade.

⁶² De acordo com o SACO, um dos maiores coletivos de sindicatos da Suécia.

Nota Técnica

25. CONDIÇÕES DE TRABALHO FEMININO NA “SOCIEDADE DO DESEMPENHO”

Claudio Pereira Noronha⁶³
Inez Galardinovic⁶⁴

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é trazer uma reflexão sobre alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres, em seu cotidiano de trabalho, tendo como base a atual configuração do ambiente profissional em que, devido aos avanços tecnológicos, estão presentes, com formas cada vez mais sofisticadas, mecanismos de controle, ou autocontrole, que visam garantir o desempenho individual o que contribuiu para o aumento dos problemas de saúde, sobretudo do ponto de vista psicológico.

Palavras-chave: Era Digital; Trabalho feminino; Sociedade do desempenho.

O processo produtivo na sociedade contemporânea, que chamaremos aqui de “Era Digital”, sofre transformações significativas em razão dos avanços tecnológicos, o que impacta, por exemplo, em constantes mudanças (atualizações) nos meios de produção, que estão cada vez mais “informatizados” e que, em escala cada vez maior, substituem o trabalho humano. Ao longo do tempo, algumas atividades tendem a desaparecer por tornarem-se “obsoletas”. As mulheres, sobretudo aquelas com maior faixa etária (acima dos 40 anos) e menor escolaridade, têm maior probabilidade de sofrerem com isto.

Mas, também, a gestão do trabalho e a forma como se “controla” o que é produzido passam por modificações. Há um aperfeiçoamento na forma como os mecanismos de controle acontecem e, na atualidade, conseguem, em alguma medida, “invadir” o tempo que seria o tempo de “descanso” ou, simplesmente, o tempo destinado aos afazeres da casa. Isso tem impacto para todos os trabalhadores, mas, no caso das mulheres o conflito (e a sobrecarga de trabalho) é intensificado considerando que, ainda, as trabalhadoras desempenham em maior quantidade, comparado aos homens, trabalhos domésticos.

Disciplina e controle do trabalho na Era Industrial

Os estudiosos do trabalho, na “Era Industrial”, identificaram (e estudaram) o anseio, por parte dos donos dos meios de produção, para aprimorar os aspectos “disciplinadores” que garantissem a eficiência na produção e o aumento dos lucros. Na medida em que o processo produtivo se alterava, possibilitando maior produção em menor tempo, seria necessário apurar o processo de controle. A figura do “chefe”, elemento simbólico do processo de gestão, responsável por assegurar que todos estivessem cumprindo, a bom termo, suas tarefas, foram objeto permanente de observação e aperfeiçoamento.

Este aspecto da “disciplina” pode ser associado a um processo de vigilância. Vigiar, função atribuída a um elemento externo ao trabalhador, em geral o “chefe”, tornou-se fundamental

⁶³ **Claudio Pereira Noronha.** Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC.

⁶⁴ **Inez Galardinovic.** Graduação em Ciências Sociais e Música. É bancária, diretora do Sindicato dos Bancários do ABC (Secretaria de Formação) e da Associação dos Empregados da Caixa Econômica (Apcef), como Secretária da Mulher. Coordena o coletivo de mulheres da CUT/ABC.

para conformar o trabalho ao interesse produtivo. O filósofo Michel Foucault analisa, por exemplo, a utilização de um determinado padrão na construção predial – em escolas, hospícios e presídios – como espaços de vigilância e disciplina. Foucault chama atenção para o desejo de se encontrar mecanismos que pudessem aperfeiçoar a vigilância total como forma de poder, fazendo alusão ao “panotismo” – em referência ao panóptico de Bentham –, um mecanismo capaz de constituir uma visão total. O espaço como forma de controle também pode ser observado no ambiente de trabalho.

Um exemplo disso, é o acesso ao banheiro, que nem sempre é permitido livremente, pois afastar-se do posto de trabalho pode “prejudicar” a obtenção do lucro. Há relatos de mecanismos utilizados para dificultar as idas ao banheiro, como por exemplo: pedir a chave para o “chefe”, e talvez explicar qual a necessidade fisiológica; banheiros distantes do local de produção o que dificulta percorrer a distância até o sanitário e garantir o tempo para voltar. Isso afeta principalmente mulheres grávidas ou que estejam em período menstrual.⁶⁵

Outro exemplo são os trabalhadores(as) de *call centers*. Estes são monitorados e sofrem pressão para agilizar o tempo médio de atendimento e cumprirem a meta, prejudicando a saúde, por não irem regularmente ao banheiro e nem usufruírem o tempo de pausa. O Anexo II (Trabalho em Teletendimento e Telemarketing) da *Norma Regulamentadora Nº 17* garante pausas e acesso livre aos sanitários, mas nem sempre a legislação é cumprida.⁶⁶

O século XX se caracteriza, nesse sentido, pelo desafio de organizar, de forma racional-científica, as formas de produção e de gestão. Nas primeiras décadas, os modelos Taylorista e Fordista, e, posteriormente, na década de 1970, o Toyotismo, são exemplos das formas de organização que revolucionariam o trabalho fabril. A “administração do tempo” e a maximização da produção e do lucro eram os principais objetivos (PINTO, 2007). Esses modelos, cada um ao seu modo, estruturaram mecanismos de controle e vigilância.

O Taylorismo-fordismo, modelo baseado na produção em diferentes etapas, organizado em “linha de montagem”, tem como paradigma a figura do “chefe” controlando a produção. O Toyotismo, por sua vez, modifica esse modelo e introduz, através de trabalhos em “células”, um controle realizado pelo próprio grupo, que, de alguma forma, controla a produção. Nesse caso, a “vigilância” deixa de ser uma atribuição exclusiva do “chefe” e se desloca, também, para os próprios colegas de trabalho.

Para além da organização dos meios de produção e do trabalho humano, há uma estruturação (ideológica) laboral “fora” do campo do trabalho. A indústria cultural, por exemplo, conforme analisa Adorno (2009), coloca sua estrutura para organizar uma programação de entretenimento (filmes, novelas, desenhos animados, comerciais) voltada para inculcar (colocar na cuca) uma disciplina para o trabalho.

É preciso considerar, com relação ao trabalho na Modernidade, que além dos elementos econômicos envolvidos (produção, lucro, mais-valia), também existem os elementos “simbólicos”. Se em Marx (1980), o trabalho pode ser compreendido como uma forma de

⁶⁵ No filme “Estrelas além do tempo”, há uma cena em que uma das protagonistas é advertida pela chefia por se ausentar do posto de trabalho e ela explica que o motivo é a distância do sanitário – uso para mulheres negras.

⁶⁶ Os itens (5.4 e 5.7) a seguir detalham aspectos importantes da NR 17. 5.4. Para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, as empresas devem permitir a fruição de pausas de descanso e intervalos para repouso e alimentação aos trabalhadores. 5.7. Com o fim de permitir a satisfação das necessidades fisiológicas, as empresas devem permitir que os operadores saiam de seus postos de trabalho a qualquer momento da jornada, sem repercussões sobre suas avaliações e remunerações.

realização social, em Weber (2004), temos, a partir de sua análise da ideia protestante do trabalho como “vocação” – uma forma de agradar a Deus –, um significado “ético/moral”, ou mesmo de distinção. Isso torna complexa toda essa discussão, inclusive a ideia da possibilidade de mais “tempo livre”, que abordaremos a seguir.

O controle no trabalho na Era Digital

O sociólogo Domenico De Masi (2000) analisa o trabalho, na Era Industrial, como um trabalho rotineiro e com pouco espaço para o ócio e a criatividade. Para o autor, o avanço tecnológico e a conseqüente diminuição de determinadas etapas no processo produtivo trariam, na Era Digital, maior tempo livre no trabalho, permitindo espaço para a criatividade, o que De Masi chamou de “ócio criativo”. Em que medida essa ideia se concretizou?

Embora a “promessa” por mais tempo disponível, decorrente dos avanços tecnológicos, e por conseqüente diminuição no tempo gasto em cada tarefa, isso não tem acontecido na prática. Na Modernidade, o tempo passou a ser dinheiro, e o tempo de trabalho significa maior ou menor lucro. Dessa forma, o que temos vivenciado, em grande parte das atividades laborais, é a utilização da tecnologia para aperfeiçoar os mecanismos de controle do tempo de trabalho, garantindo que o tempo seja utilizado para maximizar os lucros.

De verdade, a discussão sobre produção/trabalho e tecnologia é complexa. Por um lado, a rapidez dos avanços tecnológicos e a forma como isso impacta na modificação da relação humano-máquina, pode nos levar a refletir sobre o lugar do humano nessa relação. Nicolini (2022), por exemplo, aborda esse tema nos levando a pensar sobre uma possível condição em que, hoje, os indivíduos passaram a ser uma extensão da máquina, o que inverte a lógica inerente à Era Industrial, em que a máquina era uma extensão do indivíduo.

Mas, como o tema, aqui, são os mecanismos de controle e vigilância, aperfeiçoados a partir da tecnologia – colocando em prática uma espécie de panóptico digital – digamos que no atual estágio alcançamos o que Han (2021) chama de “sociedade do desempenho”. Com a possibilidade de gestores e dos trabalhadores(as), de forma cada vez mais imediata, avaliarem o resultado da produção, mercadorias ou serviços, o que acontece é que o trabalhador(a) é “empurrado” (pelo paradigma do desempenho) a exercer uma implacável cobrança (ou autocobrança) sobre suas próprias metas.

As trabalhadoras na sociedade “uberizada”

As premissas essenciais dos modos de produção capitalista – alienação e exploração – podem se acentuar ainda mais pelas plataformas digitais. A uberização da economia, por meio de formatos muitas vezes imperceptíveis, pode conseguir o controle do tempo do trabalhador(a) em proporções ainda maiores. Às mulheres, é alardeado que a flexibilização do trabalho (jornada com tempo parcial, banco de horas, turnos de revezamento) é uma “oportunidade” de conciliar a jornada de trabalho e os afazeres domésticos. Esse argumento ganhou reforço nesse tempo de pandemia, da COVID-19, em que os sistemas teletrabalho e *home office* foram amplamente utilizados.

A pandemia trouxe ainda mais precarização para o universo feminino, sobretudo para as trabalhadoras negras (DIEESE, 2022). Muitas perderam seus empregos formais (protegidos) e passaram a fazer “bicos” ou a trabalhar em sistemas “uberizados”. Enquanto buscam cumprir as metas, impostas por sistemas que avaliam de forma imediata a quantidade e a qualidade da produção, as mulheres passam a acumular ainda mais tarefas – trabalho doméstico, reprodutivo, economia do cuidado. Dessa forma, encolhe a perspectiva de tempo livre e de uma vida com qualidade.

Considerações finais

Estudos sobre gênero e plataformas digitais têm se ampliado. O alto nível de desemprego no país – 13,5 milhões de desempregados em novembro de 2021 (IBGE) – associado à ascensão das plataformas digitais como alternativa imediata de renda e o crescimento da uberização representa, como comenta Ludmila Costhek Abílio (2015), ao mesmo tempo, uma opção e um risco para as mulheres. Isso ocorre por esse tipo de trabalho estar frequentemente ligado a jornadas diárias exaustivas, ao controle exacerbado por parte das empresas e à ausência de qualquer tipo de garantia ou direito trabalhistas (SALVAGNI, 2021), situações inerentes à sociedade do desempenho e que a levam à sociedade do cansaço (HAN, 2021).

Embora na Era Digital as bases de exploração da força de trabalho se mantenham inalteradas, há algumas experiências de produção “não capitalistas” acontecendo a partir da economia feminista: são cooperativas de plataformas que apresentam em suas práticas a autogestão e linearidade de decisões. Um exemplo é o MatchImpulsa,⁶⁷ um centro transversalmente feminista de programas para a plataforma digital da Economia Social e Solidária (ESS) e Economia Colaborativa. Outro projeto relevante é o DisCOs, que propaga os princípios do cooperativismo na economia feminista para Organizações Autônomas Descentralizadas (ou DAOs).

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: _____. *Indústria cultural e sociedade*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo: entrevista a Maria Serena Palieri*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização* (Boletim especial 8 de março/Dia da Mulher), 2022.
- HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. 1.ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2021.
- MARX, Karl. A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (Orgs.) *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, Editora S.A., 1980 (segunda reimpressão), Cap. 3, p. 53-87.
- NICOLINI, Marcos Henrique de Oliveira. Secularização, cibernética e os fins do humano. In: NORONHA, Claudio Pereira (org.). *Religião e os dilemas brasileiros no século XXI*. 1. ed. Santo André/SP: Editora Coopacesso, 2022, p.45-69.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- SALVAGNI, Julice. As mulheres nas plataformas digitais: a farsa do trabalho flexível. In: Blog da Boi Tempo, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/23/as-mulheres-nas-plataformas-digitais-a-farsa-do-trabalho-flexivel/>. Acesso em 10/03/21.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Cia da Letas, 2004.

⁶⁷ Cf. <https://matchimpulsa.barcelona/about-matchimpulsa-eng/>

Nota Técnica

26. O EMPREGO APOIADO: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES

Antonio Aparecido de Carvalho⁶⁸

Marco Antonio Spada⁶⁹

Beatriz Alves Sousa⁷⁰

Gabriela Gonçalves Nobre⁷¹

Resumo Executivo

O Emprego Apoiado tem como missão promover a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, o objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos colaboradores sobre como as organizações adotam o emprego apoiado e se existe a preocupação em investir em máquinas e equipamentos, ou em tecnologias assistivas que permitam a adaptação dos colaboradores com algum tipo de deficiência. A pesquisa aplicou um questionário com perguntas abertas e fechadas, a colaboradores de empresas das cidades do ABC. Foram coletados 119 questionários, sendo possível identificar que não é foco de as empresas investirem em tecnologias e equipamentos que permitam a adaptabilidade dos colaboradores com algum tipo de deficiência. Outro ponto que merece destaque é o relativo à ascensão na carreira, tendo em vista que a grande maioria das empresas não adota políticas voltadas ao crescimento profissional.

Palavras-chave: Emprego apoiado; Tecnologias assistivas; Pessoas com deficiência.

O emprego apoiado e as tecnologias assistivas

A desigualdade na oportunidade de emprego é uma realidade que está presente e causa danos às pessoas, seja devido ao etarismo, deficiência física, gênero, etnia dentre outras, o preconceito e diferença são as palavras que fazem muitas pessoas com talento e capacidade estarem fora do mercado, apesar de o artigo 5º da Constituição Federal determinar que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e o artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, estabelecer que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à liberdade de escolha de emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Organismos internacionais, como a Organização

⁶⁸ **Antonio Aparecido de Carvalho.** Doutor em Administração - USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós-graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante. <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>

⁶⁹ **Marco Antonio Spada.** Mestrado Profissional em Educação – USCS (2020); possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Anhanguera (2010), especialização em Segurança e Saúde do Trabalho pela FAAP (2003), Psicologia Organizacional UNIA (2011), MBA em Gestão de Pessoas Centro Universitário Anhanguera (2011). <http://lattes.cnpq.br/4885920385492997>

⁷⁰ **Beatriz Alves de Souza.** Bacharel em Administração – Faculdade São Bernardo – FASB.

⁷¹ **Gabriela Gonçalves Nobre.** Bacharel em Administração – Faculdade São Bernardo – FASB

das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecem que a deficiência faz parte da condição humana. Desta forma, o papel das instituições em incluir essas pessoas em empresas é de suma importância, assegurando formação profissional, justo salário em condição de igualdade com qualquer outro cidadão, condições seguras e saudáveis de trabalho e sindicalização. É interessante ressaltar que a deficiência faz parte da condição humana, organizações que promovem ações para incluírem as pessoas com deficiência – PCD em suas equipes, proporcionam melhores oportunidades de qualidade de vida e eliminam barreiras existentes em cada ambiente, respeitando o ambiente social da deficiência.

O trabalho é um direito de todos e uma atividade essencial na vida das pessoas, ter uma deficiência não deve servir de justificativa para não empregar ou oferecer condições inadequadas de trabalho. A empregabilidade deste grupo tem se tornado cada vez mais um tema de discussão nos setores empresariais, isto acontece não só pela obrigatoriedade da contratação pela Lei de Cotas, mas por ações realizadas por instituições que oferecem um conjunto de ajuda e apoio, ampliando o conhecimento para a geração de vagas e criação de emprego com maior acessibilidade para todos que precisam.

Visando a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a igualdade, foi criada a Lei nº 8.213, mais conhecida como Lei de Cotas, que preconiza a contratação de 2% a 5% de pessoas com deficiência no quadro de colaboradores. As empresas que não cumprirem a Lei de Cotas, serão punidas com pagamento de multas. A fiscalização sobre o cumprimento da Lei, é desenvolvida pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), essa fiscalização ocorre geralmente uma vez por ano. O fiscal verifica toda a documentação da empresa, através de tabelas, laudos médicos conforme modelo do MTE e laudos especialistas, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) objetivando conferir se a lei foi atendida em sua totalidade. A Lei foi formulada para superar a condição de não-trabalhadores sem efetivamente percebê-lo. Levando-se em consideração a proporção de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho brasileiro é muito importante que a empresa se adeque ao cumprimento da Lei de Cotas, de modo que haja mobilização e evidenciar habilidades e competências, visualizando o profissional muito além da sua deficiência. Sendo assim, a proposta não é simplesmente cumprir a lei ou pagar a multa, o objetivo é incluir o PCD, na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo Betti (2011), o Emprego Apoiado possui três fases de operacionalização: a descoberta, o desenvolvimento e o acompanhamento. A descoberta é a identificação dos pontos fortes, interesses e necessidades de apoio da pessoa; o desenvolvimento se refere ao mapeamento da vaga, que combine com o perfil vocacional, no qual são apresentadas as possibilidades de adaptações com o empregador, identificar e fortalecer os apoios naturais, assim, após a contratação é elaborado um plano individual de treinamento; já o acompanhamento é feito com a orientação do profissional com deficiência na empresa, realização de rodas de conversas e mediação dos apoios naturais.

O Emprego Apoiado envolve mudanças significativas nos valores e crenças das instituições e dos profissionais que trabalham com a inclusão das pessoas em situação de incapacidade significativa. Assim, muitas organizações ainda consideram que suas classificações são instrumentos eficazes para determinar quais pessoas podem ou não serem aceitas em um programa de inclusão laboral, e isso reforça a Teoria de Apoio às pessoas com deficiência, nas classificações de leve, moderada, mais pesada e profunda, porém observando que na metodologia do Emprego Apoiado, a priori, considera que todas as pessoas podem ser empregáveis, bastando apenas examinar a questão das condições em que isso realmente ocorrerá.

A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 divulgada em 2021, indica que 17,3 milhões de pessoas acima de 2 anos apresentam algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades de enxergar, ouvir, falar, caminhar, subir degraus, ou algum tipo de deficiência mental ou intelectual.

Dados do IBGE (2019) apontam que apenas 28,3% das pessoas com deficiência acima de 14 anos estão incluídas no mercado de trabalho, já para as pessoas sem deficiência o percentual é de 66,3% no mercado de trabalho, fato que demonstra a despeito de existir a lei de cotas e de o tema ser debatido, ainda é gritante a desigualdade no mercado de trabalho. Outro fato desanimador que a pesquisa traz é o de que 68% das pessoas com deficiência não têm instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto, já o índice para as pessoas sem deficiência é de 30,9%.

O Quadro 1 apresenta algumas empresas que investem na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Quadro 1 – Empresas que investem na inclusão de pessoas com deficiência

Empresa	Foco
Natura	A contratação anual é superior à cota prevista em lei. Destaque para a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, os colaboradores sem deficiência são convidados ao curso de libras e são padrinhos dos colegas com deficiência que entram na empresa.
Drogasil	A contratação é uma oportunidade de inclusão e conscientização social.
Magazine Luiza	A empresa investe na inclusão e acessibilidade. Investimento em treinamentos para propiciar o engajamento dos colaboradores com e sem deficiência.
Serasa Experian	A empresa foca em: acessibilidade, cultura organizacional, gestão de pessoas com deficiência, protagonismo, recrutamento e seleção. Criação em 2012 da Rede Empresarial de Inclusão Social - REIS, com o intuito de reunir empresas para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
Grupo Pão de Açúcar	Promoção de uma cultura interna para propiciar um ambiente de inclusão e de acessibilidade.
Citi	A empresa criou o Projeto Somar, cujo foco é a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, com treinamento e capacitação.

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base na Pesquisa de Campo (2022).

Na cidade de São Bernardo do Campo a Associação Brasileira de Emprego Apoiado – ABEA, tem como foco auxiliar pessoas e instituições, os objetivos da associação são:

- Contribuir com a implementação e desenvolvimento do Emprego Apoiado no Brasil, mediante a inclusão de seus princípios, valores, instrumentos e metodologias.
- Impulsionar novos projetos de Emprego Apoiado, colaborando com as pessoas ou instituições que os promovam.
- Impulsionar novos projetos de Emprego Apoiado, colaborando com pessoas ou instituições.
- Impulsionar a disseminação de boas práticas.

Tecnologia Assistiva

O Instituto de Tecnologia Social Brasil – ITS (2017) afirma que a autonomia de acesso é um fator importante para o sucesso da contratação e permanência da pessoa com deficiência no emprego.

Na análise para adequação do posto de trabalho é necessário levantar as características das atividades inerentes à função, pois além dos aspectos apresentados nas Normas Brasileira NBR9050/04 (2005), NBR 9050/04, NBR 8995/2013 e NBR 10152, é importante ressaltar os instrumentos que ajudam na implementação destas normas, além da adaptação do colaborador às atividades rotineiras da empresa, estas facilitações contam com materiais, equipamentos e *softwares*, dentre os quais:

- *Softwares*: aplicativos e *softwares* para computadores e celular que auxiliam na independência de pessoas com baixa visão e cegueira em diversas situações.
- *Head-Phone*: simplifica o atendimento de ligações e tem possibilidade de ser usado para comando de voz no aparelho que está sendo utilizado.
- Monitor para baixa visão: monitor que possui fontes aumentadas, para utilização de profissionais com baixa visão.
- Teclado: diferenças de textura ajudam no toque e percepção.
- Calculadora digital: para deficientes de baixa visão, também é possível a utilização de comando de voz.
- Apoio avulso para os pés: os apoios para pés são essenciais, pois estes previnem uma contenção do fluxo de sangue para os joelhos, o que é capaz de ocasionar dor, e diminuir a ameaça de desenvolvimento de varizes nos pés. O uso destes suportes ergonômicos protege os profissionais contra distúrbios no sistema musculoesquelético, e quando equipados com ângulos e altura ajustáveis, concede atendimento a usuários de diferentes alturas. Medidas simples e práticas de investimento dentro dos ambientes de escritório permitem adequar as situações de trabalho aos profissionais com deficiência.

A Pesquisa

A pesquisa de campo teve início no dia 29 de outubro e foi finalizada no dia 24 de novembro de 2021. Foram formuladas 13 questões de múltipla escolha escalares para identificar como as empresas promovem ações que incluam pessoas com deficiência e como auxiliam para que eles desenvolvam as atividades profissionais. O formulário foi dividido em duas seções, sendo a primeira a identificação do perfil do respondente e a segunda com questões voltadas para as ações que incluem pessoas com deficiência.

Foram coletadas 119 respostas, considerando o perfil dos respondentes, houve a predominância das mulheres com 68,9%, na faixa etária entre 22 e 25 anos com 33,6%; constatou-se que o ensino superior incompleto é o grau de escolaridade que se destaca com 50,4%; o ramo de atividade profissional dos entrevistados demonstra que 56,3% são do setor de prestação de serviços, 23,5% na indústria e 20,2% no comércio.

Através das respostas obtidas, foi possível observar que as empresas onde os respondentes trabalham seguem a obrigatoriedade de contratar pessoas com deficiência, conforme a Lei de cotas, contudo 51,3% da amostra afirma que as empresas possuem colaboradores com alguma deficiência.

A seção 2 do questionário apresentou 13 questões em escala de 1 a 8, sendo que respostas próximas de 1 indicam que não é a realidade percebida pelos colaboradores, já questões mais próximas a 8 indicam que os colaboradores percebem a realidade nas empresas. A Tabela 1 apresenta a abordagem efetuada aos colaboradores visando compreender como as

organizações promovem ações que incluam pessoas com deficiência e como colaboram para que essas pessoas desenvolvam as atividades profissionais. Executando o cálculo da média ponderada em cada uma das questões alcançando as médias que estão expostas a seguir:

Tabela 1 - Abordagem aos colaboradores

1. A empresa em que você atua profissionalmente adota ações para que pessoas com algum tipo de deficiência possam estar inseridas nas atividades profissionais.	4,70
2. Os colaboradores buscam cooperar com os que apresentam algum tipo de deficiência.	5,47
3. A empresa não faz distinção entre os colaboradores com deficiência e os demais colaboradores.	5,00
4. Segundo a sua percepção a empresa contrata pessoas com deficiência somente para cumprimento da cota estabelecida por lei.	4,37
5. A empresa tem um preparador laboral que oferece apoio necessário para facilitar a adaptação do deficiente no posto de trabalho.	3,76
6. A empresa possui acessibilidade para deficientes.	5,17
7. A empresa faz uso de tecnologias para que as pessoas com alguma deficiência possam desempenhar as atividades.	4,28
8. A empresa investe em tecnologia para contratar pessoas com deficiência.	3,80
9. Segundo a sua percepção as oportunidades de ascensão profissional estão disponíveis para as pessoas com deficiência, sem distinção.	4,31
10. Segundo a sua percepção a empresa não aproveita em sua totalidade as capacidades e habilidades dos colaboradores com deficiência.	4,19
11. Segundo a sua percepção a empresa não aproveita em sua totalidade as capacidades e habilidades dos colaboradores com deficiência.	4,34
12. Segundo a sua percepção a empresa acha alto o custo para adquirir tecnologias que auxiliam nas atividades dos colaboradores com deficiência.	4,36
13. Percebe que a empresa busca constantemente tecnologias e equipamentos para a infraestrutura mais atualizados para proporcionar o bem-estar dos colaboradores portadores de deficiência.	4,01

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base na Pesquisa de Campo (2022).

Considerando que o ponto médio de 4,5, verifica-se que 9 questões apresentaram médias inferiores, sendo a menor 3,76, já acima da média estão 4 questões, sendo a maior média 5,17.

A questão “a empresa tem um preparador laboral que oferece apoio necessário para facilitar a adaptação do deficiente no posto de trabalho”, alcançou a menor média (3,76), entende-se que as organizações não oferecem apoio fundamental para contribuir com a adaptação do PCD no posto de trabalho.

A questão “a empresa investe em tecnologia para contratar pessoas com deficiência” atingiu a média de 3,8, fato que indica que os colaboradores percebem que as empresas não praticam investimentos em tecnologias assistivas visando a contratação de pessoas com deficiência. Esta resposta reflete no resultado da questão “a empresa faz uso de tecnologias para que as pessoas com alguma deficiência possam desempenhar as atividades”, cuja média foi de 4,28.

A questão que atingiu a média 3,8 foi “a empresa investe em tecnologia para contratar pessoas com deficiência”, é possível observar que ambas as questões do segundo a percepção dos colaboradores reforçam a ideia de que as empresas não consideram o mínimo para se adequar e contratar pessoas com deficiência, evidenciando a dificuldade encontrada por PCD em conseguir uma oportunidade de emprego por falta de auxílio e investimento das organizações.

Em tese, as médias estiveram próximas ou acima do ponto médio, tal como, a afirmativa “os colaboradores buscam cooperar com os que apresentam algum tipo de deficiência” que alcançou a maior média de 5,48 e pode-se relacionar com a afirmação “a empresa possui acessibilidade para deficientes” que é a segunda maior média com 5,18. Desta forma é possível observar que os empregados de empresas que possuem o mínimo de acessibilidade para pessoas com deficiência contribuem para que esses colaboradores consigam realizar suas atividades diárias com eficácia.

Outro ponto a se observar é a questão “segundo a sua percepção, as oportunidades de ascensão profissional estão disponíveis para as pessoas com deficiência, sem distinção” que obteve a média 4,31, que indica que ainda existe uma barreira ao crescimento de carreira, o estudo também aponta que isso deve ser superado, para que o deficiente busque o avanço na vida profissional e alcance seus objetivos. Por outro lado, os respondentes concordam que a lei de cotas é uma forma de inserir essas pessoas no mercado de trabalho, mas a qualificação também precisa ser um fator relevante na escolha desse profissional, a contratação deve ser para preencher uma vaga com qualificação e inclusão e não apenas uma cota.

A questão “segundo a sua percepção a empresa não aproveita em sua totalidade as capacidades e habilidades dos colaboradores com deficiência”, cuja média foi 4,19, traz a reflexão de que os colaboradores com deficiência poderiam trazer melhores contribuições para as organizações, se fossem motivados a apresentarem a buscarem outras atividades, além das rotineiras.

Conclusão

A pesquisa mostrou a percepção dos colaboradores em relação ao emprego apoiado e ao investimento em tecnologias assistivas que permitam a capacitação e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, estas ainda não se fazem presentes de forma expressiva nas organizações. As empresas não buscam investimentos em tecnologias e ainda não detêm conhecimento ou não procuram as Associações de Emprego Apoiado.

Identifica-se a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, pois infelizmente algumas empresas veem na contratação apenas a obrigatoriedade de composição das cotas previstas em lei, vale ressaltar que além desta obrigatoriedade, a inclusão traz os benefícios sociais, pois o direito ao trabalho das pessoas com deficiência leva ao sentimento de pertencimento a uma organização, à realização profissional, melhoria de qualidade de vida e sobretudo condições de igualdade com as pessoas sem deficiência. Os resultados demonstram que há um longo caminho a ser trilhado para que a inclusão de pessoas com deficiência seja uma realidade.

Referências Bibliográficas

BETTI, Alexandre Prado. A perspectiva do Emprego Apoiado. **Revista Deficiência Intelectual**, v. 4, p. 12-16, jan.- jun.,2014. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião, e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012.

ITS BRASIL. **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**, 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nai/files/2009/07/miolopesqnacional-grafica-1.pdf>. Acesso em 14 mar. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**, 2019. Rio de Janeiro, 2021.

VI – POLÍTICAS REGIONAIS, URBANAS E MEIO AMBIENTE

Nota Técnica

27. PESQUISA DE INTENÇÃO DE COMPRAS E SEUS RESULTADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Marcelo dos Santos⁷²
Klaus Haacke Suppion⁷³
Ari Ricardo de Almeida⁷⁴
Patrícia Brecht Innarelli⁷⁵

Resumo Executivo

Os impactos gerados por uma economia volátil, diante do cenário atual, com variáveis que influenciam de forma direta e indireta o poder de compra dos moradores da região do Grande ABC, pode ser observado na pesquisa realizada pelo PIC – Pesquisa de Intenção de Compras

Palavras-chave: *Intenção de compras; Região do Grande ABC; Economia.*

A economia global sofre flutuações com o passar dos períodos, e algumas variáveis como regime político, política fiscal, mudança no consumo, restrição orçamentária entre outros indicadores afetam diretamente o poder de compra dos brasileiros. As flutuações na economia global podem ser traduzidas como ciclos econômicos (CEs), e como define Burns e Mitchell (1946, p.03) os “ciclos econômicos são tipos de flutuações encontradas nas atividades econômicas agregadas dos países que organizam seus trabalhos principalmente em companhia dos negócios [...]”. Embora o termo ciclo apresente uma assimetria, na

⁷² **Marcelo dos Santos:** Doutorando em Educação pela Umesp (2021), Mestre em Finanças e Organizações pela Umesp (2011), mestre em Finanças com especialização em Risco pela Universidade de São Paulo - USP (2000); - Pós-graduado em Administração Financeira (1997) e Tecnólogo Mecânico com especialização em soldagem pela Faculdade de Tecnologia Prof. Luiz Rosa Fatec-SP (1994), tem Licenciatura em Matemática pela Universidade Oswaldo Cruz (2005). Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de São Paulo ministrando os temas ligados a Finanças, Contabilidade, Matemática e Estatística, nos cursos de graduação e pós pós-graduação, é também consultor de empresas nas áreas financeira e treinamento gerencial e diretor acadêmico de um campus universitário na cidade de SBC.

⁷³ **Klaus Suppion:** Doutorando em Educação, Mestre em Administração e Graduado em Administração e Ciências Contábeis. Atualmente coordena os cursos de Gestão de Seguros e Ciências Contábeis na Universidade Metodista de São Paulo, além de atuar como professor e consultor empresarial.

⁷⁴ **Ari Ricardo de Almeida:** Doutorando em Educação pela Umesp (2021), Mestre em Finanças e Organizações pela Umesp (2018), Pós-graduação em Finanças, graduado em administração de empresas (FEI-2003) e ciências contábeis (UCB-2016). Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de São Paulo ministrando os temas ligados a Finanças, Contabilidade, Matemática e Estatística, nos cursos de graduação e pós pós-graduação. Atua com consultoria na área na área contábil e financeira.

⁷⁵ **Patrícia Brecht Innarelli:** Doutoranda em Educação, Mestre em Administração (2011), Pós Graduada em Marketing Internacional (2006) e Graduada em Administração e Comércio Exterior (2003), pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente, Diretora de Graduação e professora da Universidade Metodista de São Paulo, em diversos cursos presenciais e na modalidade a distância.

economia este modelo não segue a forma geométrica, uma vez que um ciclo de restrição pode ser mais prolongado que um período de farto consumo e produção.

Existem diversas formas de mensurar o ciclo econômico, sendo uma delas a intenção de compras. A intenção de compra segundo Blackwell, Miniard e Engel (2000) é o julgamento subjetivo sobre o que será o comportamento futuro de um indivíduo para a compra de um determinado produto. A intenção acontece de forma natural, sem antes avaliar exatamente a necessidade ou mesmo a disponibilidade financeira, e para alguns casos levam o consumidor a desejar mais produtos do que ele realmente tem disponibilidade financeira. Com a antecedência das pesquisas de intenção de compra o mercado fornecedor enxerga sempre com bons olhos tais dados, ajustar a oferta com a demanda tende a otimizar recursos e, principalmente, reduzir a quantidade do estoque diminuindo o dispêndio financeiro. Ainda sobre a previsão da compra está alinhado o comportamento do consumidor, que para Lopes e Da Silva (2011, p. 04) trata-se sobre “o conjunto de atividades físicas e mentais realizadas por clientes de bens de consumo que resultam em decisões e ações, de como buscar, escolher, adquirir e utilizar produtos e serviços para satisfazer uma necessidade latente”. Nas pesquisas de intenção de compras alinhado com o comportamento do consumidor tem-se a variável das datas comemorativas que precisam ser analisadas, uma vez que motiva os propensos consumidores a desejar mais uma linha de produto do que a outra, tornando necessário uma análise da descrição dos dados coletados.

Sob a ótica de Peter e Olson (2009, p. 152), a previsão do comportamento do consumidor é um dos pontos nevrálgicos para a consecução de um bom planejamento no comércio de varejo. “prever os comportamentos de compra dos consumidores significa avaliar suas intenções de compra imediatamente antes de efetuarem a compra”. (PETER e OLSON, 2009). Modelos matemáticos podem auxiliar na tarefa de previsibilidade de demanda ajudando no planejamento, mas a indissociabilidade de um modelo matemático da pesquisa social com os atores na chamada Pesquisa de Intenção de Compra é fundamental.

Na região do grande ABC paulista as flutuações econômicas tendem a caminhar em paralelo com a região metropolitana de São Paulo, com a particularidade do grande ABC ainda ser um importante polo industrial que abastece boa parte das indústrias do Brasil. Com o êxodo industrial das grandes montadoras de veículos da região do ABC o espaço foi obrigado a reinventar seu modelo econômico, abrindo espaços em larga escala para as empresas de serviços, um realinhamento do comércio com uma oferta de produtos em maior abrangência e ainda uma fonte de entretenimento para os moradores da região e das cidades que são classificadas como da região metropolitana. Na oferta de entretenimento e comércio grandes grupos econômicos identificaram uma lacuna no mercado, alocando grandes unidades para atender a demanda, construindo um novo perfil socioeconômico da região.

A região do grande ABC não está separada das demais cidades da região metropolitana de São Paulo, porém ainda está enraizada uma cultura diferente herdada do celeiro industrial automobilístico do Brasil, onde o nível de emprego e renda sofreu abruptamente com a saída de boa parte das indústrias da região, tornando assim um excelente termômetro as pesquisas de intenção de compra.

A Pesquisa de Intenção de Compra (PIC) da região do Grande ABC, que envolve as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, propicia a elaboração de um relatório que tem como objetivo divulgar os resultados sobre a intenção de compra dos consumidores da região para as diversas datas festivas onde tem-se o aumento no potencial de compra no comércio varejista.

O trabalho de campo para a PIC, normalmente, ocorre em um período específico, considerando uma antecedência de trinta dias da data do evento, resultando em questionários validados, considerando uma margem de erro aproximada de 4,5 pontos percentuais, com 95

% de confiança. Normalmente os resultados apresentam metade dos entrevistados das Pesquisas de Intenção de Compra ganham até cinco salários-mínimos e na outra extremidade da amostra em torno de 10% ganham 15 ou mais salários-mínimos.

Com o contexto apresentado esta nota técnica contribui para entender a série histórica da intenção de compra desta região. Os dados apresentados nesta nota técnica são primários, coletados no período que antecede o Natal, e de todos os anos com a característica de intenção para não enviesar a pesquisa. A fonte destes dados é do Observatório Econômico que realiza a Pesquisa de Intenção de Compra do Grande ABC, capitaneada pelo curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista de São Paulo e divulgado em jornais de grande circulação na região. O Observatório Econômico, por meio de pesquisas e grupos de estudos, busca analisar e divulgar informações econômicas sobre a região do ABC, sendo esta responsável por 7,3% da riqueza produzida no estado de São Paulo e 2,44% da riqueza produzida no País (CONCEIÇÃO, YAMAUCHI e MONEA, 2018). Entre os 30 primeiros municípios com maior produto interno bruto a preços correntes, São Bernardo do Campo, um dos municípios do ABC paulista, ocupa a 16 posição no ranking elaborado pelo IBGE em 2019, conforme é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentual e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2019

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	(continua)	
			Participação (%)	Participação acumulada (%)
São Paulo (SP)	1º	763 805 985	10,34	10,34
Rio de Janeiro (RJ)	2º	354 981 484	4,80	15,14
Brasília (DF)	3º	273 613 711	3,70	18,84
Belo Horizonte (MG)	4º	97 205 325	1,32	20,16
Curitiba (PR)	5º	96 088 149	1,30	21,46
Manaus (AM)	6º	84 867 423	1,15	22,61
Porto Alegre (RS)	7º	82 431 478	1,12	23,72
Osasco (SP)	8º	81 923 606	1,11	24,83
Fortaleza (CE)	9º	67 412 733	0,91	25,74
Campinas (SP)	10º	65 874 913	0,89	26,64
Guarulhos (SP)	11º	65 165 262	0,88	27,52
Salvador (BA)	12º	63 804 120	0,86	28,38
Recife (PE)	13º	54 691 223	0,74	29,12
Goiânia (GO)	14º	52 914 394	0,72	29,84
Barueri (SP)	15º	52 820 508	0,71	30,55
São Bernardo do Campo (SP)	16º	51 066 928	0,69	31,24
Jundiaí (SP)	17º	46 952 323	0,64	31,88
Niterói (RJ)	18º	46 553 203	0,63	32,51
Duque de Caxias (RJ)	19º	45 332 366	0,61	33,12
São José dos Campos (SP)	20º	43 457 370	0,59	33,71
Uberlândia (MG)	21º	37 628 201	0,51	34,22
Maricá (RJ)	22º	37 522 727	0,51	34,73
Paulínia (SP)	23º	37 374 076	0,51	35,23
Sorocaba (SP)	24º	37 283 418	0,50	35,74
Ribeirão Preto (SP)	25º	35 355 227	0,48	36,22

Fonte: IBGE (2019)

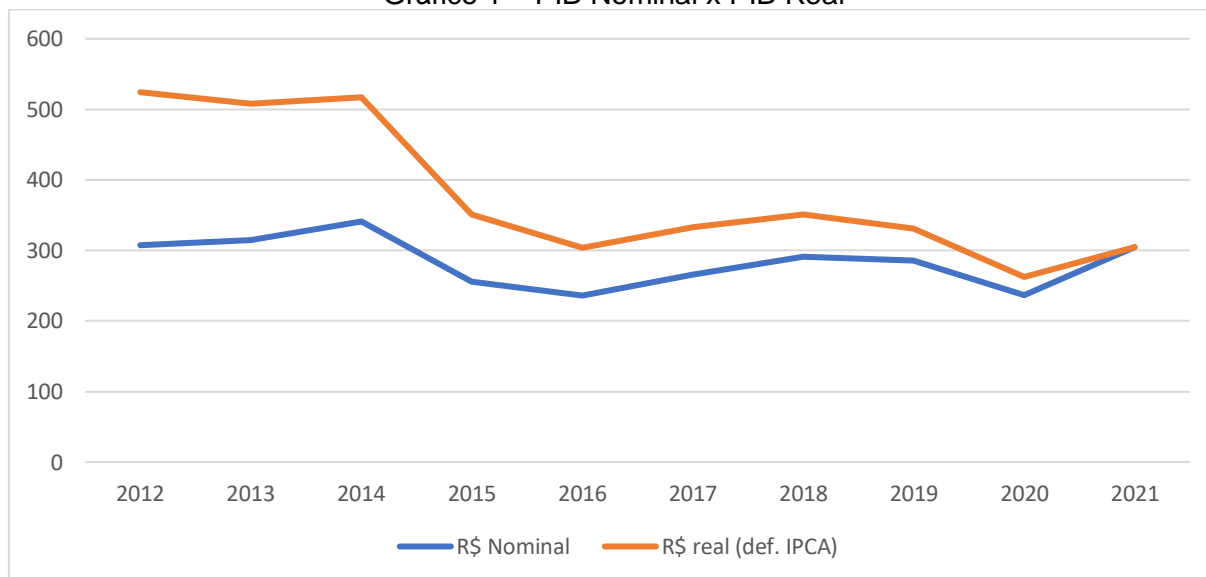
Mesmo não ocupando o ranking do produto interno bruto a preços correntes, os outros municípios do ABC apresentaram no período 2015 a 2019 uma variação percentual positiva no produto interno bruto per capita. A Tabela 2 a seguir apresenta os valores entre 2015 e 2019 (valores nominais per capita):

MUNICÍPIO	2015	2016	2017	2018	2019	2015-2019
Mauá	27.207,82	32.753,51	36.872,72	33.826,54	35.705,90	31,23%
São Bernardo do Campo	53.083,96	54.331,37	55.566,08	62.908,36	63.208,14	19,07%
Santo André	37.028,47	39.050,39	40.454,60	41.986,88	43.829,49	18,37%
Diadema	34.523,84	33.728,25	34.330,07	36.576,12	37.986,17	10,03%
Ribeirão Pires	24.649,59	25.674,72	25.382,70	25.791,66	26.563,14	7,76%
São Caetano do Sul	89.149,14	85.986,03	87.664,31	88.937,22	90.698,14	1,74%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados primários coletados no período que antecede o natal apresentam que descontando a inflação através do IPCA entre os anos de 2012 até 2021 foi perdido quase 42% da circulação de recursos para compras de natal, com o seu pior ano da média histórica para o ano de 2019 atingindo o montante de intenção de compras em 237 milhões de reais.

Gráfico 1 – PIB Nominal x PIB Real



Fonte: Elaboração dos Autores.

Dados analisados ainda nos mostram que em valores nominais os entrevistados relacionaram o mesmo montante gasto em 2012 para o ano de 2021, traduzindo que os valores gastos com presentes caminharam de lado, enquanto a inflação corroeu o poder de compra dos consumidores nos últimos 9 anos. Conforme a tabela 2 é possível identificar que o PIB para as cidades relacionadas na pesquisa de 2015 até 2019 teve um crescimento em marcha, porém este resultado positivo não é possível identificar para a intenção de compra.

O resultado dos dados coletados sobre a intenção de compra apresenta que o consumidor, pelo menos sobre a vontade de desejar recursos na compra de presentes para o período do

natal manteve o mesmo resultado financeiro, porém com a inflação apresentada no período teve um achatamento da quantidade, uma vez que os produtos tiveram um incremento no seu valor mediante a inflação.

Referências Bibliográficas

BURNS, A. F.; MITCHELL, W. C. Working Plans, NBER Chapters, in: **Measuring Business Cycles**, National Bureau of Economic Research, Inc, p. 1-22, 1946.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 05 março 2022.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. Complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista. Carta de Conjuntura, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, ed. 2, abr., 2018a. Disponível em: Acesso em: 08 mar. 2022.

ENGEL, J. F.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W. Comportamento do consumidor. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

JUNIOR, S. S. B; DA SILVA, D. Consumo de produtos verdes no varejo: A intenção de compra versus a compra declarada. **Agroalimentaria**, v. 20, n. 39, p. 155-170, 2014.

LOPES, E. L.; DA SILVA, D. Modelos integrativos do comportamento do consumidor: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 10, n. 3, p. 03-23, 2011.

PETER, J. P.; OLSON, J. C. **Comportamento do consumidor e estratégias de marketing**. 8ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

Nota Técnica

28. RESUMO DO NOVO CAGED GRANDE ABC

Oswaldo Malatesta Neto⁷⁶
Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta a evolução do emprego formal no Grande ABC, a partir dos dados do Novo Caged, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME). Desde 2020, a cada publicação desses dados, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC), mediante sua assessoria técnica, reúne, analisa e publica essas informações por meio do Boletim Novo Caged Grande ABC. Desde 2021 a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC é parceira na produção e divulgação do Boletim.

Palavras-chave: *Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Emprego; Trabalho.*

Introdução

Os resultados aqui apresentados se referem aos registros administrativos computados pelo Novo Caged e divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME) no dia 10/03/2022. Os números exprimem a movimentação do emprego formal na região, ou seja, o saldo entre admissões e demissões até janeiro de 2022. Desde 2020, a cada publicação desses dados, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC), mediante sua assessoria técnica, reúne, analisa e publica essas informações por meio do Boletim Novo Caged Grande ABC. Desde 2021 a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC é parceira na produção e divulgação do Boletim.

Principais Resultados

A região apresentou, no primeiro mês de 2022, saldo positivo com a abertura de 146 vagas. Seguindo tendência estadual e nacional, este resultado é inferior ao aferido em janeiro de 2021. O saldo acumulado dos últimos 12 meses, por sua vez, continua amplamente positivo, com a abertura de mais de 34 mil vagas formais na região.

Santo André (+575), Mauá (+505) e Diadema (+72) registraram mais admissões do que desligamentos, terminando o primeiro mês do ano com saldo positivo. Já São Caetano do Sul (-573), São Bernardo do Campo (-343), Ribeirão Pires (-44) e Rio Grande da Serra (-46) fecharam vagas.

⁷⁶ **Oswaldo Malatesta Neto.** Cientista Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com pós-graduação (latu sensu) em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Claretiano e em Economia e Trabalho pela Escola DIEESE de Ciências do Trabalho. Há mais de 10 anos atua na área de planejamento, elaboração e monitoramento de políticas públicas. Atualmente é assessor do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e analista parceiro da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC.

Saldo do Novo Caged – Grande ABC com ajustes até janeiro de 2022			
	Saldo em jan. de 2022	Saldo no ano de 2022	Saldo em 12 meses
Diadema	72	72	4.518
Mauá	505	505	5.118
Ribeirão Pires	-44	-44	730
Rio Grande da Serra	-46	-46	29
Santo André	575	575	8.936
São Bernardo do Campo	-343	-343	11.514
São Caetano do Sul	-573	-573	3.537
Grande ABC	146	146	34.382

Fonte: Novo Caged SEPRT/ME – Elaboração CIGABC/Agência de Desenvolvimento Grande ABC

Mesmo com os resultados negativos pontuais, o saldo acumulado de 12 meses permanece positivo para todos os municípios e acumulou 34.382 novos vínculos desde fevereiro de 2021 na região.

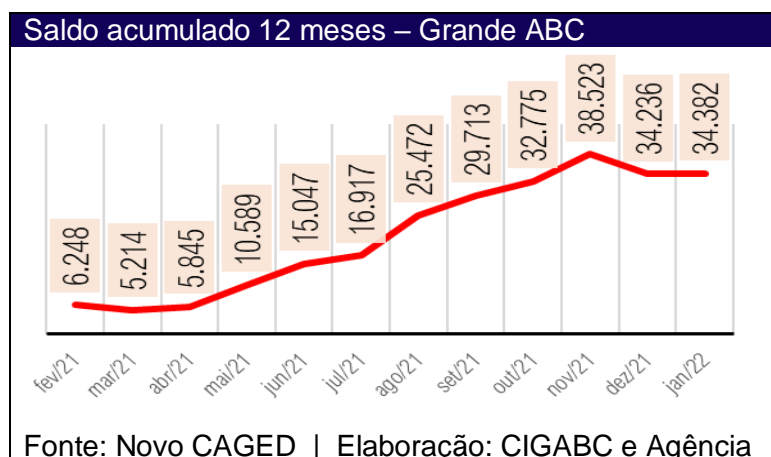
No saldo por sexo vemos que, no mês, o saldo entre os homens (+243) foi positivo, ao passo que os das mulheres (-97) foi negativo. Em relação à escolaridade, o resultado no mês demonstrou predomínio de vagas para pessoas com o nível superior completo (+469). Os mais jovens continuam dominando o saldo, com mais de 443 vagas para a faixa de 18 a 24 anos.

O setor com melhor resultado em janeiro foi o setor de Serviços (+801 vagas), seguido pelos setores da Indústria (+570) e Construção (+359). O Comércio (-1.580) e a Agropecuária (+7) fecharam vagas.

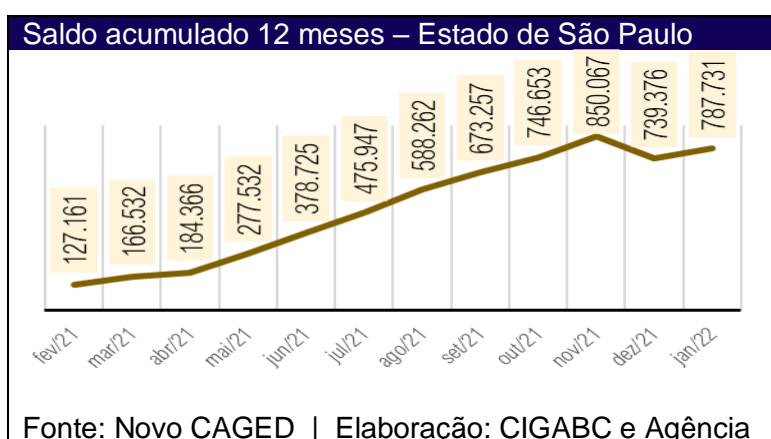
O estoque de empregos formais na região, que é o total de vínculos ativos no mês, chegou a 729.895 vínculos em janeiro de 2022. O estoque atual é 4,9% maior que o estoque em janeiro de 2021.

Trajatória do saldo acumulado

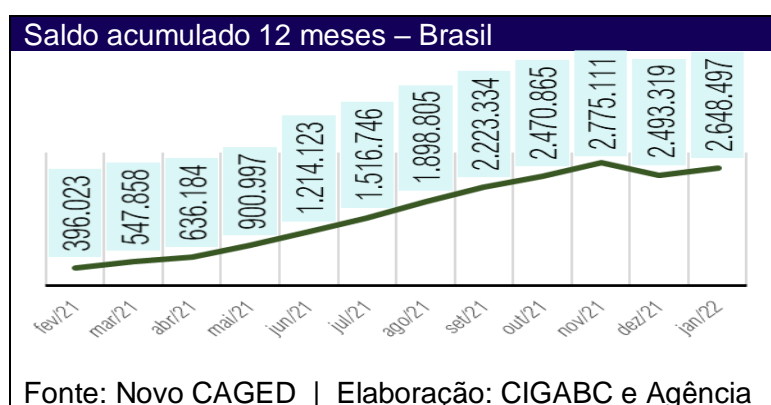
O Grande ABC registrou saldo positivo no mês de janeiro de 2022, com a abertura de 146 postos formais de emprego. O saldo do mês somado aos registrados desde fevereiro de 2021 resulta no total de mais de 34,3 mil novos postos em 12 meses.



O estado de São Paulo abriu 48.355 vagas formais no mês de janeiro de 2022. Por setor, registrou-se os seguintes saldos: Agropecuária (+5.015), Comércio (-20.668), Construção (+14.016), Indústria (+20.385) e Serviços (+29.607). O saldo acumulado em 12 meses, no estado, foi de mais de 787 mil novos vínculos.



O país também registrou saldo positivo no mês, com 155.178 novos vínculos. Por setor, registrou-se os seguintes saldos: Agropecuária (+25.014), Comércio (-60.088), Construção (+36.809), Indústria (+551.419) e Serviços (+102.026). O saldo acumulado em 12 meses, no país, foi de mais de 2,6 milhões de novos vínculos.



Saldo por setor em janeiro no Grande ABC

O Comércio registrou saldo negativo no mês de janeiro, com o fechamento de 1.580 vagas. Foi o único setor que fechou mais vagas do que abriu em todas as cidades da região. O estoque regional do setor foi de 148.131 vínculos em janeiro de 2022 (5,8% a mais que no mesmo período de 2021). O saldo do setor por município foi: Diadema (-144), Mauá (-122), Ribeirão Pires (-88), Rio Grande da Serra (-3), Santo André (-413), São Bernardo do Campo (-560) e São Caetano do Sul (-250).

A Construção abriu 359 vagas em janeiro na região. O estoque do setor na região foi de 34.919 vínculos no mês (16,8% a mais que no mesmo período de 2021). O saldo da Construção por município foi: Diadema (+26), Mauá (+124), Ribeirão Pires (-9), Rio Grande da Serra (-8), Santo André (-147), São Bernardo do Campo (+261) e São Caetano do Sul (+112).

A Indústria abriu 570 vagas em janeiro na região. O estoque do setor na região foi de 175.159 vínculos no mês (2,8% a mais que no mesmo período de 2021). O saldo do setor por município foi: Diadema (+74), Mauá (+142), Ribeirão Pires (-19), Rio Grande da Serra (-25), Santo André (+41), São Bernardo do Campo (+281) e São Caetano do Sul (+76).

O setor de Serviços foi o que mais abriu vagas em janeiro, com 801 novos vínculos. O estoque do setor na região foi de 366.567 vínculos em janeiro (4,5% a mais que no mesmo período de 2021). O desempenho do setor de Serviços, por município, foi: Diadema (+116), Mauá (+361), Ribeirão Pires (+72), Rio Grande da Serra (-10), Santo André (+1.094), São Bernardo do Campo (-322) e São Caetano do Sul (-510).

Quadros complementares

SALDO GERAL – Grande ABC		
Novo Caged com ajustes até janeiro de 2022		
	Janeiro de 2022	Em 12 meses
Admissões	30.327	345.550
Desligamentos	30.181	311.168
Saldo (A-D)	146	34.382

Fonte: SEPRT/Ministério da Economia – Elaboração: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

SALDO POR SEXO – Grande ABC		
Novo Caged com ajustes até janeiro de 2022		
	Janeiro de 2022	Em 12 meses
Homens	243	18.503
Mulheres	-97	15.879
Total	146	34.382

Fonte: SEPRT/Ministério da Economia – Elaboração: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

SALDO POR SETOR DE ATIVIDADE – Grande ABC		
Novo Caged com ajustes até janeiro de 2022		
	Janeiro de 2022	Em 12 meses
Agropecuária	-4	5
Comércio	-1.580	8.077
Construção	359	5.733
Indústria	570	4.766
Serviços	801	15.801
Total	146	34.382

Fonte: SEPRT/Ministério da Economia – Elaboração: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

SALDO POR GRAU DE INSTRUÇÃO – Grande ABC		
Novo Caged com ajustes até janeiro de 2022		
	Janeiro de 2022	Em 12 meses
Analfabeto	13	174
Fund. Incompl.	-176	-1.397
Fund. Compl.	-177	-922
Médio Incompl.	-67	1.180
Médio Compl.	249	33.469
Superior Incompl.	-165	385
Superior Compl.	469	1.493
Total	146	34.382

Fonte: SEPRT/Ministério da Economia – Elaboração: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

SALDO POR FAIXA ETÁRIA – Grande ABC		
Novo Caged com ajustes até janeiro de 2021		
	Janeiro de 2022	Em 12 meses
Até 17 anos	373	3.420
18 a 24 anos	443	21.870
25 a 29 anos	-311	4.353
30 a 39 anos	-27	5.142
40 a 49 anos	130	3.587
50 a 64 anos	-350	-2.497
65 anos ou mais	-112	-1.493
Total	146	34.382

Fonte: SEPRT/Ministério da Economia – Elaboração: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Comentário metodológico

O Novo Caged reúne e contabiliza os registros administrativos das movimentações formais de emprego (admissões e demissões) de diversas modalidades de vínculos contratuais no país. A nova forma de contabilização desses vínculos, inaugurada em janeiro de 2020, inicia a série histórica do Novo CAGED, não sendo adequada sua comparação direta com a série histórica descontinuada em dezembro de 2019. Em relação à série do Novo CAGED, a cada publicação mensal são divulgados também os ajustes dos resultados dos meses anteriores. Com a divulgação das informações de janeiro de 2022, a série sofreu ajustes retroativos até janeiro de 2020 – um ajuste de toda a série do Novo CAGED.

Nota Técnica

29. RETOMADA ECONÔMICA DO ABC⁷⁷

Aroaldo Oliveira da Silva⁷⁸

Resumo Executivo

A nota técnica enfatiza o impacto das mudanças ocorridas no Brasil e no mundo nas últimas quatro décadas, seu rebatimento no Grande ABC e as ações regionais mais recentes neste processo de transformações - com destaque para aquelas conduzidas pela Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC.

Palavras-chave: *Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Grande ABC.*

Nos últimos 40 anos, ocorreram grandes mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo. Assistimos o fim da bipolaridade política mundial com o fortalecimento do multilateralismo, a ascensão do neoliberalismo com a hegemonia do capital financeiro, o avanço das tecnologias e as mudanças no estilo de vida das pessoas tornando as relações humanas mais fluidas, as alterações climáticas que podem comprometer a existência da humanidade e um aumento da concentração de renda nunca visto antes na história.

No Brasil, vivenciamos grandes mudanças. Passamos pelo processo de redemocratização, escrevemos uma nova Constituição, abrimos a economia (ainda que de forma abrupta, indiscriminada e não seletiva), consolidamos o país como urbano. Sofremos e acompanhamos todas as transformações mundiais como o aumento do desemprego, da desigualdade social, da desestruturação da nossa economia com diversos planos econômicos e assistimos o aumento da diferença do “gap” tecnológico do Brasil com os principais países do mundo.

Enquanto isso, os principais atores sociais e econômicos da região do Grande ABC buscavam formas de discutir e resolver esses problemas conjuntamente. Sob a liderança do prefeito Celso Daniel no início dos anos 1990, inauguramos um modelo de governança público regional para enfrentar estes e outros problemas.

O chamado Consórcio Intermunicipal de Prefeitos foi lançado e logo virou referência nacional. Durante aquela década outros instrumentos foram articulados de forma regional como a Câmara Regional, o Fórum da Cidadania, e, no final dessa mesma década, a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC - formada pelas prefeituras municipais, sindicatos de trabalhadores, universidades, associações comerciais e industriais e o polo petroquímico - como braço para discutir toda a problemática econômica que a região vinha enfrentando.

⁷⁷ Texto adaptado do artigo originalmente publicado no Boletim de Conjuntura Econômica do ABCDMRR, Conselho Regional de Economia - CORECON/Delegacia Regional do Grande ABC, 1ª edição, março 2022.

⁷⁸ **Aroaldo Oliveira da Silva.** Graduado em Ciências Sociais. Pós-Graduado em Gestão e Políticas Públicas. Extensão em Gestão de Recursos de Defesa. Técnico em Contabilidade. Funcionário da Mercedes-Benz há 28 anos. Membro do Comitê Mundial dos Trabalhadores na Daimler. Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Atualmente, Presidente da Industriall Brasil e Presidente da Agência Desenvolvimento Econômico Grande ABC.

Muitas foram as demonstrações regionais de enfrentamentos dos problemas durante as décadas. Algumas destas dificuldades uma cidade de forma isolada não conseguiria resolver, como a questão da mobilidade ou dos resíduos sólidos, agravado nos últimos anos.

Outro exemplo de articulação regional foi o enfrentamento à pandemia. As cidades discutiram de forma conjunta as restrições, o atendimento médico, a captação de recursos e inclusive a compra de vacinas.

Agora, promovemos um grande debate sobre a retomada da economia regional. Nesse caso, a Agência desenvolve papel fundamental em articular os atores para pensar de forma conjunta quais os caminhos.

Durante toda sua existência a Agência se destacou em projetos e programas que auxiliaram a iniciativa privada na região. Entretanto, em um passado recente, a agência deixou de entregar para a região o que se esperava, em que pese os esforços dos gestores da época. Porém, no último ano, rearticulamos essas iniciativas mesmo com todas as dificuldades que o momento impunha. Organizamos seminário de planejamento estratégico com os principais atores regionais com o objetivo de apontar as prioridades e os eixos de atuação para a Agência ‘pilotar’ nos próximos anos.

Como um dos principais eixos destaca-se o tema “indústria”, um dos pilares do debate regional. Outros eixos abordados ainda são: a consolidação de um ecossistema de inovação que integre além das universidades a iniciativa privada; a elaboração, produção e acompanhamento de indicadores para nortear a política pública e o investimento privado; a necessidade de pensar e fomentar a nova economia a partir da “Economia Social”; a oportunidade do turismo como ferramenta de desenvolvimento regional com geração de emprego e renda; o aproveitamento da capacidade intelectual e humana na região a partir das universidades transformando o Grande ABC em um “território do conhecimento e da inovação”.

Para isso, estreitamos o relacionamento com alguns atores situados além da região, como o governo do Estado de São Paulo, que tem capacidade e responsabilidade sobre o desenvolvimento e o fomento regional, e, com a prefeitura de São Paulo, pois as decisões na capital influenciam diretamente nossa região.

Realizamos uma grande atividade com o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, intitulado “**AVANÇA ABC**”, oportunidade em que firmamos entre as instituições o “Protocolo de Intenções” visando à conjugação de esforços voltados ao fortalecimento do desenvolvimento econômico através de ações de empregabilidade, qualificação técnica e profissional, empreendedorismo, ciência, tecnologia e inovação.

Da mesma forma, com a prefeitura de São Paulo estamos em vias de assinatura também do protocolo de intenções para atuarmos de forma conjunta em áreas de interesse comum com vistas ao aproveitamento dos potenciais regionais, como por exemplo, o turismo.

Como desdobramento do “**AVANÇA ABC**”, no último dia 22 de fevereiro, promovemos nova atividade com objetivo de diagnosticar a região. Neste encontro, contamos com a presença das universidades, do poder público, sindicatos e iniciativa privada, ocasião em que foram apresentados os desafios setoriais, propostas para o desenvolvimento regional e para inclusão produtiva, como iniciativas que podem colocar o Grande ABC conectado novamente com as principais cadeias de valor no mundo.

Agora, o desafio é pensar o “**FUTURO DA INDÚSTRIA**”. Em nossa região temos a presença de montadoras, do primeiro polo petroquímico do país, de indústrias químicas importantes, de

indústrias da área de defesa, do setor da alimentação e têxtil, entre outras, mostrando a relevância nacional e internacional do nosso parque industrial, que vem sofrendo nas últimas décadas.

Temos como meta discutir o tema da mobilidade, passando pelo debate da mudança da matriz energética, nos conceitos dos veículos e a reestruturação da cadeia de fornecimento e o impacto na vida nas cidades.

O assunto da qualificação e formação profissional também aparece como uma necessidade urgente a ser debatido, já que precisamos enxergar as reais necessidades regionais, ao mesmo tempo em que constatamos se o que estamos oferecendo é o suficiente para a demanda e qual a expectativa dos jovens acerca deste tema.

E dentro dessa agenda, estamos trabalhando em conjunto com as universidades para a elaboração de um portal que congregue todas as iniciativas regionais do campo da inovação oriunda do meio acadêmico e da iniciativa privada.

Temos grandes desafios para serem discutidos e enfrentados. Não sabemos ao certo aonde chegaremos, mas, temos a certeza de que somente de forma conjunta e articulada iremos achar o melhor caminho para nossa região e seu desenvolvimento econômico, humano e sustentável com emprego e renda de qualidade.

Nota Técnica

30. FORTALECER UMA ESTRATÉGIA QUE APOSTA NA VOCAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL: ELEMENTOS PARA CONSTRUIR UMA AGENDA SUSTENTÁVEL

Edgar Nóbrega⁷⁹
Junior Orosco⁸⁰

Resumo Executivo

A sociedade tem sido desafiada a pensar a partir de novos paradigmas, diferente do passado onde se esperava quase que exclusivamente que ações macroeconômicas pudessem equacionar os grandes dilemas sociais. Neste artigo, buscamos contribuir com uma necessária reflexão sobre o fortalecimento da agenda local para que seja possível construir uma adequada vocação regional. É fato que não existem soluções mágicas e é elementar o fato de que não podemos agir com um sentido de arrogância. Acreditamos que as regiões podem contar com a força dos mandatos parlamentares ao nível estadual e federal seja em relação a destinação de emendas regionais, seja como facilitador do desenvolvimento de projetos locais e regionais e para tanto focamos a nossa análise na realidade do Grande ABCD paulista.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Vocações econômicas; Paradigmas; Estratégias de desenvolvimento; Participação social.

É preciso rever os paradigmas ultrapassados

Reconhecer a importância dos paradigmas como padrões e construções mentais que estruturam o modo como os indivíduos e os grupos organizam o pensamento e a partir do qual tomam as decisões é uma questão elementar para o debate que queremos fazer a partir da apresentação deste artigo.

Na vida quando estabelecemos determinados paradigmas como corretos sentimos enormes dificuldades em revê-los em quaisquer áreas do cotidiano.

Na atualidade, em boa medida, podemos observar um tempo de rápidas e profundas transformações, momento no qual se possibilitam mudanças nos paradigmas, como por exemplo: o fim da guerra fria e da corrida armamentista que aconteceu no final dos anos 80 do século passado, o atual estágio do processo de globalização econômica que coloca para a humanidade novas ameaças e novas oportunidades.

Entretanto, as mudanças de paradigmas não são obras de uma fatalidade histórica e nem tão pouco serão resultados das decisões de um grande dirigente político ou de uma super

⁷⁹ **Edgar Nóbrega** – Economista, mestre em economia e Doutor em ciência política, professor universitário durante 25 anos em diversas instituições entre as quais Faculdade Paulista de Serviço Social São Caetano do Sul, Universidade Metodista de São Paulo, Consultor de empresas e organizações sociais e presidente da empresa Rumo Desenvolvimento.

⁸⁰ **Junior Orosco** - Administrador de empresas, Consultor de Marketing, Gestor público com destacada presença na cidade de Mauá – SP, colaborador do Instituto Motiva – OSC especializada em políticas sociais.

corporação econômica. Essas mudanças apenas ocorrerão por meio de novas posturas de sujeitos sociais cujas ações precisam ser contemporâneas.

E isso fica muito evidente quando tratamos, por exemplo, da questão do desenvolvimento. No passado os temas desenvolvimento e vocação regional eram tratados apenas em teses acadêmicas e nos planos de empresas de consultorias.

Quando o assunto desenvolvimento se colocava na agenda governamental era a resultante exclusiva de ações macroeconômicas em nível de nação.

O tempo foi passando e a sociedade está cada vez mais entediada de esperar que as soluções para as cidades provenham apenas das esferas nacionais e estaduais de poder. Até porque, na prática os grandes dilemas dos cidadãos são equacionados no âmbito local, é na cidade que de fato as coisas acontecem.

A construção de uma estratégia regional é fundamental

No Brasil, a busca de estratégias do desenvolvimento local e regional é cada vez mais objeto de desejo das pessoas que resolvem tomar para si responsabilidades anteriormente atribuídas apenas aos técnicos mais ou menos bem intencionados de Brasília.

Esse novo posicionamento acontece em um tempo de paradoxos; fala-se cada vez mais em globalização e exige-se uma maior participação da sociedade nas esferas locais de poder.

É preciso entender a complexidade desse processo para que possamos ter um discurso e uma prática coerente com as exigências da atualidade.

As cidades devem estar, cada vez mais, preparadas para viver as mudanças a que estão sendo chamadas e a responder uma série de indagações a respeito de seu futuro e de sua vocação econômica.

Para pensar e realizar uma estratégia de desenvolvimento regional se faz necessário um amplo esforço de construção e de articulação política e social local.

Ou seja, não se trata apenas de ter mais ou menos vontade política, é essencial ter capacidade técnica e um forte sentido de propósito das organizações.

Logo, a busca dessa estratégia de desenvolvimento pressupõe o exame e o amadurecimento de elementos que consideramos paradigmático.

É fato que as transformações do espaço urbano, por exemplo, são também resultados de novos modos de produção no qual as empresas passam a se relacionar de maneira fragmentada e mais articulada por meio de pequenas unidades em cadeias produtivas, diferente da época em que a economia parecia ser apenas o resultado da ação de grandes empresas que funcionavam a “todo vapor” e onde quase todas estavam instaladas nos centros das cidades.

Quando observamos a região do Grande ABCD paulista e as transformações ocorridas isto fica bastante claro, seja em relação à Avenida Industrial que em Santo André deixou de abrigar indústrias, seja em São Bernardo onde uma gigante produtora de cobertores se transformou em enorme condomínio residencial, ou em São Caetano do Sul onde o terreno que abrigava a enorme fábrica de cerâmicas e hoje ostenta um moderno shopping center.

O centro de Mauá e de Diadema e suas transformações comerciais com seus grandes shoppings também são outros exemplos bastante relevantes sobre o quanto as cidades tem se transformado.

O diálogo sobre o futuro das cidades é essencial

As transformações que são marcas do Grande ABCD também acontecem em outras tantas cidades de São Paulo e do país.

É por isso que os resultados dos processos de revitalização arquitetônica e econômica quando discutidos com a comunidade envolvida, tem se mostrado bastante positivo e tem ido além das obras de embelezamento.

Uma cidade é um espaço urbano e econômico; é um organismo que vivência cotidianamente uma série de transformações e de mudanças. Isso contribui para o aumento da exigência de um maior nível de reflexão e diálogo na medida em que as decisões precisam ser tomadas com a maior eficiência e eficácia possíveis, até porque as alternativas, as propostas são sempre construídas a partir dos posicionamentos políticos e ideológicos.

Não existe nenhuma condição de se falar em alternativas únicas quando tratamos de questões relativas a temas econômicos, sociais e em relação às cidades.

Assim, para que as melhores alternativas sejam encaminhadas, faz-se necessário o exame democrático e plural do conjunto das propostas. Quando isso não acontece corre-se o risco de se optar por saídas não razoáveis e que de alguma maneira desconsidere sujeitos sociais importantes.

Estamos convencidos de que precisamos, agora, dar um salto qualitativo no processo de construção de projetos estratégicos de desenvolvimento regional para que possamos avançar no caminho de mudanças das nossas cidades e para que essas sejam cada vez mais lugares melhores de se morar, viver e trabalhar.

Compreender os caminhos da vocação local e regional é elementar

É preciso entender como a questão da vocação relaciona-se com o tema do desenvolvimento e precisamos indicar quais são os elementos essenciais para que o processo de transformação se estabeleça da melhor maneira possível.

Não podemos acreditar na existência de um certo Darwinismo social, em que a sociedade “evolui” naturalmente, apenas com seu “espírito empreendedor”.

Para se pensar um projeto de desenvolvimento local é necessário observar:

- a) A disposição dos agentes econômicos e sociais em construir um projeto;
- b) A disposição para realizar os acordos necessários para que o projeto seja implementado na prática;
- c) A incorporação da participação da sociedade, especialmente dos segmentos organizados e formadores de opinião.

Nesse processo, o poder público tem um papel decisivo e a Câmara de Vereadores de cada uma das cidades deve se colocar como instrumento articulador de importantes temáticas na medida que estas podem ajudar a capitanear a discussão a respeito da construção de um projeto de desenvolvimento local

Hoje, vivemos um tempo diferente dos anos de 1.950 e 1.970 onde grandes projetos eram implantados e davam origem rapidamente a novas cidades.

O tempo da economia globalizada nos sugere, inclusive, a necessidade de verificar determinados “nichos” de mercados nacionais e internacionais.

Levando-se em consideração, inclusive, que a construção de um projeto de desenvolvimento para a economia local / regional não está dissociado de um tempo em que muitas decisões econômicas são tomadas a milhares de quilômetros de distância nas matrizes de grandes organizações econômicas.

O quadro abaixo confirma o quanto é forte o conjunto das cidades do Grande ABCD Paulista:

QUADRO GERAL SOBRE AS CIDADES DO GRANDE ABCD PAULISTA

Cidade	Orçamento 2021 (R\$)	População	Orçamento / habitante	Extensão Km ²	Orçamento / Km ² (R\$)	IDH
SBC	5.688.158.000	844.483	6.735,67	409.532	13.889,41	0,805
S. André	3.430.000.000	721.368	4.754,85	175.782	19.512,81	0,815
SC Sul	1.667.025.000	161.957	10.293,00	15.331	108.735,57	0,862
Mauá	1.230.000.000	477.552	2.575,63	61.909	19.867,87	0,766
Diadema	1.500.000.000	426.757	3.514,88	30,732	48.809,06	0,757
R. Pires	372.800.000	124.159	3.002,60	99,075	3.762,81	0,784
RG Serra	107.000.000	51.436	2.080,25	36,671	2.917,84	0,749

Elaboração: Rumo Desenvolvimento.

Quando examinamos os números dos orçamentos e outros elementos das cidades do Grande ABCD temos a exata convicção do quanto podem ser mais fortes as políticas públicas a favor de uma agenda estratégica de desenvolvimento.

De nossa parte, acreditamos que seja necessário aprofundar este debate com a maior consistência e competência possível.

Hoje, muito se fala sobre o crescimento do setor de serviços nas regiões, sobre os impactos de projetos estratégicos, mas é necessário perguntar de maneira bastante clara: Existem estudos sérios sobre essas questões?

Se estes estudos não existem, quem está disposto a realizá-lo?

Se é verdade que o tempo atual é o tempo dos serviços, e de fato acreditamos que sim perguntamos: Qual é o caminho estratégico que tem sido construído, nesse sentido por exemplo no conjunto das cidades do Grande ABCD paulista?

A política precisa ajudar a iluminar este caminho

Não existem soluções mágicas e não podemos agir com sentido de arrogância.

Acreditamos que as regiões precisam contar com a força dos mandatos parlamentares ao nível estadual e federal seja em relação a destinação de emendas regionais, seja como facilitador do desenvolvimento de projetos locais e regionais.

E mais, para que uma agenda política seja consequente, não poderemos jamais, discutir a questão do desenvolvimento de modo separado da questão do emprego e da geração de renda, trabalho e oportunidades.

Esse é um debate repleto de novidades, até porque muitos sujeitos relevantes insistem em dizer que a questão do desenvolvimento nada tem a ver com emprego, o que discordamos radicalmente.

O trabalho é uma questão fundamental para a organização da sociedade. Desde crianças fomos educados para o trabalho; os nossos sonhos estavam relacionados com a profissão a desempenhar no futuro.

É exatamente por isso que os devastadores números do desemprego geram tantas crises e desesperanças.

Uma política que seja capaz de gerar trabalho, emprego e renda para as pessoas, é uma política onde se constroem o desenvolvimento. Sem trabalho pode-se haver crescimento da economia, mas não haverá verdadeiramente desenvolvimento.

Acreditamos que uma política local onde a vocação esteja absolutamente clara precisa enfrentar o tema do trabalho e seguramente poderá gerar um movimento positivo, onde cada vez mais pessoas consumindo podem gerar trabalho para mais pessoas poderem consumir. O desafio está lançado. Queremos fazer das políticas públicas um lugar onde possamos discutir projetos inovadores.

E projetos não são apenas ideias ou sonhos, projetos são ideias que quando assumidas pela sociedade ajudam a realizar os sonhos por um mundo melhor, mais justo e mais humano.

Nota Técnica

31. QUALIFICAR AS OSCs PARA QUE POSSAMOS AMPLIAR A FORÇA DA GESTÃO PÚBLICA

Maraisa Nogueira Araújo⁸¹
Kalesa Elias de Araújo Souza⁸²

Resumo Executivo

*Na atualidade as demandas sociais são sempre maiores que a quantidade de recursos públicos disponíveis, e mais, na grande maioria das políticas públicas que atendem diretamente os cidadãos, se verifica um número de OSs e OSCs, o que coloca a necessidade do fortalecimento e da qualificação do trabalho das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como algo urgente. É importante apontar inclusive que uma das principais conquistas em torno desta questão diz respeito a criação do Marco Regulatório (MROSC) das OSCs, o que foi feito por meio da **Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014**. Este ensaio sugere aprofundar um caminho referenciado na experiência prática recente do Politeuo que organizou uma turma e se prepara agora para realizar a segunda do Curso: Construção e Gerenciamento de Projetos Sociais.*

Palavras-chave: Políticas públicas; Projetos Sociais; OSCs.

Um pouco da história do Politeuo

A Associação Politeuo – Rede Local de Economia Solidária, é uma Organização da Sociedade Civil, registrada em fevereiro de 2000, na cidade de São Caetano do Sul, SP. Desde então tem entre seus objetivos:

Importantes temas foram sendo incorporadas para que fosse possível atualizar uma vocação focada nas questões do planejamento, educação, qualificação profissional, empreendedorismo e o desenvolvimento social sustentável.

Na história da entidade, destaca-se, durante os anos de 2003 até 2010, quando participamos de maneira destacada da articulação do Fórum Regional ABCD de Economia Solidária e do Fórum Estadual. Foi neste mesmo período que ocupou papel de destaque no movimento que originou a criação dos Conselhos Locais de Segurança Alimentar.

A forte presença da Associação levou vários de seus representantes para a I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília no ano de 2006. Este era um momento em que se fortaleciam uma exitosa parceria entre movimentos sociais, dirigentes de empreendimentos econômicos solidários e uma forte rede de gestores que trabalhavam nesta área.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo Politeuo, destacamos o Programa Empreendedor

⁸¹ **Maraisa Nogueira Araújo.** Presidente da Associação Politeuo – Rede Local de Economia Solidária, Ativista e Empreendedora Social, Pesquisadora e Assessora em projetos de desenvolvimento sustentáveis, Estudante de Design de Interiores e Lider de Jovens católicos

⁸² **Kalesa Elias de Araújo Souza.** Assistente Social, Residência Multiprofissional em Serviço Social (HCFMUSP), Pós-Graduada na área de políticas sociais, Consultora em Projetos Sociais, Secretária Geral e Coordenadora de estágio da Associação Politeuo Rede Local de Economia Solidária.

Popular, que garantiu Capacitação e Assessoria para cerca de 2.000 micro empreendedores solidários e cooperativas populares, realizado em parceria com a Prefeitura de Santo André e Comunidade Econômica Européia.

No Item I do Art. 2 do Estatuto do Politeuo apontam-se importantes finalidades:

Atuar para o desenvolvimento econômico sustentável; o fortalecimento do processo democrático, do pluralismo, dos princípios éticos; a promoção da cidadania, pela garantia do respeito aos direitos humanos individuais e coletivos, pela inclusão social, políticas, econômico e cultural, prioritariamente dos setores excluídos da população.

E no Item IV apontam-se: “promover a educação e a capacitação de cidadãos acerca da identificação, diagnóstico e proposição de alternativas para problemas de natureza social, econômica e cultural”.

A entidade sempre apostou na possibilidade de uma economia solidária

Nós sabemos que a economia é uma ciência que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens e serviços por um determinado grupo de indivíduos e pela sociedade.

Também não temos dúvida de que a economia é uma ciência humana, e que sempre existirá mais do que uma alternativa para cada questão, diferente das ciências exatas onde sempre haverá apenas uma alternativa.

A economia engloba a noção de como as sociedades utilizam os recursos para produção de bens e serviços com valor e a forma como é feita a distribuição desses bens entre os indivíduos.

É exatamente neste ponto que os temas deste ensaio se encaixam. Primeiro porque entre os temas centrais das preocupações das OSCs existe a busca da compreensão dos motivos que levam a sociedade à ambientes de exclusão que se encontram e na sequência sobre quais podem ser os caminhos que de algum modo podem garantir a inclusão.

Quando falamos de exclusão e inclusão, precisamos sempre considerar a questão econômica. Uma pessoa ou grupo social excluído significa alguém que não possui acesso ao mercado e não o tendo acesso, certamente, estará à margem dos direitos básicos que possibilitam uma vida digna.

No entanto, nestes tempos de complexidade, paradoxos e polarizações há fortes evidências para as limitações do modelo de desenvolvimento hegemônico que vivemos.

Aliás, o modelo parece ser o único ao longo da história o que não é verdade. Trata-se de uma hegemonia construída depois da Revolução Industrial.

Quando estudamos a democracia grega já começamos a compreender que há várias verdades que convivem no mesmo cotidiano.

É exatamente neste momento que se insere a questão central da vocação do Politeuo, a Economia Solidária.

Economia Solidária

Nós acreditamos que é possível pensar outras formas de organização da vida em sociedade, onde a solidariedade pode ser considerada um elemento central para a economia.

Para tanto acreditamos que dois pressupostos são elementares:

- a) A liberdade;
- b) A autonomia.

Apostamos, portanto, nas possibilidades de reinvenção de um modelo, de um caminho que às vezes pode ser até considerado utópico ou romântico.

Estes pressupostos centrais para nossa visão de mundo se relacionam diretamente com a participação, não existe liberdade e autonomia sem participação.

Estas duas questões resultam em escolhas que fazemos em função de decisões políticas que priorizam um modelo cooperativo e associativo de trabalho. E não temos dúvidas que estes referenciais precisam estar cada vez mais presentes nas políticas públicas e nas agendas sociais.

Estas questões relacionadas à Economia Solidária já estão sendo desenvolvidas e são partes da realidade que nós vivemos, como por exemplo:

- Quando milhares de cooperativas se desenvolvem em várias áreas.
- Quando se criou no Ministério do Trabalho uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.
- Quando milhares de empresas e negócios se desenvolvem com o sentido desta nova Economia que busca se transformar como agenda hegemônica.
- Quando uma série de Redes de Economia Solidária começa a ser materializadas no ambiente produtivo.
- Quando vemos o sistema SICRED e SICOOB entre os maiores bancos nacionais podemos pensar também o tema.

Uma aposta que precisa ser fortalecida e valorizada

A Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que define regras para a celebração de parcerias, nas quais o Poder Público e as organizações da sociedade civil cooperam para alcançar um interesse comum de finalidade pública, que ficou conhecida como Lei do Marco Regulatório (MROSC) das OSCs, precisa ser utilizada neste processo para que de fato exista uma combinação mais razoável entre demandas sociais, competências de organizações e recursos disponíveis.

É fato que para temas importantes das cidades são as OSCs que se desafiam a equacionar problemas complexos.

As OSC's, na maioria das vezes, de maneira anônima, enfrentam questões nas áreas de assistência, saúde, educação entre tantas outras.

Em cada uma das cidades podemos facilmente observar que verdadeiros dramas sociais encontram soluções em função do trabalho às vezes filantrópico, outras vezes profissionais que assumiram para si responsabilidades que por vezes tangencialmente são encaradas pelo setor público.

Para que as ações possam ser cada vez mais efetivas, eficientes e eficazes se faz necessário ampliar a qualificação de seus dirigentes e o corpo de profissionais.

A qualificação que precisa ser considerada do ponto de vista específico de cada realidade deve obrigatoriamente passar por um olhar amplo e estratégico, sob pena que do contrário as políticas sociais se transformem em mero “exercício de enxugar gelo”.

Foi exatamente por este motivo que a direção do Politeu resolveu implementar o curso “Construção e Gerenciamento de Projetos Sociais”, e sem pretender aqui fazer proselitismo pessoal, avaliamos ao final como tendo sido uma experiência bastante exitosa.

O curso que realizamos pode sugerir elementos importantes

Quando lançamos a ideia de fazer um curso de “Construção e Gerenciamento de Projetos Sociais”, buscamos traduzir as demandas em uma ementa que ficou assim anotada:

“Objetivamos estudar a gestão de projetos e sua relação com OSC’s e Governos como forma de melhorar os resultados, fortalecer a competitividade e garantir sua sustentabilidade, eficácia e eficiência, garantindo o alcance dos objetivos”.

Realizamos um curso com 52 horas de trabalho EAD organizados conforme o quadro que segue:

	QUESTÕES	DETALHES	HORAS
1	Aulas com temas definidos	12 aulas com duração de 2h30	30
2	Mentorias pontuais	Encontros agendados	12
3	Preparação de projeto	Em grupos definidos	10

Em nossa primeira turma, participaram dezesseis alunos que pagaram uma taxa total de R\$ 500,00 o que foi considerado um valor justo para o projeto.

Programa de ensino

AULAS	TEMAS	QUESTÕES RELEVANTES
1	Os projetos Sociais na atualidade	O que são projetos sociais e como organizá-los?
2	Análise de Conjuntura em tempos de modernidade líquida	Por que precisamos analisar a conjuntura diante da construção de projetos?
3	Desenvolvimento Local Sustentável e economia criativa	É preciso pensar o poder local e a governança quando tratamos o desenvolvimento?
4	Os processos de Planejamento Estratégico	O que são estratégias fundamentais do gerenciamento de projetos?
5	Orçamento público políticas sociais, PPA, LOA e LDO	Licitações e contratos, quais detalhes um gestor precisa compreender?
6	Indicadores de desenvolvimento	Conhecer os indicadores é relevante por quê?
7	Parceria público privado	O que devemos saber sobre parcerias?
8	Contabilidade e custos	As políticas sociais precisam ter embasamentos contábeis?
9	Captação de recursos	O que precisamos saber sobre este tema?
10	Prestação de contas	Quais detalhes devemos saber?
11	A legislação e os impactos em projetos sociais	Quais são as Leis mais relevantes que precisamos compreender os detalhes?
12	A construção de uma agenda em processos disruptivos	Quais são os grandes desafios da gerência moderna e da gestão de equipes?

Ao final deste processo ficou a certeza, precisamos construir uma agenda em que os processos sejam cada vez mais disruptivos.

Por quais razões isto se faz necessário:

1. É preciso ter muita clareza sobre os grandes desafios da Gerência Moderna e da gestão de Equipes;
2. Se faz obrigatório o entendimento da construção de agendas;
3. A compreensão da natureza dos processos disruptivos contribui diretamente para fortalecer o foco das organizações.

Dentre os grandes desafios da Gerência Moderna e da gestão de Equipes o gestor é o responsável por gerir as tarefas habituais de uma organização, analisar os números e decidir os caminhos e as correções de rumo necessárias para um crescimento sustentável.

Mudanças – É necessário acompanhar as mudanças atuais e com a rapidez necessária apresentar as possíveis respostas. Atualmente, as mudanças acontecem de repente e são radicais. A inovação está no centro da nossa agenda, é necessário inovar.

Neste sentido, é preciso estudo e atualização, portanto, é importante que o gestor sempre tenha muito interesse em atualizar-se.

Geração de conhecimento - Este é um entre os tantos desafios da administração moderna. Para que as organizações sejam contemporâneas elas precisam desenvolver a cultura da inovação por toda a organização. É necessário reter e obter conhecimento. Isso é possível quando existe uma relação de confiança entre todos os elos da organização, para que todos sintam-se encorajados a sugerir novas ideias. É essencial existir trabalho em equipe e criação de atitudes colaborativas.

Responsabilidades corporativas - As consequências da terceirização em massa e do downsizing, termo usado para definir o ato de demitir funcionários e não contratar substitutos, sobrecarregaram as empresas e na atualidade este e outros modismos são bastante discutidos. O envolvimento mais efetivo de todos no projeto da Organização é essencial.

O que podemos entender pela construção de agendas - Estamos pensando agenda no contexto de novas relações nos processos educacionais.

Nos processos de ensino formal a ligação dos alunos com os professores sugere uma “certa dependência” mesmo em tempos de pandemia em que as agendas escolares sofreram repentinas adaptações esta situação permanece.

No contexto atual se exigem fortes transformações e busca-se redefinir o papel do educador onde mais do que ensinar precisa ajudar o educando a concentrar-se na criação, na gestão e na regulação das situações de aprendizagem.

Trata-se de um momento oportuno para se buscar novas linguagens e adequados instrumentos de mediação repensando o processo educativo para que não sejam reproduzidos nos ambientes atuais concepções atrasadas das figuras do professor/aluno.

É necessário superar a postura ainda existente do professor transmissor de conhecimentos, passando assim para um caminho onde o conhecimento se dá na interação entre aluno/aluno e aluno/professor, valorizando-se o trabalho de parceria cognitiva.

O papel do professor em repassar as informações está dando lugar a um agente organizador, dinamizador e orientador da construção do conhecimento e da aprendizagem e sua importância é potencializada e sua responsabilidade social aumentada.

No momento anterior o aluno se encontrava presencialmente de maneira regular com o professor e as dúvidas e esclarecimentos eram equacionados sempre que necessárias.

Na atualidade, os novos processos educacionais exigem mudanças entre as quais o trabalho de mentoria e tutoria que pode oportunizar fazer as conexões necessárias para um processo educativo que se distancia das formas em que ensinar era simplesmente sinônimo de transmitir conhecimentos. O tutor promove a realização de atividades e apoia sua resolução, o tutor oferece fontes de informação e favorece um caminho onde a compreensão é cada vez mais dinâmica e estimulante.

É neste contexto que reconhecemos a construção de agendas como parte de um processo de fazer juntos.

Pensar agendas é pensar conexões, começo, meio e fim, é valorizar e tirar da teoria a noção de educação para a vida.

Os processos disruptivos – Foram apresentados para o mundo por Clayton Christensen, professor de Harvard que se inspirou no conceito de “destruição criativa” escrito pelo economista austríaco Joseph Schumpeter em 1939 para explicar os ciclos de negócios e o termo apareceu pela primeira vez em um artigo de 1995, *Disruptive Technologies: Catching the Wave*.

Quando uma empresa lança uma tecnologia mais barata, acessível e eficiente, mirando margens de lucros menores, cria uma revolução e deixa obsoleto quem antes era líder de mercado.

É o oposto do que Christensen chama de “inovações sustentáveis”, aquelas que não chegam a criar um mercado e concorrem com outras empresas de forma mais tradicional.⁸³

Segundo Christensen, algumas das características das inovações disruptivas são: margens de lucros menores, mercados-alvo menores e produtos e serviços mais simples, que não parecem tão atrativos quanto as soluções existentes quando comparados com métricas de performance tradicionais. E os exemplos estão por todos os cantos:

- A **Wikipedia**, que sabotou milhares de vendedores de enciclopédia e serviços pagos de enciclopédias online;
- O **Airbnb**, que tira do sério associações hoteleiras;
- Aplicativos como **Easy Taxi** e **99Taxis**, que tomaram o lugar das empresas de rádio-taxi;
- Serviços como o **Netflix**, que jogaram para a irrelevância as vídeo locadoras;
- O **Google**, que fez milhões de pessoas esquecerem que precisavam de listas telefônicas.

⁸³Quando falamos de empresas um exemplo é a HP investindo em linhas de PCs populares antes que a Lenovo o faça.

E quando falamos de Projetos sociais e Organizações da Sociedade Civil o que esta ideia de disrupção pode ajudar ou atrapalhar?

Acreditamos que este Projeto construído sob a perspectiva de Tecnologia Social pode oportunizar soluções criativas capazes de garantir o fortalecimento do empoderamento dos participantes.⁸⁴

A Tecnologia Social se caracteriza como sendo uma ferramenta que agrega informação e conhecimento para mudar a realidade, ou seja, é a ponte entre as necessidades, os problemas e as soluções no universo social.

A Tecnologia Social não é um modelo pronto, é uma metodologia em transformação, onde as pessoas que precisam das soluções são parte delas, assumindo na prática os processos de mudança.

Esperamos que o nosso ensaio possa contribuir com o fortalecimento de um caminho onde as OSCs sejam cada vez mais uma prioridade do conjunto da sociedade e para além desta questão que se encontrem de fato formatos relevantes dos processos de qualificação destas organizações.

⁸⁴As Tecnologias Sociais são entendidas como "um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida".

Nota técnica

32. “TANTA CASA SEM GENTE...TANTA GENTE SEM CASA”

Luis Felipe Xavier⁸⁵

Resumo Executivo

A nota objetiva contextualizar a situação das políticas públicas habitacionais no contexto da Região do Grande ABC. Pretende-se elucidar as categorias que compõem o conceito de déficit habitacional e relacionar o tema com as demais políticas públicas produzidas no espaço, seja ele intra-urbano ou regional. Ao tratar a política habitacional descolada da Educação, Cultura, Saúde, Lazer, Mobilidade, Transportes e Saneamento Ambiental não são alteradas as causas que produzem e reproduzem as desigualdades. São indicados alguns dos programas feitos pelos municípios do Grande ABC e questões urgentes que precisam ser equacionadas para dar conta da complexidade que envolve o tema – Habitação. Observamos que o “morar” se estende aos limites físicos da moradia exigindo que os governantes da região adotem medidas estruturais, se pretenderem enfrentar a temática como se deve. Para isso é preciso adotar uma governança metropolitana aliada a um programa que inclua os que sempre ficam apartados da cidade e da sociedade.

Palavras-chave: Habitação; Desigualdade; Direito Humano; Política Habitacional; Déficit Habitacional.

Uma preocupação que nos assola é um tema reivindicado há muito tempo por muitos – a Habitação –, sobretudo pelos que ainda não acharam um lugar para morar...um lugar no mundo. Em essência, a busca por um lugar, seja na cidade ou no campo, é o local onde famílias possam se assentar para realizar suas necessidades, expectativas...seus sonhos.

Esta busca acaba se transformando, como diz Raquel Rolnik, em uma “guerra dos lugares”⁸⁶ – uma disputa territorial nas cidades onde a luta pela terra e pela moradia engloba questões que vão além do espaço de morar (da habitação), como o acesso aos bens e serviços públicos que precisam coexistir no território onde se situa a moradia, para que as pessoas consigam ter qualidade de vida - para produzir e se reproduzir socialmente. O que observamos em muitas cidades é que a alocação de recursos públicos coincide com a localização da alta renda⁸⁷ acarretando dois fenômenos bem distintos: sobrevalorização do território onde há uma sobreposição de recursos públicos, que é captado pela alta renda; sobreposição de carências socioambientais em territórios onde os recursos públicos são escassos ou são mal utilizados.

O déficit habitacional (cerca de 20,9% da população das cidades do Grande ABC, conforme mostra a figura 1) pode ser mensurado de diferentes formas e em diferentes categorias: **déficit habitacional quantitativo** trata da necessidade de construção ou aquisição de novas unidades habitacionais; o **déficit habitacional qualitativo** demanda ações locais voltadas à melhoria das moradias e regularização fundiária; **déficit qualitativo em nível agravado**, é

⁸⁵ **Luis Felipe Xavier.** Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS; da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Pós-graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; professor do Curso de Pós-Graduação em Design de Assentamentos Sustentáveis e Ecovilas na Universidade de Taubaté (UNITAU). É Sócio-Diretor da LFX-OBRA e Pesquisador do Observatório Conjusc.

⁸⁶ Raquel Rolnik, no livro “Guerra dos Lugares”, após o trabalho de relatora da ONU, toca no processo global de financeirização das cidades e seu impacto sobre os direitos à terra e à moradia dos mais pobres e vulneráveis.

⁸⁷ Flávio Villaça elucidada de forma muito precisa em seis cidades do Brasil como a produção de infraestruturas públicas são alocadas nas cidades “puxadas” pela localização das classes de alta renda.

um detalhamento opcional e diz respeito a inadequações mais relacionadas às questões de mercado (inadequação do custo da moradia) e mobilidade (inadequação quanto à localização e acessibilidade)⁸⁸. Alguns exemplos temos famílias que não têm moradia: famílias que moram de favor (coabitação), no mesmo espaço; famílias que moram de aluguel; famílias que moram em favelas; famílias que moram em locais inapropriados sob o aspecto geotécnico – áreas alagáveis ou passíveis de escorregamentos; famílias que ocupam áreas com passivos ambientais (áreas contaminadas); famílias que ocupam locais abandonados, com dívidas enormes com o erário; famílias que ocupam locais com alguma inadequação habitacional - casas sem condições de habitabilidade, salubridade, entre outros.

Tabela 1: Déficit habitacional quantitativo, qualitativo e total (qualitativo + quantitativo) segundo abordagem familiar (IBGE)

Município	Déficit Quantitativo	Déficit Qualitativo	Déficit Total (Quant. + Qual.)	Total de Domicílios
Diadema	17.749 (15,1%)	10.245 (8,7%)	27.994 (23,8%)	117.839 (100%)
Mauá	14.557 (11,4%)	17.170 (13,5%)	31.727 (24,9%)	127.232 (100%)
Ribeirão Pires	3.295 (9,7%)	6.003 (17,6%)	9.298 (27,3%)	34.100 (100%)
Rio Grande da Serra	1.548 (11,6%)	3.333 (25%)	4.881 (36,6%)	13.354 (100%)
Santo André	20.079 (9,2%)	13.398 (6,2%)	33.477 (15,4%)	217.355 (100%)
São Bernardo do Campo	26.491 (10,9%)	27.069 (11,2%)	53.560 (22,1%)	242.513 (100%)
São Caetano do Sul	6.242 (12,2%)	980 (1,9%)	7.222 (14,1%)	51.229 (100%)
Região do Grande ABC	89.961 (11,2%)	78.198 (9,7%)	168.159 (20,9%)	803.622 (100%)

Fonte: Consórcio Intermunicipal Grande ABC/ Universidade Federal do ABC (2016)

Para enfrentar a complexidade que envolve a temática Habitação é preciso colocar um cardápio de opções mais completo de atendimento - que ataca o problema em várias frentes e dimensões – posto que a situação das famílias em situação de risco socioambiental é muito abrangente e que muitas das soluções que observamos não tocam nas razões estruturais que criam estas distopias sociais, urbanas, econômicas e ambientais que foram forjadas às custas de muito suor e lágrimas, desde a gênese do Estado brasileiro e que podem também ser evidenciadas (de forma estrutural) pelos dados apresentados por outros dados:

elevados índices de mortalidade infantil, se comparados com outros países; 30 milhões de brasileiros não possuem água tratada; 48 % das pessoas não possuem saneamento básico e 46% do esgoto coletado são tratados; **apenas 66% dos brasileiros tinham acesso à rede de coleta**; 40% dos adultos maior de 25 anos não têm Ensino Fundamental; 72% dos gastos domésticos vão para alimentação, habitação e transportes; 80 % das pessoas ganham até dois salários mínimos; 1% dos brasileiros recebe 33 vezes mais do que

⁸⁸ Sobre a questão do déficit habitacional ver Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC, produzido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC e pela Universidade Federal do ABC.

metade da população mais pobre; 1% das propriedades detém metade da área rural e dívida destes que concentram a terra e extrapolam, quase R\$ 1 trilhão, segundo dados da OXFAM Brasil, em 2016... a lista de anomalias socioeconômicas que expõe quão miserável é o nosso padrão de reprodução social é imensa. (XAVIER, 2020).

A Habitação, pois, não é descolada da educação, saúde, esporte, lazer, cultura, transporte, emprego etc. O território onde se situa a moradia tem que ser bem localizado e suprido de infraestrutura pública, bens e serviços públicos, de forma que as pessoas que os habitam não sofram grandes deslocamentos para realizar suas atividades, para que não tenham seu tempo de vida útil comprometido. Ações que reafirmem a função social da propriedade e consolidam a ocupação do espaço de forma mais heterogênea (através da mistura de classes) ajudam a corrigir as distopias históricas deste padrão de reprodução de desigualdades.

A transformação abrupta que ocorreu nas cidades, como aconteceu na região do Grande ABC, foram consequência de um processo de desenvolvimento pautado na industrialização de baixos salários, sobretudo a partir da década de 1950, quando são reconfigurados os espaços regionais, após a inauguração dos trechos Sul e Norte da Rodovia Anchieta, e são intensificados os fluxos de matéria-prima e produção do Porto de Santos ao interior do Estado de São Paulo. Este fenômeno de urbanização produziu uma mudança territorial demográfica considerável, produzindo o deslocamento de grandes contingentes de mão de obra, acarretado pelas migrações e que escancara o desenvolvimento de um “capitalismo dependente” (FRANK, 1967). Um padrão de produção e reprodução social de desenvolvimento dos países do norte global calcado no subdesenvolvimento dos países do sul global, que agudizaram ainda mais as condições de vida nas cidades e no campo.

Observamos um crescimento abrupto das taxas de crescimento⁸⁹ da região do Grande ABC (227,7 %) superior às taxas do Brasil (69,8%), do Estado de São Paulo (95,5%) e da Região Metropolitana de São Paulo (162,7%), entre as décadas de 1960 à 1980, acarretada pelas migrações do campo à região para produção de bens de capital, e uma queda abrupta das taxas de crescimento da Região do Grande ABC, de 1980 à 2000 (de 22,7% para 42,5%), após a mudança nas formas de criação de valor, que se agudiza em 1973, com o rompimento do padrão ouro, pelos Estados Unidos. A partir da crise da dívida e do choque do petróleo, o preço do barril saltou de U\$ 2,90/ barril para U\$ 11,65/ barril, a base dos insumos praticamente triplicou no mundo e se inicia um período de estagflação, ocasionando um deslocamento dos recursos da esfera da produção para a esfera do capital fictício. Para compensar a perda de competitividade internacional e do lucro nos produtos produzidos internamente a classe dominante impõe uma redução de renda, através do congelamento do salário, que compromete drasticamente o mercado interno (responsável por cerca de 60% do PIB), as atividades industriais (20% do PIB) que geram receitas para o Estado para que este produza infraestrutura e bens públicos.

A consequência da sobreposição de drenagem de recursos pelo sistema financeiro, para acumulação de capital, causada pela extração de riqueza (de pessoas físicas e jurídicas) da produção e do consumo (DOWBOR, 2017), aliada ao rebaixamento dos salários, escancarou e acirrou as contradições entre capital e trabalho, aumentando as tensões entre ambos bem como aumentando a produção e reprodução das desigualdades sociais, urbanas, econômicas e ambientais. Na medida em que os salários acabam corroídos de forma indireta pela compra dos bens e serviços (como Habitação, Educação, Saúde, Lazer, Esporte, Cultura etc.) que eram públicos e que deixaram de ser um DIREITO HUMANO, aumenta-se a pressão dos movimentos sociais por melhores condições de vida. Esta forma de expropriação de riquezas resulta numa parcela significativa dos moradores das cidades dessa região (do sul global) que fique fora dos sistemas formais de planejamento e gestão e fora do mercado imobiliário.

⁸⁹ Dados coletados do IBGE.

Políticas Habitacionais e programas foram criados em diferentes escalas, no âmbito federal, estadual e municipal, em diferentes momentos – antes e depois da Constituição Federal – através da produção de moradias, programas e subsídios à construção, para dar conta do déficit habitacional. Vemos uma verdadeira disputa por recursos que historicamente não tratam da parcela que mais necessita de moradia e que compõe o déficit. Cerca de 80% das pessoas ganham até dois salários mínimos no Brasil. A pandemia agravou ainda mais a situação de renda das famílias e os programas existentes não dão conta da demanda.

Algumas ações do Estado facilitaram o acesso à moradia e outras reiteraram o lugar do pobre na cidade... “sem teto, sem casa”. Desde a Lei de Terras, em 1850, que já definiu quem seria convidado “para a ceia”. As terras “só poderiam ser adquiridas mediante compra, o que era praticamente impossível de ser aplicado à totalidade da população – sobretudo aos pobres, imigrantes recém-chegados (alemães, italianos, portugueses, espanhóis, suíços, asiáticos e eslavos pobres) e os escravos (imigrantes de origem africana)”⁹⁰.

É possível traçarmos uma breve linha do tempo relacionada à questão habitacional para termos uma ideia de quantos programas foram criados no processo histórico, no âmbito municipal (várias prefeituras), estadual e federal: 1ª Lei do Inquilinato, onde foi proposto o congelamento do valor dos alugueis (1920); 2ª Lei do Inquilinato (Lei 8.245/42), através do congelamento dos alugueis, regulamentando as relações entre locadores e inquilinos (1942); Programa Fundação Casa Popular, foi o primeiro órgão oficial na área da política habitacional (1946); criação do Plano Nacional de Habitação e do Banco Nacional da Habitação (BNH) através da Lei 4.380/64, que acabou beneficiando mais a classe média (1964); criação do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), institui o Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP) e autoriza a criação de Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAP) (1973); Lei de Uso e Ocupação do Solo, através da Lei 6766/79, visa ordenar o espaço urbano destinado a habitação (1979); Regulação específica (parâmetros) para regularização jurídica em Recife (1983); Recife também sai na frente com o PREZEIS - Plano de Regularização das ZEIS, com incorporação de novas ZEIS, e criação de mecanismos de proteção contra as ações especulativas do mercado (1987); Governo Federal cria a Constituição Federal de 1988, com destaque dos artigos 182 e 183, que versam sobre a função social da propriedade; o município de São Paulo promulga a Lei do Desfavelamento (Lei 10.209/86), que visa a construção de habitações de interesse social para moradores de habitação subnormal, concede incentivos, e dá outras providências (1986); no município de São Paulo Luiza Erundina apresenta uma política habitacional fortemente influenciada pelas experiências de assessoria técnica, que atende a grupos de pessoas de forma associativa – um marco na história da Habitação – que caracterizou um fértil período de democratização de acesso a territórios bem localizados, processos participativos e auto-gestionados e de qualidade arquitetônica (1989-1992); Surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento social que atua na organização dos trabalhadores em situação de risco social pela luta pelos direito à moradia, dentro dos marcos constitucionais estabelecidos (1990); em Recife é criado o 1993 - Fundo do PREZEIS (1993); As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) foram criadas em Diadema a partir da aprovação do Plano Diretor de 1994; Governo Federal cria o Estatuto da Cidade (Lei 10.257) (2001); Programa Minha Casa Minha Vida (Lei 11.977/2008), do Governo Federal, estabelecia 4 faixas de renda (Faixas 1, 1,5, 2 e 3), vinculados ao enquadramento da capacidade de pagamento das famílias, à renda e à subsídios do Governo Federal (2008); Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), estabelecia a alocação dos recursos mediante solicitação de grupos de pessoas organizados de forma associativa (2018); **Extinção do Minha Casa Minha Vida (Faixas 1; 1,5; 2 e 3)** para criação do Programa Casa Verde e Amarela (2020). Este último programa reitera que **cerca de 80% da população simplesmente não cabe na Constituição!**

⁹⁰ Ver Xavier (2021), sobre o processo tutelado de desenvolvimento do país.

A luta pela reforma urbana pelos movimentos sociais se acirra quando as tensões oriundas pelas disputas por espaço nas cidades ganham forma nas décadas de 1960 e 1970 e conteúdo na década de 1980, culminando com a **Constituição Federal em 1988**. São estabelecidos parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil, através dos **artigos 182 e 183** da Constituição Federal, indicando instrumentos para que os municípios possam intervir no processo de planejamento e gestão urbana e territorial, a fim de buscar a realização do direito à cidade, tão sonhado pelas pessoas que ainda não encontraram seu lugar.

A Lei Federal 10.257, de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais e instrumentos da política urbana para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Várias questões são colocadas nesta Lei como: parcelamento, edificação e utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; usucapião especial de imóvel urbano; concessão de uso especial para fins de moradia; direito à superfície; direito à preempção; da outorga onerosa do direito de construir; das operações urbanas consorciadas; do Plano Diretor entre outras.

Em seu artigo 39º, sobre o Plano Diretor, a Lei 10.257/2001 estabelece que “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas”. O Plano Diretor deve ser feito pelos municípios e é obrigatório para cidades: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Tabela 2: Grande ABC – Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo

MUNICÍPIO/ FUNDAÇÃO	ANO	Cresc	Cresc	IDHM	Dens. Demog	ÁREA km ²	Pop 2010	PIB 2011
DIADEMA (1959)	252º 5,6	26% -	14%	0,757	11.999,97	32,17	386.089	11.786,62
MAUÁ (1953)	398º 4,3	27%	15% +	0,766	6.748,84	61,83	417.064	7.633,78
RIBEIRÃO PIRES (1953)	338º 4,8	23,50%	10% -	0,784	1.130,66	99,98	113.068	1.978,26
RIO GRANDE DA SERRA (1964)	607º 1,5	26% -	20% -	0,749	1.211,43	36,39	43.974	529,41
SANTO ANDRÉ (1925)	86º 6,8	17% +	10% +	0,815	3.845,66	175,24	676.407	17.664,72
SÃO BERNARDO DO CAMPO (1944)	239º 5,7	15,50%	9% -	0,805	1.877,94	407,47	765.463	36.337,34
SÃO CAETANO DO SUL (1948)	40º 7,3	18% -	5% ++	0,862	9.674,71	15,46	149.263	11.762,74
TOTAL = 7		21,86%	11,8 %	0,791	5.212,74	828,54	2.551.328	87.692,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – IPEA/2013

Observamos pela tabela 2, pois, que todos os municípios do Grande ABC (Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) se enquadram na questão da obrigatoriedade de formulação e atualização do Plano Diretor, dada a contextualização da região na Região Metropolitana de São Paulo, pela quantidade de habitantes em cada município, pela existência de grandes eixos de circulação de âmbito regional (de transporte de matérias primas e de produção – Rodovia Anchieta e Imigrantes, trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e linha de trem da CPTM) como também de uma rede de mobilidade que propicia o deslocamento de pessoas aos centros das cidades e ao emprego, entre os municípios que compõe o Grande ABC, aos municípios da Baixada Santista, à cidade de São Paulo, ao Vale do Paraíba e ao interior do Estado. A mobilidade urbana intra-urbana e regional influencia diretamente na relação capital x trabalho e na reprodução das desigualdades, haja vista que a relação do tempo de deslocamento maior caracteriza déficits classificados como **déficit qualitativo agravado**.

A forma de enfrentar a questão do déficit habitacional nos municípios tem que ser diferenciada dada a diferenciação dos contextos sociais, econômicos, territoriais e ambientais. Os municípios de Diadema e de São Caetano apresentam elevada densidade demográfica e alto grau de consolidação – há pouca área para expansão territorial. Ambos os municípios estão “colados” ao município de São Paulo em diferentes eixos de circulação, mas São Caetano acaba se colocando em melhor situação (IDHM de 0,862) por uma condição melhor de mobilidade pela localização de duas estações da Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM) – Walter Braido e Utinga - que permite que a mobilidade pendular para outras regiões tenha um tempo menor de percurso.

O município de São Caetano apresenta ocupações em situações de inadequações em cortiços e a política habitacional tem que ser adequada a esta questão – de salubridade, habitabilidade e coabitações. Mauá apresentou um incremento populacional considerável entre as décadas de 1990 e 2010, que exerceu muita pressão nas áreas de mananciais, salientando que a nascente do Tamanduateí se encontra no município. O território de Mauá onde houve maior incremento populacional (na Região do bairro do Zaíra) tem altas declividades e dificulta o acesso e mobilidade ao local. Por estar distante do Centro da Cidade o bairro do Zaíra há carências socio territoriais latentes pela ausência de bens e serviços públicos no território (Esporte, Lazer, Cultura, Educação, Saúde, emprego etc.) Há, por outro lado, duas estações da CPTM (Mauá e Guapituba) que permitem um rápido deslocamento a outras regiões da Região Metropolitana – 40 min até o Brás (pela CPTM) e à Vila Mariana (pela integração com as linhas Verde e Azul do Metrô). Mauá e São Bernardo também acabam se destacando entre os demais municípios do Grande ABC pela conexão que os municípios fazem com o Rodoanel Mário Covas, que propicia uma rápida conexão e deslocamento de matéria prima, produção e de pessoas às demais rodovias que interligam o interior do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, aos municípios da Baixada Santista, à Região Sul e ao Rio de Janeiro.

Há outra particularidade na Região do Grande ABC em que grande parte dos municípios ou estão praticamente dentro de Área de Proteção Ambiental (como Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) como também possuem uma parcela significativa territorial dentro desta área tão frágil sob o aspecto socioambiental – como os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, que possuem reservas ambientais extremamente importantes para a manutenção das águas e regulação climática. Não podemos desconsiderar a pressão que os processos de urbanização fazem nestas áreas onde temos recursos minerais, reserva de mananciais, mata nativa e povos originários – como, por exemplo, os Guaranis. Se desconsideramos a área rural (de proteção ambiental) dos municípios de São Bernardo do Campo e de Santo André a densidade demográfica se eleva consideravelmente.

Os municípios têm muitas áreas ainda desocupadas (vazios urbanos) próximo ao Centro, área subutilizadas, com dívidas de IPTU, grandes áreas industriais que podem ser trabalhadas para uso residencial, atendendo as demandas sociais mais frágeis dos municípios. Retirando-as das áreas instáveis geologicamente, com altas declividades e das áreas de fundo de vale

contribui para recuperar a paisagem, o manejo ambiental, a qualidade das águas, os corredores ecológicos. Diminui-se a pressão das ocupações nas áreas frágeis sob o aspecto ambiental e melhora a localização das famílias próxima ao Centro, ao emprego e à rede de transportes metropolitanos. Dispondo as habitações próximos do Centro poderiam ser reduzidos os déficits “classificados como **déficit qualitativo agravado** que acumulam, ainda, inadequações referentes ao custo do aluguel (superior a 30% da renda do domicílio) ou ao tempo de deslocamento casa-trabalho (superior a duas horas)”⁹¹.

Para tratar das questões que envolvem a função social da propriedade os municípios do Grande ABC estão tecendo diferentes modalidades de atendimento que abordam a questão habitacional como: provisão habitacional (Rio Grande da Serra); acesso à matrícula do imóvel, melhorias urbanas nos núcleos habitacionais; regularização fundiária; reformas em moradias dos núcleos habitacionais e destaque para **provisão habitacional com 62 metros quadrados** (Diadema); Plataforma SIHAB - Sistema Integrado de Habitação - que trabalha de forma integrada e transparente com vários programas ao mesmo tempo, no âmbito do município, Estado e Governo Federal, provisão de Habitação de Interesse Social (renda de 0 a 3 salários mínimos) e de Habitação de Mercado Popular (renda de 6 a 10 salários mínimos), em intervenções de urbanização de favelas (Santo André); desapropriação de áreas privadas e a regularização fundiária de áreas públicas para a implantação de conjunto habitacional pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU (São Caetano do Sul); consolidação de moradias, recuperação ambiental, produção de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária.

Muito importante destacar a opção de Diadema em ofertar uma moradia com **62 m² de área** - uma luta por um espaço mais digno das famílias. Há vários exemplos de habitações que trabalham com esta metragem. Infelizmente o “novo” (SIC) programa do Governo Federal (Casa Verde e Amarela) exclui as famílias abaixo de 3 salários mínimos. Um programa como o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), **Instrução Normativa Nº 12, de 7 de junho de 2018**⁹², propiciava que “famílias cuja renda mensal bruta esteja limitada a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), organizadas sob a forma associativa” poderiam ter acesso ao sonho da casa própria. Nesta modalidade de contrato as pessoas que se organizam de forma associativa contratam Assessorias Técnicas para auxiliar na gestão, contratação e administração das obras e serviços de construção do espaço. Ou seja, nesta modalidade são as pessoas que irão morar que definirão a forma e o conteúdo de seu espaço de morar, diferente dos produtos pasteurizados produzidos que tratam as pessoas de forma indiferente – como se fossem números.

Temos vários exemplos que podem ser conhecidos na plataforma da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS)⁹³, que demonstra várias ações voltadas para a luta do Direito à Cidade e, principalmente, aquelas destinadas à conquista da Moradia Digna. Muitos dos contratos firmados foram desenvolvidos por famílias que se organizaram de forma associativa.

A articulação de vários programas é importante para resolver a questão da Habitação e do acesso a bens e serviços que perpassa a questão fundiária - da titularidade. A importância do endereço abre possibilidades para outras modalidades de serviços e de financiamento.

⁹¹ A estimativa de déficit habitacional utilizou a abordagem domiciliar com os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010.

⁹² Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) foi um diferencial na possibilidade de criar o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, focando na organização de pessoas de forma associativa, com uma renda de 1,5 salários mínimos.

⁹³ Há uma extensa rede de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) que pode ser conferida no site <https://www.athis.org.br/>

Desmembrar a política pública em diferentes “cardápios” auxilia a dar conta de diferentes contextos e ajuda a reduzir os índices de privação, como: renda pequena e incapacidade de pagamento; chefe de família com filhos menores de 4 anos; idosos como responsáveis; filhos fora da faixa de idade economicamente ativa Não se verificou a modalidade de locação social como uma opção de atendimento e estoque de terras público.

Verificamos que há diferentes formas e abordagens para se tratar a temática da Habitação nestes municípios mas que ainda são insuficientes para dar conta do déficit habitacional e da produção de bens e serviços públicos, não só nos municípios da Região do Grande ABC como também em todo o Brasil, dada a construção histórica do espaço urbano pautado na narrativa da abundância da escassez do sistema capitalista, que concentra riquezas a partir da reprodução das desigualdades – processo imbricado e dialético – que localiza as políticas públicas, bens e serviços públicos de acordo com a localização da alta renda e localiza a pobreza com a ausência dos mesmos serviços.

Tratar do tema Habitação, portanto, em um contexto complexo como este exige diferentes formas de atendimento, abordagens, recursos além dos que observamos acima (praticados pelos municípios), pois as necessidades das pessoas extrapolam os limites do espaço físico da moradia, no espaço intra-urbano mas também são impactadas pelas Funções Públicas de Interesse Comum⁹⁴. A construção e constituição histórica do espaço urbano e metropolitano calcado em baixos salários, onde a habitação e outros bens e serviços públicos (Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura, Transporte, emprego, etc.) que deveriam ser encarados como DIREITO HUMANO não são incluídos no salário do trabalhador (OLIVEIRA, 2006), evidencia o quanto este processo de criação do desenvolvimento a partir do subdesenvolvimento produz e reproduz desigualdades (sociais, urbanas, territoriais e ambientais), distopias e diásporas.

Foto 01: arte pública



Fonte: autor desconhecido (sem data).

Se não tocamos em questões como distribuição de riquezas, não fazemos que a terra urbana cumpra sua função social, não fazemos a Auditoria Cidadã da Dívida (que compromete cerca de 40% dos recursos da União), não revertermos este processo de desmonte generalizado

⁹⁴ Ações que agem sobre o território que extrapolam os limites territoriais do município também interferem em todas as dimensões – seja na alocação de recurso, criação de riquezas ou reprodução das desigualdades. Estas funções compartilhadas entre os municípios são caracterizadas como Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) pelo Estatuto da Metrópole.

de tudo que é público continuaremos a reproduzir esta máquina de moer gente para manter um padrão de consumo...para poucos.

É preciso enfrentar esta forma histórica que temos experimentado para que não haja **“Tanta casa sem gente...Tanta gente sem casa”**

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, 2013.

AVILA, Rodrigo. **Mentiras e verdades sobre a dívida pública**. 22 de Novembro de 2019. Disponível em < <https://www.cadtm.org/Brasil-Mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica> >. Acesso em 25 Fev. de 2022.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6ª edição, São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: política nacional de habitação**. 1ª edição, Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Código Florestal Brasileiro** - Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade** - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Metrópole**. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Brasília, DF, 2015.

DOWBOR, Ladislau, 1941- **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. - São Paulo : Autonomia Literária, 2017. 320 p.

D'OTTAVIANO, C. **Política Habitacional do Brasil e Programa de Locação Social paulistano**. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 255-266, Maio/Ago. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a03v27n71.pdf>>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

FRANK, Andre Gunder. **Dependencia economica, estructura de clases y politica del subdesarrollo en Latinoamerica**. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 32, No. 2, *Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología*, 3 (Mar. - Apr., 1970), pp. 229-282: *Universidad Nacional Autónoma de México*. Disponível em:< <http://www.jstor.org/stable/3539038> > . (Acesso em: 26 Fev. de 2022).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973. (Edição brasileira: “Dialética da dependência” e “Em torno da Dialética da dependência”. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.105-65).

MIRAFTAB, F. **Insurgent planning: Situating Radical Planning in the Global South**. *Planning Theory*, v. 8(1): 32-50, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf> > DOI: 10.1590/s0101-33002006000100005.

OXFAM BRASIL. **O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras**. 2018. Disponível em: < <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 03 Mar. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. **10 anos do Estatuto das Cidades: das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo** in book: *Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias.*, Chapter: 10 Anos

do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo, Publisher: Letra Capital/ANPUR, Editors: RIBEIRO, A.C.T; VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P., pp.87-104. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305993943_10_Anos_do_Estatuto_da_Cidade_Das_Lutas_pela_Reforma_Urbana_as_Cidades_da_Copa_do_Mundo>. Acesso em: 23 Fev. 2022.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC / UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC; DENALDI, R. (ORG) Diagnostico Habitacional Regional do Grande ABC. Santo André, 2016. Disponível em <<https://consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/Diagnostico%20Habitacional%20Regional%20do%20Grande%20ABC.pdf>> . Acesso em 01 Mar. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive** | 3ª edição ampliada com nova introdução. Jessé Souza; colaboradores André Grillo et al. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/ FAPESP, 2001.

XAVIER, L. F. **CORONAVÍRUS & NÓS... “QUÊ FAZER?”**. São Caetano do Sul: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, 2019 (NOTA TÉCNICA N° 15 - 12ª Carta de Conjuntura - N° 12 - Abril 2020). Disponível em < <https://noticias.uscs.edu.br/cartas-do-observatorio-conjuscs/> > Acesso em 01 Mar. 2022.

XAVIER, L. F. **MODERNIDADE LIMITADA E TUTELADA: UMA LEITURA SOBRE A APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DE RIQUEZAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI QUE LIMITA A MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL**. São Caetano do Sul: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, 2019 (NOTA TÉCNICA N° 24 - 16ª Carta de Conjuntura - N° 126- Março/ 2021). Disponível em < <https://noticias.uscs.edu.br/cartas-do-observatorio-conjuscs/> > Acesso em 25 Fev. 2022.

VII- SAÚDE

Nota Técnica

33. MATRICIAMENTO E VULNERABILIDADE INFANTIL EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO GRANDE ABC: UM RELATO DE CASO

Camila Silva Belo⁹⁵
Carolina Siquelli Cavalcanti⁹⁶
Catarina Kolmogoroff Almeida
Clara Verrone Da Silva⁹⁷
Gabriela Tobias Gonçalves Pereira⁹⁸
Marianna Vieira Dos Anjos⁹⁹
Priscilla De Queiroz Ursini¹⁰⁰
Rosana Matheus¹⁰¹
Tatiana de Medeiros Hildebrand Meirelles¹⁰²
Vanessa Montagna¹⁰³

Resumo Executivo

Nesse relato de caso, a partir de informações obtidas em Unidade Básica de Saúde do Grande ABC, através do apoio matricial, foi possível concluir, que a criança da família analisada apresenta-se em situação de vulnerabilidade, sendo assim, necessária uma intervenção da equipe multidisciplinar da UBS para reduzir os agravos à saúde da família e garantir a integridade física e mental da criança, além de melhorar o desenvolvimento escolar e psicossocial da mesma, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: *Matriciamento; Vulnerabilidade infantil; Estatuto da Criança e do Adolescente.*

⁹⁵ **Catarina Kolmogoroff Almeida.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

⁹⁶ **Carolina Siquelli Cavalcanti.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano. Monitora da grade curricular de Habilidades Médicas do curso de medicina da mesma universidade.

⁹⁷ **Clara Verrone da Silva.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano. Membro da Liga de Reumatologia pela Universidade Municipal de São Caetano. Monitora da grade curricular de Habilidades Médicas do curso de medicina da mesma universidade.

⁹⁸ **Gabriela Tobias Gonçalves Pereira.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano. Membro da Liga Interdisciplinar de Cuidados Paliativos. Vice-Presidente do Interligas de Cuidados Paliativos de São Paulo. Monitora da grade curricular de Habilidades Médicas do curso de medicina da mesma universidade. Membro do Ambulatório de pesquisa de paciente de Pós-covid, pela mesma universidade.

⁹⁹ **Marianna Vieira dos Anjos.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

¹⁰⁰ **Priscilla de Queiroz Ursini.** Graduanda do terceiro período em Medicina, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Membro da Liga Acadêmica de Gastroenterologia. Monitora da grade curricular de Habilidades Médicas do curso de Medicina da Universidade de São Caetano do Sul.

¹⁰¹ **Rosana Mateus de Almeida Firmino.** Realizou curso de formação dos Agentes Comunitários de Saúde fornecido pela Secretaria de Saúde de São Caetano do Sul.

¹⁰² **Tatiana de Medeiros Hildebrand Meirelles.** Possui Graduação em Farmácia pelo Centro Universitário Barão de Mauá da Ribeirão Preto-SP (2002), Pós-Graduação em Farmácia Homeopática pelo Instituto Homeopático FRANÇOIS LAMASSON - Ribeirão Preto (2005) e Mestrado Profissional em Inovação no Ensino Superior em Saúde na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (2020). Docente no curso de medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS.

¹⁰³ **Vanessa Montagna.** Possui graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário de Santo André (2006); Pós graduação - Especialização em Gestão Pública em Saúde com ênfase em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo 2008/2010; Preceptora PET- Saúde Programa de Educação pelo trabalho para a Saúde 2009/2010; Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP 2010/2011, Curso de Extensão em Sistematização da Assistência de Enfermagem na Atenção Básica pela Faculdade de Medicina ABC 2011; Pós graduação em Estética 2015/2018. Especialização em Obesidade, atenção à saúde de pessoas na Atenção básica (término previsto em 2022). Atua como enfermeira na Estratégia Saúde da Família da Prefeitura Municipal de São Caetano.

Introdução

O apoio matricial foi desenvolvido na década de 80 direcionado, primeiramente, à saúde mental e depois a programas de humanização e saúde da família. O matriciamento se define como uma estratégia de gestão interdisciplinar que muda de acordo com a necessidade dos casos de cada região (BRASIL, 1980). Atualmente, conta com diversos setores e profissionais com o objetivo de levar todos os aspectos da atenção básica primária e secundária para a população.

De acordo com o Núcleo de Telessaúde de Santa Catarina, na dimensão resolutiva, no apoio matricial estão incluídas as ações conjuntas entre as equipes e profissionais vinculados, considerando-se as necessidades de cada indivíduo em questão e as possibilidades de integração. Para entrar nas reuniões de matriciamento, o caso deve ser previamente identificado e discutido nas reuniões de equipe. Entre as ações tomadas pelo matriciamento para a realização dessa integração estão:

- Reuniões de matriciamento: reuniões periódicas quinzenais, entre cada um dos profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) mais os profissionais da Saúde da Família, com o objetivo de discutir casos e temas, pactuar ações, avaliar seus resultados e repactuar novas estratégias para a produção do cuidado.
- Dimensões técnico-pedagógicas: a parte técnica diz respeito à discussão de casos específicos-individuais de um paciente da Unidade Básica de Saúde. Já a parte pedagógica trata da discussão interprofissional de conhecimentos das diversas áreas para que isso gere capacitação para futuras situações que as equipes venham a ter em sua área de atuação.
- Composição de planos terapêuticos: é a partir das reuniões de matriciamento que são definidas as ações conjuntas que serão realizadas. Percebe-se que nessa proposta há um elemento horizontal de oferta de serviços e práticas adequadas a um projeto terapêutico, além do elemento vertical do apoio especializado.
- Diretrizes das policlínicas: são acionadas após uma reunião de matriciamento para integrar profissionais especialistas que são necessários no caso específico quando necessário. Com isso valoriza o trabalho de equipe, entre profissionais do próprio NASF com os da policlínica, reforçando o apoio da gestão local, distrital e da equipe central.

Além dessas ações, para garantir os direitos da criança e do adolescente, o matriciamento utiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente a seu favor. Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente e foi reconhecido em 1990 (BRASIL, 1990).

O mesmo atua no monitoramento de crianças e adolescentes e tem como objetivo garantir a proteção integral em esferas de saúde, educação e cultura, sobretudo em situações de vulnerabilidade, por meio do governo, sociedade civil e conselhos municipais e estaduais.

Expõe também a responsabilidade da família, sociedade e do Estado de garantir as condições para o eficaz desenvolvimento desse grupo. Além de garantir a proteção deles contra toda e qualquer forma de discriminação, exploração e violência.

O matriciamento se enquadra nos seguintes artigos do estatuto:

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014).

Em resumo, o setor de saúde é uma esfera essencial que tem como papel a proteção, a garantia do direito à vida, o acesso, sem restrições, de crianças e adolescentes aos serviços, ações, programas e projetos que têm como objetivo garantir ações de proteção, promoção e recuperação da saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que contribui para o seu desenvolvimento saudável e harmonioso dos indivíduos impactados.

O trabalho interdisciplinar presente no matriciamento se torna o desafio principal no setor de saúde, ao contrário do simples encaminhamento dos problemas para especialistas (Sousa Campos e Domitti, 2007). O que se busca é a discussão de problemas de forma conjunta, para que dificuldades e soluções sejam discutidas por toda a equipe. Desse modo, há uma visão ampliada dos problemas e conseqüentemente a resolução.

Os profissionais do NASF através do apoio matricial criam espaços coletivos de discussões e planejamento, tais como: atendimento compartilhado, intervenções específicas com pacientes e seus familiares e condutas em comum no território de sua atuação. Utilizando sistemas e projetos, como o apoio matricial, pactuação do apoio, projeto terapêutico singular, projeto de saúde no território e a clínica ampliada.

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes, no âmbito da prática em saúde, é separada pela categoria de não vulneráveis, representados pelo Estado e os profissionais de saúde, dos vulneráveis, os usuários que demandam cuidados em saúde. Nessa esfera, entende-se por vulnerabilidade às situações de fragilidade que atingem certas populações, principalmente no que se vincula à não garantia de seus direitos civis, políticos e sociais. Juntamente a isso, no campo epidemiológico, há o conceito de fator de risco, que se refere a identificação de relações de causa-efeito entre eventos que apontam a possibilidade da ocorrência de determinado agravo em saúde, condição pela qual tangencia populações expostas, fazendo que vulnerabilidade e fator de risco sejam complementares nessas situações.

A vulnerabilidade é indicador de iniquidade, injustiça e desigualdade. Ela está inserida no campo psicossocial, econômico, ambiental e cultural de indivíduos, comunidades e populações. Alimentação deficiente, analfabetismo e escolarização precoce, acesso aos meios de comunicação, disponibilidade de recursos materiais, autonomia para influenciar nas decisões políticas e a possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas, carência de renda, profunda desigualdade social, desemprego, condições de trabalho insalubres, condições sanitárias inadequadas, situações de violência, bem como as relações de gênero, raciais são inúmeros exemplos de situações de vulnerabilidade das quais crianças e adolescentes estão inseridas e são expostas.

Ainda no contexto da saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1948, define a saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a

ausência de doenças. O estado de vulnerabilidade de muitas crianças e adolescentes no Brasil contradiz essa definição. Os serviços do Serviço Único de Assistência Social (SUAS) enquadram os indivíduos como "vulneráveis" para que recebam benefícios estabelecidos por lei. Porquanto, faz necessárias políticas públicas que visem a demanda de crianças e adolescentes com relação aos fatores que promovam e protejam seu desenvolvimento, como saúde, educação e lazer, entre outros. As articulações de ações públicas para a população jovem são garantidas na Constituição Federal, no artigo 224, nessa lógica o Governo brasileiro criou medidas para proporcionar melhor assistência às crianças e aos adolescentes carentes.

Entre as medidas adotadas, encontra-se a elaboração do ECA, a criação dos Conselhos Tutelares, no âmbito municipal e os programas assistencialistas, como o Programa de Bolsa Família (PBF) e o Programa de Saúde na Escola (PSE).

O ECA define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito, sendo-lhes garantida a proteção integral e garantindo-lhes o direito a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio, harmonioso e em condições dignas de existência. O Conselho Tutelar é um órgão público, atua no âmbito municipal, autônomo, não jurisdicional, com a função do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Esse órgão deve garantir o completo estado de bem-estar físico, mental e social, devendo-se acionar o serviço de saúde quando tais condições não forem ofertadas àqueles que dele necessitem. Uma das atribuições do Conselho, que está disposta no Art. 136 do ECA, é o atendimento e aconselhamento de pais ou responsável pelas crianças e adolescentes, o requerimento de serviços públicos na saúde, a educação e o encaminhamento ao Ministério Público de notificações que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos garantidos aos adolescentes e crianças.

Essas considerações, por exemplo, foram efetivadas e observadas no caso estudado em Unidade de Saúde do Grande ABC. Outrossim, é de atribuição do Conselho Tutelar e do PSE a garantia de vagas na escola a adolescentes e crianças. Ainda que o ECA estabeleça o direito à educação, não há consonância com algumas realidades, como o do caso observado neste estudo, em que há presença de defasagem no estudo e na participação ativa das atividades escolares, indicando um fator de vulnerabilidade.

De maneira equivalente, a vulnerabilidade na adolescência e na infância se faz presente em algumas realidades, como no caso que será apresentado, sendo necessário políticas públicas e fluxo de ações ACS, enfermeiros, médicos assistentes sociais para que articulem propostas para o enfrentamento dos riscos nessa etapa de vida.

Dessa forma, a vulnerabilidade na infância e adolescência foi identificada no presente relato de caso dentro da Unidade Básica de Saúde, onde foram articuladas e estudadas propostas de enfrentamento do caso específico.

Objetivo

Utilização de um relato de caso de Unidade Básica de Saúde do Grande ABC, para demonstrar como o matriciamento atua em situações de vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes, integrando o apoio matricial ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Metodologia

O método utilizado para a realização desse trabalho é qualitativo e descritivo, com o intuito de relatar um caso. Para adquirir os dados empregados no relato do caso, foram utilizadas informações adquiridas na Unidade Básica de Saúde, na qual a Estratégia de Saúde da

Família (ESF) expôs a realização de 18 tentativas de direcionamento sobre o paciente do caso analisado entre os anos de 2017 e 2021, expondo que o paciente em questão se encontra em uma situação de vulnerabilidade.

Além disso, foram utilizados três artigos do banco de dados da Scielo. Em cada artigo foi utilizado uma metodologia diferente, sendo eles, estudo exploratório, revisão literária e teórico-conceitual, ainda foi utilizado o Estatuto da Criança e do Adolescente e o portal único do governo federal sobre saúde no período de fevereiro a maio do ano de 2021.

Discussão/Resultados

A criança é brasileira e de sexo masculino. Tem 11 anos e reside no Grande ABC, em território adstrito à UBS. Mora com o pai e com a avó paterna, idosa. As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da unidade começaram a acompanhar e analisar a situação da família em julho de 2017 devido a uma ferida localizada na perna da idosa. A partir disso, foi analisada a vulnerabilidade em que a criança residente do local se encontrava, momento em que foi acionado o matriciamento.

Foi discutido que a família mora em situação precária, na qual não possuem condições financeiras para alimentação e lazer, além do pouco incentivo por parte do pai para o menino frequentar a escola e descaso com a saúde do mesmo, uma vez que a carteira de vacinação da criança apresenta-se incompleta.

Foram realizadas várias visitas à família por parte da equipe de saúde da família para aconselhamento e acompanhamento do caso. Nessas visitas, foi orientado à família que cumprissem com o Calendário Vacinal Nacional, permitindo que a criança tivesse a carteira de vacinação completa de acordo com a idade e orientaram sobre a importância da higiene e da educação da criança, sem contar que no ambiente escolar a criança teria acesso à 5 refeições diárias, o que mostrava ser uma dificuldade na residência da família.

Com isso, houve intervenção da equipe (ACS, enfermeiro e auxiliar de enfermagem) que levaram o caso ao matriciamento, documentaram através de ofício para que outros setores da municipalidade estivessem informados das questões como a vulnerabilidade da idosa e a falta de acesso à educação da criança mesmo que remotamente por conta da pandemia.

Entretanto, foi visto uma dificuldade na estrutura da moradia do menino, uma vez que para o ensino remoto se faz necessário acesso à internet para assim receber as atividades e participar das aulas. Porém, a família não contemplava essa questão, então a utilização do tablet oferecido pela Escola Municipal para fazer as atividades educacionais propostas não estava sendo utilizado para fins educacionais, o que acabou por prejudicar a criança em seus estudos e fez com que sua frequência diminuísse ainda mais, que já se apresentava deficitária antes da pandemia em 2019. Além disso, as ACS notaram que havia anotações de seu pai no tablet, mostrando que o pai o utilizava para outros fins ao invés do filho.

Analisando todo esse cenário e após denúncia anônima ao CAPS, a equipe novamente tentou intervir no caso orientando a família referente às questões de importância de acesso à rede escolar, vacinação, consulta médica, e outras orientações gerais.

Após tentativas da Equipe de Assistência Social do NASF sem êxito, foi acionada uma reunião de rede da Equipe de Apoio Matricial no mês de maio, onde estavam presentes o NASF, CREAS (Centro de referência Especializado de Assistência Social), Equipe de Atenção Básica e Conselho Tutelar, além da necessidade da presença da família, que por não ocorrer, o CREAS ficou encarregado de acionar o Ministério Público e Conselho Tutelar, que ficarão responsáveis em acompanhar a família e direcioná-la da melhor maneira possível.

Se eventualmente a família continuar com o descaso em relação à criança, o Ministério Público e o Conselho Tutelar terão que investigar possíveis familiares da criança que poderão ficar encarregados de cuidar dela, tirando ela da situação de vulnerabilidade.

Esta é uma medida considerada perigosa, e por isso, deve ser a última a ser feita, afinal, por mais que esteja em situação de vulnerabilidade, a criança estará com a sua família. Tudo isso para evitar um agravamento de saúde mental para a criança, que se tirada de seu ambiente de costume, poderá ficar abalada emocionalmente, gerando outra vulnerabilidade.

Ademais, em entrevista com a ACS responsável e com base em pesquisas realizadas, foi entendido que para a resolução completa do caso, a execução de ações precisa ser feita de forma intersetorial e interinstitucional. Desse modo, cumprindo com o princípio de integralidade de ações.

Considerando a dimensão da violência contra a criança e adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu a organização da rede em um Sistema de Garantia de Direitos, que tem como objetivo a integração e articulação das diversas instâncias, serviços, atores da sociedade civil e poder público no emprego de mecanismos para a proteção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Dito isso, os determinantes para o enfrentamento da violação de direitos são: conhecimento das atribuições dos diferentes serviços e atores da rede, responsabilidades compartilhadas e fluxos organizados e cumpridos. O parágrafo 5º do artigo 9º do Sistema de Garantia de Direitos indica que:

§ 5º O atendimento intersetorial poderá conter as seguintes dimensões:

I – Acolhimento ou acolhida;

II – Escuta especializada nos serviços das políticas sociais;

III – atendimentos de rede de saúde e da rede de assistência social (SUS e SUAS);

IV – Comunicação ao Conselho Tutelar;

V – Comunicação às autoridades competentes;

VI – Seguimento na rede de cuidado e de proteção social;

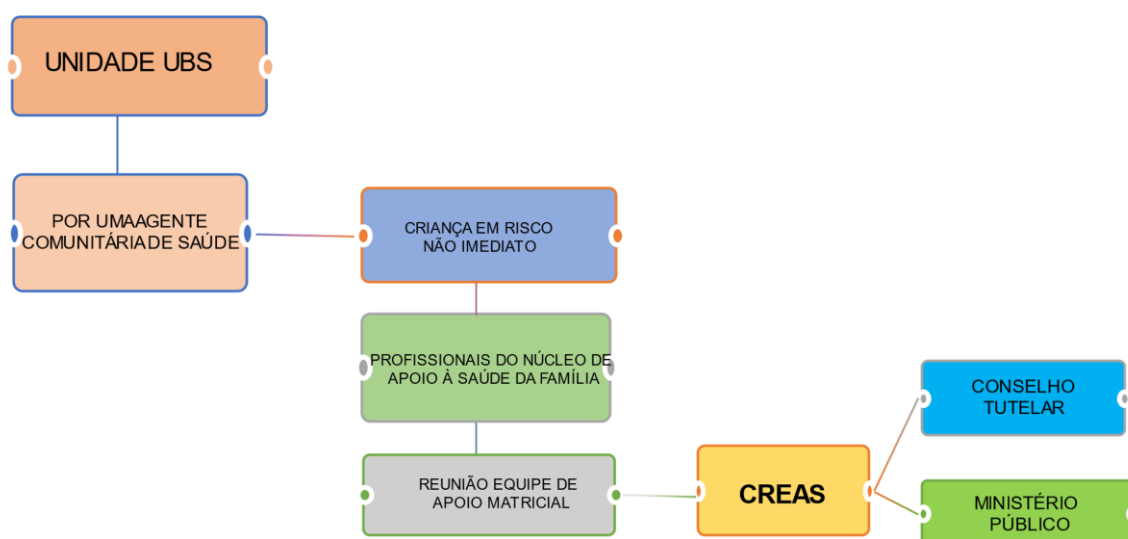
VII – Depoimento especial pelo sistema de justiça;

VIII – Aplicação de medida de proteção pelo conselho tutelar, caso necessário. (BRASIL, 2018)

De acordo com VENDRUSCOLO; FERRIANI; SILVA (2007) essa "luta" não é de uma política setorial, mas de todos os sujeitos que compõem as políticas sociais. Segundo, que seu atendimento à violência doméstica deve estar pautado na rede que conecta atores da saúde, educação, assistência social, ONGs, operadores do judiciário. Essa interlocução setorial e multidisciplinar deve ter como horizonte o contexto histórico-social e as particularidades do local."

No caso em questão as dimensões intersetoriais contidas serão apresentadas no fluxograma a seguir:

Figura 1.0: Fluxograma do caso em questão



FONTE: ALMEIDA et. al, 2021 (com ajustes por parte dos autores desta nota técnica).

Conclusão

Portanto, neste estudo, foi possível aferir que, após 18 tentativas de direcionamento pela equipe de Unidade Básica de Saúde do Grande ABC, entre 2017 e 2021, o paciente continuou sem o suporte necessário previsto pelo ECA, uma vez que a criança não tem acesso livre à alimentação e educação e vacinação adequada, sendo estes, fatores importantes para seu desenvolvimento infanto-juvenil, sendo imprescindível a intervenção de profissionais do NASF.

Logo, após tentativas do mesmo sem sucesso, foi necessária a convocação de uma reunião da Equipe de Apoio Matricial, onde estavam presentes o NASF, CREAS, Equipe de Atenção Básica e Conselho Tutelar. Nesta ocasião, era necessária também a presença da família. Entretanto, a família não compareceu, o que culminou no acionamento do Ministério Público e Conselho Tutelar por parte do CREAS.

Esta última intervenção também teve como objetivo garantir os direitos da criança, e caso seja necessário, ocorrerá a retirada da guarda do menor pelo Conselho Tutelar.

Assim, como analisado no relato de caso proposto, o matriciamento atua principalmente no planejamento de possíveis intervenções terapêuticas para alertar os responsáveis do menor sobre a forma com que devem lidar quanto ao desenvolvimento intelectual e psicossocial do mesmo, e se não houver melhora ou tentativa de mudança da família, outros órgãos serão acionados para tentar solucionar o caso.

Referências Bibliográficas

- ARONA, Elizaete da Costa. Implantação do Matriciamento nos Serviços de Saúde de Capivari. *Saúde e Sociedade*, v.18, supl.1, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29526/31391>. Acesso em: 22 de março de 21.
- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 22 de março de 21.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família- Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília-DF, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf. Acesso em: 22 de março de 21
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Protocolos da Atenção Básica: Saúde da Criança. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/13/PAB-Saude-da-Crian--a-Provis--rio.pdf>. Acesso em: 22 de março de 21.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situações de Violência. Brasília-DF, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf. Acesso em: 22 de março de 21.
- BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Manual de Orientações para o Apoio Matricial SMS - Campinas. 2018. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/programas/protocolos/apoio_matricial/Manual_orientacao_e_s_apoio_matricial_04_2018.pdf. Acesso em: 22 de março de 21.
- CAMPOS, Gastão Wagner; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Caderno de Saúde Pública*, vol.23 nº 2 Rio de Janeiro Feb. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000200016&script=sci_arttext. Acesso em: 22 de março de 21.
- Caso de vulnerabilidade infantil da Unidade Básica de Saúde (...) acompanhado pela Equipe de Atenção Básica.
- MEDEIROS, Roberto Henrique. Uma noção de matriciamento que merece ser resgatada para o encontro colaborativo entre equipes de saúde e serviços no SUS. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1165-1184, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/physis/2015.v25n4/1165-1184/pt>. Acesso em: 22 de março de 21.
- TEIXEIRA, Melissa Ribeiro; COUTO, Maria Cristiana Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(6):1933-1942, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n6/1933-1942>. Acesso em: 22 de março de 21.
- VENDRUSCOLO, Telma Sanchez; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi. Public care policies for child and adolescent victims of domestic violence. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online]. 2007, v. 15, pp. 812-819. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000700016>>. Acesso em: 7 de junho de 21.

Nota Técnica

34. ROTULAGEM NUTRICIONAL: INFORMAÇÃO PARA O CONSUMIDOR, DESAFIO PARA A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Sidnéia Sassi¹⁰⁴

Resumo Executivo

A nota técnica expõe a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC 429/2020 que regulamenta a Rotulagem Nutricional dos Alimentos Embalados e a Instrução Normativa - IN nº 75/2020, da mesma Agência, que estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Ambas deverão ser atendidas a partir de outubro de 2022.

Palavras-chave: Rotulagem nutricional; Alimentos; Anvisa; Tabela; Rótulo.

A taxa de obesidade no país passou de 11,8% para 19,8%, entre 2006 e 2018, é o que revelam os resultados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do ano de 2019 (BOND, 2019).

O ambiente exerce influência sobre as doenças crônicas não transmissíveis, DCNT, e, por isso, tais doenças são passíveis de prevenção a partir de um estilo de vida que leve em consideração a atividade física e uma alimentação saudável (BRASIL, 2005a). A rotulagem nutricional dos alimentos faz parte das ações voltadas para prevenção e controle dessas doenças (PINHEIRO, SD).

A rotulagem nutricional é toda descrição destinada a informar ao consumidor sobre as propriedades nutricionais de um alimento (BRASIL, 2003b). A Portaria nº 41, de 13/01/1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, traz pela primeira vez o conceito de Rotulagem Nutricional: “Rotulagem nutricional é toda descrição destinada a informar ao consumidor sobre as propriedades nutricionais de um alimento”. Naquele momento a declaração de nutrientes somente seria obrigatória para alimentos que fizessem declarações de propriedades nutricionais. Constando propriedades nutricionais no rótulo era obrigatório o fabricante indicar: valor energético (quilocaloria), quantidade de proteínas, glicídios, lipídios e fibra alimentar, proporcionalmente à quantidade de cem (100) gramas ou mililitros, podendo também se optar pela porção do alimento. Optando pela porção deveria indicar o número de porções contidas na embalagem. Para os demais alimentos, a rotulagem nutricional seria opcional (BRASIL, 1998b).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi criada através da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Essa Agência tem por finalidade institucional a promoção da proteção da saúde da população pelo controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo ambientes, processos, insumos e tecnologias a ele relacionados, além da missão de promover a saúde da população,

¹⁰⁴ **Sidnéia Sassi.** Professora nos Cursos Técnicos em Nutrição e Gastronomia na Escola Técnica Estadual Júlio de Mesquita. Pós-graduada em Gastronomia e Cozinha Autoral pela PUC – RS, Pós-graduada em Obesidade e Emagrecimento pela AVM - Faculdade Integrada, Pós-Graduada em Gestão Escolar e Educação Digital pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI. Bacharelou-se em Nutrição pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus. Tecnólogo em Gastronomia pela Universidade Anhanguera.

fundamentada nos valores do conhecimento como fonte de ação, transparência, cooperação e responsabilização (BRASIL, 1999b).

Em 01/11/2000 foi publicada a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 94, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA/MS). Tal resolução manteve da Portaria nº 41 o rol de itens que deviam constar da declaração de nutrientes (valor calórico, proteínas, gorduras, carboidratos e fibra alimentar) e acrescentou gorduras saturadas, colesterol, cálcio, ferro e sódio (BRASIL, 2000).

A Portaria SVS/MS 41/98 e a RDC 94/00 da ANVISA/MS foram revogadas pela RDC nº 40, de 21/03/2001 da ANVISA/MS. Esta Resolução torna obrigatória a declaração de nutrientes por porção e a inclusão da porcentagem do valor diário, tomando como base uma dieta de 2.500Kcal (BRASIL, 2001a).

Visando estabelecer as porções dos alimentos e bebidas embalados para fins de rotulagem nutricional, na mesma data, foi publicada a RDC nº 39. As porções foram baseadas na pirâmide alimentar adaptada para a população brasileira (BRASIL, 2001b).

Todavia, em dezembro de 2003, a ANVISA surpreendeu as empresas ao publicar as Resoluções da Diretoria Colegiada nº 359 e 360 (Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional e Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, respectivamente) que visam equiparar a legislação brasileira quanto à rotulagem nutricional com a dos países que compõem o Mercosul, revogando as RDC's nº 39 e 40/2001 (BRASIL, 2003a e 2003b).

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 26/03/1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Os membros deste importante bloco econômico da América do Sul são os seguintes países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (entrou em julho de 2006). Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia poderão entrar neste bloco econômico porém, participam até o momento como países associados ao Mercosul (BRASIL, 2006).

Com a RDC nº 360 a informação nutricional sobre os nutrientes, ferro, cálcio e colesterol deixaram de ser obrigatórios ao mesmo tempo, que a informação quanto à quantidade de gordura trans presente no alimento passou a ser exigida (BRASIL, 2003b).

Já a RDC nº 359 a base da alimentação diária passa de 2.500 Kcal para 2000 Kcal ou 8400 kJ (quilojoules) e a declaração da porção em medida caseira passa a ser obrigatória. Essa Resolução traz os tamanhos das porções agrupados em quatro níveis, estando o pão, alimento objeto deste estudo, incluso no nível um e tendo como valor energético por porção 150Kcal ou 630 KJ médio (BRASIL, 2003a).

Para se fazer o cálculo das informações nutricionais o fabricante deve utilizar as seguintes fontes: tabela de composição química de alimentos, banco de dados de alimentos ou o laudo de análise físico-química do seu produto. Hoje está disponível no site da ANVISA a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos - TBCA-USP, a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO) elaborada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/UNICAMP, além de programa para cálculo das informações nutricionais. O programa da ANVISA possui um banco de dados para cálculo que é baseado na Tabela de Composição de Alimentos: Suporte para Decisão Nutricional elaborada pela Profa. Sônia Tucunduva Philippi da Universidade de São Paulo (ANVISA, 2005d).

Em se tratando de rotulagem nutricional, grande importância se dá à Informação Nutricional Complementar. A Portaria nº 27, de 13 de janeiro de 1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde aprova o Regulamento Técnico referente à Informação

Nutricional Complementar e a define como: “qualquer representação que afirme, sugira ou implique que um alimento possui uma ou mais propriedades nutricionais particulares, relativas ao seu valor energético e o seu conteúdo de proteínas, gorduras, carboidratos, fibras alimentares, vitaminas e ou minerais”. A Informação Nutricional Complementar quando for utilizada de forma comparativa deverá avaliar diferentes versões do mesmo alimento ou alimento similar. A comparação deve atender: uma diferença relativa mínima de 25%, para mais ou para menos, no valor energético ou conteúdo de nutrientes dos alimentos comparados, e uma diferença absoluta mínima no valor energético, ou no conteúdo de nutrientes, igual aos valores constantes nas tabelas anexas, da referida portaria, para os atributos "fonte" ou "baixo" (BRASIL, 1998c). A referida Portaria foi revogada pela RDC Nº 54, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Em 8 de outubro de 2020, por meio da RDC 429/2020, a Anvisa aprovou nova Resolução sobre rotulagem nutricional dos alimentos embalados (BRASIL,2020a). Nessa mesma data entrará em vigor a Instrução Normativa nº 5 da Anvisa que detalha e complementa a aplicação da mencionada Resolução (BRASIL, 2020b).

Destaca-se que passará a ser obrigatória a declaração da rotulagem nutricional frontal para as quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio que forem iguais ou superiores aos limites definidos no Anexo XV da Instrução Normativa - IN nº 75/2020 (BRASIL,2020a).

De acordo com um relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), as advertências frontais nos rótulos ajudam consumidores a escolher alimentos mais saudáveis (OPAS, 2020).

Para auxiliar essa escolha, uma lupa aparecerá na parte superior da frente do produto para identificar alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Além disso, na tabela de Informação Nutricional aparecerá a identificação de açúcares totais e adicionais, a declaração do valor energético e nutricional por 100 g ou 100 ml. A tabela passa a ter apenas letras pretas e fundo branco. O produto que apresentar rotulagem nutricional frontal, não poderá apresentar alegações nutricionais (ANVISA, 2020).

Ambas as legislações estabelecem um prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrada em vigor da norma, para adequação dos produtos que já se encontram no mercado (BRASIL,2020a). Portanto, só entrarão em vigor após decorridos 24 (vinte e quatro) meses de sua publicação

A RDC 429/2020 e a IN 75/2020 foram publicadas com a pretensão de tornar mais simples a compreensão sobre os nutrientes contidos nos alimentos industrializados, e permitir ao consumidor escolhas mais saudáveis.

Antes de sua publicação, a RDC 429/2020 foi submetida a consulta pública, porém a discussão ficou restrita ao nível técnico. O tema não ganhou a atenção dos meios de comunicação, o que impediu de conhecer as dificuldades e os anseios da população em geral.

Para melhorar a informação ao consumidor, o Brasil terá que vencer um desafio, implantar integralmente a nova legislação a partir de outubro de 2022, permitindo a partir da embalagem a composição dos alimentos.

Referências Bibliográficas

ANVISA - ALIMENTOS EMBALADOS - Anvisa aprova norma sobre rotulagem nutricional. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/aprovada-norma-sobre-rotulagem-nutricional> Acesso em: 06/03/2022.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rotulagem Nutricional Obrigatória: Manual de Orientação às Indústrias de Alimentos. 2ª versão atualizada. Brasília, 2005d. p13. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/rotulo/manual_industria.pdf>. Acesso em 23/03/2008.

BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999b. O Congresso Nacional através do MS define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União. 1999 27 jan. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. RECYT - Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://acessibilidade.mct.gov.br/index.php/content/view/8009.html>> Acesso em 21/03/2008

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do sistema único de saúde brasileiro. Ministério da Saúde, 2005a. 1ª edição Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicações/DCNT.pdf>>. Acesso em 10/02/2008.

BRASIL. Portaria nº 27, DE 13 de janeiro de 1998c. A Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde aprova o Regulamento Técnico referente à Informação Nutricional Complementar. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008.

BRASIL. Portaria nº 41, de 14 de janeiro de 1998b. A Secretaria da Vigilância Sanitária do MS aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados. Diário Oficial da União. 1998 21 jan. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008

BRASIL. Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003a. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS aprova Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional. Diário Oficial da União. 2003 26 dez. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008

BRASIL. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003b. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS aprova Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional de alimentos embalados. Diário Oficial da União. 2003 26 dez. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008.

BRASIL. Resolução RDC nº 39, de 21 de março de 2001b. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS Aprova Tabela de Valores de Referência para Porções de Alimentos e Bebidas Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional. Diário Oficial da União. 2001 22 mar. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008

BRASIL. Resolução RDC nº 40, de 21 de março de 2001a. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS Aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e bebidas embalados. Diário Oficial da União. 2001 22 mar. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008

BRASIL. Resolução RDC nº 94, de 01 de novembro de 2000. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados. Diário Oficial da União. 2000 3 nov. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br>. Acesso em 16/03/2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 54, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012 Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/R/Favorites/Downloads/resolucao-rdc-no-54-de-12-de-novembro-de-2012.pdf>. Acesso em: 06/03/2022.

BRASIL 2020a DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/10/2020 | Edição: 195 | Seção: 1 | Página: 106
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada
RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 429, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020
Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-429-de-8-de-outubro-de-2020-282070599>

BRASIL, 2020b DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/10/2020 | Edição: 195 | Seção: 1 | Página: 113
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada
INSTRUÇÃO NORMATIVA-IN Nº 75, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020
Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-75-de-8-de-outubro-de-2020-282071143>

Bond, Letycia. Obesidade no país aumentou entre 2006 e 2018, diz pesquisa
A taxa passou de 11,8% para 19,8%. Agência Brasil, 2019. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-07/obesidade-aumentou-no-pais-entre-2006-e-2018-diz-pesquisa>. Acesso em 06/03/2022.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Advertências frontais nos rótulos ajudam consumidores a escolher alimentos mais saudáveis, revela novo relatório da OPAS. 9 Dez 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-advertencias-frontais-nos-rotulos-ajudam-consumidores-escolher-alimentos-mais>. Acesso em: 06/03/2022.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA COORDENAÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO A Promoção da alimentação saudável como instrumento de prevenção e combate ao sobrepeso e obesidade. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/obesidade2004.pdf>. Acesso em: 06/03/2022.

Nota Técnica

35. QUE OUTRA TRAGÉDIA PRECISAREMOS PARA O GOVERNO DEIXAR DE SEQUESTRAR RECURSOS DO SUS? SÓ EM 2022, R\$ 11,6 BI!¹⁰⁵

Bruno Moretti¹⁰⁶
 Carlos Ocké-Reis¹⁰⁷
 Francisco R. Funcia¹⁰⁸

Resumo Executivo

A presente Nota Técnica trata da retomada da austeridade fiscal a partir do segundo ano da pandemia da Covid-19 e dos efeitos negativos disso para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em função das regras do teto de gastos e do congelamento do piso federal para aplicação em saúde estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016 – a perda acumulada do orçamento do SUS sob essas regras foi de R\$ 29,2 bilhões, sendo R\$ 11,6 bilhões somente em 2022.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; SUS; financiamento do SUS; austeridade fiscal.

Após a crise de 2008, economistas tradicionais passaram a reconhecer o papel da política fiscal como instrumento de estabilização econômica. Esta mudança se deu no contexto de estagnação e baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, de modo que a política monetária se tornou ineficaz para garantir a recuperação das economias. Desde então, houve amplo debate sobre o desenho de arcabouços fiscais, culminando em propostas de maior flexibilidade nas regras para que o gasto público pudesse funcionar como elemento de suavização dos ciclos econômicos.

Com a pandemia da Covid-19, observou-se crescimento das dívidas públicas e foram acionadas cláusulas de escape, com suspensão de regras fiscais. Diversos países estão prevendo crescimento do gasto público no “pós-pandemia” para dotar o Estado de capacidade de resposta tendo em mente os desafios da retomada e o aumento da desigualdade.

No Brasil, o Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, introduziu limite de gasto que corrige a despesa primária pela inflação passada. Na contramão do debate

¹⁰⁵ Versão adaptada do texto dos autores publicado em Viomundo, 04 de janeiro de 2022, disponível em <https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/moretti-ocke-e-funcia-que-outra-tragedia-na-saude-sera-preciso-para-o-governo-deixar-de-sequestrar-recursos-do-sus-so-em-2022-r-116-bi.html>

¹⁰⁶ **Bruno Moretti.** Economista e Mestre em Economia pela UFF, Doutor em Sociologia pela UnB. Estágio pós-doutoral em Sociologia pela UnB. Assessor Técnico do Senado Federal.

¹⁰⁷ **Carlos Ocké-Reis.** Economista, doutor em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro da UERJ, Técnico de Planejamento e pesquisa do IPEA e autor do livro “SUS: o desafio de ser único” (Editora Fiocruz, 2012).

¹⁰⁸ **Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP, Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs), Professor dos Cursos de Economia e Medicina da USCS, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) e Consultor Técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS). Secretário de Finanças de Diadema desde 1º de janeiro de 2021.

em curso, o teto é uma regra que, independentemente da arrecadação, determina redução da despesa em relação ao tamanho da economia até 2036.

Para garantir o ajuste ao teto, um dos instrumentos foi o “congelamento” do valor mínimo obrigatório de saúde. A regra da EC 95 previu que o piso de recursos do setor seja dado pelo valor mínimo de 2017, acrescido da inflação. Anteriormente, a regra determinava aplicação em saúde de, pelo menos, 15% da Receita Corrente Líquida – RCL de cada exercício.

Defensores da austeridade fiscal alegam que o Estado está “quebrado”. O argumento sequer faz sentido: o Brasil é endividado fundamentalmente em moeda local, sendo capaz de rolar sua dívida por meio da substituição de títulos antigos por novos, não possuindo as restrições típicas de países com elevada dívida externa. A União, como ente monetariamente soberano capaz de emitir títulos liquidados na moeda do país, não enfrenta restrições orçamentárias comuns às famílias.

Dadas as incertezas relacionadas à covid-19, quais seriam, portanto, os limites para se ampliar o gasto público?

A resposta a que se chega, sobretudo diante da recente subida da taxa de juros pelo Banco Central (Bacen), que não ataca os determinantes da inflação do lado da oferta e sobrecarrega os encargos financeiros da dívida pública, é que tais limites são artificiais, impostos por regras fiscais como o teto de gasto e o resultado primário.

A experiência brasileira de 2020 é útil para compreender a questão. Para responder à pandemia, houve suspensão das regras fiscais e ampliação dos gastos em R\$ 524 bilhões. O déficit primário do governo central foi de 10% do PIB.

Diante da recusa do mercado em comprar títulos à determinada taxa, o Tesouro usou seu caixa para resgatar títulos e financiar ações emergenciais. O resultado foi uma injeção de liquidez na economia, levando a autoridade monetária a fazer dívida para enxugar o excesso de reservas bancárias.

Em 2021, a retomada do teto inviabilizou a programação de valores no orçamento federal para o combate à pandemia, levando à edição de créditos extraordinários “a conta gotas” durante o exercício, não contabilizados no teto. A resiliência da tese da austeridade implicou a paralisação do auxílio emergencial no primeiro trimestre de 2021, mesmo com o recrudescimento da pandemia.

Para 2022, a necessidade de ampliação de gastos em ano eleitoral levou o governo a propor a limitação do pagamento de precatórios e a alteração da fórmula de cálculo do teto para crescer R\$ 113 bilhões a despesas previstas no projeto de orçamento, em consequência, adiando para futuros governos o pagamento de encargos que deveriam ocorrer em 2022.

A mudança casuística na fórmula de cálculo do teto de gastos em ano eleitoral ampliou em cerca de R\$ 70 bilhões as despesas. O dinheiro que havia sumido voltou em contexto macroeconômico mais adverso?

Para a saúde, a mudança na fórmula da correção do teto, também aplicável ao piso do setor, adicionou R\$ 5,5 bilhões em relação aos gastos previstos no projeto orçamentário, cuja alocação adicional de recursos não foi submetida à aprovação do Conselho Nacional de Saúde. Ademais, foram ampliados recursos no orçamento da saúde referentes às emendas de relator. Ainda assim, o congelamento do piso de aplicação de saúde reduz o orçamento do SUS em R\$ 11,7 bilhões em 2022.

Além da perda de recursos, cerca de R\$ 8 bilhões do orçamento de saúde em 2022 estão comprometidos com emendas de relator. Tais emendas são executadas em desacordo ao planejamento ascendente legalmente estabelecido para o SUS e sem atender a critérios sanitários mínimos, constituindo um instrumento fisiológico para formação de maioria política no Congresso Nacional. Sequer há transparência sobre os parlamentares que demandam tais recursos por meio das emendas de relator.

A tabela 1 mostra o impacto do congelamento do piso de saúde, retirando R\$ 29 bilhões do orçamento federal do SUS desde 2018.

Tabela 1: Perda para o SUS em função da EC 95

Ano	Orçamento saúde –A	15% da RCL – B	B – A
2018	116.820.887.299	120.802.260.520	3.981.373.221
2019	122.269.917.718	135.848.788.439	13.578.870.721
2022	147.700.000.000	159.384.000.000	11.684.000.000
TOTAL	386.790.805.017	416.035.048.959	29.244.243.942

Fontes: Siop, LOA e STN. Para 2018 e 2019, valores empenhados. Para 2022, LOA. Elaboração própria.

Considerando que cerca de 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferências para Estados, Distrito Federal e Municípios, a EC 95 tem impactado negativamente também a capacidade de financiamento do SUS por essas esferas governamentais, à luz da diretriz constitucional da gestão descentralizada com financiamento tripartite.

Em meio à pandemia de covid-19, ao caos sanitário e ao ataque do governo à vacina, resultando em quase 620 mil óbitos, o que mais precisaremos assistir para reverter o sequestro dos recursos do SUS?

